



Governo do Estado do Ceará

Avaliação 2005

Plano Plurianual 2004-2007

Avaliação 2005
Plano Plurianual 2004 - 2007

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalo de Alcântara

VICE – GOVERNADOR

Francisco de Queiroz Maia Júnior

Chefe do Gabinete do Governador	Afonso Celso Machado Neto
Secretário do Governo	Júlio César Lima Batista
Procurador-geral do Estado	Wagner Barreira Filho
Chefe da Casa Militar	Cel. QOPM Zenóbio Mendonça Guedes
Secretária Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social	Alcoforado
Secretário da Ação Social	Maria Celeste Magalhães Cordeiro
Secretário da Administração	Carlos Colonna Filho
Secretário da Agricultura e Pecuária	Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	José Flavio Barreto de Melo
Secretária da Controladoria	Hélio Guedes de Campos Barros
Secretária da Cultura	Mônica Clark Nunes Cavalcante
Secretário do Desenvolvimento Econômico	Cláudia Sousa Leitão
Secretário do Desenvolvimento Local e Regional	Francisco Régis Cavalcante Dias
Secretária da Educação Básica	Alex Araújo
Secretário do Esporte e Juventude	Luis Eduardo de Menezes Lima
Secretário da Fazenda	Lúcio de Castro Bonfim Júnior
Secretário da Infra-estrutura	José Maria Martins Mendes
Secretária da Justiça e Cidadania	Luiz Eduardo Barbosa de Moraes
Secretário da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente	José Evânio Guedes
Secretário do Planejamento e Coordenação	Márcia Moraes Ximenes Mendes
Secretário dos Recursos Hídricos	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretário da Saúde	Edinardo Ximenes Rodrigues
Secretário da Segurança Pública e Defesa Social	Jurandi Frutuoso Silva
Secretario do Trabalho e Empreendedorismo	Gen. Div. Théo Espíndola Basto
Secretário do Turismo	Roberto Eduardo Matoso
Defensora Pública-geral do Estado	Allan Pires de Aguiar
	Luciano Simões Hortêncio de Medeiros

GOVERNO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Avaliação 2005

Plano Plurianual 2004 - 2007

Fortaleza, 2006

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

SECRETÁRIO	Francisco de Queiroz Maia Junior
SECRETÁRIO-ADJUNTO	Antonio Sérgio Montenegro Cavalcante
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	João Marcos Maia
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO	Francisco José Mendes Gifoni
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE GOVERNO	Paulo Henrique Parente Neiva Santos
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	Carlos Eduardo Pires Sobreira
COORDENADORIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA	Francisco Assunção e Silva
COORDENADORIA ADMINISTRATIVO- FINANCEIRA	Luiz Gonzaga Costa Evangelista
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Antônio João Alves Fernandes Távora
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	Marcos Costa Holanda
COORDENAÇÃO GERAL	Francisco José Mendes Gifoni
COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO TÉCNICA	Ana Lúcia Ribeiro Lima
ELABORAÇÃO TÉCNICA	Ana Lúcia Ribeiro Lima Antenor Barbosa Filho João Adjemir Mesquita Paiva Maria Eloísa Bezerra da Rocha Maria Lucia Rabelo de Andrade Tereza Neuman Girão Saraiva
COLABORAÇÃO TÉCNICA	Afonsina Braga Arnaldo Araújo Lima Ana Maria Carvalho Portela Antonio Mendes Tabosa Dominique Cunha Marques Gomes Fátima Coelho Benevides Falcão Láucia Maria Lima Medeiros Luiza de Marillac Ximenes Cabral Maria Neuman Ribeiro Moreira Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes Nelson de Matos Brito Ricardo Vasques Rosana Gonçalves Mattos
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA	Dulcineide Bessa Julian Marlos Carneiro Lima

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR DO ESTADO

Senhor Presidente,

Senhores e Senhoras Deputadas:

Ao apresentar, pelo segundo ano consecutivo, este relatório de Avaliação do Plano Plurianual-PPA 2004/2007, relativamente às realizações e resultados de Governo implementadas em 2005, estou, não somente atendendo o que exige essa Augusta Casa Legislativa, quando sancionou a lei nº 13.423, de 30 de dezembro de 2003, mas também a três dos mais importantes compromissos de campanha, quando prometi a toda sociedade cearense: transparência absoluta na gestão do meu governo, sob todos os pontos de vista, racionalidade na utilização dos recursos públicos e participação cidadã no planejamento da ação governamental e na avaliação e controle social.

Foi com essa determinação que, auxiliado pela minha equipe de Governo, criei, em agosto de 2004, pelo decreto nº 27.524, o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal-Cogerf, que vem me assessorando na definição das diretrizes de Governo, com o intuito de obtenção do equilíbrio fiscal e financeiro do Tesouro Estadual, buscando elevar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas setoriais e da administração estadual.

As avaliações das políticas públicas, por sua vez, têm sido anualmente, realizadas internamente pelas equipes das Secretarias Setoriais, sob a coordenação da SEPLAN e do IPECE, contextualizando e abordando os aspectos e resultados relevantes alcançados do ponto de vista setorial, desenvolvido por cada Pasta, dando enfoque nos resultados estratégicos do sistema de Gestão por Resultados - GPR.

O conteúdo da avaliação de cada programa, por seu turno, identifica os benefícios gerados para o seu público-alvo, dá destaque das principais ações, produtos e indicadores alcançados, levanta os aspectos potencializadores que influenciam para o seu melhor desempenho e ressalta as suas contribuições para o alcance dos resultados estratégicos de Governo.

Ciente de a ação governamental implementada, sem a interlocução com a sociedade, não assegura o atendimento da maioria das demandas por políticas públicas e, com o intuito de cumprirmos, com maior acerto e lisura, o compromisso de campanha da participação cidadã, mais uma vez a nossa equipe de Governo

deslocou-se a todas as regiões do Estado para auscultar, discutir, avaliar e priorizar as políticas de governo implementadas em 2005, por meio das ações, projetos e programas constantes no plano plurianual 2004/2007.

É importante salientar também que, ao realizarmos os encontros regionais, ocorridos em março de 2006, pudemos captar o sentimento da população e das lideranças, em cada programa implementado, o seu desempenho no que se refere ao atendimento ao público-alvo, à contribuição em prol da melhoria da qualidade de vida da população dos municípios e ao alcance dos resultados alcançados no ano de 2005.

Desse modo, baseado nessas valiosas e fundamentais informações da população e das lideranças locais, aperfeiçoaremos e balizaremos as nossas ações de governo para 2006 e 2007, intensificando e fortalecendo aquelas políticas que têm tido melhor desempenho, ao mesmo tempo em que corrigiremos e faremos as necessárias adequações daqueles programas e projetos cujos resultados precisam ser ajustados às expectativas da população do Estado do Ceará .

Muito Obrigado

Lucio Alcântara
Governador do Ceará

APRESENTAÇÃO

A Avaliação Anual do Plano Plurianual 2004-2007, preconizado na Lei nº 13.423, de 30/12/2003, em seu artigo 12, § 1º e correspondentes incisos, constitui-se em importante instrumento de verificação por parte da sociedade cearense e dos representantes por ela eleitos da ação e atuação do Governo do Estado.

O presente relatório refere-se à avaliação dos principais programas de Governo executados em 2005, com enfoque qualitativo nos principais resultados e realizações.

Importante matiz consolida esta avaliação do ano de 2005: o enfoque no Modelo da Gestão por Resultados, concebido de modo a enfatizar a realização de resultados primordiais para a população, que se orientam pela inclusão social e redução das desigualdades regionais, como preconizado no Plano de Governo: *“Crescimento com inclusão social”*.

O conteúdo deste Relatório de avaliação revela o desempenho dos mais representativos programas de Governo, nas áreas social, econômica, de infra-estrutura e institucional.

A avaliação de Programas dá o tom na condução e redirecionamento das políticas de governo adotadas, que foram balizadas e melhoradas na medida, se não exata, pelo menos aproximada, da resposta que espera a população.

Trata-se de uma nova ambiência cultural quanto ao direcionamento do gasto, que impõe ao Gestor Público a responsabilização pelo uso do recurso público, requerendo dele atenção redobrada e crescente, visando a consecução das melhorias em benefício da população.

Em sua forma, o Relatório apresenta, em seu primeiro item, a avaliação das principais variáveis macroeconômicas referentes à economia do Estado do Ceará, notadamente quanto à evolução do Produto Interno Bruto – PIB, que apresentou expansão de 3,6%, superior ao crescimento do país, que foi de 2,1%. Em valores isto representou R\$ 33,4 bilhões e uma percapita de R\$ 4.127,19. Desse modo, a participação da economia cearense na brasileira permaneceu próxima aos 2%.

Em seguida, o documento apresenta a avaliação do setor e se reporta, em cada área, aos grandes resultados alcançados, em consonância com a política Geratriz de Governo, os avanços e desafios a serem enfrentados, mostrando num panorama geral a atuação e o esforço de cada Secretaria para alcançar as metas e proposições estratégicas do Governo do Estado, sob a ótica da Gestão por Resultados.

Na sequência, tem-se a avaliação do Programa de Governo, escolhido sob o critério da maior contribuição ao Eixo de Articulação a que pertence, concorrendo para o alcance dos resultados estratégicos.

Por fim, como anexo deste relatório, tem-se o demonstrativo orçamentário-financeiro de todos os Programas executados em 2005, no âmbito do Governo Estadual, demonstrando a execução alcançada por fonte de recurso.

Merece assinalar, contudo, tocante a este item, a baixa participação do Governo Federal, na execução orçamentária estadual de 2005, cumprindo o irrisório percentual de 4,8% do montante executado (80%), contra 71% dos recursos do Tesouro do Estado e 4,2% de operações de crédito.

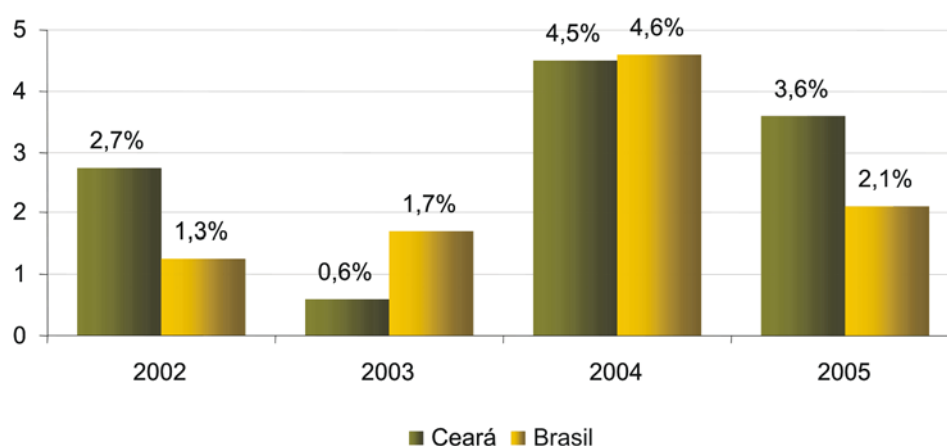
Finalmente, vale ressaltar que, em cumprimento ao dispositivo legal anteriormente citado, também foram realizados os “Encontros do PPA Compartilhado”, envolvendo as 8 macrorregiões do Estado, mobilizando a representação civil e institucional de todos os municípios do Ceará, a fim de proceder à avaliação da atuação de Governo no ano de 2005, e possibilitar um ambiente de discussão e debates acerca das demandas e prioridades de cada microrregião, para 2006 e 2007.

Concluindo, o presente Relatório de Avaliação consubstancia-se na concretização dos compromissos assumidos, notadamente quanto às premissas da participação e transparência das ações governamentais.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS - 2004-2007

Em 2005, a economia cearense apresentou expansão de 3,6%, superior ao crescimento do país, 2,1% (Gráfico 1). Em valores, o PIB cearense rendeu R\$ 33,4 bilhões e uma renda *per capita* de R\$ 4.127,19 e, para o país a economia acusou um montante de R\$ 1,938 trilhão e uma renda *per capita* de R\$ 10.520. Com estes resultados a participação da economia cearense na brasileira permaneceu próxima aos 2%.

Gráfico 1 – Evolução (%) do Produto interno bruto (PIB) – Ceará e Brasil – 2003-2005



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

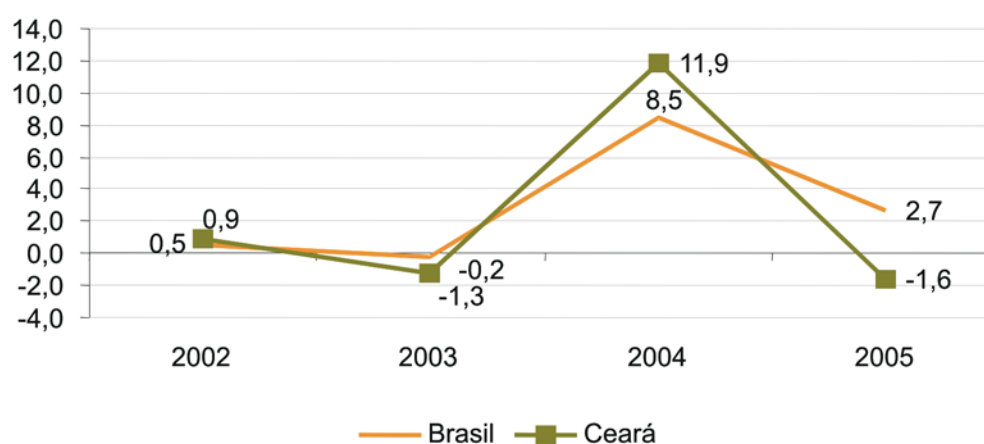
No caso do PIB cearense, em 2005, foram observados crescimentos na agropecuária (3,4%); nos serviços (4,8%) e, em menor proporção, na indústria (1,9%). Taxas estas superiores às obtidas pelos setores da economia brasileira (Gráfico 1 e Tabela 1).

A performance da agropecuária refletiu os resultados positivos da produção vegetal e das frutas frescas, frutos secos e da produção animal e de seus derivados. Vale lembrar que no Ceará, nos últimos anos, tem sido incentivada a produção de frutas destinada, sobremaneira, ao mercado externo, como no caso do melão, melancia e, mais recentemente, da banana e do abacaxi. Já o fraco desempenho da agropecuária brasileira deveu-se à quebra de safra de produtos importantes na agricultura nacional e ao problema da febre aftosa, que fizeram o setor permanecer, praticamente, estabilizado (0,8%) em relação ao ano de 2004.

O comportamento da indústria cearense, que cresceu 1,9%, em 2005 em relação a 2004, foi influenciado pelos quatro segmentos industriais (Tabela 1). Mas, coube à construção civil, a maior contribuição. Este setor apresentou recuperação em suas atividades, ao longo de 2005, após quedas nos anos de 2002 e 2003 e estagnação em 2004. Este segmento registrou um aumento de 5,2% sobre o ano anterior. Alguns fatores influenciaram a construção civil em 2005, como a oferta de crédito e o avanço do emprego e da renda.

A indústria de transformação cearense, que registrou um crescimento expressivo (11,8%), em 2004, não repetiu o desempenho em 2005 e fechou o ano com uma estabilização em suas atividades. Este resultado foi corroborado com a fraca produção industrial que encerrou o ano com uma taxa negativa de 1,6% relativamente à obtida em 2004 (Gráfico 2). As maiores quedas vieram de calçados e artigos de couro (-8,4%), devido à redução na produção de calçados de plástico; têxtil (-5,1%), por conta da menor fabricação de tecidos de algodão e de malha de fibras artificiais; e alimentos e bebidas (-3,3%), explicado pelo recuo em castanha de caju beneficiada, e biscoitos e bolachas. Pelo lado positivo, destacaram-se as produções de minerais não-metálicos (21,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,7%), em virtude, respectivamente, do aumento na produção de cimento, e transformadores, responsáveis pelas maiores contribuições positivas. No entanto, estes resultados não foram suficientes para reverter à taxa negativa da indústria de transformação em 2005.

Gráfico 2 – Evolução (%) da produção industrial – Ceará e Brasil – 2002-2005



Fonte: In:

Entretanto, a maior contribuição para a formação do PIB estadual, em 2005, veio dos serviços, com um crescimento de 4,8%. A expansão da atividade fundamentou-se na evolução do comércio (13,9%), dos transportes (10,1%) e de alojamento e alimentação (7,6%), como reflexo na dinâmica da atividade econômica do Ceará

Tabela 1 – Evolução do PIB a preços básicos – Ceará e Brasil – 2004-2005

Setores / Segmentos	Ceará		Brasil	
	2004	2005	2004	2005
Apropecuária	-10,7	3,4	6,3	0,8
Indústria	7,0	1,9	6,2	2,6
Extrativa Mineral	-3,4	2,9	-0,7	10,9
Transformação	11,8	0,0	7,7	1,3
Construção Civil	0,9	5,2	5,7	1,3
SIUP	16,1	1,2	4,6	3,6
Serviços	3,9	4,8	3,3	2,0
Comércio	9,9	13,9	7,9	3,3
Transporte	4,3	7,6	4,9	3,2
Alo. e Alimentação	8,0	10,1	-	-
Outros Serviços	3,2	1,8	5,6	1,3
Valor Adicionado pb (*)	4,5	3,6	4,6	2,1
Impostos sobre Produtos	-	-	8,2	3,9
PIB a pm (**)	-	-	4,9	2,3

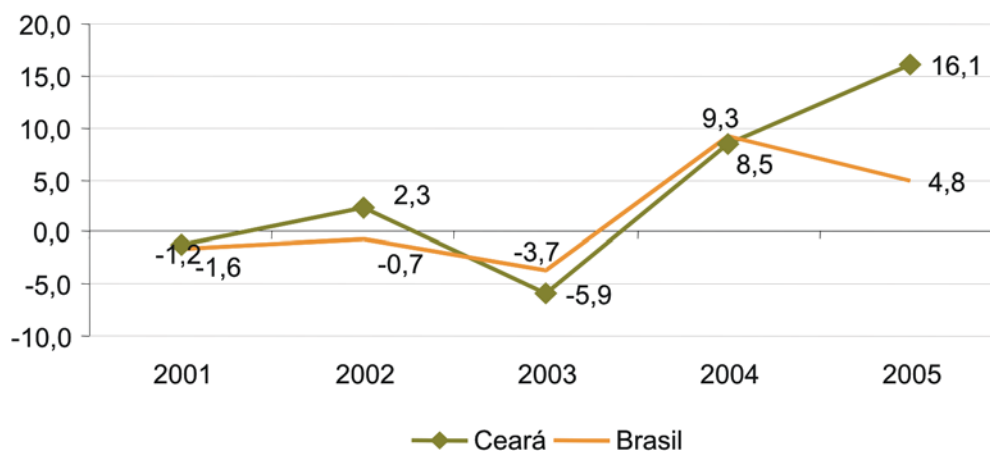
Fonte: IPECE e IBGE

(*) Valor adicionado a preços básicos não inclui os impostos

(**) No PIB a preços de mercado estão computados os impostos líquidos de subsídios

O desempenho do comércio varejista, em 2005, garantiu o maior crescimento no volume de vendas a varejo, desde a primeira divulgação da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) em 2001 (Gráfico 3) As vendas cresceram 16,1%, taxa superior à média brasileira, 4,8%, comparadas às vendas de 2004. É importante ressaltar que os bons resultados obtidos pelo comércio cearense estão ocorrendo em cima de uma base de comparação elevada, pois em 2004 o volume de vendas chegou a crescer 8,5% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do volume de vendas do comércio varejista – Ceará e Brasil - 2001-2005 (%)

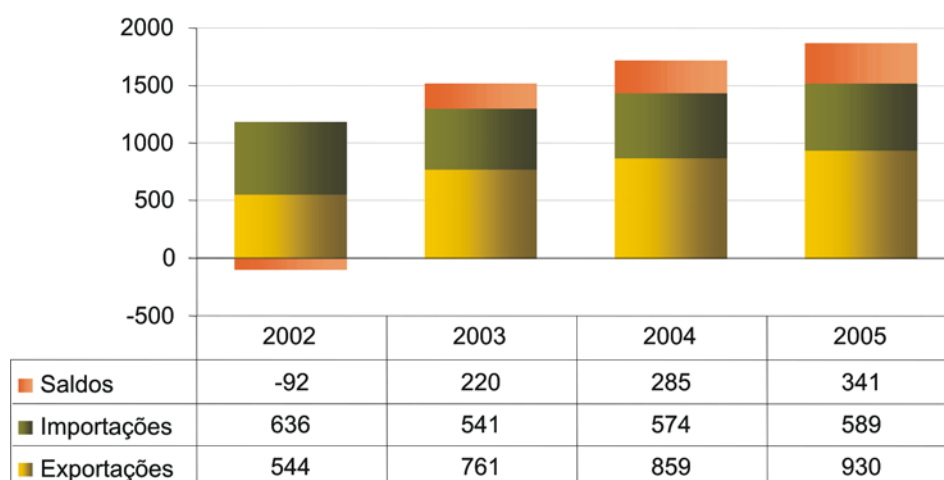


Fonte: IBGE.

Os resultados do comércio varejista cearense foram ancorados no aumento das vendas de móveis e eletrodomésticos (30,6%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (15,1%), vestuário, tecidos, calçados (12,1%) e combustíveis e lubrificantes (7,9%), ou seja, os mais significantes para a atividade. De acordo com estas informações, apesar das limitações de crescimento, o segmento varejista do Ceará tem tido um movimento positivo, baseado na recuperação do poder de compra dos salários e na facilidade de acesso e disponibilidade de linhas de créditos.

No campo externo, em 2005, o comércio exterior cearense manteve sua trajetória de crescimento. A despeito do aumento de 8,3% nas exportações cearenses, seu desempenho foi moderado se comparado ao do Brasil (23,1%). Enquanto as exportações cearenses alcançaram o valor de US\$ 930,5 milhões, as importações totalizaram US\$ 588,7 milhões, o que resultou numa balança comercial superavitária de US\$ 341,8 milhões (Gráfico 4). Apesar de ter enfrentado problemas localizados, os produtos mais exportados neste ano foram os seguintes: os calçados, com US\$ 205,2 milhões, seguidos da amêndoa da castanha de caju (US\$ 136,5 milhões) e têxteis (US\$ 122,7 milhões).

Gráfico 4 – Evolução da balança comercial – Ceará – 2002-2005 (US\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX/MDIC).

Embora, em 2005, os calçados tenham registrado crescimento de 10,0% no valor exportado, enfrentaram problemas de desvalorização do dólar ante o real e a competitividade acirrada por parte da China, o que resultou numa queda de 4,9% no volume exportado relativamente a 2004. Os têxteis também tiveram problemas com o dólar e, em 2005, recuaram o valor exportado (-2,1%) e o volume (-1,5%).

Quanto à castanha de caju, a maior dificuldade enfrentada pelas empresas exportadoras da amêndoa foi a queda na safra cearense de 2005, de -23,7%, segundo o IBGE. Nesse ano, foram produzidas 60 mil toneladas contra as 86,6 mil toneladas deste produto em 2004. Vale salientar que este produto é o segundo item da pauta das exportações cearenses e representa 15%, aproximadamente, das exportações totais do Estado.

Os Estados Unidos e Argentina, respectivamente, o primeiro e o segundo maiores compradores das mercadorias cearenses, adquiriram US\$ 365,5 milhões, o que correspondeu a 39,3% do valor exportado pelo Ceará. A Argentina e a Espanha obtiveram elevadas taxas de crescimento, 31,1% e 20,3% respectivamente. Em 2005, foram destaques também, por apresentarem crescimento superior a 100%, os países: Nigéria (163,7%) e Reino Unido (135,8%).

Geograficamente, as exportações cearenses estão distribuídas em somente 59 municípios, segundo a Secretaria do Comércio Exterior (SECEX). Além disso, em 2005, os quinze primeiros municípios somaram 93,9% das exportações estaduais (Mapa 1). Os dados mostram, ainda, que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) possui seis municípios no rol dos maiores exportadores (Fortaleza, Maracanaú, Horizonte, Caucaia, Chorozinho e Maranguape) sendo responsável por 57,2% (ou US\$ 513 milhões) do total exportado pelos os quinze municípios selecionados (US\$ 896,5 milhões).

Já as importações cresceram a reboque do crescimento econômico, destacando a importação de bens de capital. Em 2005, o valor importado dos bens de capital alcançou US\$ 69,1 milhões ou 25,7% a mais que em 2004, US\$ 55,0 milhões. Considerando-se todos os itens importados, em 2005, a liderança da pauta coube ao item petróleo e seus derivados/óleo diesel (US\$ 89,85 milhões), ferro fundido, ferro e aço (US\$ 83,04 milhões) e de trigo (US\$ 66,9 milhões). O Ceará, em 2005, importou da Argentina, US\$ 140,58 milhões, 7% a mais que em 2004. Isto garantiu-lhe a primeira colocação entre os principais parceiros comerciais do Estado, com uma participação de 23,9% das importações totais do Estado. Os Estados Unidos, até então na segunda posição passaram, em 2005, para o quarto lugar, e uma participação próxima de 7% ou US\$ 40,98 milhões, com queda de 44,01% sobre o valor de 2004.

Os dados da Secretaria do Turismo do Estado (SETUR), para 2005, mostram que o Ceará recebeu, via Fortaleza, 1,969 milhão de turistas, 10,9% acima do contingente registrado em 2004. Um outro indicador que retrata o desempenho do segmento, a demanda hoteleira, apresentou aumento de 10,4%, totalizando 1,046 milhão de turistas. O mesmo ritmo de crescimento foi verificado no movimento de passageiros (embarque e desembarque), no Aeroporto Internacional Pinto Martins, que cresceu 17,1%, e o número de vôos (pousos) acusou uma expansão de 7,3%. A taxa de ocupação chegou a 60,9%, em 2005. O desembarque de passageiros internacionais, no Aeroporto Pinto Martins, cresceu 0,9%, em 2005 sobre o mesmo período de 2004 e o de nacionais cresceu 20,5%, em igual período. O Gráfico 8 evidencia o crescimento dessa atividade no período 2002-2005, que acumulou uma taxa de 20,9%.

Mapa 1 – Os quinze municípios maiores exportadores – Ceará 2005

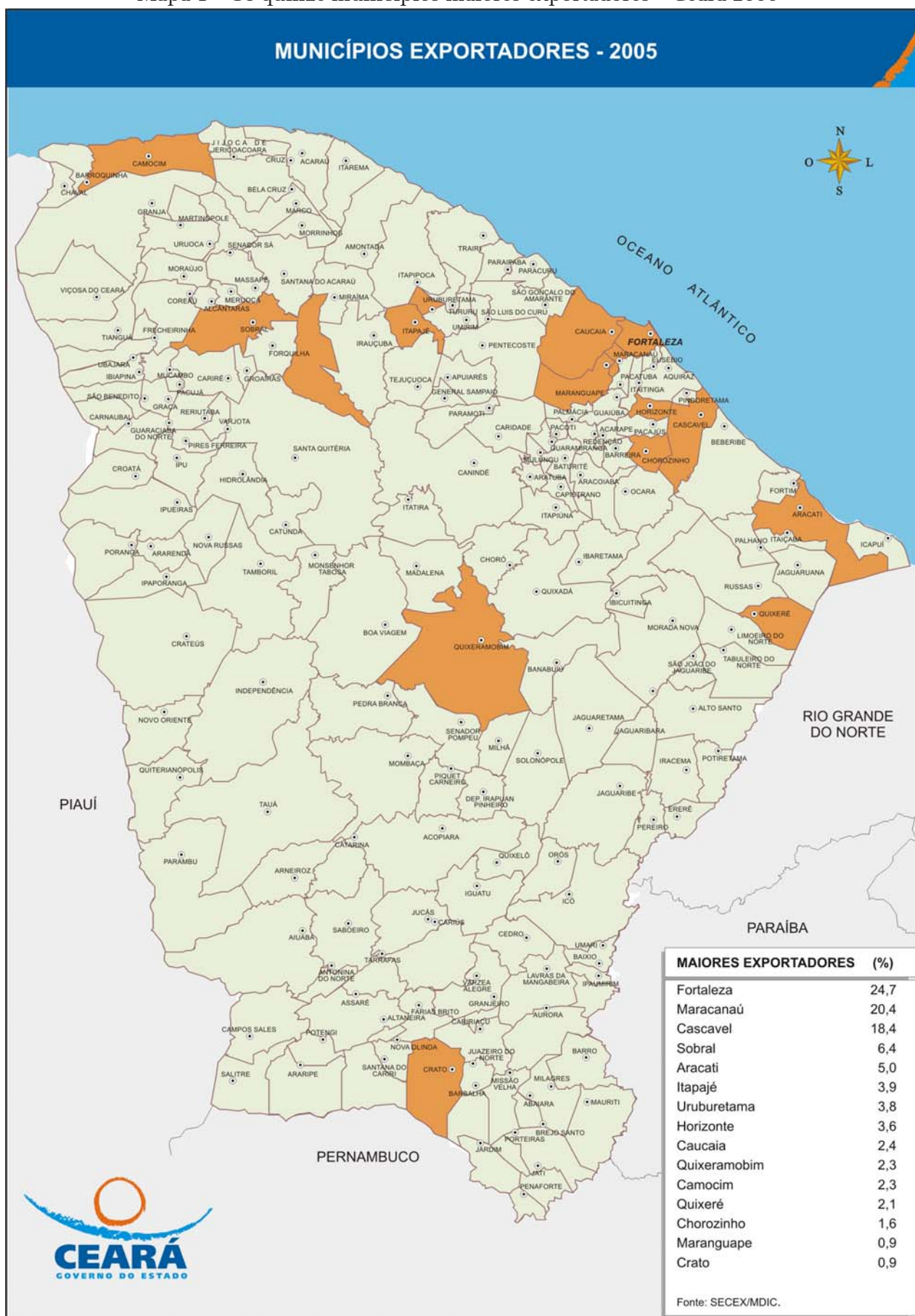
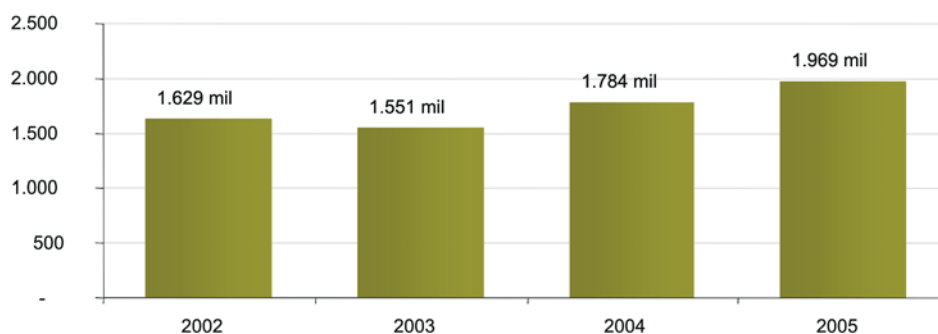


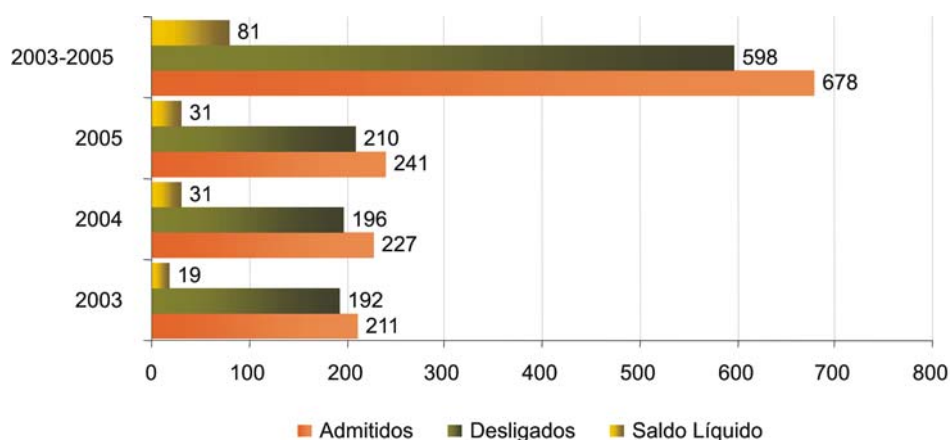
Gráfico 5 – Evolução da demanda turística – Ceará – 2002-2005



Fonte: SETUR.

O ritmo de crescimento do Ceará determinou uma expansão no mercado de trabalho na maioria das atividades econômicas em 2005. Mas, foi o comércio e os serviços que mostraram maior dinamismo na absorção de mão-de-obra, da mesma forma que sustentaram o crescimento econômico cearense em 2005. No Estado, foram gerados 240,6 mil empregos e perdidos 209,8 mil, resultando um saldo líquido de 30,9 mil empregos. No acumulado de 2003-2005, já foram gerados 80,76 mil empregos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do saldo líquido do emprego formal - Ceará - 2003-2005 (mil)

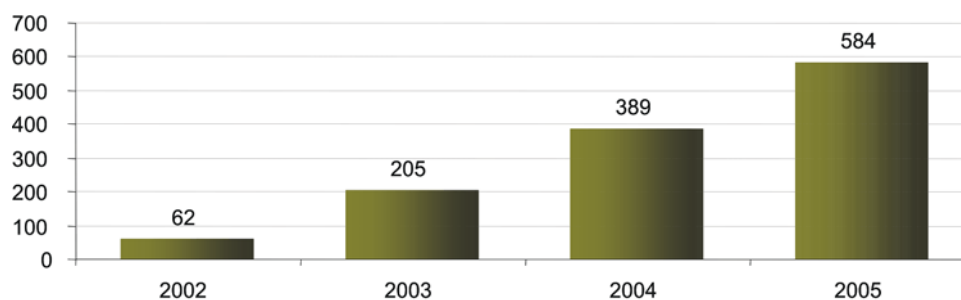


Fonte: CAGED/MTE.

Na análise por setores, econômicos o destaque coube aos serviços, que liderou a geração de empregos, com 14,13 mil vagas, discriminados em comércio (9,3 mil empregos), alojamento e alimentação (5,5 mil empregos) e administração de imóveis (5,4 mil empregos). Na indústria foram criados empregos na transformação (4,6 mil vagas) e na construção civil (413 vagas). Na transformação destacaram-se têxtil/vestuário (2,7 mil vagas), química, farmacêutica e veterinária (943 vagas), metalúrgica (649 vagas) e borracha e couros (640 vagas).

No campo das finanças estaduais, em 2005, houve um superávit no resultado primário de R\$ 584,3 milhões, valor equivalente a 1,7% do PIB estadual (o PIB representa a soma das riquezas produzidas no estado durante o ano). Este resultado superou o verificado em 2004, quando o Estado apresentou um superávit de R\$ 388,6 milhões, ou seja, 1,3% do PIB estadual (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Resultado primário/receita corrente líquida – Ceará – 2002-2005 (R\$ milhão)



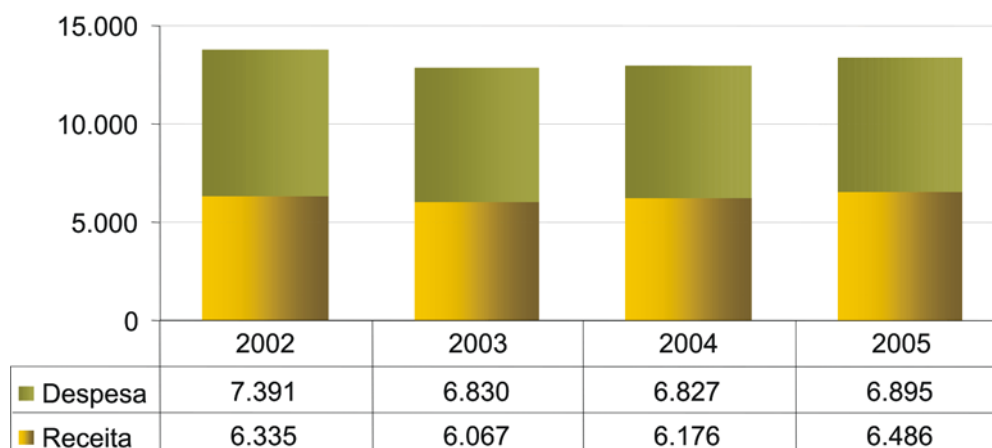
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ).

Em 2005, a receita estadual apresentou uma arrecadação de R\$ 6,5 bilhões, superior em 5%, em termos reais, à obtida em 2004. Destacando-se o ICMS, que representa algo em torno de 85% das receitas próprias, no mesmo ano, seu valor arrecadado foi de R\$ 3,1 bilhões ou 1,1% inferior ao valor obtido em 2004, em termos reais.

A análise do ICMS, por setores, mostra que o comércio representou 27,1% do total arrecadado pelo Ceará, os combustíveis, 20,5% e a indústria, 15,1%. Na comparação do ano de 2005 e 2004, observou-se que houve ampliação nas participações do comércio e energia elétrica de 3,2% e 0,6%, respectivamente. Vale lembrar que o comércio contribuiu fortemente para o crescimento da economia cearense, em 2005, com um crescimento de 16,1% nas vendas a varejo, segundo o IBGE. O Fundo de Participação dos Estados (FPE), segundo componente das receitas, em importância, em 2005, registrou um valor de R\$ 2.198 milhões, ou seja, 17% acima do valor verificado em 2004. Vale dizer que este Fundo corresponde a 92% das transferências totais oriundas da União.

Quanto às despesas, em 2005, estas obtiveram um valor de R\$ 6,9 bilhões, ou seja, 1% a mais que o valor obtido em 2004 (Gráfico 11). Os principais componentes das despesas totais do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos, pensionistas, e “outras despesas correntes”.

Gráfico 8 – Evolução da receita e da despesa – Ceará – 2002-2005 (R\$ milhão)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ).

Para 2006, segundo estimativas do IPECE, o PIB estadual deverá crescer entre 4 a 4,5%, seguindo a mesma tendência do Brasil, que o Banco Central estimou em 4%. Estas previsões estão amparadas na continuidade de expansão do mercado externo e do controle da inflação, na queda da taxa Selic, além da recuperação do dólar ante o real. Essas medidas deverão estimular os investimentos produtivos e o mercado interno. É importante ressaltar que está previsto também um aumento no investimento público, possibilitado pela melhora significativa dos gastos públicos em 2005.

Em nível estadual, algumas ações contribuirão para a efetivação do crescimento real da economia cearense, em 2006. Caso o mercado externo continue promissor, neste ano, deverão continuar as negociações internacionais com outros países para a ampliação de mercados de escoamento das exportações, a exemplo ocorrido em 2005.

Serão intensificadas as ações voltadas ao agronegócio da fruticultura, flores, com a previsão de instalar-se mais empresas ligadas a atividades de floricultura. As ações também serão direcionadas às atividades do turismo, em parcerias com empresas privadas, com vistas, sobretudo, a ampliação do número de turistas estrangeiros.

Um esforço para desenvolver esses segmentos econômicos implicará a geração de emprego e renda, o que beneficiará o setor serviços, particularmente o comércio, e contribuirá para a continuidade da boa performance alcançada em 2005.

Como é notório, o ano de 2006 será marcado por dois eventos: a copa do mundo e as eleições, embora as expectativas maiores estejam direcionadas para a eleição presidencial. Se, por um lado, os dois eventos podem beneficiar algumas atividades econômicas, como o comércio e a prestação de serviços, por outro, as expectativas políticas podem interferir no ritmo dos investimentos, especialmente dos externos.

SUMÁRIO

AValiação DAS POLÍTICAS SETORIAIS

A – Eixo I – Ceará Empreendedor, 21

- 1 Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETE, 23
- 2 Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, 29
- 3 Secretaria de Agricultura e Pecuária - SEAGRI, 43
- 4 Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA, 56
- 5 Secretaria de Recursos Humanos - SRH, 65
- 6 Secretaria de Turismo - SETUR, 71

B – Eixo II – Ceará Vida Melhor, 81

- 1 Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE, 83
- 2 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, 85
- 3 Secretaria da Educação Básica - SEDUC, 92
- 4 Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, 106
- 5 Secretaria do Esporte e Juventude – SEJUV, 110
- 6 Secretaria de Saúde – SESA, 113
- 7 Secretaria de Inclusão e Mobilização Social - SIM, 119
- 8 Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente – SOMA, 125
- 9 Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - SSPDS, 135
- 10 Secretaria da Ação Social - SAS, 140
- 11 Secretaria da Cultura - SECULT, 146

C – Eixo III – Ceará Integração, 159

- 1 Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR, 161

D – Eixo IV – Ceará, Estado a Serviço do Cidadão, 173

- 1 Secretaria da Administração – SEAD, 175
- 2 Secretaria da Controladoria – SECON, 183
- 3 Secretaria da Fazenda – SEFAZ, 196
- 4 Secretaria do Planejamento e Coordenação – SEPLAN, 200

E - ANEXOS – Execução Orçamentária 2006, 205

Eixo I

Ceará Empreendedor

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS

1. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETE, 23
2. Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, 29
3. Secretaria de Agricultura e Pecuária - SEAGRI, 43
4. Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA, 56
5. Secretaria de Recursos Humanos - SRH, 65
6. Secretaria de Turismo - SETUR, 71

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A política voltada para a expansão e o fortalecimento na área do empreendedorismo, coordenada pela Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo - SETE, está orientada para a geração de emprego de qualidade e melhor distribuição territorial da renda e da geração de ocupações produtivas.

Nesse contexto, os resultados demonstram que a decisão do Governo de criar uma Secretaria voltada exclusivamente para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo marcou um diferencial no crescimento desse segmento no Estado do Ceará.

Apesar de o ano de 2005 ter sido marcado pela redução do crescimento econômico no Brasil, o Sistema Público de Emprego no Ceará conquistou recordes históricos na colocação de profissionais no mercado de trabalho, com mais de 69 mil profissionais inseridos, representando um aumento de 15% em relação ao ano de 2004. O resultado se torna ainda mais relevante quando se verifica que, no mesmo período, os índices de crescimento na região Nordeste e no Brasil foram de 6,35% e 0,68%, respectivamente.

Outra iniciativa que merece destacar diz respeito ao Programa Portas Abertas, viabilizado por meio da parceria com instituições educacionais e empresas públicas e privadas no fomento à geração de ocupação e renda para os segmentos que encontram maior dificuldade de inserção e reinserção no mercado de trabalho. Em 2005, 20.324 pessoas foram colocadas no mercado de trabalho cearense, apresentando um resultado superior em 32,17% ao alcançado em 2004. Ademais, o programa registrou a adesão de 64 novas empresas que, somadas às atraídas em 2003 e 2004, totalizam 310 parceiras, na sua maioria de médio e grande porte.

No âmbito da qualificação a macrolinha de ação está centrada no desenvolvimento da formação da cultura empreendedora, abrangendo três principais pilares: o empreendedorismo empresarial (individual e coletivo), o empreendedorismo social (formação de lideranças comunitárias e conselheiros municipais) e o empreendedorismo pessoal, para estimular o processo de mudança de atitude em função de uma postura pró-ativa e de responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse contexto, mais de 35 mil pessoas participaram das oficinas de orientação profissional e 11.400 foram capacitadas por meio de curso com duração de 200hs/aula, em 94 municípios do Estado.

O Projeto Crédito Empreendedor busca, fundamentalmente, estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento auto-sustentável pela disseminação da cultura empreendedora nas comunidades mais carentes.

Implementado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza-FECOP, por meio da introdução de um instrumento microfinanceiro que congrega, num mesmo componente, a disseminação da cultura empreendedora, a capacitação, o crédito e a assistência técnica, vêm contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios,

promovendo oportunidades efetivas de geração de ocupação e renda. Em 2005, 8.308 empreendedores, de 79 municípios do Estado, tiveram acesso a uma linha de crédito adequada, permitindo a estruturação e/ou ampliação de seus próprios negócios.

Concebido de modo a estimular e desenvolver a cadeia produtiva do Estado, bem como fortalecer a micro e pequena empresa cearense, os benefícios do Programa Compre da Gente não se restringem somente ao plano econômico. À medida que novas oportunidades de trabalho são criadas, gerando renda e aumentando o poder de compra da população, o programa também contribui para a inclusão social. Em 2005, 137 médias e grandes empresas instaladas no Estado adquiriram produtos e serviços do Ceará, fomentando negócios de 355 micro e pequenas empresas cearenses. Ademais, o apoio na realização de 91 feiras, com vitrine dos produtos cearenses e espaço, favoreceu a relação entre consumidores e compradores, beneficiando diretamente 4.590 empreendedores, gerando um faturamento da ordem de R\$ 1,3 milhão.

Dessa forma, constata-se a efetiva contribuição dessas ações para o desenvolvimento da política de geração de trabalho e renda no Ceará e, conseqüentemente, a diminuição dos índices de desigualdade e de exclusão social, em conformidade com o preconizado no Regime de Metas do Governo do Estado.

CEARÁ EMPREENDEDOR

Objetivo

Incentivar e apoiar as micro, pequenas empresas e trabalhadores autônomos, visando a geração de emprego e renda no Estado do Ceará.

PRINCIPAIS RESULTADOS

1 Concessão de créditos

- Elaborados 10.947 planos de negócios;
- Concedidos 8.804 créditos;
- Capacitados 13.588 empreendedores;
- Beneficiados empreendedores de 79 municípios e de 43 bairros de Fortaleza.

2 Organização de Territórios Solidários

- Sensibilização, organização e fortalecimento de potencialidade locais em 41 municípios do Interior do Estado;
- Capacitação de 431 empreendedores;
- Organização de 31 grupos produtores.

3 Apoio às micro e pequenas empresas através da Central Fácil e do Ônibus do Empreendedor

- 47.506 atendimentos realizados
- 2.232 empresas registradas
- 1.905 empreendedores capacitados
- Atendimento “in loco” em 5 bairros de Fortaleza.

4 Apoio e Incentivo à Comercialização – “PROGRAMA COMPRE DA GENTE”

- 355 micros e pequenas empresas fornecedoras;
- 137 empresas de grande e médio porte compradoras;
- 8 municípios participantes;
- Valor comercializado com apoio do programa: R\$ 1.309,495.90;
- Apoio à participação das empresas cadastradas no programa, em 91 feiras e eventos, visando a divulgação e comercialização de seus produtos.

5 Empreendedorismo na Universidade

- 500 alunos dos cursos de administração das universidades públicas estaduais, UVA, URCA e UECE, capacitados nas áreas de empreendedorismo e gestão de negócios, resultando no apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando 59 famílias de Fortaleza.

6 Apoio e Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais

- 468 empreendedores participantes de associações de micro e pequenas empresas e artesãos beneficiados com capacitação, consultoria em gestão tecnológica, apoio a participação em feiras e missão técnica.
- 13 arranjos produtivos fortalecidos, nos municípios de Viçosa do Ceará (cachaça); Morada Nova (móveis); Russas (cerâmica); Jaguaruana (redes); Irauçuba (bordados); Quixeramobim (derivados do leite); Massapê (artesanato em palha); Jericoacoara (turismo), Cariri (apicultura); Fortaleza (confeções); Salitre (derivados da mandioca); Potengi (ferreiros); Caririáçu (fibra em sisal);
- Geradas 4.206 ocupações e 3.676 empregos diretos.

AValiação dos Resultados Alcançados

O Programa Ceará Empreendedor vem se destacando pelo seu pioneirismo, apresentando impactos positivos como estratégia de superação das desigualdades sociais, com a implementação de ações que exercem forte influência sobre o mundo do trabalho e do desenvolvimento do Ceará, tendo como pressuposto básico a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social (sem emprego e sem condições de criar ou melhorar seus pequenos negócios).

Nesse contexto, ressalte-se o Projeto Crédito Empreendedor, viabilizado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, pelo qual 8.308 empreendedores, de 79 municípios, tiveram acesso a uma linha de crédito adequada às suas realidades, na estruturação e/ou ampliação de seus pequenos negócios.

Há que se ressaltar a prática da socioeconomia solidária, em que 41 municípios tiveram a oportunidade de participar do processo de sensibilização, organização e fortalecimento de suas potencialidades locais, para a criação de mecanismos que garantam a geração de ocupação e renda como forma de superação da pobreza. A primeira experiência se deu nos municípios de Hidrolândia, Catunda e Santa Quitéria, com a implantação do projeto de aproveitamento dos resíduos sólidos, integrando pessoas portadoras de necessidades especiais, empreendedores, catadores de lixo e produtores da região.

O fortalecimento da micro e pequena empresa, por meio do Programa Compre da Gente, pelo qual 137 médias e grandes empresas instaladas no Estado adquiriram produtos e serviços do Ceará, permitiu o fomento de negócios de 355 micro e pequenas empresas cearenses.

Além disso, o apoio na realização de 91 feiras como vitrine dos produtos cearenses e espaço, favorecendo a relação entre consumidores e compradores, beneficiou diretamente 4.590 empreendedores, gerando um faturamento da ordem de R\$ 1,3 milhão.

Outro ponto importante a se destacar na condução desse processo diz respeito à estruturação de uma base sólida de parceiros, envolvendo universidades, empresas privadas, associações de moradores, grupos cooperativos micro e pequenas empresas e empreendedores, consolidando uma relação de confiança e de credibilidade para com o Governo do Estado, e resultando numa série de benefícios para o público-alvo, tais como: acesso ao crédito, à qualificação e beneficiamento de produtos, melhoria na renda, comunidades motivadas para um trabalho associativo; jovens protagonizando o empreendedorismo, lideranças e empreendedores com melhoria na auto-estima, recicladores valorizados e reconhecidos em sua profissão, empreendedores abrindo espaços de comercialização.

ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR/ PORTAS ABERTAS

Objetivo

Realizar o atendimento integrado ao trabalhador para potencializar a sua capacidade de inserção e reinserção no mercado de trabalho e empreendedorismo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1 Captação de 81.057 vagas junto às empresas, com um significativo aproveitamento de vagas, considerado um dos melhores do país;
- 2 Inserção de 69.749 trabalhadores no mercado de trabalho, dentre os quais se incluem 20.325 pessoas de segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso, inseridas por meio do Programa Portas Abertas;
- 3 Atendimento aos trabalhadores autônomos, com agenciamento gratuito para 811 pessoas e 46.018 serviços prestados;
- 4 11.649 pessoas capacitadas, sendo 3.285 pelo Programa Capacitação Permanente, 2.448 com recursos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP, e 5.916, do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ.

AValiação dos Resultados Alcançados

Em 2005, o Programa contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade de vida de parcela significativa de trabalhadores que estavam desempregados, uma vez que conseguiu colocar no mercado de trabalho, aproximadamente, 70 mil trabalhadores, sendo 2005 o ano recorde, desde a implantação do Programa no Estado do Ceará.

Um fato determinante para esse desempenho foi o esforço despendido pela equipe responsável pelo programa na captação de mais de 80 mil vagas junto às empresas, e o alto índice de aproveitamento, considerado um dos melhores do país, aliado às ações de educação profissional direcionadas à realização de mais de 550 cursos e 1.543 Oficinas de Orientação para o Trabalho, com a participação de 47.079 pessoas.

Outro aspecto importante a destacar diz respeito ao Programa Portas Abertas, possibilitando a inserção no mercado de trabalho de segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso, sendo 14.886 jovens de 16 a 24 anos, 1.716 pessoas com deficiência, 3.628 trabalhadores acima de 40 anos, 1 egresso do sistema penal e 94 trabalhadores inscritos no Centro do Trabalhadores Autônomos (CTA) , considerado o melhor índice de colocação nos últimos 11 anos .

Demais estratégias e ações também contribuíram para o alcance desses resultados, tais como a integração com outras Secretarias Estaduais, em especial os convênios firmados com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e a Secretaria da Administração, objetivando a colocação de

trabalhadores pelas empresas que prestam serviços ao Estado e pelos empreendimentos privados que se instalam no Ceará, a descentralização do atendimento às pessoas com deficiência para todas as unidades do SINE/CE, e aos trabalhadores autônomos para a unidade da Aldeota, dentre outras, como a ampliação das ações do Programa de Capacitação Permanente para as populações menos favorecidas da Capital e do Interior do Estado; a realização de estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho que subsidia a implementação do programa, inclusive um estudo sobre o mercado de trabalho jovem no Ceará; a captação de recursos junto ao governo federal e ao governo estadual para a intermediação de trabalhadores e a qualificação profissional; a melhoria das instalações físicas de unidades de atendimento ao trabalhador, bem como a capacitação dos que atuam tanto na área de gestão, como os que atendem diretamente ao trabalhador, além da ampliação das parcerias com o terceiro setor e empresas privadas.

Destaque-se, ademais, a concepção e início de implantação dos Centros de Emprego e Empreendedorismo, que incorpora um novo conceito de atendimento ao trabalhador, com a integração efetiva dos serviços de intermediação, qualificação e orientação profissional.

Como medidas potencializadoras, recomenda-se a ampliação da equipe técnica, inclusive com a existência de um maior número de agentes de integração do sistema público de emprego (psicólogos e estagiários), elo fundamental para o atendimento especializado pelos Centros de Emprego e Empreendedorismo e articuladores empresariais, maior disponibilidade de recursos para a divulgação de ações junto aos empresários e trabalhadores e para a qualificação profissional.

DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Objetivo

Elevar a qualidade do artesanato cearense e da produção familiar, visando a sua inserção nos mercados interno e externo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1 3.161 artesãos beneficiados com isenção do ICMS;
- 2 3.093 artesãos capacitados;
- 3 8.108 artesãos e/ou entidades artesanais beneficiadas com a comercialização de seus produtos nas 6 lojas da CEART, instaladas em Fortaleza e no município de Guaramiranga;
- 4 Faturamento, em 2005, nas lojas da CEART, da ordem de R\$ 1,5 milhão;
- 5 Ampliação em 20% do numero de municípios assessorados em relação ao ano de 2004;
- 6 Desenvolvimento do artesanato em 40 municípios do Estado, com menor Índice de Desenvolvimento Humano, realizado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, com destaque para capacitação de 2.310 artesãos;
- 7 Apoio à participação em 146 eventos locais, nacionais e internacionais.

AValiação dos Resultados Alcançados

Considera-se um grande avanço, em 2005, a implementação das atividades de capacitação e apoio direcionadas aos artesãos dos municípios cearenses com menor Índice de Desenvolvimento Humano, efetivada com recursos do Fundo Cearense de Combate à Pobreza (FECOP).

Por meio dessas atividades, foram capacitados e apoiados 2.310 artesãos cuja produção vem sendo comercializada num espaço específico das lojas CEART e nos municípios beneficiados, com excelente aceitação do mercado consumidor.

Merece destaque, ainda, o fato de que 3.161 artesãos foram beneficiados com a isenção do ICMS, totalizando, até 2005, 32.014 artesãos contemplados com o benefício em todo o Estado.

A implantação do **Projeto CEART nos Municípios** ocorreu em Juazeiro do Norte, Sobral, Icó, Aracati e Novo Oriente, considerada uma ação inovadora na descentralização dos serviços prestados pela CEART (emissão e renovação de carteira de artesão, curadoria de produtos e repasse de informações sobre o Programa). Os eventos contaram, cada um, com a participação média de 500 pessoas.

Ressalte-se que, em função do apoio prestado pelo Governo do Estado, o artesanato cearense continua atingindo um elevado grau de qualidade, permitindo sua inserção nos mercados nacional e internacional, resultando na melhoria da renda da população inserida nesse importante segmento da economia cearense.

EXPORTAÇÃO DO CEARÁ PARA O MUNDO

Objetivo

Promover os produtos cearenses nos mercados interno e externo, diversificando a pauta de exportações.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 US\$ 930,4 milhões nas exportações cearenses;
- 2 US\$ 588,6 milhões nas importações cearenses;
- 3 US\$ 341,8 de saldo positivo na Balança Comercial do Ceará;
- 4 306 empresas que comercializaram 807 itens para 138 países;
- 5 15ª posição no ranking das exportações brasileiras e 3ª do Nordeste
- 6 8,27% de crescimento das exportações do Ceará em relação a 2004
- 7 46 eventos promocionais apoiados;
- 8 2 missões de investidores participadas (China e África);
- 9 4 missões de investidores apoiadas (Encontro de Negócios Ceará/Cuba, Encontro Econômico Brasil/Alemanha, Missão Empresarial e Oportunidades de Negócios com Cabo Verde);
- 10 56 marcas e produtos promovidos.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

1 Evolução das Exportações Cearenses

Pelo quarto ano consecutivo, a balança comercial cearense registra superávit comercial, numa evolução de 2002 a 2005 de 71%. Em 2005, o crescimento das exportações cearenses em relação a 2004 foi de 8,27%.

Ano	Valor Exportação
2002	544 milhões
2003	761 milhões
2004	859 milhões
2005	930 milhões

2 Itens Exportados

Em relação aos itens exportados, no comparativo entre 2002 a 2005, houve um incremento de 57,6%.

Ano	Quantidade de itens exportados
2002	512
2003	600
2004	735
2005	807

3 Saldo da Balança Comercial do Ceará

O saldo da Balança Comercial do Ceará, que era deficitário em 2002, passou a ter um saldo positivo de US\$ 341.794.966, em 2005, resultado de US\$ 930,4 milhões exportados menos US\$ 588,6 importados.

Ano	Exportação (US\$ FOB)	Importação (US\$ FOB)	Saldo (US\$ FOB)
2002	543.90.399	635.909.655	- 92.007.256
2003	760.927.314	540.775.932	220.151.382
2004	859.369.027	573.592.917	285.776.110
2005	930.450.856	588.655.890	341.794.966

4 Ranking do Ceará na Região Nordeste

O Ceará é o 3º colocado no ranking dos maiores exportadores do Nordeste e ocupa a 15ª posição nas exportações brasileiras. Os segmentos líderes na pauta das exportações cearenses são: calçados, castanha de caju, têxteis, camarão, couros e peles.

Estado	Exportação (US\$ FOB)
Bahia	5.987.743.569
Maranhão	1.501.033.919
Ceará	930.450.856
Pernambuco	784.888.366

5 Missões Empresariais

As Missões Empresariais visam a prospecção de oportunidades de negócios entre o Estado do Ceará e outros países. A Secretaria do Desenvolvimento Econômico realizou missões à China e outra a Cabo Verde e Senegal, objetivando o fomento de negócios nos continentes asiático e africano.

6 Promoção de Marcas e/ou Produtos

Para apoiar as empresas cearenses na área de comércio exterior, a SDE utiliza-se do espaço nos estandes dos eventos para expor os produtos fabricados no Ceará, abrangendo as feiras internacionais, nacionais, regionais, locais e do interior.

Nas feiras nacionais e internacionais, os empresários do Estado têm a chance de concretizar negócios e aumentar a comercialização, como também contatar com importadores de todo o mundo, o que resulta no crescimento de nossas exportações.

Em 2005, foram 159 produtos do Ceará exibidos nos eventos participados pela SDE, uma ferramenta que teve resultados favoráveis quanto à identificação do produto “made in Ceará” e à comercialização desses produtos em nosso país e no exterior.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento da atividade mineral no Estado do Ceará

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 3 arranjos produtivos de mineração implantados em Quixeramobim, Piquet Carneiro e Cariri;
- 2 1 pesquisa realizada sobre as potencialidades do setor mineral, em Piquet Carneiro;
- 3 Capacitação de 260 pessoas, no setor de mineração, no âmbito do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador do MT - Ministério do Trabalho.
- 4 Protocolos assinados com o INB – Instituto Nucleares do Brasil e Tortuga – empresa fabricante de fertilizantes. Ações dentro do Projeto Santa Quitéria.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Seguindo a linha de atuação prevista no Plano Plurianual do Governo do Ceará para o período 2004-2007, a SDE adotou estratégias compatíveis às políticas e plano de governo, fomentando ações e projetos com o objetivo de estimular o aproveitamento sustentável dos recursos minerais do Estado, dentre os quais, destacam-se:

APL Calcário do Cariri

- 1 População beneficiada: 1500 pessoas;
- 2 Desenvolvimento de um equipamento com tecnologia mais avançada para ser utilizado pelos pequenos produtores nos trabalhos de corte e extração do calcário laminado, atualmente sendo testada em campo;
- 3 Constituição de câmara técnica formada por entidades que se comprometeram em acompanhar, de forma sistemática, o desenvolvimento das atividades previstas, atentando para que o projeto se consolide;
- 4 Aprovação do EIA/RIMA, pela SEMACE, com a liberação da respectiva Licença de Operação de três áreas de calcário em Nova Olinda.

APL Gemas de Quixeramobim

Objetivos principais são os seguintes:

- 1 Aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de consumo para implantação de uma escola de lapidação e artesanato mineral;

- 2 Aquisição de máquinas e equipamentos para implantação de uma incubadora de empresas;
- 3 Reforma de prédio da CODECE para abrigar a Escola de Lapidação e a Incubadora;
- 4 Capacitação de mão-de-obra em cursos de lapidação, ourivesaria, artesanato mineral, design, composição de custos, gestão e marketing;
- 5 População a ser beneficiada: 200 pessoas
- 6 Os recursos necessários estão sendo negociados junto ao Ministério da Integração, no valor de R\$168.153,00, sendo R\$ 30.853,00 para a reforma do prédio da Escola e Incubadora e R\$137.570,00 para as demais atividades.

APL de mineração de Piquet Carneiro

- 1 Geração de ocupação e renda direta para 40 pessoas, nas atividades de extração de calcário e produção de cal, extração e beneficiamento de quartzito, desmonte de rocha e produção de paralelepípedo e meio-fio;
- 2 Construção de uma caieira com fornalha de grelha, com capacidade para produção de 140t/mês de cal hidratada;
- 3 Cadastramento de 27 ocorrências minerais; e
- 4 Elaboração do Mapa Municipal de localização das ocorrências minerais e do Mapa Geológico de Piquet Carneiro, ambos na escala 1:50.000

Estudos e pesquisas sobre as potencialidades do setor mineral

- 1 Identificação e localização dos Calcários do Ceará,
- 2 Identificação das potencialidades minerais e perspectivas de cargas existentes nas proximidades da diretriz do novo segmento em proposição para a Ferrovia Transnordestina no Ceará;
- 3 Estudo das potencialidades minerais de alguns jazimentos de quartzo, bem como das condições socioeconômicas e de infra-estrutura dos municípios de Quixeramobim, Canindé e Beberibe;
- 4 Atualização das informações sobre a produção e exportações de rochas ornamentais junto ao DNPM, SECITECE, CIN e SIMAGRAN, referente ao período de 2000-2005;
- 5 Identificação do potencial de argila e areia em Beberibe, para indústria fabricante de pré-moldados, que utiliza estes minerais como matéria-prima;
- 6 Levantamento bibliográfico sobre os jazimentos de Manganês, do Município de Ocara;
- 7 Levantamento bibliográfico sobre os jazimentos minerais do Ceará com condições técnicas e socioeconômicas favoráveis à implantação de unidades produtivas, objetivando elaborar projetos para o aproveitamento racional desses recursos minerais, com financiamento do FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, contemplando preferencialmente as comunidades rurais. Inicialmente foram identificados 26 municípios com jazimentos de rocha e minerais para produção de pedra portuguesa, lajes de quartzito; minerais industriais como quartzo, feldspato, berilo, minerais de lítio(espodumênio e amblygonita) e gemas(água

marinha e turmalinas). Foram elaborados 24 projetos, que foram encaminhados à Secretaria da Ação Social, pleiteando o apoio financeiro do referido fundo para sua implantação , contemplando, numa primeira fase, os seguintes municípios: Mombaça, Nova Russas, Forquilha, Canindé, Quixeramobim, Solonópole, Paramoti, Piquet Carneiro, Milhã, Santa Quitéria, Crateús, Coreaú, Pentecoste e General Sampaio.

Capacitação de mão-de-obra

O Plano de Desenvolvimento Econômico, elaborado pela SDE, para o período 2003/2006, estabelece que ficará a cargo de sua vinculada CODECE toda ação de treinamento e capacitação de mão-de-obra para as atividades incentivadas, tanto no setor industrial como no da mineração. O objetivo principal dessa ação é disponibilizar ao trabalhador a condição de qualificação necessária para que ele possa atuar no mercado de trabalho, garantindo-lhe uma melhor qualidade de vida.

Os recursos até então utilizados foram oriundos do programa de capacitação de mão-de-obra - PLANTEQ, em parceria firmada com a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETE, já tendo sido capacitadas 260 pessoas, em diversos municípios do Interior, na área de mineração.

Projeto Santa Quitéria

Assinado Protocolo de Intenções entre o Estado do Ceará e as Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB , para a implantação do projeto de plantas industriais de beneficiamento de fosfato, no município de Santa Quitéria.

Em fase de implantação, a empresa Tortuga Zootécnica Agrária, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que produzirá fertilizantes e corretivos de solo, encontrando-se sua fonte de matéria-prima (fosfato) no município de Santa Quitéria. Serão gerados 500 empregos diretos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Objetivo

Apoiar segmentos ligados à indústria, comércio e serviços, visando reduzir o grau de dificuldades identificadas para o seu desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 3.321 pessoas capacitadas nas áreas do comércio e serviços, em parceria com o SEBRAE, ACAD, FACIC e CDL, no âmbito do Projeto Varejo Competitivo (1.139) e Central de Negócios(2.182).
- 2 27 estudos desenvolvidos beneficiando os setores da indústria, comércio e serviços.
- 3 Participação no Projeto do Código de Defesa do Contribuinte através do CONECS;
- 4 Criação da Central de Negócios;

AValiação dos Resultados Alcançados

1 Guia Industrial 2005/2006

Elaborado em parceria com o SEBRAE e Confederação Nacional da Indústria – CNI, do qual constam informações relevantes de 4.500 empresas, constituindo-se, atualmente, num importante instrumento de aproximação de clientes com fornecedores, ensejando a realização de negócios e investimentos e contribuindo para a geração de empregos e crescimento econômico do Estado.

2 Apoio ao Projeto Varejo Competitivo

O Varejo Competitivo é um projeto de âmbito nacional, que visa atender ao micro e pequeno varejo nas suas necessidades de modernização, de melhor desempenho operacional e de obtenção de competitividade, a fim de enfrentar os atuais desafios do mercado.

Foram realizados cursos nas áreas de Qualidade de Atendimento (14), Gestão (20), Higiene e Manipulação de Alimentos(4), Como Vender Mais e Melhor I e II (6), Custo e Precificação para Mercadinhos(2), Planejamento Financeiro(3), Layoutização de Mercadinhos (1), Marketing para Supermercados(1), Plano de Marketing para Supermercados(2), Técnicas de Negociação(2), Merchadising no Ponto de Venda(2), Crédito e Cobrança(1), Reposição de Mercadorias(1). Foram treinadas 1.139 pessoas.

3 Requalificação do Centro de Fortaleza

Promoção do **Liquida Centro**, realizada em parceria com o SEBRAE, Ação Novo Centro, CDL, FACIC, Governo Estadual e Governo Municipal, visando fomentar o comércio do Centro de Fortaleza. Consistiu numa liquidação em estabelecimentos comerciais no mês de setembro, considerado um período de baixo movimento. Essa iniciativa tem demonstrado resultados positivos, considerando que na avaliação de 2004 – primeiro ano da promoção - o incremento nas vendas foi de 20% e, em 2005, de 25%.

4 Natal do Sertão Vivo

Promoção comercial que teve como objetivo contribuir para o aquecimento das vendas no comércio e nos serviços da região, ofertados no período, de modo a promover um acréscimo significativo no número de empregos. Referida iniciativa teve como parceiros a SETE, FCDL, SEBRAE, SETUR, CDLS REGIONAIS e PREFEITURAS DO VALE DO JAGUARIBE.

5 Fortalecimento de Cadeias Produtivas

- Carnaúba

Tendo em vista tratar-se de segmento representativo no setor produtivo do Estado do Ceará, que demanda expressiva ocupação de mão-de-obra, vem recebendo especial tratamento por parte do Governo Estadual, merecendo destaque:

- 1 Estabelecimento do preço mínimo para o pó e a cera de carnaúba para a safra de 2004/2005, garantindo a sua aquisição e assegurando aos produtores um aumento médio em torno dos 20%, em relação ao preço da safra anterior;
- 2 Comprovação da viabilidade da utilização da cera de carnaúba como aditivo em frutas, alguns alimentos, produtos farmacêuticos, cosméticos e outros fins, considerada inócua à saúde humana;
- 3 Inauguração, em Itarema, da empresa Carnaúba do Brasil Ltda., fábrica de beneficiamento da cera de carnaúba;
- 4 Elaboração do Planejamento Estratégico da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carnaúba, com destaque para:

Ainda nesse âmbito, foi desenvolvido o Projeto-piloto no município de Caucaia, do Projeto Carnaúba nas Escolas, tendo como parceiros o SINDICARNAÚBA, ASSOCIAÇÃO CAATINGA e a SEDUC. Esse projeto tem como objetivo resgatar e solidificar, por intermédio de um processo pedagógico, a importância de todo potencial socioeconômico e ambiental da carnaúba. Estão envolvidas 33 escolas, sendo 25 municipais e 8 estaduais, com a participação de 23.718 estudantes. Foram capacitados 66 professores que atuaram como agentes multiplicadores do Projeto.

Dando continuidade ao Projeto, as escolas desenvolveram o tema de forma interdisciplinar, trazendo como resultado trabalhos relacionados à linguagem e códigos, ciências da natureza e ciências humanas, os quais foram apresentados em uma Feira Temática.

- Café

Em relação a esta cadeia, prestou-se atendimento à solicitação do setor de torrefação e moagem do Estado do Ceará, a fim de que a linha de produção do café tipo “almofada” fosse incluída nos incentivos fiscais, já existentes para a linha de produção a “vácuo”. Para emitir parecer, a SDE desenvolveu estudo que constatou que o consumo per capita de café vinha aumentando em todo país, com tendência de permanecer em alta. Nesse segmento, o Ceará apresentava queda no faturamento e arrecadação de ICMS. Era preciso tomar uma atitude considerando-se que 68% da produção de café do nosso Estado referia-se ao tipo “almofada”, e este era responsável por mais de 1.000 empregos diretos da indústria cafeeira local. Por outro lado, os estados vizinhos haviam enquadrado toda linha de produção do café em uma mesma política de incentivos, fazendo com que o Estado do Ceará estivesse perdendo o poder competitivo de atração de novos investimentos, e, conseqüentemente, perdendo os empregos existentes e reduzindo a arrecadação. Referido estudo foi fundamental para atendimento do pleito, resultando na criação do Decreto nº 27.764, de 14 de abril de 2005, que garante a inclusão do café tipo “almofada” no programa de incentivos fiscais.

- Petróleo/Gás

Articulação para formatação de políticas públicas para beneficiar pequenos negócios inerentes a esta cadeia produtiva, com foco na geração e manutenção do emprego e renda, para o qual foi assinado documento “Acordo de Resultados”, firmado entre os parceiros (PETROBRÁS, LUBNOR, IEL, SECITECE, ABRAMAM, CEFET e empresas do setor).

- Gráfica

Apoio na construção do projeto Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR, participando do desenvolvimento do Programa de Gerenciamento da Cor, que prevê a realização de seminários, capacitação, consultorias e serviços de laboratórios.

6 Pesquisa Conjuntural do Comércio

Para se ter um conhecimento mais aprofundado sobre a atividade do comércio, foi firmado, em 2004, o Convênio de Cooperação Técnica entre a SDE, IPECE e Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPDC, visando acompanhamento, análise de dados, identificação, perspectivas econômicas referentes ao setor comércio e serviços do Estado do Ceará.

Essa pesquisa tem como objetivo produzir indicadores mensais do desempenho do comércio varejista como um todo e dos seus vários ramos de atividade. A informação produzida pela pesquisa baliza a atividade econômica de curto prazo, permitindo que as empresas avaliem sua posição em relação ao desempenho médio dos ramos em que estão inseridas. Por isso, a cada mês, o empresário dispõe dos resultados da pesquisa nos diversos segmentos e ramos de atividade, permitindo, assim, a utilização de um novo instrumento de trabalho, ou seja, uma possibilidade de analisar o comportamento das vendas, formas de pagamento, nível de emprego, etc.

Nesse contexto, compete à SDE o acompanhamento e divulgação mensal da pesquisa, por meio do seu site institucional, que tem contribuído para a análise e conhecimento do comportamento da atividade comércio varejista, considerando o nível das informações apresentadas.

7 Central de Negócios

Inaugurada em março de 2005, na sede do Palácio do Comércio, a **CENTRAL DE NEGÓCIOS** objetiva viabilizar oportunidades aos micros e pequenos comerciantes de reciclarem seus conhecimentos e realizarem negócios, contribuindo para a revitalização da atividade comercial no Centro de Fortaleza. No local, encontra-se instalada a **Galeria de Oportunidades**, a qual conta com um Painel para divulgação de produtos e serviços, bem como uma Vitrine que dispõe de 24 espaços onde os comerciantes podem expor os seus produtos.

A Central de Negócios envolve, também, a criação de centrais por ramo de atividade, a exemplo de 2 unidades criadas naquele espaço: uma **Central de Ótica**, em funcionamento, desde sua inauguração no mês setembro, tendo sido criada a marca UNIÓTICA, e, a segunda, **Central de Restaurantes e Lanchonetes**, cujo processo de implantação teve início em agosto.

Para implantação da Central de Ótica, no período de junho a setembro, foram realizados 16 encontros, 5 consultorias, 9 cursos nas áreas de capacitação, mercado, marketing, vendas, empreendedorismo e integração. Dando continuidade à manutenção do processo de formação, foram promovidos 5 cursos, nos meses de outubro e novembro, acerca dos temas anteriormente abordados. Foram beneficiadas por essa modalidade de atendimento, 295 pessoas.

As atividades relacionadas à criação da Central de Restaurantes e Lanchonetes envolveram a realização de 11 encontros, 4 consultorias atendendo 54 empresas, 8 cursos nas áreas de vendas, qualidade, atendimento, negociação, integração e técnicas de trabalho, com 192 participantes.

Ainda em consonância com a lógica dessa iniciativa, foram realizados outros eventos, dentre os quais destacam-se:

- 7 Palestra, no mês de junho, sobre Revitalização de Varejo, que contou com a participação de 12 interessados.
- 8 Promovidas 4 Rodadas de Negócios, sendo 2 voltadas para o ramo de Artesanato e 2 para Confecções / Acessórios de Moda, com a participação de 88 empresas.
- 9 Atendidas 189 pessoas interessadas em informações, principalmente acerca de fornecedores, idéias para negócios e acesso a crédito.

ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

Objetivo

Promover e apoiar a implantação de empreendimentos industriais.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 63 empreendimentos industriais implantados/ampliados;
- 2 R\$ 1,15 bilhão de investimentos privados;
- 3 17.754 empregos diretos gerados;
- 4 29 municípios beneficiados;
- 5 49 empreendimentos industriais atraídos em protocolo;
- 6 R\$ 792,35 milhões em investimentos privados previstos;
- 7 10.674 empregos diretos previstos;
- 8 23 municípios beneficiados;
- 9 26 unidades industriais em implantação;
- 10 R\$ 1,6 bilhão de investimentos privados;
- 11 4.577 novos postos de trabalho;
- 12 17 municípios beneficiados;
- 13 Início das obras do Usina Siderúrgica do Ceará – USC;
- 14 176 empresas incentivadas monitoradas

AValiação dos Resultados Alcançados

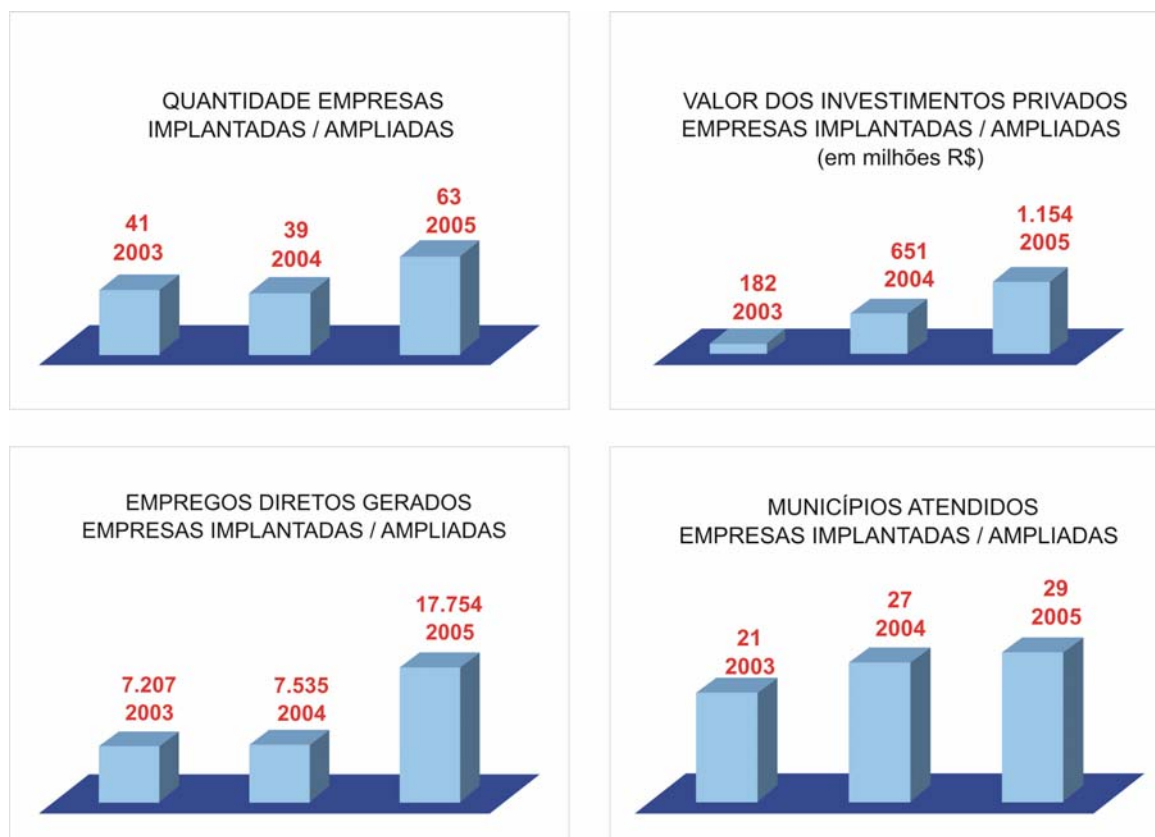
Ações intensivas de captação de investimentos, associadas a um elenco de iniciativas que o Governo Estadual vem implementando, tem contribuído de forma decisiva para a obtenção de resultados expressivos na condução da política de atração de empreendimentos de médio e grande porte.

Os esforços concentrados nas atrações de investimentos privados e geração de empregos viabilizaram a **implantação/ampliação de 63 empreendimentos** industriais, com investimentos privados da ordem de **R\$ 1,15 bilhão**, nos diversos setores (alimentícios, confecções, turismo, calçados, auto peças e plásticos), com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, proporcionando a geração de **17.754 empregos diretos**, beneficiando **29 municípios**.

No final de 2005, encontram-se em fase de implantação mais **26 empreendimentos**, beneficiando **17 municípios**, com investimentos privados previstos da ordem de **R\$ 1,6 bilhão** e perspectiva de geração de **4.577 novos postos de trabalho**.

A seguir, dados consolidados dos resultados alcançados pela Política de Desenvolvimento Econômico no período de 2003-2005:

Evolução no período 2003-2005



O esforço para a captação de investimentos contabiliza, em 2005, a formalização de **49 protocolos de intenção** com empresas, contemplando os setores da indústria, turismo e agroindústria, beneficiando **23 municípios**, com investimentos privados previstos da ordem de **R\$ 792,35 milhões** e perspectiva de geração de **10.674 empregos diretos**.

Foram aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CEDIN) 175 resoluções, assim distribuídas: 39 destinadas à contratação de benefícios do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), junto ao Banco do Estado do Ceará - BEC, no âmbito do Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN e Programa de Incentivo à Industrialização de Produto para Exportação do Estado do Ceará - PROINEX; 82 Resoluções concedendo benefícios de diferimento; 15 concedendo parcelamento de débito e, 39 concedendo alteração de contrato.

Resumo Janeiro a Dezembro de 2005

Situação da Empresa	Total de Empresas	Municípios Beneficiados	Total de Investimentos Valores Protocolo	Total de Empregos Valores Protocolo
Implantadas / Ampliadas	63	29	1.154.460.984,69	17.754
Em Implantação	26	17	1.622.468.717,16	4.577
TOTAL	89	36	2.776.929.701,85	22.331
Em Protocolo - SDE	48	23	788.616.426,09	10.522
Em Protocolo - SETUR	-	-	-	-
Em Protocolo - SEAGRI	1	1	3.732.021,00	152
Em Protocolo TOTAL - CEDIN	49	23	792.348.447,09	10.674

1 Usina Siderúrgica do Ceará – USC (CEARÁ STEEL)

Com investimento estimado de US\$ 720 milhões, objetivando a produção de 1,5 milhão de toneladas/ano de placas de aço, o projeto proporcionará reflexos sobre a infra-estrutura econômica do Estado do Ceará, com aumento direto no PIB de 4,37%.

A fase de construção da USC proporcionará a geração de 3.600 empregos diretos e 1.530 durante a operação, e uma massa salarial de R\$ 23,3 milhões/ano com incremento de 4 milhões de toneladas/ano na movimentação de carga no Porto do Pecém.

2 Monitoramento de Empreendimentos Incentivados

Em 2005, a SDE implantou o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do desempenho dos empreendimentos incentivados pelo FDI. Está também em análise o projeto do Sistema informatizado para cadastrar essas informações geradas pelas entrevistas do monitoramento, produzindo os relatórios necessários para o acompanhamentos dos índices, indicadores, e outros dados importantes na análise dos resultados alcançados pela Política de Desenvolvimento Econômico.

A partir de junho/2005, foram monitorados **176** empreendimentos, por meio de visitas técnicas, sendo **142** empresas incentivadas pelo Governo na Região Metropolitana de Fortaleza (municípios de Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Euzébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante) e **34** na Região do Cariri (municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte). Tratou-se de informações sobre a identificação das empresas, produtos industrializados, insumos, processo industrial, volume de investimentos, empregos gerados, programas de responsabilidade social, cultural e ambiental, análise de mercado, perspectivas de expansão, incentivos recebidos, nível de satisfação e informações complementares.

DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A atual política do setor agropecuário, coordenada pela Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRI, tem direcionado os seus esforços e recursos com vistas ao alcance de objetivos estratégicos de fortalecimento do agronegócio sustentável, produção agropecuária em condições sanitárias adequadas, ampliação da geração de trabalho e renda no campo, com foco no desenvolvimento territorial, e redução da vulnerabilidade do homem na agropecuária do semi-árido. Saliente-se que esses objetivos estratégicos se coadunam, convenientemente, com as grandes metas de governo, definidas no Eixo Ceará Empreendedor, ou seja, avançar no crescimento econômico com diversificação da produção, maior inserção internacional dos produtos na pauta de exportações e na busca da geração de emprego de qualidade.

Essa política tem sido implementada por meio de ações desenvolvidas no âmbito dos diversos programas gerenciados pela SEAGRI, destacando-se, entre outros, o Agronegócio da Agricultura, o Agronegócio da Pecuária Pesca e Aquicultura, o Desenvolvimento dos Agropólos, a Convivência com o Semi-árido, a Assistência Técnica e Extensão Rural - Agente Rural, a Defesa Agropecuária e a Ação Fundiária.

Quanto aos resultados alcançados, no que se refere à safra de grãos, mesmo considerando um ano de chuvas mal distribuídas, atingiu-se 530 mil toneladas de grãos, volume acima da média histórica registrada em anos similares a 2005. Isso revela, em boa medida, o acerto da política de governo, no que se refere ao incentivo no uso de sementes selecionadas, que garante maior produtividade das culturas. Com efeito, o Governo do Estado manteve o suporte aos pequenos agricultores, garantindo a distribuição de mais de 1,8 mil toneladas de sementes selecionadas. Por outro lado, a difusão de um modelo tecnológico adaptado (“*captação in situ*”) a diferentes realidades do semi-árido cearense promoveu a redução de perdas agrícolas em até 70% nas culturas de milho, feijão, mandioca e algodão.

No que se refere às exportações do setor agrícola, o segmento da fruticultura obteve um excelente desempenho, alcançando US\$ 44,6 milhões em exportação de frutas frescas, bem superior ao valor exportado em 2004, que foi de US\$ 24,8 milhões, merecendo destacar as exportações de abacaxi, manga e melão. No total exportado de frutas frescas e secas em 2005, as exportações cearenses ultrapassaram ao montante de US\$ 180 milhões, sendo US\$ 136,5 milhões de castanha de caju, colocando o Ceará, mais uma vez, em primeiro lugar nacional nas exportações desse produto, mesmo apresentando um decréscimo de 3,9% em relação ao ano anterior.

No tocante à produção de flores, é importante ressaltar que, em 1999, a área plantada no Ceará era de apenas 19 hectares, tendo, em 2005, alcançado a 210 hectares, gerando cerca de US\$ 3,0 milhões de exportações.

Quanto ao desempenho da pecuária, o Programa Leite é Saúde no Estado do Ceará foi destaque entre os denominados programas do leite no país inteiro, tendo distribuído 17,2 milhões de litros de leite, atendendo a mais de 48 mil beneficiários diariamente, em 97 municípios, baseando-se na

produção de 705 produtores familiares e 17 usinas de beneficiamento cadastradas no programa, responsáveis pelo processamento e distribuição do leite nos municípios de sua área de atuação. O Programa Leite é Saúde proporcionou, também, forte impacto na captação de leite por parte da indústria processadora, que ampliou o beneficiamento em 49,0%.

No que se refere à produção de leite, as ações do Projeto Pasto Verde permitiram aos 514 produtores assistidos uma média de produção de 8 litros/vaca/dia, mais de 260% acima da média estadual, que é de 3 litros/vaca/dia. A produção do rebanho assistido pelo programa é de 2.920 litros/vaca/ano, contribuindo com 8,5% do leite produzido no Estado do Ceará.

A piscicultura, por sua vez, está experimentando uma revolução no nível tecnológico, com a implantação de cultivos intensivos, melhoramento da qualidade das rações nos cultivos e, conseqüentemente, uma maior produção por área utilizada, sem que isso ocasione uma degradação do meio em que está sendo cultivado. O Nordeste do Brasil tem um potencial gigante para a produção de tilápias em tanque-rede e está despontando como uma alternativa de negócio para a geração de empregos no sertão cearense. A tilapicultura hoje já corresponde a 30% dos peixes cultivados no Brasil e o Ceará ocupa o primeiro lugar no país (em cultivos intensivos), segundo estatísticas do IBAMA 2004. As exportações de peixes no Estado do Ceará passaram de 0,70 milhão de dólares, em 1999, para 2,0 milhões de dólares, em 2005.

Os resultados na apicultura são surpreendentes, colocando o Estado entre os três maiores na produção de mel de abelhas do Brasil e destacando-se em segundo lugar nas exportações desse produto. O Ceará, em 2001, exportou US\$ 0,237 milhão em mel e, em 2005, US\$ 3,4 milhões, representando um aumento de 1.353%.

Vale destacar ainda, referente ao montante das exportações, que os produtos de origem animal, como couro e peles, camarão, peixe e mel responderam por 51% das principais exportações do agronegócio, que foram de US\$ 446,8 milhões.

Apesar da irregularidade das chuvas caídas no ano de 2005, não houve registro de invasões de agricultores nas sedes municipais e nem prosperou movimentos de tensão social, habituais nos anos de comportamento semelhante. Certamente, a razão dessa tranquilidade no meio rural deve ser atribuída ao pagamento dos benefícios do Garantia Safra, iniciado já em agosto/2005.

No que se refere à Defesa Agropecuária, os resultados alcançados na campanha de vacinação foram pautados em um trabalho de educação sanitária, que vem motivando os criadores do Estado, fazendo com que a sua grande maioria passe a adotar a prática de imunização dos seus rebanhos bovídeos, saindo de um índice vacinal de 7,52%, na segunda etapa de 2002, para 86,92%, em 2005.

O Programa de Agricultura Familiar - PRONAF proporcionou benefícios a 123,5 mil agricultores, em 183 municípios do Estado, por meio das ações de crédito rural para custeios e investimentos em atividades produtivas, para o que foram contratadas 84.288 operações de crédito no valor de R\$ 57,1 milhões.

Em 2005, aconteceu o revigoramento na atuação da assistência técnica e extensão rural pública, por meio do Programa Agente Rural e Caminhos de Israel, que deu ênfase à participação e organização das comunidades rurais e ao aporte tecnológico transformador. O Programa Agente Rural foi expandido para 144 municípios e contou com um contingente de 707 agentes.

DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS

Objetivo

Propiciar condições sustentáveis para o aumento da capacidade produtiva e de geração de emprego e renda da agricultura familiar, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares cearenses.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Adesão de 128.698 agricultores familiares ao Garantia Safra, em 146 municípios do Estado.
- 2 Benefícios a 123,5 mil agricultores, em 183 municípios, com as ações de Crédito Rural para custeio e investimentos.
- 3 Benefício a 441 famílias, com o Projeto de Crédito Fundiário, mediante aquisição de 38 imóveis, totalizando uma área de 12,6 mil hectares, no valor de R\$ 2,87 milhões, em 27 municípios.
- 4 Manutenção da Área Livre e de Barreiras Fitossanitárias, em uma área de 5.676km².
- 5 Obtenção do índice de 86,92% na Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa.
- 6 Inspeção de 68.691 cabeças de bovinos, 66 cabeças de bubalinos, 47.126 cabeças de suínos, 15.017 cabeças de ovinos, 1.210 cabeças de caprinos, 929.217 de aves (frangos) e 13 cabeças de avestruzes.
- 7 Classificação de 584.079 toneladas de produtos vegetais.

AValiação DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Sabe-se que o ano de 2005 apresentou grande irregularidade climática, com frustração expressiva da safra na grande maioria dos municípios cearenses. No entanto, não houve registro de invasões de agricultores nas sedes municipais e nem prosperou movimentos de tensão social, habituais nos anos de comportamento semelhante. Certamente, a razão dessa tranquilidade no meio rural deve ser atribuída ao pagamento dos benefícios do Garantia Safra, iniciado já em agosto/2005. Até o momento, já foram ou estão sendo beneficiadas 114, 4 mil famílias, em 118 municípios, esperando-se que, até o final do processo, dos 128.698 agricultores que aderiram ao Seguro Safra 2005, 121,6 mil famílias, em 129 municípios, possam usufruir do benefício, o que representa o retorno de R\$ 66,9 milhões.

Essa renda contribui para a manutenção das pessoas no meio rural, garantindo-lhes o sustento sem precisar vender animais ou outros bens, uma alternativa determinante de maior empobrecimento.

Vale também ressaltar a importância do Garantia Safra para a manutenção e fortalecimento do comércio local de pequeno porte, de vez que o dinheiro do benefício é utilizado pelos agricultores, quase que integralmente, para a compra de alimento e outros produtos de uso doméstico.

No que se refere ao PRONAF, foram contratadas 84.288 operações de crédito, no valor de R\$ 57,1 milhões. O PRONAF proporcionou também benefícios mediante crédito à infra-estrutura, em 73 municípios, aplicando recursos no valor de R\$ 3,37 milhões.

Os recursos aplicados no projeto Crédito Fundiário são da ordem de R\$ 6,98 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões para os Subprojetos de Aquisição de Terra -SAT (reembolsável) - recursos oriundos do Fundo de Terras da Reforma Agrária e R\$ 4,16 milhões para os Subprojetos de Investimentos Comunitários - SICs e Assistência Técnica na implantação dos mesmos (não reembolsáveis) - recursos do Banco Mundial.

O Projeto de Crédito Fundiário apresentou um acréscimo significativo em relação ao número de famílias atendidas no ano de 2004, apresentando um acréscimo de 70,93% com acesso à terra e aos investimentos comunitários de infra-estrutura social e produtiva, com aumento no volume de recursos da ordem de R\$ 3,4 milhões, representando aumento de 91,65% em relação a 2004.

O Crédito Fundiário permitiu também a implantação, nos assentamentos e comunidades, de 305 bibliotecas, no âmbito do Projeto Arca das Letras da Secretaria de Reordenamento Agrário/Ministério do Desenvolvimento Agrário – SRA/MDA. Foram capacitados 3.312 pessoas, dentre estas os Agente Rurais, Técnicos de ONGs, parceiros credenciados, técnicos da EMATERCE, IDACE e beneficiários do Programa.

Dentre as ações para a manutenção da Área Livre de mosca das frutas, destacam-se a coordenação e a fiscalização dos procedimentos de cumprimento das conformidades na Área Livre, a promoção de cursos para credenciamento de Técnicos para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e a emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais. Tal manutenção permitirá a exportação de melão para os estados Unidos e países do Mercosul.

As Barreiras Zoofitosanitárias, em número de 10 (dez), estão localizadas nas fronteiras do Estado do Ceará, com os Estados de Piauí, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, sendo que, nestes três últimos, encontram-se Barreiras que têm como prioridade dar sustentabilidade a Área Livre, fiscalizando e disciplinando o trânsito de curcubitáceas na entrada e saída. Tais Barreiras estão localizadas nos municípios de Penaforte, Jati, Ipaumirim e Aracati (Mata Fresca). As outras Barreiras, que também atuam na proteção da Área Livre, estão localizadas nos municípios de São João do Jaguaribe, Morada Nova, Chorozinho e Aracati (CE 040). No ano de 2005, foram realizadas cerca de 7.000 fiscalizações, somente para cucurbitáceas

Os resultados alcançados da campanha de vacinação foram pautados em um trabalho de educação sanitária, que vem motivando os criadores do Estado, fazendo com que a sua grande maioria passe a adotar a prática de imunização dos seus rebanhos bovídeos, saindo de um índice vacinal de 7,52%, na segunda etapa de 2002, para 86,92%, no mesmo período de 2005.

Foram inspecionados 15,6 milhões de litros de leite e derivados, e 3,4 mil toneladas de produtos de origem animal, tais como: leite em pó, doce, queijo, manteiga, creme de leite e coalhada caseira.

O Serviço de Inspeção Animal realizou também inspeção em 8,0 mil toneladas de embutidos, defumados, conservados, carne moída, carne maturada, produtos salgados, produtos defumados e empanados. Inspecionados, também, 56.000 dúzias de ovos de codornas e 32.234 dúzias de ovos de galinha.

Todos esses produtos foram inspecionados em 15 abatedouros, 12 estabelecimentos de processamento, 33 laticínios e 2 estabelecimentos de produção de ovos, totalizando 62 unidades industriais.

O Serviço de Classificação de Produtos Vegetais realizou 59,72 % da meta programada. Dos vinte e seis produtos vegetais credenciadas, destacam-se: Trigo, Alho, Arroz, Feijão, Milho, Farinha de Mandioca, castanha de caju, amêndoa de caju e óleo de soja. O não atingimento da meta deve-se à redução na quantidade de produtos importados, falta de fiscalização do comércio, descredenciamento para realização da classificação do algodão em pluma e fechamento de empacotadoras no Estado.

PROGRAMA AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA

Objetivo Apoiar os negócios agropecuários dinâmicos e estratégicos cearenses, articulando-os e integrando-os com todos os elos da cadeia produtiva do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Distribuição de 17,2 milhões litros de leite, por meio da Ação “Leite é Saúde”, beneficiando 48,7 mil pessoas entre crianças e gestantes, em 97 municípios do Estado do Ceará.
- 2 Implantação de 660 hectares de pastejo rotacionado e prestação de assistência técnica a 514 produtores, no âmbito do Projeto Pasto Verde.
- 3 Assistência a 12.072 colméias, entre 126 apicultores na Mesorregião da Chapada do Araripe no Estado do Ceará, com produção total de mel de 241.440 quilos.
- 4 Implantação de 847 hectares de reserva alimentar estratégica (silagem, feno, palma forrageira) e assistência a 283 produtores na Mesorregião da Chapada do Araripe no Estado do Ceará, no âmbito do Projeto de Ovinocaprinocultura.
- 5 Implantação de 275 tanques-rede para a Cooperativa dos Produtores do Curupati - Peixe Ltda, possibilitando a produção e comercialização de 198 toneladas de tilápia.
- 6 Distribuição de 866 mil alevinos pelo Projeto de Repovoamento de Açudes.

AValiação DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Os projetos vinculados ao Agronegócio da Pecuária conseguiram alcançar boa parte dos seus objetivos, dando continuidade aos projetos já existentes, bem como conseguindo implementar novas ações em prol do desenvolvimento do Agronegócio da Pecuária.

A aquisição e distribuição de 17,2 milhões de litros de leite para 48,7 mil pessoas funcionaram como fator preponderante na estabilização do preço do leite no mercado, principalmente para os pequenos produtores, além do aumento significativo na captação de leite (leite formal). Esses números propiciaram a orientação técnica a 936 produtores de leite e fortalecimento de 16 laticínios, perfazendo um total de recursos utilizados de R\$ 19,0 milhões. O público beneficiado é composto de gestantes e crianças de 6 meses até 6 anos, em 97 municípios.

As ações do Projeto Pasto Verde permitiram que os 514 produtores assistidos reduzissem os custos de produção do leite para até R\$ 0,30. A média da produção de leite no Estado do Ceará é de 3 litros/vaca/dia, enquanto que, no rebanho assistido pelo Projeto Pasto Verde, a média é de 8 litros/vaca/dia. Esses números representam a produção anual por vaca no Estado de 800 litros/ano, enquanto a média no Projeto Pasto Verde é de 2.920 litros/ano, ou seja, mais de 260% acima da média estadual.

O Projeto de Estruturação e Organização da Apicultura na Mesorregião da Chapada do Araripe, no Estado do Ceará, desenvolveu técnicas de manejo e de comercialização do mel produzido pelos apicultores assistidos, tais como dias de campo e seminários. O resultado dessa ação foi que a produção média por colmeia/ ano, que era de 11 kg ,foi elevada para 20kg colmeia/ ano, e a taxa de abandono de enxames, que era de 40% desse total de colméias, passou para 10%, após implantação do manejo correto dos apiários.

O Projeto de Ovinocaprinocultura propiciou a redução da mortalidade dos rebanhos assistidos em 32%, e a idade ao abate foi reduzida para 8 meses, elevando o peso médio ao abate para 28 kg, com rendimento de carcaça de 42%, comparando em anos anteriores, em que o animal era abatido com peso médio de 25 quilos e seu rendimento de carcaça chegava no máximo a 39%.

Para o Projeto de Piscicultura, o maior destaque é a consolidação do reassentamento das famílias impactadas com a construção do açude Castanhão. Das famílias que foram reassentadas, 46 famílias já estão envolvidas no processo e está sendo gerada uma receita mensal familiar de R\$ 600,00.

No que diz respeito ao Repovoamento de Açudes (Peixe Vivo), o resultado obtido foi o atendimento a 10.675 pessoas e, em média, 25 famílias por açude peixado.

AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA

Objetivo

Promover ações diretas e indiretas de apoio à produção e comercialização, em áreas de sequeiro e irrigadas, promovendo o desenvolvimento sustentável dos produtores da agricultura cearense.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Distribuição de 1.891,3 toneladas de sementes de feijão, milho e sorgo, beneficiando 90.749 produtores rurais;
- 2 Instalação de 17 ensaios de cultivares de feijão, milho, sorgo e soja em 3 municípios do Estado do Ceará;
- 3 Instalação de 68 unidades técnicas demonstrativas de captação “in situ” e preparo de 875,1 ha com essa tecnologia, atendendo a 1.006 pequenos agricultores;
- 4 Implantação de 139 hectares com o uso da tecnologia do plantio direto;
- 5 Distribuição de 29,9 toneladas de sementes de algodão herbáceo e 42,8 toneladas de sementes de mamona, beneficiando a 5.194 produtores rurais;
- 6 Exportação de 30,5 mil toneladas de amêndoa de castanha de caju, no valor de US\$ 136,5 milhões;
- 7 Exportação de US\$ 2,8 milhões em flores
- 8 Implantação de 13.575 hectares com cultivo de orgânicos no Estado do Ceará.
- 9 Revitalização de 5 agrovilas (início);
- 10 Realização do AGRIFRUTAS 2005,
- 11 Exportação de US\$ 44,6 milhões em frutas frescas
- 12 Realização de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum e parcelar (Projeto de Agricultura Irrigada Curupati).
- 13 Aquisição de equipamentos eletromecânicos das captações parcelares (Projeto de Agricultura Irrigada Alagamar).
- 14 Viabilização dos recursos financeiros para a construção da captação hídricos via Eixo de Integração (Projeto de Agricultura Irrigada Mandacaru).

AValiação dos Resultados Alcançados

O Projeto Hora de Plantar destina-se ao atendimento da demanda de pequenos agricultores, descapitalizados na sua maioria, e que na época do plantio não dispõem de sementes ou de recursos financeiros para adquiri-las. Para tanto, foram distribuídas 1.891,3 toneladas de sementes de feijão, milho e sorgo, para 90.749 produtores rurais, que cultivaram uma área de 99.310 hectares

Cada agricultor recebe sementes fiscalizadas e utilizam exclusivamente a mão-de-obra familiar nos cultivos dessas culturas, produzindo grãos essenciais para sua subsistência. A internalização progressiva da grande maioria dos pequenos produtores vem contribuindo para a elevação da sua renda, como conseqüência de uma nova cultura na utilização do uso de sementes fiscalizadas, de elevado padrão genético, em substituição ao uso de grãos, com reflexo no aumento da produtividade das culturas, em pelo menos 30%.

Com o uso de sementes de padrão genético comprovado, o agricultor aumenta substancialmente a quantidade de alimento para suas famílias, além de contribuir na criação de emprego e renda, diminuindo o êxodo rural.

A assistência técnica prestada ao pequeno produtor, por meio de visitas, cursos, palestras e dias de campo, qualidade das sementes adquiridas e distribuídas pelo projeto, obedecendo ao zoneamento agrícola e a participação empresarial, foram os fatores que concorreram para o êxito dessa ação governamental.

Foram instalados, nos municípios de Pentecostes, Quixadá e Limoeiro do Norte, 17 ensaios cultivares de sorgo, milho, soja e feijão, reunindo 148 diferentes cultivares para posterior recomendação aos agricultores.

Uma outra tecnologia difundida junto aos produtores de agricultura de sequeiro foi um projeto de captação *in situ*, que tem como principais benefícios a redução dos riscos climáticos da produção agrícola familiar, pela plena eficácia na redução das perdas e conservação dos níveis de umidade do solo, nas condições do semi-árido. Essa tecnologia garante uma produção superior a até 70% em comparação com o cultivo tradicional, em período de estiagem prolongada.

As principais culturas cultivadas com o uso dessa prática foram o milho e o sorgo, que diminuíram em 25 % os custos de produção por redução dos tratos culturais, principalmente por tornar desnecessária a aração e gradagem no preparo do solo. O plantio direto foi realizado em 139 hectares e foi potencializado em função de o Governo do Estado disponibilizar uma máquina no Estado em parceria com a empresa BALDAN e recursos financeiros para sua implementação. O pouco conhecimento ainda dessa técnica e a necessidade de capacitação do agricultor e do operador das máquinas foram limitações que dificultaram a dinamização do projeto. No entanto, essa tecnologia proporcionou uma mudança no perfil da agricultura do Estado, não só no semi-árido, mas, sobretudo, nas áreas de sequeiro.

A área total colhida de algodão no Estado do Ceará foi de 10.680 há, com uma produção de 8.671 toneladas de algodão em caroço, o que gerou uma receita bruta de R\$ 6,68 milhões. Para os 914 produtores assistidos, que receberam 29,9 toneladas de sementes fiscalizadas/certificadas diretamente pela EMATERCE, cultivaram uma área de aproximadamente 2.990 hectares, tendo atingido uma produtividade de 1.200 kg/há, representando 48% a mais da média do Estado, que foi 812 kg/ha.

A situação da cotonicultura no Estado do Ceará passa por uma fase difícil, fato que também vem ocorrendo com o setor como um todo no país. No Ceará, essa fase crítica é devida à pouca profissionalização e organização de nossos agricultores e à queda gradativa dos preços do algodão no mercado. Contudo, é assegurado o mercado em nível de Ceará, considerando que o Estado tem o segundo maior parque têxtil do país, com uma demanda anual de 170 mil toneladas de pluma, contra uma oferta anual que gira em torno de 3% dessa necessidade.

Acredita-se numa melhoria gradativa da cotonicultura no Ceará nos próximos anos, considerando a existência de tecnologias que possibilitam uma produção com baixo custo, o suprimento de sementes de alta qualidade e assistência técnica permanente fornecida pelos Agentes Rurais, aliados a ações conjuntas do setor produtivo, industrial e governamental.

No que se refere ao Projeto Mamona do Ceará, merece destaque a criação de 8.201 ocupações, um dado muito significativo em se tratando do semi-árido, bem como o fato de o Estado ter alcançado, em apenas dois anos, a auto-suficiência em produção de sementes selecionadas, com as variedades Nordestina e Paraguaçu.

A produção total de mamona no Estado do Ceará foi de 12.301,5 toneladas de bagas, em uma área de 24.603 hectares, o que representa a produção de 5.289,6 toneladas de óleo de mamona e 7.011,8 toneladas de torta. Esse óleo poderá produzir 5.289 toneladas de biodiesel.

A Seagri distribuiu 42,8 toneladas de sementes fiscalizadas, quantidade suficiente para atender a toda a demanda do Estado. Entretanto, um fator preocupante tem sido a comercialização, haja vista que, praticamente, uma única empresa tem dominado o mercado, no caso a Brasil Ecodiesel. Porém, espera-se que, a partir de 2006, outras empresas possam compor o mercado, como a CONAB e a Petrobrás, conforme compromisso firmado pelos parceiros do Programa.

O Estado do Ceará tem uma área cultivada com caju de 366.911 ha, sendo 348.911 ha com caju comum e 20.000ha com caju anão precoce, sendo explorada por aproximadamente 58.000 produtores. Essa área contribuiu para que as exportações de castanha de caju representassem 14,6% da exportação total do Estado.

A assistência técnica pública do Estado atendeu a 14,7 mil ha (4% da área total) com cajueiros, com um público de 13.862 beneficiários, ou seja, 24% dos produtores. O produtor assistido pela Ematerce obteve uma produtividade média de 360kg/ha, ou seja, 102% acima da média do Estado, que foi de 179 kg/ha. Em 2005, o crescimento da área do Estado com cajueiros foi de 2.328 há, quando comparado a 2004. A produção de 2005 foi de 66.090 toneladas de castanha, que representa uma queda de 28%, quando comparada com a produção de 2004.

Por sua vez, a atividade de floricultura exportou US\$ 2,8 milhões, que representaram um acréscimo de 33,5%, comparando-se com o ano anterior. A área implantada também apresentou crescimento, saindo de 160 hectares, em 2004, para 210 hectares, em 2005. Com o crescimento da floricultura no Ceará, houve um aumento no número de empregos gerados, e consequentemente no aumento de renda da população envolvida. No ano de 2005, mais de 1.700 pessoas estavam empregadas no setor produtivo de flores. Além disso, a capacitação de produtores, técnicos e estudantes proporcionou um incremento na produção e na colocação de novos profissionais no mercado de trabalho. Os resultados foram alcançados por intermédio de diferentes ações do Programa, das quais se destacam a articulação de parcerias estratégicas com entidades e organizações estaduais, nacionais e internacionais, públicas e privadas e a sensibilização de produtores.

A contratação de 4 agentes rurais masters e 10 agentes rurais para acompanhamento e assistência técnica aos produtores orgânicos do Estado do Ceará e a capacitação de 630 agentes da cadeia produtiva de orgânicos permitiram que a agricultura orgânica alcançasse a 13.575 hectares cultivados. Merece destaque, na atividade de cultivos de orgânicos no ano de 2005, a implantação do projeto de produção de hortaliças e frutas orgânicas no Condomínio das Produtoras Orgânicas de Mauriti, com 5,0 ha, beneficiando diretamente 10 famílias, e o início dos trabalhos de produção

de hortaliças orgânicas no Sítio Carnaúba, Juazeiro do Norte, com 11 famílias, ocupando uma área de 2,0 ha. Outra atividade de destaque foi a formação da Comissão Estadual da Produção Orgânica-CEPOrg e a participação da SEAGRI como membro, sob direção da Superintendência Federal de Agricultura-SFA-CE.

A ausência de uma infra-estrutura mínima para o acompanhamento dos projetos, bem como a escassez de recursos para o desenvolvimento de ações de acompanhamento/viagens/participação em feiras nacionais/elaboração de material institucional são considerados os pontos de estrangulamento do Projeto de Agricultura Orgânica.

No que diz respeito à revitalização de agrovilas, foram elaborados e aprovados os projetos para as Agrovilas Sítios Novos, Angicos, Flor do Campo, Muquém e Aracoiaba, localizadas respectivamente nos municípios de Caucaia, Coreaú, Novo Oriente, Cariús e Aracoiaba. Os projetos totalizam o valor de R\$ 569.150,00, e prevê a recuperação e implantação da infra-estrutura de irrigação para 61 hectares, beneficiando 122 famílias. Após o término da infra-estrutura, será implantado o projeto produtivo de agricultura irrigada. Na oportunidade, será colocado um agente rural para cada agrovila a ser revitalizada, para garantir a assistência técnica. Todas as agrovilas foram beneficiadas com o projeto de repovoamento com alevinos.

Além dessas agrovilas, as de Rosário, Olho d'água e Ubaldinho, localizadas respectivamente nos municípios de Lavras da Mangabeira, Várzea Alegre e Cedro, foram beneficiadas com projeto associativo de piscicultura em tanques-redes. Os projetos totalizaram o valor de R\$ 900.000,00, e prevê a implantação de 340 tanques-redes, beneficiando 60 famílias.

A realização do AGRIFRUTAS 2005 criou a oportunidade para a realização e a promoção de intercâmbio entre as cadeias produtivas da fruticultura do Ceará, Brasil e o mundo;

O cultivo de 32 mil hectares irrigados com fruticultura representou um crescimento de 13,9%, em relação à safra do ano anterior. Permitiu a exportação de US\$,44,6 milhões representando um crescimento de 79,8%, com a geração de 21,1 mil empregos diretos e um incremento de receita no valor bruto de produção de R\$ 389,6 milhões.

O Projeto de Agricultura Irrigada Curupati proporcionará atividade econômica para 69 famílias de baixa renda desalojadas, pela construção da barragem do Castanhão, com a implantação de 207 ha de mamão formosa e goiaba. Várias obras foram realizadas no projeto, entre elas a relocação da captação, a complementação da estrada de acesso, a construção dos galpões de insumos e de embalagens. Para a implantação das culturas, as obras de infra-estrutura de irrigação comum e parcelar deverão ser finalizados em 2006.

O Projeto de Agricultura Irrigada Alagamar proporcionará atividade econômica para 104 famílias de baixa renda desalojadas pela construção da Barragem do Açude Castanhão, com a implantação de 312 ha de mamão formosa, banana e uva. Várias obras foram realizadas no projeto, dentre outras a relocação da captação hídrica e a construção do galpão de insumos. Para a implantação das culturas são necessárias a aquisição e instalação dos equipamentos parcelares.

O projeto de Agricultura Irrigada Mandacaru proporcionará atividade econômica para 132 famílias de baixa renda desalojadas pela construção da Barragem do Açude Castanhão, com a implantação de 396 ha de pasto irrigado. Para a implantação das culturas, a obra da captação hídrica deverá ser concluída e a de aquisição dos equipamentos de uso comum e parcelar viabilizada.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COM INSERÇÃO DO AGENTE RURAL

Objetivo

Buscar a universalização, de forma gradual, da assistência técnica e extensão rural, fortalecendo a agricultura familiar, promovendo a pequena e microempresa rural, incluindo, socialmente, as famílias rurais do Estado e contribuindo para a organização dos produtores através da Metodologia do Caminhos de Israel, como condição fundamental, para a prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Operacionalização da assistência técnica por meio de 707 agentes rurais .
- 2 Prestação de assistência técnica a 25.989 produtores rurais de base familiar, distribuídos em 144 municípios do Estado.
- 3 Distribuição aos produtores, pelo Programa Planta Ceará / Hora de Plantar, de 2.117.418 kg de sementes certificadas a 74.727 produtores rurais.
- 4 Contribuição para a revitalização da cana-de-açúcar na região do Cariri.
- 5 Capacitação de 555 Agentes Rurais.

AValiação dos Resultados Alcançados

Criado pelo Governo do Estado do Ceará, o Programa Agente Rural é executado mediante trabalho de técnicos agrícolas e de irrigação, selecionados e capacitados, com a missão de fomentar a organização das comunidades rurais, repassando-lhes assistência técnica e tecnologias transformadoras.

O Programa consiste na parceria Estado / Município, utilizando o princípio da reciprocidade na alocação dos agentes rurais. Atuam em programas prioritários do Governo do Estado, com ou sem participação dos municípios, direcionando as atividades econômicas prioritárias, em obediência ao zoneamento agroeconômico e no agronegócio, definindo metas de resultados por agente.

Para a obtenção dos resultados, o Programa Agente Rural contou, no ano de 2005, com a colaboração financeira de diversos parceiros: 33 agentes foram financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 343 financiados pelo Governo do Estado, no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e 331 foram financiados pelas Prefeituras.

A assistência aos produtores deu-se por meio de cursos, palestras e dias de campo, nos produtos de maior relevância, tais como: produtos da agricultura orgânica, algodão, apicultura/ ovinocaprino cultura, bovinocultura, cajucultura/ mandioca, floricultura, fruticultura, mamona, milho variedade, milho híbrido, olericultura, piscicultura, sisal/feijão/amendoim e reforma agrária.

A orientação nas atividades de organização da produção, comercialização, capacitação e crédito rural (PRONAF), foram os fatores que concorreram, sobremaneira, para o êxito do programa.

Um ponto a destacar como impacto positivo obtido com o programa foi a contribuição para a revitalização da cana-de-açúcar na região do Cariri, no âmbito do Projeto Renovacana Cariri, atendendo a 32 produtores rurais, em uma área de 116 hectares. Esse projeto tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do setor sucroalcooleiro do sul do Estado, focando a modernização do setor agrícola e o fortalecimento do parque industrial.

Ainda quanto aos benefícios gerados, cite-se a entrega das sementes aos 74.727 produtores rurais beneficiados com o Programa Planta Ceará / Hora de Plantar que, contando com assistência técnica, alcançaram maior produção e produtividade, melhorando a renda familiar. Nesse contexto, parte do público-alvo utilizou os programas de sistema de plantio de convivência com o semi-árido: captação “*In Situ*”, plantio direto, correção do solo e escarificação, além de adubação verde.

Há de se ressaltar que os produtores passaram a ter amplo conhecimento das políticas públicas para o setor agrícola, o que facilitou o acesso ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, gerando um aumento da ocupação na mão-de-obra familiar.

É oportuno mencionar fatores identificados que podem contribuir para a queda de performance do programa, no que dizem respeito às parcerias com prefeituras, pois parte delas não estão participando ativamente dos processos de efetivação do convênio com a EMATERCE ou com a FUNCAP, o que atrasa a lotação dos técnicos. Essa queda de performance deve-se ainda a defasagem salarial dos agentes rurais do município em relação aos do estado, além do atraso nos seus pagamentos.

SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ

Objetivo

Elevar os percentuais de atendimento à população do Estado, com serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação final de resíduos sólidos e do abate de animais destinados ao consumo humano, bem como a redução das despesas de custeio com o pagamento das contas de água e esgoto dos prédios de uso público estadual.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Abastecimento de Água

- 1 Ampliação da oferta dos serviços de distribuição da água tratada de 69,59%, em 2004, para 71,39%, em 2005, aumentando o número de beneficiados em 258.923 habitantes no Estado.
- 2 Ampliação da oferta dos serviços de distribuição de água tratada à população rural do Estado, de 12,90%, em 2004, para 15,50%, em 2005, aumentando o número de beneficiados em 51.860 habitantes.

Esgotamento sanitário

- 1 Ampliação da oferta dos serviços de coleta e tratamento dos esgotos de 27,14%, em 2004, para 27,48%, em 2005, aumentando o número de beneficiados em 71.847 habitantes no Estado.

AValiação DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Abastecimento de Água

- 1 O resultados registrados em 2005 relativos às ações implementadas apontam para um incremento real de 1,8% da cobertura dos serviços de abastecimento de água no Estado.
- 2 Esse resultado foi alcançado pela disponibilização de 61.211 ligações domiciliares, que beneficiaram 258.923 habitantes.
- 3 Merecem destaque as ações implementadas pelo Projeto São José, executadas, em parceria entre o Governo do Estado, Cagece e Associações comunitárias das localidades beneficiadas, que possibilitaram a implantação de sistemas de abastecimento em localidades adensadas da zona rural. Foram atendidos 11.423 domicílios, que representam uma população de 51.860 habitantes beneficiados.

Esgotamento sanitário

- 1 O resultados registrados em 2005 relativos às ações implementadas apontam para um incremento real de 0,34% da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário no Estado.
- 2 Esses resultados foram alcançados pela disponibilização de 16.985 ligações domiciliares que beneficiaram 71.847 habitantes.

Resíduos Sólidos

- 1 Concluída a execução da Usina de Triagem e Beneficiamento de Recicláveis – UTBR, no município de Maracanaú, projetada para atender 128 catadores, processar 45 ton / dia de resíduos e produzir 7,2 ton / dia de recicláveis.
- 2 Concluídos os diagnósticos da situação dos resíduos sólidos de todos os municípios do Estado. Esses diagnósticos estão subsidiando a elaboração dos Planos Regionais de Gestão dos Resíduos Sólidos desses municípios, ora em elaboração.

Infra-estrutura sanitária

- 1 No ano de 2005, foi construída a edificação para 1 abatedouro na cidade de Ererê.

GPR – GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS

Abastecimento de Água

- 1 Os resultados necessários ao cumprimento das metas estabelecidas no GPR para a prestação dos serviços de abastecimento de água em 2005 foram plenamente atingidos. A meta para o ano era executar 22.726 ligações domiciliares, na zona urbana do Estado. Foram executadas 47.134 ligações, ultrapassando em 24.408 unidades a meta estipulada.

Esgotamento sanitário

- 1 Os resultados necessários ao cumprimento das metas estabelecidas no GPR para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário em 2005 foram plenamente atingidos. A meta para o ano era executar 13.514 ligações domiciliares, na zona urbana do Estado. Foram executadas 16.985 ligações, ultrapassando em 3.471 unidades a meta estipulada.

Resíduos Sólidos

- 1 Os resultados necessários ao cumprimento das metas estabelecidas no GPR relativas à situação dos resíduos sólidos no Estado não foram atingidos.
- 2 A previsão para 2005 era a implantação de 9 aterros sanitários e 9 centros de reciclagem, no interior do Estado. Foi implantado o centro de reciclagem de Maracanaú. Nenhum aterro sanitário foi construído, estando em andamento a construção do aterro sanitário de Viçosa do Ceará.
- 3 Esse fraco desempenho deveu-se ao fato de que, até 2005, os trabalhos existentes sobre a situação dos resíduos sólidos no Estado eram superficiais e não retratavam, de forma abrangente, a realidade local, sendo esses dados indispensáveis para elaboração de planos e projetos que tivessem sustentabilidade continuada.

Foram então contratados os serviços de diagnóstico e elaboração de planos de gestão, que definissem diretrizes sustentáveis de implantação de aterros sanitários de forma consorciada ou isolada.

Esses serviços foram concluídos e aprovados ao final de 2005, estando prevista, para 2006, o início das obras e serviços, o que tenderá a reverter a situação até agora apresentada.

Infra-estrutura sanitária

- 1 Os resultados necessários ao cumprimento das metas estabelecidas no GPR relativas à implantação de abatedouros públicos equipados e com destinação final adequada no Estado não foram atingidos.
- 2 A previsão para 2005 era a construção e implantação de 15 abatedouros no interior do Estado, e apenas 1 no município de Ererê, foi implantado, estando em fase de contratação mais 2, nos municípios de Antonina do Norte e Mauriti.
- 3 Semelhantemente aos resíduos sólidos, a situação dos abatedouros públicos no Estado era desconhecida, o que impossibilitava o acompanhamento dos problemas.

Como dito anteriormente, conhecer essa realidade é indispensável para a implementação de ações que visem solucionar a problemática do abate de animais para consumo humano, com a implantação de abatedouros equipados, higiênicos e com destinação final adequada dos resíduos produzidos.

No 2º semestre de 2005, foi contratada e iniciada a elaboração desses trabalhos, que nortearão a elaboração de projetos e planos de gestão, para implementação de ações necessárias e sustentáveis à resolução dos problemas detectados.

A partir dos dados preliminares desse trabalho, foi iniciada a execução da programação dessa ação, mediante a assinatura de convênios com 22 prefeituras municipais, para implantação de abatedouros públicos, em municípios do interior do Estado, e 3 para reforma de abatedouros existentes.

RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Objetivo

Construir, melhorar, restaurar e conservar as rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Ceará, de modo a garantir uma infra-estrutura de transporte que interligue as diversas regiões geoeconômicas do Estado e com os Estados vizinhos, permitindo o escoamento de pessoas, bens e serviços de forma segura e confortável.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Alcance da meta de condição de trafegabilidade das rodovias pavimentadas sob responsabilidade do Estado do Ceará em 80%.
- 2 A meta de conservação de rodovias pavimentadas superou o programado para o ano de 2005, atingindo 5.767,60 km, contra 5.750,60 km previstos no PPA, com investimentos na ordem de 67,6 milhões
- 3 Encerramento do Programa Ceará II, que, com recursos do BID e do Tesouro Estadual, financiou a pavimentação e restauração de rodovias estaduais. Neste programa, em 2005, foram concluídas as pavimentações de 149,20 Km de rodovias e restauradas outros 233,50 Km.
- 4 Com recursos do Tesouro, foram construídos 9,8 Km de rodovia estadual e, com financiamento parcial de recursos da Embratur, foram concluídos 7,20 km de rodovias turísticas

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa Rodoviário está inserido Eixo Estratégico – Ceará Empreendedor – com papel preponderante na matriz de transporte em nosso Estado, contribuindo de forma decisiva no desenvolvimento econômico e social sustentável do Ceará.

Uma malha rodoviária em bom estado de conservação possibilita o acesso adequado às diversas localidades do Estado, com implicações econômicas para o comércio, turismo, lazer, educação, saúde e integração regional, como também permite o escoamento de pessoas, bens e serviços de forma segura e confortável.

Em 2005, a restauração de rodovias atingiu 92% da meta estabelecida. Foram restaurados 233,50km de um total previsto de 254,70 km previsto no GPR. Entretanto, não houve comprometimento da meta estabelecida para a trafegabilidade das rodovias cearenses, que atingiu o patamar de 80%.

As rodovias restauradas, distribuídas ao longo de todo o território cearense, disponibilizam aos seus usuários, além de excelentes condições de tráfegabilidade, segurança e condições logísticas para o transporte de produtos produzidos no estado, visando sua exportação e distribuição local em tempo e custos competitivos.

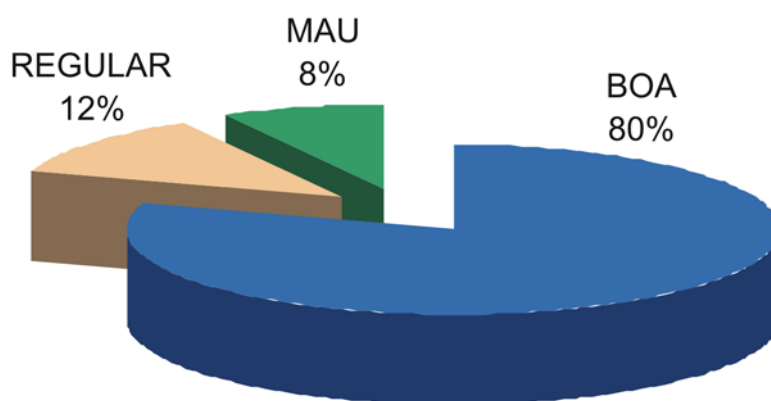
Destaca-se, assim, o trecho Russas – Divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte, com extensão de 31,70km, que permitirá o rápido escoamento de produtos agrícolas da região, mais especificadamente, a produção de frutas.

No mesmo sentido de aumentar as condições de competitividade do estado, foi implantado o trecho Icarai (Tabuba) – Cumbuco, com extensão de 7,20km, no município de Caucaia, numa região de grande apelo turístico.

Indicadores do estado de conservação da Malha Rodoviária

Situação Física	Extensão Levantada	Estado de conservação do pavimento					
		Boa		Regular		Mau	
		%	Ext. (Km)	%	Ext. (Km)	%	Ext. (Km)
Pavimentada	2.767,60	80	4.614,08	12	692,11	8	461,41

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA PAVIMENTADA



COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Objetivo

Prover uma infra-estrutura necessária para garantir condições de sustentabilidade a um parque industrial metal-mecânico e petroquímico no Estado do Ceará, com um terminal portuário em condições de propiciar operações portuárias eficientes, a custos competitivos e livres de confinamentos de grandes centros urbanos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Terminal Portuário do Pecém

- 1 Movimentação acumulada de carga do Terminal Portuário do Pecém de 1.075.426 toneladas;
- 2 Movimentação de containeres de 104.097 TEU'S;
- 3 Exportações movimentaram 487.801 toneladas de produtos;
- 4 As Importações atingiram 587.625 toneladas;
- 5 O recolhimento de ICMS atingiu R\$ 17.810.033;
- 6 O movimento de embarcações foi de 399 navios;
- 7 Implantação de três Geradores de Energia Elétrica, movidos a gás natural e com uma potência de 5,25 MW, para garantir a manutenção das operações do Terminal Portuário do Pecém, mesmo numa eventual falha no fornecimento de energia;
- 8 Regularização das áreas do Complexo Portuário junto ao Patrimônio da União
- 9 Estudos, Projeto Básico e Edital para a Concorrência Pública para construção do Terminal de Múltiplo Uso, a ser lançado em janeiro de 2006;
- 10 Consolidação da modelagem institucional do Terminal do Pecém como Terminal Portuário de Uso Privativo Misto, aprovada na Lei nº. 3.355, de 05/09/03, possibilitando a participação acionária da CEARÁPORTOS em empresas exportadoras pelo Terminal do Pecém;
- 11 Revisão da Norma de Exploração do Terminal Portuário do Pecém e dos preços praticados pelos Prestadores de Serviço;
- 12 Adequação do Terminal do Pecém à Lei do Bioterrorismo, com a indicação de representante legal da CEARÁPORTOS nos EUA e o devido cadastro do mesmo junto ao FDA (Food and Drugs Administration);
- 13 Elaboração do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), itens obrigatórios na forma disposta nas NR's-7 e 9, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 14 Elaboração do Mapa de Risco Ambiental do Terminal, atendendo às Normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

- 15 Elaboração do Plano de Emergência, em atendimento à Lei nº. 9.996/00, no tocante à previsão de equipamentos de controle de poluição, treinamento de pessoal e definições de ações e responsabilidades;

Região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

- 1 Estudos de “Zoneamento Ambiental do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e sua Área de Influência” - e “Avaliação Ambiental Estratégica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e sua Área de Influência”.- elaborados pelo ASTEF/ Universidade Federal do Ceará;
- 2 Trabalhos de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e do Japão para, através de equipe de Consultores da JICA o Planejamento de Curto (horizonte do ano 2012) e Médio (horizonte do ano 2022) Prazos do Terminal Portuário do Pecém, com elaboração de relatórios parciais. O relatório final estará disponível em março de 2006.
- 3 Estudos, Projeto Básico e Edital para a Concorrência Pública para construção da Infra-estrutura do Complexo Industrial, a ser lançado em 2006;
- 4 Estudos e projetos, em parceria com a COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, para Implantação de uma Usina Piloto para geração de energia elétrica com aproveitamento da energia das ondas do mar no quebra-mar do Terminal Portuário do Pecém.

AValiação dos Resultados Alcançados

Terminal Portuário do Pecém

- 1 A movimentação acumulada de carga do Terminal Portuário do Pecém cresceu 14% em relação a 2004;
- 2 A movimentação de containeres teve um incremento de 25% com relação a movimentação do ano anterior;
- 3 As Exportações tiveram um crescimento de 14% no ano. As frutas foram os produtos mais movimentados no sentido de exportação, com destaque para o melão e a banana, com 84.114 e 65.875 toneladas anuais, respectivamente, e a manga, com cerca de 43.507 toneladas. Os produtos siderúrgicos, tais como os vergalhões e os tarugos, situam-se na quarta posição com 38.699 toneladas exportadas no ano;
- 4 As Importações tiveram um crescimento de 38% na movimentação de carga geral e containeres. O óleo diesel movimentou cerca de 284.454 toneladas, seguido dos produtos siderúrgicos (bobinas, fios e tubos de aço) que movimentaram 162.840 toneladas;
- 5 O recolhimento de ICMS cresceu 42% em relação ao ano de 2004;
- 6 O movimento de embarcações aumentou em 54% com relação ao ano de 2004;
- 7 Implantação de três Geradores de Energia Elétrica, movidos a gás natural, atendeu às normas do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias, do qual o Brasil é signatário;
- 8 As melhorias institucionais e operacionais visam garantir a permanência do Terminal Portuário do Pecém em lugar destacado no ranking dos mais modernos e competitivos terminais portuários brasileiros.

- 9 Não foram concretizadas as metas de construção do Terminal de Múltiplo Uso –TMUT e do Transportador de Correia. O Terminal Portuário do Pecém vem utilizando, em caráter provisório, os dois berços de atracação do Terminal de Insumos e Produtos Siderúrgicos - TSID, para movimentação de cargas containerizadas, o que já resultou em expressivo aumento do total de cargas movimentado por modal marítimo no Estado do Ceará. No curto período de sua atuação, tornou-se o quarto porto exportador do Nordeste e o primeiro exportador de frutas do País. Quando do início das operações da Usina Siderúrgica do Ceará, haverá a total utilização do Terminal de Insumos e Produtos Siderúrgicos -TSID para a movimentação das cargas siderúrgicas. Dessa forma, é urgente a necessidade de construção do Terminal de Múltiplo Uso – TMUT, para atender a movimentação de cargas containerizadas e de cargas gerais para o Estado do Ceará e a região de influência do porto. Todavia, desde 2003, foi interrompido o fluxo de transferência de recursos federais no âmbito do Convênio firmado com o Ministério dos Transportes. Durante o ano de 2005, foram realizadas negociações com o BNDES visando a concessão de um empréstimo ao Estado do Ceará, correspondente a parte dos recursos necessários para implantação do novo terminal.

AValiação DA POLÍTICA SETORIAL

Infra-Estrutura

A Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de políticas públicas de infra-estrutura, viabilizando e coordenando a gestão de programas voltados para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Nesse sentido, foram desenvolvidas ações em todas as áreas de atuação da Secretaria, reforçando a infra-estrutura e mantendo a existente, o que amplia as condições de competitividade do Estado.

Destaca-se o Programa Rodoviário, em cujo âmbito, ao longo de 2005, foram pavimentadas / restauradas 233 Km de rodovias estaduais, permitindo que o índice de rodovias em bom estado de trafegabilidade atingisse o patamar de 80%.

Em Transporte e Trânsito cabe destacar as ações voltadas para a municipalização de trânsito, permitindo que 41 municípios já tenham seu trânsito municipalizado, que, no conjunto, apresentam uma frota de 736.599 veículos, representando 76,57% da frota total do Estado que é de 961.946.

Aliado a essa ação, a Secretaria, por meio de suas vinculadas, realizou intensas campanhas educativas de trânsito, promovendo eventos (cursos, palestras, blitzes educativas, peças de teatro e outros eventos educativos de trânsito), com o objetivo de otimizar as condições de segurança do trânsito nas vias do Estado.

Visando o ordenamento do transporte intermunicipal de passageiros, que sofre a ação do transporte clandestino, foi implantado o serviço de transporte intermunicipal de passageiros por vans, o Sistema Radial Complementar. A Secretaria lidera o esforço conjunto de órgãos das esferas administrativas federal, estadual e municipal na eliminação de transporte irregular de passageiros.

Na área do Programa de Universalização do Atendimento com Energia Elétrica, foram realizadas 23.405 novas ligações, elevando o percentual de domicílios rurais beneficiados, de 81,6%, em 2004, para 87,7%, em 2005.

Quanto ao Saneamento, a Secretaria realizou 47.134 ligações urbanas domiciliares de água, 16.985 ligações urbanas domiciliares de esgoto, foi concluída construção de um abatedouro e um centro de reciclagem, trazendo com isso muitos benefícios para a população dessas Regiões.

Encontra-se em fase final de elaboração o Diagnóstico da Situação dos Abatedouros no Estado, que permitirá conhecer a realidade da prestação dos serviços de abate de animais destinados ao consumo humano e a implantação de novos abatedouros públicos modernos, adequados e equipados.

Foi concluído o Diagnóstico da Situação da Destinação Final dos Resíduos Sólidos no Estado e se encontram em elaboração as propostas de gestão para implantação de aterros sanitários, isolados ou consorciados, que beneficiarão a população urbana do Ceará.

A movimentação acumulada de carga de produtos variados, do Terminal Portuário do Pecém, foi de 1.075.426 toneladas, o que demonstra uma variação de 14% em relação a 2005. A movimentação de contêineres foi de 104.097 TEU's, no final do ano de 2005, com um incremento de 25% em relação a movimentação do ano anterior.

No âmbito do Programa "Alô Ceará", foram implantados, no ano de 2005, 231 novos Telefones de Uso Público - TUP's, em "Comunidades Mudas" do interior do Estado. O percentual de comunidades atendidas com telefonia pública cresceu de 12,62%, em 2004, para 17,12%, em 2005.

Ressaltam-se, também, projetos desenvolvidos ao longo desses anos, que, a partir de 2006, terão suas atividades implementadas, de grande importância para o Estado. O exemplo mais notório é o Terminal de Múltiplo Uso do Pecém, que proporcionará aumento na capacidade de carga do principal Porto do Ceará.

Vale destacar, ainda, o trabalho da SEINFRA, em parceria com as demais Secretarias de Estado, seja na execução de obras de edificações, seja na ação conjunta para viabilizar projetos na área de desenvolvimento econômico, turismo e desenvolvimento regional, num exemplo de parceria intersetorial. No cumprimento de sua Missão, a Secretaria da Infra-Estrutura se faz presente em todos os grandes empreendimentos do Estado.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria dos Recursos Hídricos(SRH), visando dar cumprimento às metas do Plano Plurianual 2004 - 2007, está dando continuidade à implementação em todo o território cearense de investimentos em infraestrutura hídrica, como construção de barramentos permanentes de porte médio, adutoras que conduzam água até às cidades e às comunidades, eixos de integração e diversas outras pequenas ações de infraestrutura hídrica voltadas primordialmente para aumentar a disponibilidade hídrica para a população carente residente no interior do Estado. Tais ações visam fundamentalmente a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, bem como a sustentabilidade às atividades econômicas.

Para atingir os objetivos de construção de açudes, está sendo executado uma série de ações preliminares, em função do que estão sendo realizados 5(cinco) estudos de viabilidade e elaboração de projetos executivos.

Em termos de construção de açudes, foi concluído em 2005, o Açude Arneiroz II, o qual incorporou 197 milhões de m³ ao estoque de água do Estado. Além desse açude, ainda estão em construção o Açude Pesqueiro em Capistrano, o Açude Macacos em Ibaretama e o Açude Ocara .

Para dar suporte às populações atingidas pelas construções dos açudes, estão sendo implantadas agrovilas, tendo sido construídas as Agrovilas de Macacos, com 40 casas, e de Arneiroz, com 15 casas.

Com o objetivo de atender a demanda de água de boa qualidade à população do interior do Estado, está sendo construído sistema adutor em vários municípios, a partir da existência de um espelho d'água ou poço profundo disponível. Das 5(cinco) adutoras concluídas, destaca-se a transposição do açude Fogareiro para o rio Pirabibu/Quixeramobim, a adutora de Souza/Canindé e a ampliação do abastecimento d'água de São Gonçalo do Amarante. Além dessas, estão em diversos estágios de construção mais 8(oito) adutoras que beneficiarão 10(dez) municípios.

Para atender às pequenas comunidades espalhadas em todo interior e que não possuem sistema de abastecimento d'água regular, a SRH está implantando uma série de obras que possibilitam às famílias o acesso à água de boa qualidade, evitando o desperdício de tempo e esforço na busca desse precioso líquido. Entre as ações implantadas destacam-se a construção de 854 cisternas de placa, 30 barragens subterrâneas e 101 poços.

Na ampliação da capacidade de transferência hídrica, deu-se continuidade ao Eixo de Integração, com o início de construção dos trechos 2 e 3. O trecho 2, com 45,9 km de extensão, está situado entre o Açude Curral Velho e a Serra do Félix, e o trecho 3, com 66,3 km de extensão, fica situado entre a Serra do Félix e o Açude Pacajus. Quando concluído, com a construção a mais dos trechos 4 e 5, o canal da integração terá 255 km de extensão e possibilitará o surgimento de um pólo de desenvolvimento hidroagrícola no Baixo Jaguaribe, beneficiando cerca de 10.500 ha de solos férteis, além de garantir o abastecimento humano de água da Região Metropolitana de Fortaleza e o porto de Pecém, por pelo menos 30 anos.

Ainda na capacidade de transferência hídrica, foi construído o sifão de Umburanas e reconstruído o sifão do Piranji, do Canal do Trabalhador. O Canal do Trabalhador é um sistema adutor que tem 103 km de extensão e interliga as Bacias do Médio e Baixo Jaguaribe ao Sistema Integrado Pacoti/Riachão/Gavião, colaborando para o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza.

No Eixo Ceará Empreendedor, no setor de aumento do controle dos recursos hídricos, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações no intuito de fortalecer e otimizar o processo de gestão dos recursos hídricos: atividades de monitoramento qualitativo de lençol freático, acompanhamento e fiscalização da reestruturação da rede telemétrica do Cariri, elaboração de Projeto e Orçamento da adutora da Usina Siderúrgica do Ceará, revisão do Projeto Básico de Irrigação e Adução de Água Bruta do Complexo Aquiraz Riviera Golf & Beach Villas, participação em treinamento de operação dos equipamentos elétricos e eletrônicos do sistema adutor do Canal da Integração, recuperação e montagem da comporta 3 do Canal do Trabalhador; montagem e colocação em funcionamento da Estação de Bombeamento de Pacoti e a realização do monitoramento qualitativo e quantitativo em 126 açudes;

Quanto à melhoria da qualidade da água e à garantia do abastecimento de forma sustentável às pequenas comunidades, vem sendo desenvolvido um programa de conservação dos recursos hídricos em Microbacias Hidrográficas (PRODHAM), com ações/atividades de preservação e recuperação do solo e vegetação das bacias hidrográficas dos rios e riachos contribuintes das barragens estratégicas. Essa ação é realizada com a participação das comunidades organizadas, que, por meio de convênios realizam todas as atividades previstas.

DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL

Objetivo

Promover a recuperação ambiental de microbacias hidrográficas no semi-árido e o uso sustentável dos recursos naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Construção de 123 cisternas em Canindé, Aratuba e Pacoti/Palmácia;
- 2 Construção de 53.264 metros lineares de cordão de pedra;
- 3 Construção de 21.819 metros lineares de terraços;
- 4 Construção de 685 unidades de barragens sucessivas;
- 5 Implantação de 2 hortos florestais;
- 6 Criação de 3 Conselhos Gestores das microbacias;
- 7 Capacitação e criação de 8 núcleos de apicultura em Canindé;
- 8 Curso de apicultura em Aratuba;
- 9 Curso de material reciclável em Pacoti;
- 10 Implantação do monitoramento econômico na microbacia do rio Cangati em Canindé;
- 11 Elaboração de 2 estudos de Marco Zero nas microbacias dos rios Pesqueiro e Cangati;

AValiação dos Resultados Alcançados

O Prodham é um projeto-piloto que visa a melhoria da qualidade da água. Para atingir esse objetivo, a metodologia do projeto trabalha a conservação dos recursos naturais, bem como a organização e a capacitação da população em educação ambiental. Complementarmente, são trabalhados sistemas de produção alternativos e atividades econômicas locais.

Vários são os benefícios que são gerados na implantação desse projeto. Com as técnicas aplicadas na conservação dos solos, como cordões de pedra, terraços e barragens sucessivas, evita-se que a erosão hídrica superficial seja carregada para os riachos e daí para os barramentos. Essas obras retêm os solos e mantêm a sua umidade por mais tempo, proporcionando maior resistência das culturas aos períodos de estiagem, permitindo que a vegetação fique verde por mais tempo. As culturas, além de resistirem mais ao período seco, aumentam a sua produtividade, em face da maior disponibilidade de água para as plantas proporcionados pelos cordões e terraços, como também pela maior quantidade de adubo orgânico deixado pelas culturas no solo. Com o aumento da produtividade aumenta a renda das famílias.

Importante destacar que a ação do projeto possibilita a melhoria progressiva da conscientização da população local sobre a importância da conservação do solo e da vegetação, por meio de

curios de capacitação, educação ambiental e organização dos produtores. Os novos sistemas de produção introduzidos proporcionam ainda novas formas de aproveitamento dos recursos naturais sem agressão ao meio ambiente.

O Programa passou por momentos críticos em face da carência de pessoal especializado e problemas de logística. Além disso, a metodologia de implantação do projeto é por natureza complexa, pois envolve a participação completa das comunidades locais na execução das obras.

OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS

Objetivo

Ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos (população urbana e rural, setor rural e industrial).

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Conclusão do Açude Arneiroz II, em Arneiroz;
- 2 Início da construção dos trechos 2 e 3 do Eixo de Integração com, respectivamente, 45,9 e 66,3 Km de extensão;
- 3 Continuação da construção dos açudes Macacos, Pesqueiro e Ocara;
- 4 Conclusão da construção dos sifões do Piranji e Umburamas no Canal do Trabalhador;
- 5 Conclusão da construção das agrovilas de Macacos com 40 casas e Arneiroz com 15 casas;
- 6 Transposição do açude Fogareiro para o rio Pirabibu em Quixeramobim.

AValiação dos Resultados Alcançados

O Programa está perseguindo as metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos, em um horizonte de 30 anos, que é a construção de reservatórios estratégicos para múltiplos usos, em todo estado do Ceará.

A conclusão do açude Arneiroz possibilitou o incremento de 197 milhões de m³ de água ao estoque do Estado, beneficiando uma população de 45.000 habitantes. Os demais açudes encontram-se em diversas fases de construção. O aumento da capacidade de armazenamento vem permitindo maior segurança no abastecimento dos recursos hídricos, possibilitando ao meio empresarial maior segurança nos investimentos, gerando emprego e renda.

A conclusão dos sifões do Piranji e Umburanas, no Canal do Trabalhador proporciona a regularização do seu uso, sem problemas de paralisação.

Destaca-se, no programa, o início das obras dos trechos 2 e 3 do Eixo da Integração, que vai possibilitar a chegada da água do açude Castanhão ao açude Pacajus. Além desses trechos, foi iniciado o processo licitatório dos trechos 4 e 5, que atenderá a demanda de água da população de Fortaleza do porto do Pecém e de indústrias no entorno.

Para dar suporte às populações atingidas pelas construções dos açudes, foram implantadas agrovilas, tendo sido construídas duas agrovilas, a de Macacos, com 40 casas, e de Arneiroz, com 15 casas.

A transposição do açude Fogareiro tem como objetivo aumentar a capacidade de armazenamento do açude Pirabibu, em Quixeramobim, o que também acarretará o aumento do nível do açude Cedro, em Quixadá, obra fundamental para o abastecimento de Quixadá e comunidades próximas.

Ainda de conformidade com as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, estão sendo realizados mais cinco estudos de viabilidade e projeto executivo para construção de açudes.

Todos os projetos finalísticos deste programa têm importância estratégica para o Estado, pois estão incluídos no Plano Estadual dos Recursos Hídricos, que tem como objetivo maior o aumento da garantia da oferta de água para todos os cearenses, a promoção do abastecimento humano e o desenvolvimento agrícola e industrial.

SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.

Objetivo

Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas das populações urbanas e rurais do Estado.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Ampliação do sistema de abastecimento de água em São Gonçalo do Amarante;
- 2 Adutora de Souza em Canindé;
- 3 Adutora para abastecimento da agrovila do Açude Candeias em Baturité
- 4 Adutora de Itapeim–Arataca-Andreza em Beberibe

AValiação dos Resultados Alcançados

Com atuação em todo Estado, a Secretaria dos Recursos Hídricos implementa o Programa de Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais, por meio da integração das ações de: estudos e elaboração de projetos, implantação de infra-estrutura (adutoras, poços, chafarizes e cisternas) e gestão, objetivando prioritariamente assegurar o abastecimento de água para a população urbana e rural.

A ampliação do sistema de abastecimento de São Gonçalo do Amarante visa, além de aumentar a disponibilidade hídrica para a população do município, também reduzir a dependência do sistema lacustre denominado “Lagoa das Cobras”, evitando-se uma sobrecarga na sua exploração.

Para dar segurança no abastecimento de Canindé, visto que o açude São Mateus, que abastece a cidade, tem problema de escassez d’água, foi revitalizada a adutora que liga o açude Souza à estação de tratamento de água operada pelo SAAE, localizada naquela cidade. A importância dessa obra reside, portanto, na garantia de água para população de Canindé, nos períodos mais críticos de estiagem.

A escassez de água potável para a utilização pelas populações residentes nos municípios e distritos do interior cearense é um problema fundamental que vem historicamente desafiando as autoridades governamentais do Estado. Com a construção da adutora para abastecimento da agrovila do açude Candeias, em Baturité, a SRH propicia melhoria na qualidade de vida da população local, ao mesmo tempo em que possibilita o seu desenvolvimento econômico, além de estar combatendo as doenças de veiculação hídrica.

A conclusão do sistema de abastecimento d’água, nas localidades de Itapeim, Arataca e Andreza, no município de Beberibe, vem dando aos seus habitantes a efetiva oportunidade de ter uma vida mais saudável e digna. O sistema tem como fonte hídrica o Rio Pirangi, perenizado pelo Açude Batente, e visa atender a uma população estimada em 3.050 habitantes, até o ano de 2020.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A política do setor do turismo, coordenada pela Secretaria de Turismo-SETUR, está orientada para a promoção do crescimento econômico via aumento do fluxo turístico e da expansão da infra-estrutura competitiva, por meio da reestruturação e qualificação dos destinos e produtos turísticos e para a geração de emprego, com o fortalecimento do setor de prestação de serviços e do segmento da cultura.

Nessa perspectiva, nos últimos dez anos, o turismo no Ceará apresentou grandes avanços, notadamente em relação ao fluxo turístico, tendo experimentado um aumento de cerca de 254%, contribuindo para a geração de emprego e elevação do nível de renda de uma considerável parcela da população cearense, consolidação de Fortaleza como portão de entrada nacional e internacional para o turismo, e, inserção do destino Ceará nos mercados nacionais e internacionais.

Destaque-se, ainda, que a implementação dessa política concorreu para que o Ceará ocupasse o 1º lugar no ranking dos destinos turísticos mais vendidos pelas agências de viagem no período 2003/05, relativamente aos demais estados do Nordeste e passou do 7º para o quarto lugar na preferência de entrada de estrangeiros no País.

Em relação ao desempenho dos principais indicadores turísticos, as pesquisas realizadas em 2005 revelam que a demanda turística, via Fortaleza, cresceu cerca de 10,3%, a demanda hoteleira elevou-se em 10,4% e a taxa de ocupação da rede hoteleira de Fortaleza experimentou um acréscimo de 2,3%, comparativamente a 2004.

Ressalte-se também, comparando-se 2004/2005, o crescimento de 17,1% referente ao movimento de passageiros no Aeroporto Pinto Martins, registrando-se um acréscimo de 18,2% no desembarque de passageiros refletindo-se, consideravelmente, para o aumento da receita turística estadual.

Quanto à movimentação turística no Estado em 2005, considerando o fluxo gerado pelo turismo interno, registrou-se um total de 8.309.097 turistas que circularam em todo o território cearense, sendo 1.968.856 via Fortaleza e 6.340.241 nos demais municípios do interior. A variação na movimentação total foi de 9,2%, em relação a 2004.

No que se refere ao desempenho dos agregados macroeconômicos, além do impacto no PIB que foi da ordem de 11,8 %, há que se ressaltar o incremento de 28,9 % na receita turística direta e na renda gerada, elevando-se de R\$ 3.122,6 milhões em 2004 para R\$ 4.025,8 milhões em 2005.

Alguns fatores concorreram para o alcance dos resultados, valendo a pena mencionar o desenvolvimento de uma estruturada política de marketing, que vem realizando ações com vistas à consolidação da imagem do Ceará nos principais destinos turísticos mundiais e comercialização do turismo do destino Ceará, e o apoio à captação e realização de eventos e captação de investimentos.

Visando a ampliação e o fortalecimento do turismo interno, embora exercendo influência positiva no segmento externo, acrescente-se também as ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos e pelo Prodetur, que vêm contribuindo para implantação de roteiros turísticos integrados ou temáticos, manutenção dos equipamentos turísticos, capacitação turística, fortalecimento da infra-estrutura turística (estradas, saneamento, meio-ambiente) e desenvolvimento institucional dos municípios turísticos do Estado do Ceará.

DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS.

Objetivo

Ordenar a atividade turística no Estado, diversificando a oferta de produtos e aumentando as oportunidades de negócios com a finalidade de gerar empregos com inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Índice de satisfação do turista com a infra-estrutura do destino turístico Ceará, registrando crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior;
- 2 Aumento do turismo interno nos municípios do interior do Ceará, com crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior;
- 3 Consolidação de regiões turísticas fundamentadas em uma governança regional;
- 4 Consolidação de oito roteiros turísticos integrados, comercializados nos mercados nacionais e internacionais, contemplando o turismo esportivo, religioso, entretenimento, sol e praia.
- 5 Captação de 3 empreendimentos turísticos para os municípios de Icapuí e Beberibe, e 3 empreendimentos implantados no município de Fortaleza.
- 6 Realização de serviços de manutenção recuperação dos equipamentos turísticos, destacando o Centro de Convenções, que sediou 80 eventos ao longo do ano, representando uma ocupação de 84,4%.
- 7 Capacitação de 1.017 profissionais da cadeia produtiva do turismo, com a realização de 40 cursos.
- 8 Realização de 280 cadastros de prestadores de serviços turísticos, classificação de 50 agências de viagem e cadastramento de 155 guias de turismo.
- 9 Realização de 12 pesquisas de demanda turística.

AValiação dos Resultados Alcançados

Entre os benefícios advindos das ações do Programa, merecem destaque a geração de empregos e elevação do poder aquisitivo da população do interior, e o fortalecimento da economia dos municípios integrantes das atividades turísticas.

Além disso, há que se destacar que, por meio de suas ações, permitiu-se a visibilidade do território ordenado para o turismo instrumentalizado por obra de infra-estrutura, urbanização e serviços de receptivo, concorrendo para ofertar os mais diversos tipos de roteiros turísticos, todos identificados com as potencialidades e vocações que o estado oferece.

Do ponto de vista qualitativo, houve melhoria no desempenho das ações que resultou no aumento da oferta hoteleira e dos índices favoráveis de satisfação do turista com os principais produtos e serviços ofertados nos destinos (Cariri, Sertão Central, Ibiapaba, Inhamus, Vale do Jaguaribe,

além do litoral). Do ponto de vista quantitativo, houve aumento no fluxo de turismo nacional e internacional e o turismo interno foi consolidado com aumento da receita turística.

Ainda como benefícios gerados, mencione-se a conscientização das comunidades sobre problemas estruturais como limpeza pública, saneamento, ordenamento urbano, melhoria gradativa no atendimento dos serviços turísticos via ações de fiscalização e monitoramento e tomada de consciência da sociedade, dos operadores e profissionais do turismo sobre o grave problema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

O aspecto potencializador que se destaca no Programa diz respeito ao estreitamento da integração com as prefeituras, empresas e profissionais do turismo e comunidade receptora. Outro aspecto importante é a questão da intersectorialidade, visto que o programa envolve áreas diferentes da administração pública federal e estadual, instituições financeiras nacionais e internacionais, além manter estreitas ligações com o DECON, DERT, DETRAN, Sistema S, associações e organizações turísticas e universidades.

Como efeito indireto, o Programa potencializou a formação de uma massa crítica sobre a importância do turismo para a economia do Ceará, além de induzir o crescimento das vendas do comércio em geral, e, particularmente, de alimentos, vestuário e artesanato, e aquecer o mercado imobiliário de Fortaleza.

Por fim, tem tido influência marcante no êxito do Programa a integração dos principais atores responsáveis pela formação de qualificação de prestação de serviços turísticos na Câmara Técnica de Capacitação, unificando ações desse segmento.

Assumem aspectos de grande relevância como instrumento de interiorização do turismo os esforços realizados para captação e implantação dos meios de hospedagem, provendo os destinos turísticos de serviços capazes de motivar o fluxo turístico e distribuí-los em sua direção.

De uma maneira específica, o programa contribui para o segmento turístico como o grande ordenador da atividade e estruturador da oferta turística do Estado. Para o Eixo Ceará Empreendedor, a contribuição deu-se no aumento da participação na composição do PIB do Estado, na arrecadação de impostos e divisas, com conseqüente aumento de emprego e de negócios.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I

Objetivo

Implementar a infra-estrutura básica e de apoio para o setor turístico, promover a capacitação da população envolvida e fortalecer institucionalmente os municípios com potencialidade para o desenvolvimento da atividade.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Em 2005 foi concluído o PRODETUR I, referente dos seguintes componentes:

Meio Ambiente

As ações de Saneamento Básico compreenderam a urbanização das lagoas e a elaboração do Plano de Gestão das unidades de conservação, beneficiando 11 localidades turísticas.

- 1 Conclusão e entrega aos municípios (Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca), de 7 Centros de Promoção Turístico Ambiental – CPTA’S (urbanização de lagoas), com a construção de pavilhões, quadras poliesportivas, anfiteatro, campo de futebol, unidades sanitárias, jardins e passeios, beneficiando diretamente 30 mil pessoas;
- 2 Conclusão da elaboração dos Planos de Manejo das APA’S dos rios Ceará, Curu e Mundaú, Dunas do Paracuru e Lagoinha;
- 3 Conclusão do Projeto Compartilhar de Educação Ambiental, nos 6 municípios do PRODETUR I, por meio da execução de cursos para professores multiplicadores, com a confecção de cartilhas, jogos educativos para criança e em elaboração uma exposição e seminário que será realizado no início de 2006.
- 4 Em elaboração, os Termos de Referência para a execução dos projetos de Recuperação e Urbanização de Áreas Turísticas na orla do Paracuru, Trairi (Fleixeira e Mundaú) e Aquiraz (Prainha e Iguape);

Desenvolvimento Institucional

- 1 Em execução, as ações de Fortalecimento Institucional da SETUR;
- 2 Conclusão do Projeto de Fortalecimento Institucional da SECULT;
- 3 Conclusão da elaboração dos Termos de Referência (TR) para execução dos Planos Diretores Participativo (PDP), dos Planos de Gestão Administrativa Fiscal e da Base Cartográfica do Pólo Ceará Costa do Sol.

Patrimônio Histórico

- 1 Em elaboração, os Termos de Referência para contratação de projetos de Recuperação do Patrimônio Histórico Cultural de Fortaleza e Aquiraz, totalizando de 16 edificações;
- 2 Em elaboração, Termo de Referência do Estudo de Viabilidade Socioeconômico de 14 edificações do Patrimônio Histórico Cultural de Fortaleza.

Infra-Estrutura

- 1 Conclusão de Estudos e Projetos de EIA-RIMA de 12 trechos das rodovias do PRODETUR II, totalizando 340 km;
- 2 Conclusão de Estudos e Projetos da Viabilidade Técnica e Econômica de 12 trechos das Rodovias do PRODETUR II, totalizando 340 km;
- 3 Conclusão das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Barrento e Marinheiros (Itapipoca); e Sistema de Esgotamento Sanitário de Caucaia (sede);
- 4 Conclusão das obras do Sistema de Abastecimento D'Água e Esgotamento Sanitário de Baleia e Itapipoca (sede) e Sistema de Abastecimento de Água das Praias Oestes (Iparana, Pacheco e Icarai);
- 5 Conclusão da Elaboração do Projeto da Rodovia Lagoa do Mato – Maceió (Itapipoca);

Para viabilizar o contrato do PRODETUR II, a SETUR desenvolveu, conforme orientação do BID e BNB, as seguintes ações:

- 1 Análise das proposições de ajustes das cláusulas do contrato de empréstimo entre BNB/BID;
- 2 Avaliação e aprovação do relatório de análise do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentado – PDITS, realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB;
- 3 Articulações na Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para viabilizar a assinatura dos contratos do PRODETUR II;
- 4 Articulação com secretarias, órgãos executores e prefeituras municipais para execução das Ações/obras do PRODETUR II.

Cumprida essa orientação, foi viabilizada a assinatura da primeira e segunda matriz do subempréstimo do PRODETUR II, no valor de US\$ 100 milhões, que visa dar continuidade no processo de desenvolvimento do turismo do Pólo Ceará Costa do Sol.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Dado o caráter multissetorial do PRODETUR I, os benefícios gerados são substancialmente amplos. Entre os principais benefícios gerados, constata-se que os investimentos realizados, principalmente, do Aeroporto Pinto Martins e da rodovia estruturante, exerceram forte influência no fortalecimento e expansão do setor do turismo do Estado, beneficiando, principalmente, Fortaleza e toda a região litorânea.

Nesse sentido, o PRODETUR/CE I, pelo seu componente de infra-estrutura, supriu as necessidades mínimas demandadas ao desenvolvimento sustentável do turismo cearense, uma vez que

direcionou 78,2% dos seus recursos para investimentos em infra-estrutura básica e turística, incluindo obras de saneamento básico, rodovias, aeroportos, entre outros. Segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, cerca de 797 mil oportunidades de empregos diretos e indiretos foram criados, no período de 1995 a 2005, decorrentes da execução das obras e de investimentos privados tais como a construção e funcionamento de hotéis, restaurantes, equipamentos de lazer e entretenimentos, melhorando a qualidade de vida de parte do público-alvo do Programa.

As obras de saneamento contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das populações dos municípios de sua área de atuação, reduzindo significativamente a incidência de afecções intestinais e o índice de mortalidade infantil.

Do ponto de vista institucional, o PRODETUR contribuiu para o fortalecimento institucional dos municípios de sua área de abrangência, notadamente no que se refere à modernização administrativa, aspectos relacionados ao controle, uso e ocupação do solo, tributação e arrecadação, entre outros.

A avaliação feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco do Nordeste, juntamente com o Governo do Estado, comprovou o aumento do fluxo turístico alcançado pelo Estado entre os anos de 1996 a 2005, a elevação do número de empregos diretos gerados na hotelaria, que em 1995 era 5.369, elevando-se atualmente para 11.495 empregos, com um incremento de 114,1%. Em termos gerais, nessa última década, 1995/2005, de acordo com essa pesquisa, registrou-se um aumento de 109,8% no número de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor do turismo, respondendo em termos absolutos, atualmente, pela geração de mais de 256 mil empregos.

Além disso, tem-se como benefícios adicionais a elevação na oferta do número de Uhs da hotelaria, passando de 10.739 leitos em 1995, para 22.990 em 2.005, com incremento de 114,1% , gerando centenas de empregos e ocupações produtivas neste segmento.

Contribuíram para o alcance dos resultados positivo alcançados, a integração e o envolvimento dos atores que compõem a cadeia produtiva do turismo, a articulação institucional governo do estado versus prefeituras municipais e dos órgãos envolvidos com a execução do programa, o controle e monitoramento e as iniciativas tomadas pela unidade gerencial do programa.

Em termos contribuição em prol do fortalecimento do Eixo Ceará Empreendedor, vale destacar o aumento da receita turística, que em 1995 era de R\$ 486,0 milhões, elevando-se para R\$ 2.300,4 milhões em 2.005, correspondendo a um aumento de 373,3%, com forte impacto na economia estadual.

PROGRAMA: MARKETING TURÍSTICO

Objetivo

Consolidar o Ceará como destino turístico, intensificando as ações da promoção nos mercados local, nacional e internacional, e de captação de eventos turísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Os resultados obtidos foram avaliados sob a ótica dos indicadores, especificando o alcance atingido pelos programas e conseqüentemente a geração dos impactos gerados pelo turismo.

a) Índice de evolução do fluxo turístico via Fortaleza (IF_f)

Este indicador revela uma variação no período de 22,74%, sendo a média anual de 7,1%. Comparando 2005 em relação a 2004, o índice saltou de 109,51% para 122,74%, apresentando um aumento de 13,23 pontos percentuais.

b) Índice de interiorização do fluxo turístico (II_f)

No período 2002/05, o índice de interiorização do fluxo turístico via Fortaleza passou de 50,7% para 65,0%, tendo um crescimento médio anual de 8,6%. Comparado 2005 em relação a 2004, o indicador passou de 60,4% para 65,0%, contribuindo para uma maior *inclusão territorialmente equilibrada*.

c) Índice de exportações turística (IEX_t)

O índice das exportações turísticas, mensurado pelos gastos realizados no estado pelo fluxo turístico de origem internacional, registrou um aumento de 48,06% no período 2002/05, sendo o crescimento médio anual da ordem de 14,0%. Comparando 2005 em relação a 2004, o índice saltou de 122,69% para 148,06%, registrando um aumento de 25,37% pontos percentuais, o que contribuiu para uma maior inserção do Ceará no mercado internacional.

d) Índice de evolução da oferta hoteleira nos municípios turísticos (IUH_t)

No período 2002/05, o índice de expansão da rede hoteleira (em termos de Uhs) revelou um aumento de 14,22%, e a média anual foi de 4,5%. Cotejando 2005 em relação a 2004, o aumento foi de 112,11% para 114,22%, registrando um aumento de 2,10 pontos percentuais.

e) Índice de evolução do nível de emprego na rede hoteleira (IEH_t)

O nível de empregos na rede hoteleira do estado registrou um aumento de 20,22% no período 2002/05, sendo o crescimento médio anual de 6,3%. Cotejando 2005 em relação a 2004, o aumento foi de 112,03% para 120,22%, registrando um aumento de 8,20 pontos percentuais.

Os resultados alcançados expressos pelos meios de hospedagem e pelo Aeroporto Pinto Martins apresentaram índices superiores em relação ao ano anterior, significando ganhos positivos em relação ao contexto nacional e regional.

- a) A **Demanda Turística** via Fortaleza, acumulada no período janeiro a dezembro de 2005, cresceu de **10,3%** em relação ao mesmo período de 2004. A componente Demanda Hoteleira cresceu de **10,4%** no mesmo período.
- b) A **Oferta Hoteleira** de Fortaleza, expressa em Uhs, cresceu **1,1%** e a média de hóspedes por estabelecimento cresceu em **12,7%**, no período janeiro a dezembro de 2005, em relação aos valores apresentados no mesmo período do ano anterior. A **Taxa de Ocupação** da Rede Hoteleira de Fortaleza, no período de janeiro a dezembro 2005, foi de **60,9%**, apresentado uma variação de **2,8%** em relação a taxa média de ocupação verificada no mesmo período de 2004, calculada em **59,3%**. No período em análise, o **Movimento de Passageiros** no Aeroporto Pinto Martins cresceu **17,1%**. O desembarque de passageiros cresceu **18,2%** e o número de vôos(pousos) cresceu **7,3%**. O **Desembarque de Passageiros Internacionais** no aeroporto cresceu **0,9%** no período em relação ao mesmo período de 2004.

AValiação dos Resultados Alcançados

A contribuição do programa pode ser avaliada pela ampliação das oportunidades de emprego e renda, gerada pelo incremento significativo das atividades econômicas ligadas à cadeia produtiva do turismo, destacando-se como beneficiários diretos os hotéis, restaurantes, receptivos, equipamentos de lazer, comércio, artesanato, indústria e empresas ligadas as atividades de serviço com o aquecimento do fluxo de turistas gerado com a implementação das ações do Programa.

A obtenção dos resultados acima estão relacionados com os esforços de uma política voltada para a formatação de acordos estratégicos, envolvendo operadoras, companhias aéreas do País e do exterior, a inserção de campanhas de publicidade agressivas e focadas nos mercados mais promissores.

Importante salientar que, segundo a Associação Brasileira de Agentes de Viagens- ABAV, o Ceará manteve a posição de primeiro destino turístico mais vendido do país em 2005, o que representa uma expressiva conquista.

Ressalte-se, ainda, que os resultados atingidos foram decorrentes de ações tais como antecipação à concorrência em relação a outros mercados emissores, estreita aproximação com as empresas privadas do setor (operadoras, agências de viagens e Cias aéreas, etc.), bem como a definição de uma política focada em resultados, alicerçada num conjunto de metas plausíveis de serem alcançadas.

O desenvolvimento das ações implementadas no decorrer do ano de 2005 foram fundamentais para o alcance das metas estabelecidas para o referido ano. Como exemplo disso, podem ser citados os esforços de promoção do destino turístico Ceará nos mercados internacionais que lideraram o *ranking* de emissão de turistas para o Estado, e no mercado nacional, graças à ampliação das ações promocionais em todas as regiões turísticas do País.

Ao todo, foram 21 eventos realizados no mercado internacional e 88 no mercado nacional, nos quais a SETUR empenhou-se em promover os produtos que integram a diversidade da oferta turística cearense.

O resultado dos trabalhos empreendidos nesses mercados ficou evidenciado pelo lançamento de duas linhas aéreas internacionais, o que deverá garantir o aumento gradativo do fluxo emissivo internacional para o Estado.

Paralelamente a esses esforços e numa ação integrada com profissionais ligados ao turismo, foi possível realizar a captação de 38 eventos que certamente contribuirá para garantir a taxa de ocupação dos meios de hospedagem na baixa estação.

O lançamento do novo SITE da Secretaria do turismo-SETUR, a produção de 5.000 *kits vitrine* para divulgação do “Destino Ceará” junto às agências de viagens, a confecção de material promocional e a inserção de 46 campanhas publicitárias nos veículos de comunicação do País cumpriram importante função mercadológica, dando maior visibilidade sobre os trabalhos e os resultados alcançados pelo turismo.

Do ponto de vista da contribuição do Programa para o fortalecimento da política de crescimento econômico, há que se ressaltar a geração da receita turística direta anual da ordem de R\$ 2,3 bilhão, registrando um crescimento de 28,9% em relação a 2004, beneficiando toda a cadeia produtiva vinculada à atividade turística. Essa conquista provocou um impacto considerável da atividade turística com relação ao PIB do Estado, uma vez que a atividade cresceu a sua participação no PIB estadual, saltando de 11,0% para 11,8%.

Eixo II

Ceará Vida Melhor

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS

1. Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE, 83
2. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, 85
3. Secretaria da Educação Básica - SEDUC, 92
4. Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, 106
5. Secretaria do Esporte e Juventude – SEJUV, 110
6. Secretaria de Saúde – SESA, 113
7. Secretaria de Inclusão e Mobilização Social - SIM, 119
8. Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente – SOMA, 125
9. Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - SSPDS, 135
10. Secretaria da Ação Social - SAS, 140
11. Secretaria da Cultura - SECULT, 146

ASSEGURAR DIREITOS DE DEFESA E ACESSO À JUSTIÇA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O Governo do Estado vem desenvolvendo, por meio de suas políticas públicas, melhorias qualitativas e quantitativas na prestação de serviços do programa de assistência jurídica gratuita à população carente do Estado do Ceará.

O sistema de inclusão social implantado por meio de gestão por resultado traduz um esforço inicial do programa na busca de uma administração pública de qualidade. A Defensoria Pública vêm implementando medidas inovadoras de qualidade no atendimento as demandas da população.

A função da Defensoria Pública é prestar gratuita e integral assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instância compreendidos, entre estes, o juízo das pequenas causas, na forma de inciso LXXIV do Art. 5º, da Constituição Federal.

No âmbito do Plano de Governo, as ações desenvolvidas pela DPGE enquadram-se no **Eixo 2 – Ceará Vida Melhor**, priorizado no objetivo estratégico **Assegurar Direitos de Defesa e Cidadania**, materializadas nos Programas Assistência Jurídica Gratuita, Coordenação e Manutenção Geral, Modernização da Gestão Pública e Gestão de T.I.

Atualmente a Defensoria Pública encontra-se instalada nos imóveis da rua Caio Cid nº 100 e 150, no bairro Luciano Cavalcante, onde funcionam a Sede Administrativa, o Núcleo da Central de Atendimento, respectivamente, e onde é prestado o atendimento gratuito aos assistidos. Visando melhorar o atendimento, o Governo do Estado vem reunindo esforços para construção da Sede. Em 2001, foi adquirido um terreno nas proximidades do Fórum Clóvis Beviláqua, no valor de R\$ 604.0000,00(seiscentos e quatro mil reais), que comportará, com maior comodidade, os serviços oferecidos aos assistidos pela Defensoria. Foi feito um convênio entre Defensoria e DERT para execução do Projeto de Construção da Sede, que está em fase de implantação. Outra medida refere-se à celeridade no atendimento e acompanhamento dos processos administrativos e judiciais, com a criação de sistemas automatizados via internet, de atendimento específico de presidiários, atendimento dos demais setores e portal corporativos da DPGE.

PROGRAMA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA

Objetivo

Acesso da população carente do Estado à justiça integral e gratuita. Ampliar o número de municípios atendidos com assistência jurídica gratuita de 12, em 2.003 para 184, em 2.006. Para que esse objetivo seja alcançado, a Defensoria já realizou concurso público para Defensor Público Substituto, para preenchimento de 60 novas vagas cujo exercício dar-se-á nos Núcleos de Atendimento no Interior do Estado. Como também já previsto para 2006, estará em pleno funcionamento mais um **Núcleo de Atendimento Móvel**, o que proporcionará maior número de atendimento.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- 1 Aumento no número de atendimento de 30.050 para 45.597;
- 2 Realização de parcerias com as seguintes Faculdades/Cursos de Direito: Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade 7 de setembro e Faculdade da Grande Fortaleza;
- 3 Contratação de 30 estagiários permanentes da Unifor, para auxiliar aos Defensores dos Núcleos;
- 4 Implantação de dois novos núcleos: **Delegacia da Mulher** e **João XXII**.

AValiação dos Resultados do Programa

A ação do Programa de Assistência Jurídica Gratuita coincide com a missão da Defensoria Pública de prestar atendimento jurídico gratuito integral à população carente. O Programa vem se ampliando e melhorando o atendimento às pessoas carentes do Estado.

Somando esforços, Governo/Defensoria/Faculdades conseguiram melhorar vários índices que comprometiam o programa de assistência jurídica gratuita, graças à realização de parcerias com faculdades que ministram Cursos de Direito, melhorando ainda mais com a contratação de 30 estagiários remunerados da Unifor, para auxiliar os Defensores nos Núcleos, juntamente com a implantação de 2(dois) novos núcleos: Delegacia da Mulher e Mucuripe,, que vem permitindo a descentralização e o atendimento de assistência jurídica aos assistidos dos bairros mais afastados da Sede da Defensoria, dando lugar, assim, ao acesso de um maior número de pessoas carentes, contribuindo de maneira significativa para o aumento do número de atendimentos de 30.500, em 2004, para 45.000, em 2005.

Convém salientar que referida descentralização vem tendo resultados satisfatórios, graças à implantação e funcionalidade do **Núcleo de Atendimento Móvel**, que presta assistência jurídica gratuita nos mais diversos bairros da grande Fortaleza. Além da inauguração em breve do Núcleo Avançado no bairro João XXIII.

Convém destacar também o atendimento que vem sendo dado às presidiárias do Instituto Penal Feminino.

Na área da gestão de TI, foram adquiridos 35 microcomputadores e 30 impressoras, com previsão de aquisição, para 2006, de mais 70 micros.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A atual política de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará tem como foco elevar o perfil educacional da população, criando e consolidando uma base tecnológica voltada à inovação, capaz de possibilitar ao setor produtivo local a absorção, difusão e transformação de conhecimentos em bens e serviços para melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, são consideradas prioritárias ações que possibilitem a consolidação da base de geração de conhecimento, da capacidade de ensino e pesquisa e da formação dos recursos humanos necessários a esse processo, em todos os níveis.

Tal política está sendo implementada a partir de ações que compõem os programas desenvolvidos pela Secretaria da Ciência e Tecnologia (SECITECE) e Instituições vinculadas, dentre os quais se destacam o Programa de Otimização e Expansão da Infra-Estrutura para Educação Superior e Educação Profissional, Programa de Melhoria do Capital Humano para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Programa de Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e o Programa de Climatologia e Meio Ambiente.

Em 2005, algumas das ações desenvolvidas pelo Sistema de C&T&I mereceram destaque no cenário estadual, dentre as quais se encontram aquelas que envolveram a aplicação de recursos do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), cujo objetivo é contribuir para promover a inclusão social no Estado. Por essas ações, foi possível beneficiar, de forma direta, 2.648 pessoas, possibilitando ainda a implantação de 4 unidades dos Centros Digitais do Ceará, os quais têm por objetivo disseminar habilidades na área de Tecnologia da Informação, apoiando o empreendedorismo em *hardware* e *software* e contribuindo para a promoção da inclusão digital de micro e pequenos empresários e da comunidade em geral.

Merece destaque ainda o desempenho da Secitece e suas vinculadas no atendimento das metas de inclusão social inseridas na área de abrangência do sistema de C&T, quais sejam:

- 1 Capacitar 60.000 pessoas nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) até 2006:** a meta previa a capacitação de 15.000 ao ano, durante quatro anos, tendo sido superada nos dois primeiros anos (2003 e 2004); em 2005, o total de pessoas capacitadas nos CVTs foi de 30.252, superando a meta prevista (15.000 pessoas capacitadas no ano) em 121%;
- 2 Expandir para 96.571 o número de matrículas nas instituições de Ensino Superior Públicas do Estado até 2006:** a meta prevista para o ano foi de 32.153 matrículas efetuadas, a qual foi superada, uma vez que o total de matriculados em 2005 foi de 32.516 alunos,

Vale destacar o Programa Empresa Competitiva, que atendeu no período 29 empresas, no âmbito das ações desenvolvidas pelo Sistema, que tem o objetivo de contribuir para assegurar ao setor produtivo do Estado competitividade com base em processos e produtos inovadores.

Encontram-se em desenvolvimento no Estado os Arranjos Produtivos Locais (APLs), dos setores Eletrometalmecânico e de beneficiamento da Pedra Cariri, os quais visam promover o desenvolvimento tecnológico a partir do acesso à inovação, que deverá se concretizar mediante a formação de redes regionais de cooperação e produção. Já estão dois outros APLs aprovados para implantação em 2006: o da Rede de Dormir de Jaguaruana (MCT/Finep/CNPq – Ação Transversal APL 01/2004/7), no valor de R\$ 462.670,00, e Pedra Cariri (MCT/Finep/CNPq – Ação Transversal APL 01/2004/7), no valor de R\$ 328.600,00.

Merece destaque ainda a consolidação da incubadora mantida no Nutec (Par-Tec), bem como a expansão da rede de incubadoras do Instituto Centec (Intece), estruturas que no ano em questão atenderam a um total de 56 empresas.

Foram concedidas no decorrer do ano de 2005, por intermédio ou no âmbito das instituições do Sistema de C&T, 5.273 bolsas, em diversas modalidades, a partir de recursos oriundos de outras instituições de fomento à pesquisa do país, o que viabilizou a realização de diversas pesquisas relevantes para o desenvolvimento do Ceará.

É importante destacar também a articulação que vem sendo realizada pela Secitece, envolvendo instituições atuantes em C&T de todo o Estado, tendo em vista a captação de recursos externos, sobretudo dos Fundos Setoriais, e que tem contribuído para aumentar essa captação, que resultou, em 2005, num montante de cerca de R\$ 19 milhões captados

A realização nas dependências da Universidade Estadual do Ceará (Uece) da 57^a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho/2005, evento que pela 1^a vez se realizou em uma universidade estadual do Nordeste, trouxe muitos dividendos para a comunidade acadêmica do Estado e da Região em termos de intercâmbio de conhecimentos.

Revestem-se também de elevada relevância os estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Funceme, na identificação das áreas degradadas ou em processo de desertificação no Estado. a partir de imagens de satélites, o que permite a realização de ações preventivas.

PROGRAMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO – PROINNOVAR

Objetivo

Contribuir para o aumento da competitividade do setor produtivo cearense, especialmente das micro e pequenas empresas.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 21 projetos de difusão e extensão tecnológica, 92 projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e 13 projetos de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidos;
- 2 29 empresas cearenses foram beneficiadas pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPE), dispondo algumas delas, dependendo do seu porte e de suas atividades, de centro de pesquisa em inovação;
- 3 Em execução, por meio da Funcap, os arranjos produtivos do Setor Eletrometalmecânico, com recursos assegurados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no valor de R\$ 618,7 mil, bem como o arranjo produtivo da Pedra Cariri, com recursos assegurados pelo Ministério da Integração (MI), no valor de R\$ 498 mil;
- 4 Obtenção de aprovação na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 46 projetos submetidos à análise dessas Instituições, com a captação de recursos em torno de R\$ 19 milhões.

AValiação dos Resultados do Programa

O Programa de Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico tem como foco garantir competitividade ao setor produtivo do Estado, com a construção de um ambiente propício à inovação.

Para tanto, necessário se faz priorizar a consolidação da base de geração de conhecimentos, da capacidade de desenvolver pesquisa, de formar recursos humanos aptos não apenas a se inserirem nesse processo, mas nele se manterem graças a permanente atualização de conhecimentos.

É primordial, nesse processo, sensibilizar o setor produtivo da importância de investir em inovação e, acima de tudo, facilitar o acesso das empresas a esse ambiente de inovação.

Em 2005, foram priorizadas ações com capacidade de consolidar a base já existente e promover, em médio prazo, mudanças significativas no cenário de inovação do Ceará, como, por exemplo, a que tem por objetivo fomentar a realização de pesquisas e inovações tecnológicas em setores nos quais o Estado tem potencial para obter vantagens competitivas, que propiciou o desenvolvimento de 126 projetos no período, nas várias modalidades - difusão e extensão tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e pesquisa e inovação tecnológica - dentre os quais se destacam os desenvolvidos pelos Programas Apoio ao Núcleo de Excelência (Pronex), Primeiros Projetos (PPP), Desenvolvimento Científico e Regional (DCR) e Proteoma, beneficiando as seguintes instituições: Embrapa, Funceme, Uece, UFC, Unifor e Uva, dentre outras.

No Pronex, que tem por objetivo apoiar a execução de projetos de grupos consolidados de pesquisas científica, tecnológica e de desenvolvimento, merece destaque a pesquisa “Utilização da Água de Coco em Pó na Biotecnologia do Sêmen Caprino e Ovino e em Vacinas Virais Aviárias”. No Proteoma, destaca-se a pesquisa “Feijão-de-corda e Cajueiro sob Condições de Estresse Biótico e Abiótico”.

Ambos os programas estão sendo desenvolvidos mediante convênio firmado entre a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC).

Estão sendo atendidas 29 empresas, com o propósito de assegurar-lhes competitividade mediante o acesso à inovação, no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPE), mais conhecido no Estado como **Programa Empresa Competitiva** (www.sct.ce.gov.br), produto de parceria firmada entre a Secitece, o Ministério da Ciência e Tecnologia e empresas cearenses, tendo como objetivo financiar atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas de base tecnológica.

Encontram-se em execução os arranjos produtivos do Setor Eletrometalmecânico, bem como o arranjo produtivo da Pedra Cariri, estando aprovados, aguardando a liberação de recursos, os arranjos produtivos da Rede de Dormir de Jaguaruana (MCT/Finep/CNPq – Ação Transversal APL 01/2004/7), no valor de R\$ 462,7 mil, e Pedra Cariri (MCT/Finep/CNPq – Ação Transversal APL 01/2004/7), no valor de R\$ 328, 6 mil. Tudo isso foi resultado da articulação desenvolvida pela Secitece, com o objetivo de realizar uma ampla análise das cadeias produtivas regionais, diagnosticando os fatores que afetam o desenvolvimento tecnológico e a competitividade das empresas, propondo ações capazes de promover a modernização e o fortalecimento de toda a cadeia produtiva, e identificando as possibilidades de parcerias para a solução das dificuldades/necessidades a partir das ações propostas.

Também como resultado da articulação realizada pela Secitece, o Estado do Ceará obteve aprovação na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito dos Fundos Setoriais, de 46 projetos submetidos à análise dessas Instituições, assim distribuídos: UFC (26); Uece (4); Centec (4); Unifor (2); Sebrae (1); Embrapa (1), Instituto Atlântico (1); Insoft (1); Cefet (1); Nutec (2); Funcap/Secitece (1); IVIA Informática (1); Rede de Incubadoras do Ceará – RIC (1), com um montante total de recursos captados em torno de R\$ 19 milhões de reais.

No ano de 2005, foi também priorizada a consolidação do Par-Tec, incubadora da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial (Nutec), na qual se encontram incubadas 13 empresas, bem como a expansão das 6 Incubadoras Tecnológicas do Instituto Centec (Intece), localizadas nos municípios de Aracati (5 empresas incubadas), Crateús (7 empresas incubadas), Juazeiro do Norte (6 empresas incubadas), Limoeiro do Norte (10 empresas incubadas), Quixeramobim (8 empresas incubadas) e Sobral (7 empresas incubadas), num total de 43 empresas assistidas por aquele Instituto, e de 56 empresas atendidas nas duas estruturas.

Conclui-se, portanto, que as ações desenvolvidas em 2005, no âmbito do Programa, vão ao encontro do objetivo de estimular a geração de conhecimento pela pesquisa, e de possibilitar a aplicação desse conhecimento pelo setor produtivo local, gerando desenvolvimento.

MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Objetivo

Capacitar recursos humanos, em diversos níveis, tornando-os aptos a atuar no ambiente de rápida evolução do conhecimento que atualmente se verifica.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 1.590 cursos realizados nas unidades do Instituto Centec, nas modalidades Superior em Tecnologia, Técnico, Básico e de Capacitação de Professores, com 1.816 alunos matriculados nos cursos de formação de tecnólogos, 558 nos cursos de formação de técnicos, 26.577 treinandos nos cursos básicos, com a capacitação de 3.437 professores da rede pública de ensino;
- 2 42.678 práticas laboratoriais e 8.749 análises realizadas;
- 3 60 projetos de pesquisa/iniciação científica desenvolvidos, tendo sido prestada assistência a 513 estabelecimentos pelas Unidades Centec;
- 4 15.723 projetos produtivos assistidos pelos CVTs, além de terem sido beneficiadas 16.526 pessoas pelos projetos de Difusão de Tecnologia, desenvolvidos naqueles Centros;
- 5 145 bolsas concedidas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza (Fecop), no valor unitário de R\$ 72,00, para jovens que se destacaram no Projeto Linguagem das Letras e dos Números (Numeratizar e Leituralizar), bem como no projeto “Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos para Melhoria do Ensino Fundamental e Médio”,
- 6 1.103 bolsas concedidas a professores da rede pública e a estudantes pobres, egressos do ensino médio, que ingressem nas universidades, num total de R\$ 3.446.241,72, no âmbito do projeto “Geração de Ocupação e Renda para os Municípios de Menor IDM”, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4.300.798,28;
- 7 1.400 produtores rurais treinados na área de apicultura, tendo sido concedidos 122 kits para produção de mel de abelha, com a realização de 42 seminários; foram também implantadas, com recursos do mencionado Fundo, 4 unidades dos Centros Digitais do Ceará (CDCs), nos municípios de Massapê, Amontada, Barreira e Poranga, num total de recursos da ordem de R\$ 552.960,00.
- 8 Concedidas:
 - 200 bolsas de doutorado;
 - 634 bolsas de mestrado, 2.578, de iniciação científica (sendo 870 com recursos do tesouro);
 - 460 bolsas com o apoio da iniciativa privada (IFEC/UVA);
 - bolsas, com recursos assegurados pelo convênio SECITECE/FECOP;

- 722 bolsas de extensão tecnológica, 6 para professor visitante, 30 bolsas de apoio tecnológico e 762 bolsas de transferência de tecnologia, sendo 56 concedidas com recursos do tesouro, 18 pelo convênio com a iniciativa privada (Agropólos), 34 pelo CNPq, 599 por meio de convênio com órgãos estaduais; e 55 que são resultantes de convênio com órgãos municipais (prefeituras);
- 4 bolsas de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), 23 bolsas de Apoio Técnico (AT Nível Médio) e 7 bolsas (AT Nível Superior);
- 150 bolsas (Capes, PET, PICDT, Demanda Social) para alunos de graduação e de pós-graduação e para o programa de capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo;
- 157 bolsas de trabalho para os alunos dos diversos cursos de graduação, sendo 95 para alunos da Capital e 62 para os do Interior.

AValiação dos Resultados do Programa

O Programa priorizou ações capazes de contribuir para a consecução do seu objetivo, não apenas no que se refere à educação superior e à educação profissional, sob a coordenação da Secitece, mas também no que diz respeito à qualidade da educação básica, da qual depende todo o desenvolvimento intelectual do indivíduo, assegurando sua inclusão social.

Assim, em municípios identificados como de menor IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) e com recursos assegurados pelo Fundo de Combate à Pobreza (Fecop), foram concedidas 680 bolsas para professores da rede pública de ensino, com o objetivo de estimulá-los a dar continuidade à sua capacitação, e mais 423 bolsas para estudantes pobres, egressos do ensino médio, que ingressem em cursos promovidos pelas universidades estaduais, para que tenham condições materiais de se dedicarem a seus cursos.

Foram concedidas ainda bolsas a alunos que se destacaram nas Olimpíadas das Letras e dos Números, dentro do Projeto Linguagem das Letras e dos Números (Numeratizar e Leituralizar), coordenado pela Secitece.

Foi promovida a capacitação em apicultura para 1.400 produtores rurais treinados e distribuídos 122 kits para produção de mel de abelha, com o objetivo de gerar ocupação e renda para famílias em situação de pobreza e preparar os municípios a partir do fortalecimento da apicultura como agronegócio.

Ainda com recursos do Fecop, foram implantadas quatro unidades dos Centros Digitais do Ceará (CDCs), com o objetivo de disseminar conhecimentos e habilidades no domínio das tecnologias da informação, estimulando a profissionalização, a melhoria educacional e o negócio em informática como forma de apoio ao trabalho não-agrícola. Cada unidade tem como meta anual atender a 300 jovens e adultos com capacitação, possibilitar a 1.000 jovens e adultos o acesso à Internet e beneficiar 20 empresas com pesquisa de mercado.

No que se refere às ações desenvolvidas em 2005 na área de educação profissional, a meta prevista no contrato de gestão que o Instituto CENTEC mantém com o governo do Estado, no que se refere ao número de treinandos matriculados nos cursos superiores de tecnologia, que era de 1.941 matrículas, teve 93,6% dela atingidos, com a matrícula de 1.816 alunos. Quanto à meta para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, que previa 646 alunos matriculados, cumpriram-se somente 86,4% desta, com 558 matrículas, devido à evasão de 88 alunos que iniciaram os cursos em 2004

No que diz respeito às metas para os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, ministrados nas Faculdades de Tecnologia CENTEC – FTC e nos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, o Instituto superou em 25,1% o número programado de cursos para as FTCs, e em 29,9% o número de treinandos. Nos CVTs, essas diferenças foram de, apenas, 2,5% e de 3,1%, respectivamente.

A meta referente ao número programado de professores da rede pública capacitados pelos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, que previa 3.200 professores atendidos no período, foi superada em 7,4%, com a capacitação de 3.437 pessoas; no entanto, somente 98,8% da meta referente às horas de utilização dos laboratórios com práticas para alunos da rede pública foram cumpridos, correspondendo a 42.678 horas .

No contrato de gestão estava previsto o desenvolvimento de 82 projetos de pesquisa/iniciação científica pelas FTCs, tendo sido executados 60, ou seja, 73,2% da meta.

O número de amostras analisadas para o público, num total de 9.103, superou em 24,6% a meta, que previa a realização de 7.305 amostras, e o número de estabelecimentos industriais que receberam consultoria, que totalizou 579 unidades atendidas, superou em 12,9% a meta, que previa o atendimento de 513 unidades.

Foram beneficiadas nos CVTs 15.723 pessoas com assistência a projetos produtivos, cumprindo 100% da meta prevista. No tocante a projetos comunitários, foram assistidos 161 projetos, superando em 1,9% o número previsto, de 158. Quanto à difusão de tecnologias, estimou-se que 16.460 pessoas seriam beneficiadas, o que foi cumprido em 100,4%, totalizando 16.526 pessoas atendidas.

Com o objetivo de estimular a capacitação científica e a autonomia tecnológica do Estado, com a formação de recursos humanos, e possibilitar ações de transferência de tecnologia, foram concedidas pela Funcap, pela Capes e pelo CNPq, bem como mediante convênios com órgãos federais, estaduais, prefeituras e iniciativa privada, 5.273 bolsas, abrangendo diversas modalidades e diversos níveis de capacitação.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL-SEDUC

A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará considera que o ano 2005 marca o início dos resultados decorrentes da política educacional adotada, com vistas a melhorar os serviços ofertados na rede estadual, em colaboração com os 184 municípios cearenses, na busca por uma educação de qualidade. No que tange à melhoria da qualidade da educação, a SEDUC desenvolveu, durante o ano, atividades relacionadas à sua rede escolar e incentivou, apoiou e desenvolveu projetos junto às redes municipais. Acredita-se, portanto, que a meta maior do acesso e sucesso escolar no Ceará resulta da soma do esforço conjunto Estado e Municípios, para que se possa atingir o grande objetivo comum que é Crescer com Qualidade.

A descentralização da gestão emerge como um campo importante na investigação educacional, devendo ser construída a partir da implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares e da criação de mecanismos de controle social, a exemplo de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Comunitários (APC), Congregação de Professores e de Funcionários, entre outros. Essa autonomia, por sua vez, vem sendo discutida, tendo como princípios básicos a participação e a democratização da gestão escolar. Nessa perspectiva, avanços no campo da gestão escolar podem ser pontuados, entre eles: eleições e posse coletiva de 1.272 grêmios estudantis das escolas públicas estaduais e municipais e assessoria técnica a 686 Conselhos Escolares. O Programa de Modernização do Processo de Gestão e Controle Social do Sistema de Ensino, tendo como foco a modernização das ferramentas de gestão escolar, apresentou como produto, durante o ano de 2005, a Gestão Integrada da Escola (GIDE), a qual está sendo implantada em 92% das escolas estaduais. Isso representa o Monitoramento de 635 escolas estaduais na execução da (GIDE).

Vale ressaltar os avanços obtidos na organização e formalização do Regime de Colaboração com os Municípios, por meio de ações como a assinatura do Termo de Adesão ao Regime de Colaboração por parte de 183 municípios, a coordenação do Processo de elaboração e análise de 167 Planos Municipais de Educação, considerados como estratégia imprescindível para melhoria dos indicadores educacionais do Estado, além do apoio técnico e financeiro a 60 municípios de menor IDM pelo Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal/PRODEM, que financia na categoria Sub-projetos Escolares, projetos pedagógicos e juvenis, aquisição de carteiras, assim como também reforma e ampliação de escolas. Além disso, a SEDUC, junto à esfera municipal, desenvolveu um conjunto de ações visando à melhoria dos indicadores de movimento e rendimento dos alunos do Ensino Fundamental, bem como os indicadores de desempenho escolar, como o Projeto Bolsa Aluno Melhor nos 20 municípios com menor IDM do Estado, financiado pelo Fundo de Combate Estadual à Pobreza (FECOP), beneficiando 1.014 alunos do Ensino Médio da rede estadual, e 9.647 do Ensino Fundamental das redes municipais, com atividades de reforço escolar e ampliação da Jornada Escolar.

O conceito de qualidade em educação, além dos indicadores de rendimento, incorpora outros indicadores que servem de suporte às ações desenvolvidas, dentre eles a infra-estrutura física.

Em relação a esse indicador, a SEDUC definiu o conceito de Padrão Básico de Funcionamento (PBF) a partir de um conjunto de itens – padrão construtivo mínimo, infra-estrutura de apoio pedagógico, serviços públicos básicos – uma vez que tais recursos, segundo o SAEB, são um dos fatores que, associados à qualificação dos professores, exercem grande influência na aprendizagem do aluno. Nessa perspectiva, a SEDUC vem fazendo um esforço para adequar a sua rede física a condições pedagógicas e de infra-estrutura compatíveis com a oferta de uma educação de qualidade, constatando-se um acréscimo de 151% no investimento de recursos em relação a 2004, o que evidencia as transferências financeiras realizadas e a descentralização dos recursos financeiros em 2005. Considerando as 686 unidades escolares que constituem a rede estadual de ensino, estão implantados laboratórios de ciências em 218 escolas (31,7%); laboratórios de Informática em 339 escolas (49,4%); aquisição de Acervos Bibliográficos para 526 escolas (76,6%); e 451 escolas beneficiadas com quadras poliesportivas (65,7%).

Muitos foram os objetivos alcançados no funcionamento dos níveis e modalidades de ensino. Em relação à Educação infantil, a constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e a Lei de Diretrizes Básicas - LDB estabelecem que é dever do Estado garantir, por meio dos Municípios o atendimento em creche e pré-escolas a todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Essa clientela é prioritariamente atendida pela rede municipal, respeitando a autonomia do município e, tendo como base o regime de colaboração, que prevê a cooperação técnica entre esses dois entes federados, a SEDUC, em 2005, deu continuidade às ações já realizadas, desenvolveu o apoio à formação das Comissões e Planos Municipais de Educação Infantil nos Municípios, sob a jurisdição de 13 Crede (Maracanaú, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Tianguá, Sobral, Baturité, Horizonte, Russas, Crateús, Senador Pompeu, Tauá e Iguatu), envolvendo 114 municípios com 1.935 participantes.

Na oferta total da Educação Infantil, observa-se um crescimento de 4,8% em relação a 2004, e de 9%, no período 2003 – 2005. Esse crescimento foi mais acelerado na oferta de pré-escola, que aumentou em 6,1% o número de vagas em 2005 e menor na matrícula de creche, que cresceu apenas 0,9% de 2004 a 2005. Apesar da constatação desse indicador, quanto à expansão de vagas em creches e pré-escolas, fechou-se o ano de 2005 com 81,15% da meta cumprida.

No Ensino Fundamental, observa-se que, no período 2004 – 2005, houve um decréscimo de 15% da matrícula da rede estadual, confirmando que o processo de municipalização desse nível é irreversível. No período 1998 – 2005, a rede estadual apresentou um decréscimo absoluto de 316.588 matrículas, o que representou uma redução de 61% da matrícula de sua rede. Embora o ensino fundamental seja uma tarefa, sobretudo municipal, o Estado tem obrigações e deveres em relação à sua oferta em matéria financeira e técnica. Algo em torno de três quartos dos recursos que integram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF) no Ceará são oriundos da arrecadação estadual, o que representa mais de quinhentos milhões de reais (76,6% do total), em valores relativos a 2005.

O atendimento à educação especial se efetiva por meio de uma profícua colaboração com organizações não-governamentais (ONG), com a formalização de convênios e apoio financeiro via subvenção social. Analisando os dados do período 2004 – 2005, registra-se um crescimento total da oferta de 11%, sendo o maior crescimento – 57% - registrado na rede municipal. Tal fato está associado ao incentivo e apoio técnico disponibilizado pela SEDUC na criação de Núcleos

de Atendimento de Educação Especial nos municípios. Consoante a orientação de inclusão asseguradas na Constituição Federal (Art. 208), a LDB destaca a responsabilidade dos sistemas educacionais na definição de currículos, métodos, organização específica e professores com formação adequada para atender a esse segmento populacional, o que foi assegurado por ações estaduais, como a realização de Seminários para 100 participantes cada, com os temas Altas Habilidades; Atualização de Políticas de Educação Especial e Inclusão.

A Educação escolar indígena configura-se como uma política educacional ancorada em projetos de educação com caráter específico e diferenciado. No Ceará, essa modalidade está assegurada pela Resolução Nº 382/2003, do Conselho de Educação do Ceará, e é realizada em 48 escolas de 15 municípios, para atender a mais de 13 etnias indígenas. A intenção é proporcionar uma escola que atenda às suas demandas sociais e culturais com adequação dos espaços físicos, construção de escolas, capacitação docente e diálogo permanente com as comunidades indígenas cearenses.

As matrículas da educação indígena cresceram 15,1% em 2005 em relação a 2004, sendo o maior percentual registrado na oferta de Educação Infantil (32,9%), sucedido pela Educação de Jovens e Adultos (13,2%) e Ensino Fundamental (9,2%). Em 2005, destacam-se como ações relevantes nessa modalidade de ensino a Certificação de 190 professores e lideranças das comunidades indígenas, que concluíram o Curso de Magistério Indígena – nível médio, com carga horária de 3.200 horas; a capacitação de 189 educadores indígenas na metodologia da Escola Ativa, em 10 municípios, e a Elaboração de 10 livros didáticos para Ensino Fundamental pelas diversas etnias.

O atendimento anual previsto na meta para elevação do nível de escolaridade da população a partir de 15 anos, de aproximadamente 180 mil jovens e adultos, está sendo atingida conforme dados preliminares do Censo Escolar de 2005, que registra matrícula de 172.619 alunos, correspondendo a 95,8% da meta estabelecida. No entanto, comparando a matrícula de 2005, em relação a 2004, observa-se um índice de redução de 6,23% no atendimento presencial e 8,36% no semipresencial, o que exige mobilização dos atores educacionais e definição de estratégias que favoreçam a ampliação dessa matrícula em 2006.

Uma das justificativas encontradas para o decréscimo da matrícula total é o fato de a Resolução Nº 25, de 16/06/2005, que trata a questão referente ao repasse de recursos do FNDE para os sistemas estadual e municipais de ensino, ter sido publicada em atraso, o que dificultou aos municípios iniciar os procedimentos de abertura de novas matrículas e se apropriarem dos recursos em tempo hábil. No entanto, a SEDUC vem mobilizando os municípios para orientar os Gestores Municipais sobre as providências a serem adotadas para receberem os recursos, e assim atenderem aos egressos dos programas de alfabetização.

O indicador estabelecido para essa modalidade de ensino é a taxa de escolaridade da população de 15 anos e mais, passando de 24,7%, em 2001, para 54,7%, no período de 2003-2006. Esse indicador revela uma taxa de crescimento significativo em 2005, superior a 91% em relação ao ano de 2001.

Os dados de analfabetismo cearense em 2000 informavam haver 1.310.778 jovens e adultos com 15 anos e mais analfabetos (Censo do IBGE). Em 2003, como fruto da implementação de diversas iniciativas de projetos educacionais voltados para esse segmento, esse número já havia sofrido considerável redução, estando na faixa de 640.750 analfabetos (Censo da Alfabetização 2003/SEDUC). A taxa de analfabetismo em 2005 foi 16,73%, havendo uma diminuição de 19,5% em relação a 2004.

A SEDUC vem estabelecendo uma trajetória de parcerias com outras Secretarias e instituições da sociedade civil, com vistas a promover a inclusão social por meio da oferta de serviços educacionais nos presídios, nas unidades de assistência social e em outras instituições. Entre as atividades realizadas em 2005, podem ser citadas: a realização de 3 Encontros de Formação Continuada, para 75 Coordenadores da Educação de Jovens e Adultos e técnicos da área financeira e pedagógica, dos 21 Centros Regionais, atendendo a 1.095 professores e beneficiando 42.585 alunos; formação de educadores das escolas dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária do Ceará, para 298 educadores de 172 assentamentos estaduais e beneficiando 4.727 educandos; e Conclusão do curso de complementação do ensino fundamental para 4.125 profissionais da saúde (Agentes Comunitários de Saúde e Auxiliares de Enfermagem) e formação de 260 professores que atendiam a esse público, em convênio com o Ministério da Saúde.

Acumulados os dados do período 2003 – 2005, constata-se que 453.662 cidadãos cearenses se matricularam no Projeto Alfabetização é Cidadania, o que representa 71% do contingente identificado no Censo da Alfabetização de 2003, evidenciando significativos avanços no campo da inclusão social. Aliado com o programa Brasil Alfabetizado, do Governo Federal, assumiu-se o desafio de reverter tais indicadores, fortalecendo a idéia da abolição do analfabetismo no Ceará, com realizações integradas com o Poder Público e a sociedade civil, entre elas: Avaliação de 150.173 alfabetizandos do projeto, que iniciaram o curso em 2004, e concluíram no 1º Semestre de 2005; Cadas-tramento de 204.743 adultos para as turmas de alfabetização, com início das aulas em novembro e dezembro/2005 e Diplomação e Certificação de 117.135 alunos do Programa Alfabetização é Cidadania. Junta-se a essa iniciativa do poder público, a parceria das Organizações Não-Governamentais (ONG) que, no período 2003 – 2005, alfabetizou 178.604 cidadãos cearenses.

A recente reforma brasileira por que passou o Ensino Médio e a conseqüente ampliação progressiva desse nível de ensino nas escolas cearenses resgata questões que vão desde a carência de professores habilitados, adequação do currículo para diversidade da clientela, e de espaços físicos, o que reforça a necessidade de mais investimentos e mudanças de posturas nas práticas pedagógicas. Por ser constitucional a obrigação do Estado, as municipalidades iniciam no período pós-LDB e FUNDEF a redução da oferta desse nível de ensino. Apesar de não haver aporte financeiro definido para que os Estados assumam o Ensino Médio, programas e projetos do MEC vêm ajudando com recursos financeiros temporários, cabendo ao Estado a responsabilidade pela oferta e substantivo crescimento ano a ano.

No Ceará, a matrícula pública de 2005, nesse nível de ensino, cresceu 9% em relação ao ano anterior, e responde por 88% da oferta no Estado, cabendo à rede particular de ensino a responsabilidade pelos 12% restantes. Foram criadas 28.288 novas vagas de Ensino Médio, em 2005, com registro de 526 unidades escolares, e com uma taxa de atendimento de 72,14% para alunos de 15 a 19 anos.

O Projeto Alvorada é dirigido especificamente para o Ensino Médio e tem como objetivo incrementar as ações pedagógicas para a melhoria da qualidade do atendimento nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino. Esse Projeto adota como prioridade o padrão básico de funcionamento para as escolas de Ensino Médio do Estado do Ceará. Associado a ele, o Projeto Escola do Novo Milênio (PENM) busca criar condições para que as escolas adquiram um Padrão Básico de Funcionamento (PBF). Destacam-se como ações relevantes nos dois projetos: o lançamento de 26

novas escolas de Ensino Médio (PENM); Obtenção junto ao MEC de R\$ 35.000.000,00, referentes ao PRODEB para manutenção do Ensino Médio; Conclusão do Convênio No 197/2000 do Projeto Alvorad;; Termo de Ajuste de Conduta firmado com o MEC para o Projeto No 84/2002; e Elaboração de Novo Plano de Ação ajustado para o Convênio No. 158/2001, ambos projeto Alvorada.

Em 2005, o sistema de acompanhamento pedagógico contou com a implantação de um eficiente mecanismo de apoio para o levantamento de indicadores – o Sistema de Acompanhamento do Desempenho da Rotina Escolar (SADRE), que permite o monitoramento e acompanhamento das ações realizadas de todas as escolas cearenses, por meio da emissão de relatórios de resultados dos alunos, com informações de aprovação, reprovação e abandono, além de informações dos Crede e SEDUC. Esse sistema está sendo implantado em 686 unidades escolares, que corresponde a 100% do total de escolas da rede estadual, com cadastramento de 345.663 alunos do Ensino Fundamental e Médio (48% da matrícula total da rede estadual). Para viabilizar o acompanhamento da rotina escolar, realizou-se capacitação de 23 líderes de informática dos Credes por meio do sistema e formação Continuada de 689 Secretários Escolares .

O Censo Escolar é uma atividade anual definida pelo Ministério da Educação e tem como objetivo coletar informações sobre o sistema de educação básica do Brasil. Caracteriza-se como um instrumento declaratório, realizado anualmente a partir das escolas. Os dados coletados pelo Censo permitem acompanhar o desenvolvimento do sistema de ensino em todo Brasil. Sua base de dados possibilita um conjunto diverso de estudos e análises educacionais e, baseado nas informações captadas pelo Censo Escolar, é atualizado o Cadastro Nacional de Escolas.

O Censo escolar no Ceará, em 2005, abrangeu um universo de 2.921.165 alunos, distribuídos em 12.278 escolas, de 184 municípios cearenses. Cada escola recebeu os formulários do Censo Escolar diretamente no estabelecimento de ensino, para ser devidamente preenchido e enviado à SEDUC, que digita todas as informações, faz o processamento de dados e constitui o Banco de Dados Estadual, que é enviado ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), para compor o Banco de Dados Nacional.

No que diz respeito ao Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, (SPAECE), foram introduzidas mudanças no exame de 2004, destacando-se a sua universalização, contemplando, pela primeira vez, a rede municipal de ensino, a inclusão da 4ª série do Ensino Fundamental entre as séries avaliadas e a utilização de escala semelhante a do SAEB para expressar os resultados de desempenho dos alunos.

Em 2005, foram realizados encontros regionais e municipais para apresentação e discussão dos resultados do SPAECE 2004. Cada escola participante da avaliação recebeu o Relatório Regional, os Relatórios Pedagógicos de Língua Portuguesa e Matemática e o Boletim Escolar com os seus resultados, para discussão coletiva com professores e funcionários. Nesse sentido, a SEDUC desenvolveu, em 2005, o projeto Agente Aprendizagem selecionado, por meio de edital, professores de Língua Portuguesa e Matemática, para atuarem junto aos professores e alunos do Ensino Médio, focalizando aspectos do currículo nessas disciplinas, em que os alunos demonstraram deficiências nas últimas avaliações.

Vale ressaltar a premiação das 50 escolas estaduais com o Prêmio “Escola Destaque 2005”, a partir dos critérios de melhoria do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, no SPAECE/2004, e a evolução dos índices de aprovação e abandono escolar (2003/2004), mensurados pelo Censo Escolar/SEDUC/MEC/INEP.

Analisando o comportamento da matrícula de ensino fundamental nas duas redes públicas, confirma-se o que já vem acontecendo desde 1997, quando a rede estadual inicia o processo de decréscimo de matrícula, com o conseqüente crescimento de oferta na rede municipal. No que tange à oferta pública em 2005, constata-se que 89% das crianças desse nível de ensino freqüentam escolas públicas, sendo 14% na rede estadual e 86% na rede municipal. No período 2004 – 2005, houve um decréscimo de 15% da matrícula da rede estadual, confirmando que o processo de municipalização desse nível é irreversível. No período 1998 – 2005, a rede estadual apresentou um decréscimo absoluto de 316.588 matrículas, o que representou uma redução de 61% da matrícula de sua rede. No Ensino Fundamental - rede estadual -, a taxa de aprovação foi de 74,6%; 11,7% de Reprovação e 13,7% de Abandono.

A matrícula pública 2005 no Ensino Médio cresceu 9% em relação ao ano anterior e responde por 88% da oferta desse nível de ensino no Estado, cabendo à rede particular de ensino a responsabilidade pelos 12% restantes. A taxa de aprovação foi de 71,7%; 9,2% na reprovação e 19,1% de abandono. A melhoria nas taxas de aprovação impulsionou a demanda por ensino médio. Para tanto, o poder público se mobilizou para ampliar a oferta, redimensionando e adequando as unidades escolares às reais necessidades da clientela de 15 a 19 anos. Tal fato implicou na necessidade de investimentos em construção, ampliação e reforma de escolas, aquisição de equipamentos e mobiliários e contratação de professores. Como o Ensino Médio não dispõe de recursos financeiros assegurados constitucionalmente, o Estado obteve aporte financeiro proveniente de Programas e Projetos viabilizados pelo Governo Federal/MEC.

Os indicadores analisados permitem concluir que a taxa de escolarização líquida do Estado, para jovens de 15 a 19 anos, passou de 21,85% em 2000 para 35,71% em 2005. No período 2003 – 2005, foram criadas 49.468 novas vagas para o Ensino Médio, o que totalizou 68,55% da meta estabelecida para o período de 2003-2006.

A Garantia na Qualidade da Escola com Foco na Aprendizagem do Aluno coloca-se como um dos programas prioritários e finalísticos da SEDUC. Associado a ele, encontram-se mais dois projetos/atividades – Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita e ampliação progressiva da jornada escolar. Como medida prioritária para atingir tal propósito, a SEDUC adotou para sua rede de ensino a ampliação da carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental e Médio, de 3 e 4 horas/aulas semanais, para 4 e 5, respectivamente. Tal medida se justifica considerando que pesquisas e estudos mostram que a melhoria de desempenho escolar dos alunos nessas duas disciplinas conduz a melhor performance nas demais disciplinas.

No que diz respeito à rede pública estadual, em 2005, destacam-se as seguintes ações: Financiamento de 2.302 projetos escolares incluídos na proposta Escola Viva, que se propõe fortalecer a aprendizagem do aluno por meio da reordenação do espaço e do tempo escolar; 715 projetos de Reforço Escolar em Língua Portuguesa e Matemática, atendendo a 29.304 alunos do Ensino Fundamental e Médio. Os projetos envolveram 284 escolas, 91 municípios e 19 Crede, com a participação de 270.530 alunos do Ensino Médio, 409.610 do Ensino Fundamental das redes estaduais e municipais, de 2.342 escolas públicas, de 180 municípios, na I Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), com a obtenção de 14 medalhas de ouro, 15 de prata e 15 de bronze e 1.357 menções honrosas (correspondendo a 60% das menções honrosas concedidas em todo o Brasil).

A realização de ações voltadas para a valorização dos servidores do magistério trouxe como consequência uma melhoria na qualidade do ensino, com mudanças significativas na prática pedagógica e adoção de novas abordagens de conteúdos curriculares, além do desenvolvimento do trabalho interativo na escola. Importante destacar que a implementação dos programas de alfabetização – Programa de Formação para Professores Alfabetizadores (PROFA), PROFORMAÇÃO, PROINFANTIL e PRO-LETRAMENTO, realizados em parceria com o MEC e os municípios, proporcionaram o reconhecimento da importância dessa etapa inicial da educação como momento basilar para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Possibilitou que estes profissionais se tornassem mais seguros no desempenho da suas funções e confiantes na relação professor aluno.

Junto à esfera municipal, a SEDUC desenvolveu um conjunto de ações visando à melhoria dos indicadores de movimento e rendimento dos alunos do Ensino Fundamental, bem como dos indicadores de desempenho escolar, dentre eles, podemos citar: Projeto Bolsa Aluno Melhor nos 20 municípios com menor IDM do Estado, financiado pelo Fundo de Combate Estadual a Pobreza (FECOP), beneficiando 1.014 alunos do Ensino Médio da rede estadual e 9.647 do Ensino Fundamental das redes municipais, com atividades de reforço escolar e ampliação da Jornada Escolar e Concessão de Prêmio Professor Alfabetizador para 5 docentes que atuam nas 1ª e 2ª séries das redes municipais de cada um dos 20 municípios com menor IDM do Estado, financiado pelo Fundo de Combate Estadual a Pobreza (FECOP), mediante avaliação diagnóstica aplicada às crianças.

Ressalte-se, ainda, que na última década, a descentralização da gestão vem ocupando posição de destaque nas políticas públicas educacionais e se mostrando capaz de responder parte dos problemas do sistema educacional, possibilitando uma melhor produtividade. A autonomia emerge como um campo importante na investigação educacional, devendo ser construída a partir da implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares e da criação de mecanismos de controle social, a exemplo de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Comunitários (APC), Congregação de Professores e de Funcionários, etc. Essa autonomia, por sua vez, vem sendo discutida tendo como princípios básicos a participação e a democratização da gestão escolar. Avanços no campo da gestão escolar podem ser pontuados, entre eles: eleições e posse coletiva de 1.272 grêmios estudantis e assessoria técnica a 686 Conselhos Escolares e 1.272 Grêmios Estudantis das escolas públicas estaduais e municipais.

A SEDUC considera que o ano 2005 marca o início dos resultados decorrentes da política educacional adotada com vistas a melhorar os serviços ofertados na rede estadual, e do esforço de colaboração com os 184 municípios cearenses na busca por uma educação de qualidade. Acredita-se que a meta de maior do acesso e sucesso escolar no Ceará resulta da soma do esforço conjunto Estado e Municípios, concorrendo para que se atinja o grande objetivo comum, que é crescer com qualidade. Nessa perspectiva, o Ceará tem sido testemunha de inúmeras mudanças animadoras nos últimos anos, muitas das quais diretamente ligadas ao campo educacional. A universalização do ensino fundamental, a descentralização e a democratização da gestão representam ganhos inquestionáveis para a nossa escola. Apesar das conquistas obtidas, ainda tem-se, contudo, enormes desafios pela frente.

Na busca da melhoria do processo ensino-aprendizagem, algumas ações se tornam imprescindíveis, entre elas: a formação continuada do professor em sua área específica; a disponibilização de recursos pedagógicos adequados; a preservação do tempo pedagógico e a

valorização dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Nessa perspectiva, o SAEB é um dos mecanismos existentes de avaliação da Educação Básica no âmbito nacional, tratando-se de uma avaliação do sistema educacional brasileiro realizado em larga escala desde 1990, que avalia a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem na Educação Básica. É promovido pelo MEC/INEP a cada dois anos (ímpares), em todos os Estados, por amostragem de escolas de cada rede, com aplicação de testes de Língua Portuguesa e Matemática, para 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Utiliza, ainda, questionários aplicados a alunos, professores, diretores e sobre a escola, para avaliar os fatores de contexto associados ao desempenho dos estudantes. Os resultados do SAEB subsidiam Municípios, Estados e a União na formulação de políticas educacionais.

Abaixo, seguem as taxas de 2001-2003, já que os últimos resultados disponíveis do SAEB são de 2003. Os resultados de 2005 ainda serão divulgados. Em relação ao SPAECE 2006, as avaliações serão aplicadas em novembro, com previsão de resultados para o mês de março ou abril de 2007.

Percentual de crescimento por disciplina e série (2003 – 2001)

Disciplina	4ª série	8ª série	3ª série
Língua Portuguesa	4,8 %	0,6 %	3,4 %
Matemática	3,8 %	0,8 %	1,7 %

Considerando o desempenho da educação do Ceará no SAEB, percebe-se uma melhoria, no período 2001-2003. Essa melhoria foi mais significativa no EF-4, em que há maior representatividade da rede municipal. Houve também melhoria do desempenho no EM-3 (LP e M), tendo o Ceará, em 2003, alcançado o 1º lugar em Matemática, entre todos os estados do Nordeste.

UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS

Objetivo

Criar condições de infraestrutura física, material e de recursos humanos para atender toda a demanda de alunos provenientes do ensino fundamental.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Construção de 5 novos Liceus (Russas, Aracati, Cascavel, Horizonte e Tianguá) e 1 escola em Salitre.
- 2 Construção, em fase final, de mais 6 novos Liceus (Acopiara, Senador Pompeu, Quixeramobim, Crateús, Camocim e Pantanal – Fortaleza).
- 3 Início do processo licitatório para construção de 26 novas escolas com quadra de esporte.
- 4 Aquisição de equipamentos e mobiliários para atender aos Liceus inaugurados (Russas, Aracati, Cascavel, Horizonte e Tianguá) e os Liceus que estão em fase final de construção (Acopiara, Senador Pompeu, Quixeramobim, Crateús, Camocim e Pantanal – Fortaleza), e à escola de Salitre (já inaugurada).
- 5 Aquisição, em andamento, de 358 acervos de vídeos educativos para compor o acervo de 358 escolas de Ensino Médio.
- 6 Apoio financeiro a 300 projetos pedagógicos escolares.
- 7 Aquisição, em fase de processo licitatório (pregão), de 4 novos Laboratórios de Ciências e 4 Laboratórios de Informática para atender aos novos Liceus em fase final de construção.
- 8 Aquisição, em fase de processo licitatório, de 179 Laboratórios de Ciências para 179 escolas de Ensino Médio.
- 9 Aquisição, em fase de processo licitatório, de 180 Laboratórios de Informática e de Mídias Educativas para 180 escolas de Ensino Médio.
- 10 Aquisição, em fase de processo licitatório, de 21 Laboratórios de Línguas e kits de material de apoio, livros e vídeos para os laboratórios de Línguas para escolas de Ensino Médio, nos 21 CREDE.
- 11 Projeto ARCA DAS LETRAS composto por 200 acervos bibliográficos com 200 títulos, em fase de licitação na COLIC – Comissão de Licitação da SEDUC.
- 12 Aquisição, em fase de licitação, de 358 Acervos Bibliográficos para 358 escolas de Ensino Médio.

AValiação dos Resultados do Programa

A universalização progressiva do ensino médio, nas localidades rurais e urbanas, é uma política estratégica de inclusão social, por permitir aos jovens que concluíram o Ensino Fundamental o

prosseguimento de sua escolaridade básica e o aprofundamento dos seus estudos e preparação para o mundo do trabalho.

A melhoria no fluxo escolar do Ensino Fundamental e nas taxas de aprovação desse nível de ensino impulsionou a demanda para o ensino médio. Para tanto, o poder público se mobilizou para ampliar a oferta, redimensionando e adequando as unidades escolares às reais necessidades da clientela de 15 a 19 anos. Tal fato implicou na necessidade de investimentos em construção, ampliação e reforma de escolas, aquisição de equipamentos e mobiliários e contratação de professores. Como o Ensino Médio não dispõe de recursos financeiros assegurados constitucionalmente, o Estado obteve aporte financeiro proveniente de Programas e Projetos viabilizados pelo Governo Federal/MEC.

Os indicadores analisados permitem concluir que a taxa de escolarização líquida do Estado para jovens de 15 a 17 anos passou de 28,89%, em 2002, para 36,87%, em 2005. No período 2003 – 2005 foram criadas 50.198 novas vagas para o Ensino Médio.

GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

Objetivo

Elevar a qualidade do ensino na educação básica, com foco na aprendizagem dos alunos, melhorando os indicadores de desempenho apontados em pesquisas do SAEB e SPAECE.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Capacitação de 23 líderes de informática dos CREDE's.
- 2 Implementação do Projeto Escola Ativa, objetivando o melhoramento da qualidade da educação nas classes multisseriadas da área rural, envolvendo 59 municípios e 721 professores.
- 3 Implementação do Projeto Patativa, projeto-piloto objetivando a informatização, a modernização e a revitalização dos Centros de Multimeios em módulos, atendendo a 14 escolas-pilotos e 232 professores.
- 4 Realização de encontros para debates sobre os programas PNLD/PNBE/PNLEM, contando com 270 participantes.
- 5 Realização do I Fórum de Adolescentes (parceria entre a Célula Escola Viva, a ONG Centro de Assessoria à Adolescência (CASA) e o Núcleo de Psicologia para o Trabalho (NUTRA) da UFC), envolvendo 100 participantes.
- 6 Capacitação do Projeto Xadrez nas Escolas, em parceria entre a SEDUC/SEJUV/ Ministério dos Esportes e MEC, contando com 4.565 participantes e carga horária de 548h/a (total de 32 capacitações).
- 7 Projeto Amor à Vida – Iniciativa intersetorial com intuito de promover a saúde de adolescentes e jovens, com ações educativas e preventivas. O projeto promoveu uma “Capacitação sobre alimentação e nutrição” em parceria com a SEDUC/SAS/SESA, com carga horária de 24h/a e 837 participantes.
- 8 Capacitação de Profissionais para atuar nas Colônias de Férias das Escolas Estaduais, atendendo 51 escolas, 552 instrutores e 15.790 alunos.
- 9 Projeto Escola Fora da Escola (SEDUC/CEFET), representando o apoio aos alunos das escolas públicas em atividades de reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática, e o desenvolvimento de projetos nas áreas de esporte, artes, lazer e promoção à saúde, atendendo 93 escolas, 3.482 alunos e 170 monitores.
- 10 Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (SEDUC/SESA/ONG), visando promover ações de prevenção, articulação e mobilização em torno da temática: Violência Sexual Infanto-Juvenil, envolvendo 270 participantes.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA

O grande desafio do programa é proporcionar a melhoria da qualidade de ensino nas escolas da rede pública do Estado. O foco desse programa é a melhoria do processo ensino–aprendizagem, fazendo com que a escola cumpra seus objetivos sociais, quais sejam: preparar crianças e jovens para o pleno exercício da cidadania, transmitir os saberes construídos e produzidos pela humanidade e reconhecidos cientificamente e trabalhar valores – ética e justiça – respeitando a diversidade e pluralidade de conceitos e idéias, sem perder o foco na melhoria da qualidade do ensino. Junte-se a isso um grande esforço do Governo/SEDUC, para que todos os cearenses com idade escolar e em sala de aula, recebam um ensino de qualidade.

Na busca para que tais propósitos sejam alcançados, algumas ações se tornam imprescindíveis, entre elas: a formação continuada do professor, em sua área específica,; a disponibilização de recursos pedagógicos adequados; a preservação do tempo pedagógico; a valorização dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas definidas para atendimento dentro do programa, devido ao baixo desempenho dos alunos, conforme mostram as avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), realizada pelo governo Federal, e o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará).ú

PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

Objetivo

Dotar as escolas de padrões básicos de funcionamento visando o aperfeiçoamento e a eficiência dos serviços educacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 92 escolas de ensino médio reformadas e 14 ampliadas
- 2 137 escolas de ensino médio com reformas em andamento e 19 com ampliação em andamento
- 3 42 escolas de ensino fundamental reformadas e 42 escolas com reformas em andamento
- 4 2 escolas de ensino fundamental com ampliação em andamento
- 5 5 repasses para manutenção das escolas do ensino fundamental e médio
- 6 2 repasses para manutenção dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)
- 7 5 repasses para merenda escolar destinado ao atendimento dos 200 dias letivos, beneficiando 229.750 alunos do ensino fundamental, educação indígena, educação especial e creches.
- 8 173 convênios entre Estado/Prefeituras para transporte escolar, beneficiando 68.314 alunos da rede estadual de ensino fundamental e 64.435 alunos da rede estadual de ensino médio.
- 9 1.438 pessoas capacitadas para a execução do Programa de Alimentação Escolar (987 merendeiras; 272 membros do núcleo gestor e técnicos dos Credes e 71 representantes das Secretarias Municipais de Educação).
- 10 Publicação e distribuição do Manual de orientação do Programa Estadual de Alimentação Escolar, desenvolvido como material de apoio para execução do PEAE nas escolas.
- 11 Análise nutricional dos cardápios aceitos pelos alunos, com base em levantamento realizado pelos Credes.
- 12 5 convênios entre Estado/Prefeituras para construção de escolas de ensino fundamental, com obras concluídas, atendendo aos municípios de Aquiraz, , Moraújo, Ubajara, Poranga e General Sampaio.
- 13 10 convênios Estado/Prefeituras, com obras em andamento, atendendo aos municípios: Novo Oriente, Ibiapina, Alcântaras, Santana do Acaraú, Forquilha, Tejuissuoca, Carnaubal, Redenção e Pindoretama.
- 14 3 escolas indígenas concluídas: Caucaia, Itarema e Poranga.

AValiação DOS RESULTADOS DO PROGRAMA

O Programa tem como principal estratégia de ação a implementação de uma política que assegure a disponibilidade de recursos suficientes para o atendimento a todas as escolas estaduais, visando assegurar um Padrão Básico de Funcionamento (PBF) das escolas.

As ações desenvolvidas pelo Programa, durante o ano de 2005, contribuíram para o alcance das metas previstas no Plano de Educação Escola Melhor, Vida Melhor.

Dentre os resultados alcançados, destaca-se a melhoria da infra-estrutura do parque escolar, com serviços de reforma e ampliação num total de 30 escolas, oferecendo maior conforto e segurança ao ambiente escolar.

O Programa também proporcionou o atendimento a 100% dos alunos do ensino fundamental com alimentação, com o reajuste do valor per capita e a capacitação das merendeiras escolares, o que favoreceu a melhoria do cardápio oferecido e do atendimento aos alunos; além disso, também prestou, em 2005, atendimento a 100% dos alunos do ensino fundamental e médio da zona rural, que necessitam de transporte escolar, e atendeu a 100% das escolas do ensino fundamental, com repasse parcial do projeto de manutenção, propiciando mais qualidade das atividades pedagógicas cotidianas.

Ocorreu a conclusão das obras de construção das escolas diferenciadas nos municípios de Caucaia, Itarema e Poranga, com atendimento inicial às reivindicações das comunidades indígenas, oferecendo um tratamento educacional mais especializado e com infra-estrutura compatível com as características culturais dessas comunidades.

Contribuiu para a eficácia na execução do programa, a efetividade do regime de colaboração entre Estado e Municípios, minimizando os problemas gerados no processo.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS coordena, na estrutura do governo estadual, dois segmentos: um direcionado para a administração prisional e outro voltado para a cidadania. Neste último, as ações são desenvolvidas e destinadas aos segmentos excluídos das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela própria sociedade. Assegurar os direitos de proteção ao cidadão, com políticas sociais básicas, de efeito e com responsabilidade, é a tônica do Governo.

A SEJUS vem desenvolvendo sua política prisional, pontuando seus esforços no objetivo de ampliar o número de unidades penitenciárias, além de realizar a modernização administrativa do sistema e garantir a assistência aos presos e egressos. Daí os investimentos implementados nos últimos quatro anos, em parceria com o Ministério da Justiça e outros órgãos oficiais.

O ano de 2005 terminou com o Sistema Penitenciário administrando a custódia de 10.116 detentos, sendo 7.857 no regime fechado, 2.259 no semi-aberto e aberto. No segundo semestre de 2006, o Sistema Penitenciário terá um reforço de mais 1.800 vagas. O Governo do Estado anunciou, em 2005, o maior investimento com recursos próprios do tesouro estadual, no setor de segurança pública, no valor global de R\$ 50,05 milhões. Destes, R\$ 12,8 milhões serão aplicados na construção de duas Casas de Custódia Provisórias, localizadas nos municípios de Caucaia e Itaitinga, com prioridade para abrigar detentos que se encontram em delegacias da Região Metropolitana de Fortaleza.

Contudo, os investimentos não se restringem somente à área de infra-estrutura. Um total de R\$ 22,5 milhões é destinado à compra de veículos especiais para o transporte de presos, aquisição de equipamentos de segurança eletrônica, informática, móveis, utensílios e outros para o funcionamento e operacionalização das Unidades.

Os projetos das Casas de Custódia estão inseridos no conceito atual de construções penais. Cada uma está sendo erguida numa área de 4.962 metros quadrados e capacidade para abrigar 900 presos, em três blocos, com capacidade para 300 pessoas, cada um. Ao todo, portanto 1.800 novas vagas.

Paralelamente, a qualificação foi e vem sendo trabalhada na preparação do detento para a sua recuperação e para fazê-lo incluir-se, novamente, na sociedade e, no tocante ao servidor, vem sendo dada prioridade ao seu aperfeiçoamento e especialização para as atividades dentro dos estabelecimentos prisionais. Em 2005, foi realizado concurso público e recrutados 75 agentes penitenciários e, para maio de 2006, está prevista a realização de outro concurso para mais 730 agentes.

A Secretaria da Justiça e Cidadania administra 11 unidades prisionais: o Instituto Penal Paulo Sarasate, o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, os Institutos Penais Professor Olavo Oliveira I e II, as Penitenciárias Industriais e Regionais de Sobral e de Juazeiro do Norte, o Hospital Penal Otávio Lobo e o Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes. No interior, são 128 Cadeias Públicas. A SEJUS tem sob a sua custódia detentos já apenados ou

aguardando julgamento. O Projeto Janela da Liberdade foi criado pela SEJUS para reforçar o apoio a quem está detido nas Delegacias, necessitando do acompanhamento de um advogado. Nesse sentido, conta-se com o apoio de defensores e promotores do Núcleo de Apoio ao Preso da Defensoria Pública, com sede no Prédio da Superintendência da Polícia Civil do Estado.

Para a reinserção social dos detentos, a Secretaria de Justiça ofereceu oportunidade de trabalho em sua sede, bem como firmou convênios com empresas da iniciativa privada, tais como a Usina de Reciclagem, Empresa de Correios e Telégrafos, SIGNUS, DEGRAU, Creche Amadeu Barros Leal, para os que estão cumprindo pena em regime aberto. Para os que estão em regime fechado, o segmento laboral acontece na própria Unidade, em Oficinas Produtivas de cerâmica, crochê, bordado, material de limpeza, serralha, panificação, tapeçaria, bijouterias, e na fabricação de material esportivo, jóias e confecção de jeans.

No vetor de educação de internos e funcionários, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Estado, foram matriculados 4.895 alunos (internos e funcionários), além de haverem 2.016 alunos prestado exames supletivos nas etapas acontecidas em junho e novembro, do ano de 2005.

Como parte da prática de Cidadania, o trabalho dos Conselhos Estaduais ligados a SEJUS vem proporcionando uma assistência justa ao cidadão que o dignifica e o torna conhecedor dos seus direitos. São eles: o Conselho Estadual Antidrogas (CEAD), Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM), Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDEF), Conselho Penitenciário, Casas de Mediação (em Fortaleza, nos bairros do Pirambu, Parangaba, Tancredo Neves e Jurema e no interior do Estado em Juazeiro do Norte e Russas), escritório de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Assistência à Vítima (com atuação na Capital e no Interior), Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA-CE) e a Agência Reguladora do Ceará (ARCE).

ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ

Objetivo

Promover ações de cidadania para melhoria da qualidade de vida das pessoas, na oferta de serviços de atendimento, orientação, encaminhamento e resolução de conflitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Atendimento à população, na Capital e Interior, para solução de conflitos e assistência aos indivíduos realizada por meio dos Conselhos: Conselho Estadual Antidrogas (CEAD), Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM), Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDEF) e das Casa de Mediação;
- 2 Criação do Escritório de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Assistência à Vítima (TSH), por meio de convênio com o Ministério da Justiça, para atuação na Capital e Interior;
- 3 Efetivação de parcerias com as Prefeituras Municipais para criação de Conselhos Municipais Antidrogas e dos Direitos da Mulher;
- 4 Efetivação de convênio com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, para obtenção de recursos a serem utilizados na capacitação de pessoas de 25 municípios do Ceará.
- 5 Capacitação de 100 mulheres para atuarem como colaboradoras no Trabalho de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos.
- 6 Abertura de mais uma Casa de Mediação, no município de Russas, em parceria com a Prefeitura Municipal.
- 7 Realização da I Conferência Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, com a participação de 300 pessoas.

AValiação dos Resultados Alcançados

Na área de atendimento à população realizado pelas Casas de Mediação e Conselhos para solução de conflitos e outros serviços, constata-se um percentual em torno de 85% de problemas solucionados.

Com os recursos obtidos para qualificação, obteve-se um total de 150 mulheres capacitadas, as quais exercerão suas atividades junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

No que se refere ao trabalho desenvolvido nas Casas de Mediação, que hoje perfazem um total de seis unidades (em Fortaleza, nos bairros do Pirambu, Parangaba Tancredo Neves e Jurema e no Interior, nos municípios de Juazeiro do Norte e Russas), observa-se significativa redução de ações judiciais em relação aos conflitos, como resultante do processo de mediação.

Como ponto condicionante na efetivação das ações propostas pelo Programa, destaca-se o esforço conjunto de todos os envolvidos, para tornar essas ações cada vez mais positivas e garantir a continuidade do trabalho.

PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO PENITENCIÁRIA – INFRAGESPEN

Objetivo

Promover o aperfeiçoamento do Sistema Prisional Estadual por meio da melhoria da área de Recursos Humanos - RH visando proporcionar condições humanas mais adequadas aos infratores da lei e aqueles que atuam nos presídios.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- 1 Modernização da estrutura física dos módulos enclausuráveis, com suporte logístico e material humano;
- 2 Construção, ampliação e reforma das Unidades Carcerárias;
- 3 Reforma de 34 cadeias no interior do Estado;
- 4 Aquisição de 1.800 itens em equipamentos;
- 5 Compra de 22 veículos de pequeno, médio e grande porte;
- 6 Oferta de novas vagas num total de 240 (duzentos e quarenta) para o Instituto Penal Feminino;
- 7 Início da construção de 3 (três) unidades prisionais, com capacidade total para 2.300 (dois mil e trezentos) novas vagas;
- 8 Parceria com municípios e com a sociedade civil para realização de reforma em mais de 20 cadeias no Interior;
- 9 Recuperação da muralha do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira I (IPPOO-I).

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

As ações desenvolvidas no INFRAGESPEN atingiram um percentual de realização em torno de 70% do programado. Mesmo diante dos entraves burocráticos e da dificuldade de recursos, que só vieram a melhorar a partir de setembro de 2005.

Cumprе destacar que as obras de construção de quatro novas cadeias, em Icó, Barbalha, Amontada e Acopiara, não tiveram início por dificuldades na elaboração de seus projetos, que se encontram sob a análise do DERT.

Contudo, por meio do bom uso dos recursos, de forma planejada e bem aplicada, tornou-se possível a efetivação desse programa que representa relevante contribuição à segurança da população.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará desenvolve sua atual política direcionada ao fortalecimento das ações de juventude e à prática do esporte, tendo como estratégia a ampliação do acesso da população aos equipamentos, atividades esportivas e de lazer; reforma e manutenção dos equipamentos esportivos existentes; inclusão social por meio do esporte, propiciando a promoção da identidade do cidadão como ser social e melhoria do rendimento dos atletas e descoberta de novos talentos esportivos.

Os objetivos estratégicos da Secretaria integram as metas e reúnem os esforços do governo do estado para cumprimento das grandes metas definidas no eixo Ceará Vida melhor.

A implementação das políticas acima referidas é desenvolvida por meio dos programas e projetos, destacando-se os programas de Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude e Desenvolvimento do Esporte Escolar, Rendimento, Aventura e Natureza.

Dos resultados alcançados, podem-se destacar o fortalecimento das organizações de juventude, articulada com as demais setoriais do Estado, que resultaram na instituição das Câmaras de Políticas Juventude e Agências de desenvolvimento Jovem, formadas e aprovadas pelas 91 Organizações de Juventude do Estado do Ceará, e o desenvolvimento dos Grêmios Estudantis, nas escolas públicas de todas as regiões do estado, atingindo a meta de inclusão social de formação de núcleos protagonistas de juventude para abertura de canais de articulação e diálogo.

No que se refere ao desenvolvimento do esporte escolar, destacam-se, em 2005, a implantação de 88 Núcleos de Esporte Massa no interior do Estado e da capital, cujo objetivo é a inclusão social pelo esporte, em parceria com a Secretaria da Ação Social, com recursos do FECOP, e o projeto Bolsa Atleta, que beneficiou 406 com bolsas, e atletas e futuros atletas de escolas públicas que se destacaram na prática do esporte.

A implementação de ações de fomento aos esportes de natureza, aventura e motor, como instrumento social e econômico, nas regiões do Estado com potencial natural, possibilitou o aumento do fluxo turístico e geração de emprego e renda, além de elevar o nome Ceará pelo apoio dado aos atletas de rendimento que participaram de eventos de âmbito nacional e internacional.

DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Objetivo

Congregar as Organizações de Juventude do Ceará por meio de apoio ao desenvolvimento local, integrado e sustentável, com iniciativas da própria juventude, tendo como público-alvo as organizações de juventude e jovens na faixa etária de 15 de 29 anos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1 Revitalização e criação de Grêmios Estudantis, nas escolas da rede pública, fortalecendo os pilares da democracia no contexto escolar e o resgate de uma entidade histórica na luta pelos direitos democráticos;

Resultados

- 293.482 alunos participaram do processo;
- 176 escolas estaduais formaram grêmios;
- 1.096 escolas municipais formaram grêmios;
- 134 municípios envolvidos.

- 2 Comitê Intersetorial, representado por 14 secretarias de Estado, que realizam ações com juventude , coordenado pela SEJUV, funcionando em todas as regiões do Estado. Como produto, foi editado o “Guia de Políticas de Juventude” .

Resultados

- Implementação da cultura do trabalho em rede;
- Estímulo aos investimentos do poder público voltados para a juventude.

- 3 Implementação da Agência de Desenvolvimento Jovem, uma das esferas da Câmara de Políticas de Juventude, lançada em 2004, focada no desenvolvimento de políticas públicas em parceria com o poder público e a sociedade.

Resultados

- Realização de encontros regionais para aprovação da criação das Agencias, com maioria de 71% dos votos dos 91 integrantes de movimentos jovens do Interior do Estado e Capital.

AValiação dos Resultados Alcançados

No que se refere ao público-alvo do programa, pode-se observar uma maior integração entre as setoriais no planejar e no fazer políticas públicas de juventude, inclusive em parceria com o Poder Público e Sociedade.

O desenvolvimento deste programa ocasionou a revitalização dos Movimentos de Juventude mais representativos do Estado, destacando-se, dentre eles, os Grêmios Estudantis que fortalecem o contexto escolar e a Cidadania.

DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO AVENTURA E NATUREZA

Objetivo

Fomentar a prática esportiva, no intuito de atender aos alunos da Rede Pública e Privada e atletas de rendimento, por meio programas e projetos esportivos, bem como incentivar a prática do esporte de natureza e aventura, como instrumento de desenvolvimento social e econômico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1 O incremento dos recursos do FECOP no projeto propiciou a capacitação para interiorização da ação de implantação de núcleos esporte massa, em 110 municípios, para 2006, e 50 na Capital, beneficiando 12.300 crianças e adolescentes;
- 2 Implantação do Comitê de Segurança para Prática de Esportes Radicais e de Natureza, que reuniu entidades , federações e associações ligadas a esta modalidade, DERT, Corpo de Bombeiros, DETRAN, Polícia Militar, Secretaria de Turismo e Secretaria de infraestrutura, para iniciar os estudos sobre o tema e definir as Diretrizes Básicas;
- 3 Foram realizados eventos de grande porte, com repercussão na mídia nacional e internacional, como o Desafio de Voley Praia, Circuito BB de Voley de Praia, Copa Latina de Beach Soccer e Jogos Nacionais Indígenas, que contaram com a cobertura da Rede Globo nacional e internacional, elevando o nome do Estado do Ceará.

AValiação dos Resultados Alcançados

O programa propiciou, por meio da prática esportiva, a inclusão social de crianças e jovens na faixa etária escolar, criando oportunidades para descoberta de novos talentos esportivos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da comunidade cearense.

AVALIAÇÃO DO SETOR

Avaliação de Políticas Setorial

A Política do setor saúde teve como marco referencial o uso do Planejamento Estratégico: **uma construção de todos**, como documento orientador do modo de fazer saúde, fortalecendo o acompanhamento e monitoramento das atividades propostas e avaliando seus resultados, modificando situações indesejáveis e dando impulso e valorização aos resultados positivos.

Os focos estratégicos, ações e atividades foram materializados em resultados alcançados pelos programas prioritários e indicadores de saúde, que, no decorrer do processo, foram orientados para o desenvolvimento regional e para uma gestão por resultados, sintonizadas com uma política que favorece a inclusão social e a melhoria das condições de saúde da população cearense.

Dentre os programas desenvolvidos, podem-se destacar alguns resultados que, por sua relevância, contribuíram para a melhoria dos indicadores sociais e de saúde da população.

No programa Fortalecimento e Expansão da Atenção à Saúde no Nível Primário destacam-se: o incremento de 29% no número de equipes de saúde bucal, com a implantação de pelo menos uma equipe em cada município do Estado; a expansão da cobertura do PSF para 60,4%, superando a meta estadual de 57%; assinatura do Termo de Compromisso da Atenção Primária por 122 municípios; a implantação e funcionamento de comitês de mortalidade materna e infantil, em 6 microrregiões de saúde, abrangendo 58 municípios; a manutenção de 10.698 agentes comunitários de saúde em atividade nos sistemas locais de saúde; a cobertura de 89,5% do pré-natal, atingindo a meta programada de 89%; e a garantia de medicamentos essenciais, pactuados entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios.

No Programa Fortalecimento e Expansão da Atenção à saúde nos níveis secundário e terciário, merecem destaque a ampliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial-CAPS em 37%, como estratégia para a inversão do modelo de atenção a saúde mental no Estado; ampliação da oferta de serviços especializados por meio de 28 hospitais-pólo, aumentando a resolutividade dessas unidades hospitalares e reduzindo o número de transferências desnecessárias para a capital; implantação da atenção especializada em saúde bucal, nas microrregiões de Aracati e Caucaia, e em 14 municípios, por adesão dos gestores municipais.

O Programa Vigilância à Saúde teve sua atenção voltada para a implantação e funcionamento do serviço de verificação de óbitos, cuja finalidade precípua é o esclarecimento da causa mortis, permitindo aos gestores traçar diretrizes e políticas voltadas para os grupos prioritários. A implantação da técnica de genotipagem HIV e da hepatite C e a implantação de política de salvaguarda para descarte do lixo hospitalar, em 274 hospitais e unidades básicas do Estado, foram também ações de grande relevância para o programa.

FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

Objetivo

Garantir a assistência integral especializada e humanizada aos usuários do SUS como suporte da atenção primária em saúde

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Melhoria do acesso ao atendimento hospitalar pela sedimentação da atuação dos 30 hospitais-pólo microrregionais (2 na capital e 28 no interior) em 18 microrregiões de saúde e da aproximação favorável entre estes e as unidades da atenção primária, resultando no alcance de 17% em internações por condições sensíveis a atenção ambulatorial, superando a média atingida pelo Estado em 2004 em que foi 20% e alcançando 115.226 internações, correspondendo a redução de 26% no número de transferências de pacientes para a capital.

Melhoria da capacidade resolutiva e modernização do parque tecnológico da rede de atendimento secundário e terciário, em nível microrregional, incluindo a rede própria da SESA, observando-se um aumento de 23% do número de procedimentos de alto custo com relação ao ano de 2004, passando de uma média mensal de 574.084 para 736.640 procedimentos.

Ampliação da assistência odontológica especializada, com a implantação dos Centros Especializados em Odontologia - CEO de São Gonçalo do Amarante e Aracati, de abrangência microrregional, e a implantação de 40 CEOs pelas secretarias municipais de saúde de abrangência local.

Ampliação de 42% na dispensação de medicamentos excepcionais, utilizados nos atendimentos de alto custo de aproximadamente 35 mil pacientes, em 46 unidades de referência, e 289 pacientes em atendimento por mandado judicial da Promotoria de Justiça, efetivando-se na aplicação de R\$ 60,4 milhões, sendo R\$ 31,5 milhões oriundos do Tesouro do Estado e 28,8 do Ministério da Saúde. Paralelamente, ocorreu a aquisição de medicamentos especiais para atender uma demanda referenciada de aproximadamente 10 mil pacientes cadastrados nos programas estratégicos como, saúde mental, DST/AIDS, infecções oportunistas da AIDS, saúde reprodutiva com aplicação de R\$ 4,5 milhões do Tesouro do Estado.

AValiação DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Avaliando os resultados do programa, o Sistema de Internação Hospitalar (SIH) refere o registro de 115.226 internações em pediatria, neonatologia, gineco-obstetrícia, traumatologia, clínica cirúrgica e clínica médica realizada pelos Hospitais pólo.

Essas internações realizadas, o mais próximo possível dos domicílios das pessoas, representam uma capacidade resolutiva na busca da redução de internações por causas sensíveis à atenção ambulatorial, reduzindo custos e número de transferências para a capital.

Os procedimentos de alta complexidade, realizados pelas unidades SESA, registraram incremento mensal de 1.505 procedimentos em relação a 2004, com destaque para a melhoria da qualidade de vida de 519 pessoas submetidas a transplantes de órgãos; a redução de retransplantes de córnea, com a implantação do Banco de Olhos do HGF, a ampliação da oferta de exames de tomografia computadorizada, alcançando uma média mensal de 280 tomografias, correspondendo a um incremento de 66% em relação a 2004.

Ressalta-se o Hospital de Messejana como Centro de Referência em alta complexidade cardiovascular, realizando estudos eletrofisiológicos, a certificação dos hospitais de Messejana, Hospital Geral César Cals e Hospital São José como hospitais de ensino e ainda a acreditação do processo de qualidade do Hospital Waldemar de Alcântara, pelo Instituto QUALISA da Organização Nacional de acreditação – ONA. Outro fator determinante no impacto das ações foi capacitação de 15.086 profissionais da rede SUS e dos gerentes dos hospitais-pólo.

Outro avanço significativo foi a implantação de Centros Especializados em Odontologia (CEO), nas microrregionais de Aracati, e Caucaia.

Em se tratando das contribuições do Programa SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ, no Eixo de Articulação 2 – CEARÁ VIDA MELHOR, observa-se as evidências positivas:

- 1 Aumento de profissionais da saúde especializados no Interior do Estado;
- 2 Aumento no acesso aos serviços e ações de saúde nos níveis secundário e terciário e melhor distribuição dos benefícios para um maior número de pessoas;
- 3 Aproximação favorável entre os níveis de atenção, ampliando os atendimentos por causas sensíveis aos níveis mais elementares;
- 4 Descentralização do acesso na atenção especializada;
- 5 Capacitação dos trabalhadores e o acesso a novas tecnologias em saúde.

FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO

SAÚDE DA FAMÍLIA

Objetivo

Promover a atenção integral às famílias cearenses garantindo ações intersetoriais de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diversos ciclos de vida.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

A atenção primária desenvolvida pelo Programa Saúde da Família atingiu em 2005 uma cobertura populacional de 60,4%, com 1.328 equipes e 10.698 Agentes Comunitários de Saúde;

A estratégia para avaliação e organização dos serviços teve, em 2005, a adesão de 64 municípios, beneficiando 380 unidades básicas de saúde, com implantação do Projeto PROQUALI, realizando oficinas microrregionais e municipais para diagnóstico da situação das unidades básicas de saúde e formulação de medidas corretivas;

O Programa Dentista da Família, em 2005, atingiu 100% dos municípios, com qualificação de 1.182 equipes de saúde bucal;

O Controle da tuberculose obteve uma cobertura de 90,2% no tratamento;

A atenção ao pré-natal alcançou uma cobertura de 89,5%, com a gestante recebendo 4 ou mais consultas superando a meta estadual (89%);

Denota-se que a parceria entre o nível federal, estadual e municipal vem assegurando acesso aos usuários no fornecimento de medicamentos essenciais, beneficiando 80% da população assistida pelo Programa Saúde da Família.

AValiação dos Resultados Alcançados

Considerando o impacto esperado pelo programa, que tem como foco a estratégia de universalização da atenção à saúde da família, as atenções se voltaram em favor da melhoria da qualidade das unidades de saúde bem como de seus equipamentos, aumentando a resolutividade destes serviços básicos de saúde existentes no estado.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se as que mais tiveram alcance do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população: manutenção de 10.698 agentes comunitários de saúde, atuando nos sistemas locais de saúde; expansão do programa dentista da família, beneficiando 100% dos municípios, com o incremento de 29% no número de equipes de saúde bucal, buscados com recursos do tesouro estadual.

A cobertura do pré-natal em 89,3% espelha como consequência a qualidade assistencial para um parto seguro, humanizado e de qualidade, como também assegura uma atenção de qualidade do recém-nascido.

A cobertura do PSF revela a proximidade com que a atenção básica se efetiva a partir do nível local, contando com a parceria dos gestores municipais na implantação desse serviço mais perto das pessoas e das famílias.

A adesão de 122 gestores municipais ao processo de avaliação e organização dos serviços fez-se pela implantação do projeto PROQUALI, demonstrando o compromisso em ofertar uma assistência de qualidade organizada nas áreas estratégicas de atenção à criança, atenção à mulher, atenção e controle de tuberculose, hanseníase, diabetes e hipertensão, incluindo também atenção à saúde bucal.

VIGILÂNCIA À SAÚDE

Objetivo

Promover e proteger a saúde individual e coletiva, através da identificação, controle, eliminação com erradicação dos fatores de risco à saúde, bem como da aplicação de medidas de controle para enfrentamento das endemias e epidemias, além de análise e disseminação das informações em saúde, dando suporte a definição de políticas.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO, revestindo-se de grande importância para a população frente à sua finalidade de esclarecer a causa do óbito em casos de morte natural, em duas situações: quando não houver assistência médica, ou quando não houver uma definição de causa mortis, mesmo com assistência médica;
- 2 Implantação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), em Fortaleza, Horizonte, Sobral e Juazeiro do Norte;
- 3 Cobertura de 58% no Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM;

Certificação a 80% dos municípios na gestão de vigilância epidemiológica e controle de doenças;

Estruturação do Sistema de Vigilância Ambiental em 30% dos municípios;

Monitoramento do Pacto de Atenção Básica realizado por 80% dos municípios;

Implantação da Técnica de Genotipagem do HIV e da Hepatite C como tecnologia mais avançada, para o monitoramento do tratamento de portadores destes agravos, no Laboratório de Saúde Pública – LACEN;

Implantação da política de salvaguarda e medidas de mitigação para descarte do lixo hospitalar, em 274 unidades hospitalares de saúde básicas do Estado.

AValiação dos Resultados Alcançados

Com a implantação do Sistema de Verificação de Óbitos - SVO, em maio de 2005, foram realizados 717 atendimentos, gerando 143 necropsias e 709 declarações de óbitos.

Quanto à procedência dos corpos, 80% são do município de Fortaleza e a faixa etária com maior número de atendimentos está entre os maiores de 70 anos e de 41 a 50 anos. O Serviço de Verificação de Óbitos – SVO veio para atender a necessidade de esclarecimento das causas de morte natural, constituindo-se de grande importância para a definição de diretrizes e prioridades dos gestores frente às políticas de saúde a serem implantadas.

Com relação aos indicadores da situação de saúde, registra-se redução em 12% na Taxa de Mortalidade Infantil – TMI; redução no número absoluto de óbitos maternos; redução de 40% do número de partos e abortos em adolescentes que, em 2002, registrou 43/1000 adolescentes e, em 2005, 25,7/1000 adolescentes. As mortes por AVC apresentaram uma redução de 25,5% na faixa etária de 20 a 49 anos 8,6, em 2002, para 6,4, em 2005.

A manutenção da terapia retroviral alcançou uma melhoria da sobrevivência dos portadores de HIV/AIDS, reduzindo a proporção de óbitos. Os óbitos por causas externas (violências e acidentes de trânsito) registraram uma queda de 26%, passando de 4.480 em 2002 para 3.313 em 2005.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria de Inclusão e Mobilização Social, órgão do Poder Executivo Estadual cuja missão é o de contribuir, como Governo do Estado, na construção democrática de processos e mecanismos de inclusão social, com ênfase em sua dimensão política, teve como principal foco de trabalho para o ano de 2005 garantir o cumprimento dos resultados estratégicos do G.P.R, assim estabelecidos:

- 1 Fortalecimento do Sistema de Inclusão Social;
- 2 Melhoria da capacidade de gestão de políticas públicas inclusivas dos municípios mais carentes do Estado;
- 3 Ampliação do diálogo entre governo e sociedade;
- 4 Integração dos setores de governo, favorecendo a participação política dos servidores.

No que se refere ao objetivo de integração governamental, destaca-se a inclusão política do servidor público estadual no processo de implementação/acompanhamento/avaliação do Sistema de Inclusão Social – SIS. Entretanto, ainda que se possa contabilizar números que expressam um significativo avanço nessa área, há ainda alguns desafios a enfrentar.

Para que essa participação se consolide como uma decisiva estratégia no alcance de resultados efetivos das políticas governamentais, é preciso viabilizar o acesso de um número maior de servidores em cada Secretaria integrante do SIS, nas ações desenvolvidas pelo GT Servidores pela Inclusão; sensibilizar também os gestores dessas Secretarias sobre a importância dessa participação; intensificar as ações de formação/informação voltadas para a qualificação profissional desses servidores nas áreas em que atuam, em especial para contribuir com o monitoramento e avaliação das metas sociais; e fortalecer sistematicamente a intersectorialidade entre servidores e instituições responsáveis pelo SIS.

Em algumas das ações deste ano, o GT contou com o apoio financeiro e material de parte das Secretarias envolvidas no SIS, com destaque para a SEDUC (que no âmbito do Projeto de Assistência Preparatória SEDUC-PNUD viabilizou a realização de uma importante ação do GT) e a SEAGRI (apoando uma ação de formação). Outro destaque na busca por parcerias foram os contatos com a Coordenadoria de Desenvolvimento Regional/Pró-Reitoria de Extensão-UFC nas ações de formação.

Apesar de ainda tímidos, é preciso ressaltar os passos dados em busca da construção de uma maior integração dos servidores e a busca pelo fortalecimento de uma ação intersectorial.

No que diz respeito ao trabalho específico de monitoramento e avaliação do Sistema de Inclusão Social, contou-se, em 2005, com importante contribuição feita por meio do projeto de assistência preparatória, celebrado entre o PNUD/SEDUC, que designou profissional para atuar na implantação e adequação de sistemas e redes de informática.

Quanto à estratégia de fortalecer a gestão compartilhada das políticas públicas de inclusão, a SIM deu continuidade ao processo de interiorização do Sistema de Inclusão Social, com a realização de 4 seminários regionais (Sertão Central, Maciço de Baturité, Litoral Leste e Vale do Jaguaribe) que deram oportunidade aos técnicos e lideranças dessas regiões de conhecer o sistema de metas estabelecido pelo governo do estado para planejar, monitorar e avaliar suas políticas sociais, mostrando como esta pode ser uma ferramenta importante no planejamento das ações públicas em todas as esferas (municipal, estadual e federal).

Ainda como parte do esforço em interiorizar o Sistema de Inclusão Social e buscar estimular os municípios para o alcance das Metas Sociais estabelecidas, o Projeto do Prêmio Ceará Vida Melhor teve realizadas todas as ações previstas, tanto para o setor público municipal, como para ONGs e lideranças locais, já que em sua 2ª edição o Prêmio passou a contar com a participação de organizações não-governamentais (142 inscritas). Para as atividades vinculadas ao Prêmio, em sua segunda edição, a SEPLAN destinou em seu orçamento R\$ 80.000,00, o que viabilizou a realização de todos os Encontros previstos para o ano de 2005. Contou-se, ainda, com o apoio do SEBRAE, que cedeu ao Estado o auditório para a realização da oficina de Geração de Renda.

Já o Fórum SIM – Inovações de Inclusão, mantendo a tradição de realizar suas ações a partir de parcerias entre as próprias entidades que o compõem, fato que fortalece e facilita financeiramente o encaminhamento dos eventos, realizou, no ano de 2005, 3 grandes seminários (Educação e Inclusão Social; Consórcio Público: nova alternativa para o desenvolvimento, e Inclusão Social, Trabalho e Renda) e uma reunião de planejamento.

Merece destaque a parceria com as Universidades cearenses, membros do Fórum SIM, para a realização de eventos relacionados aos Observatórios de inclusão social. Em novembro de 2005, no “Seminário Observatórios de Inclusão Social” contou-se com a parceria da UFMG, na participação de professores para relatar e discutir a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais em Observatórios de Políticas Públicas.

Com o intuito de fortalecer o trabalho desenvolvido pelos conselhos estaduais, foram realizadas 3 cursos abordando as seguintes temáticas: Orçamento público, o papel do conselheiro (representação) e Avaliação de políticas públicas. A finalidade, além de capacitar os conselheiros, foi a de fortalecer a proposta de criação de um Fórum dos Conselhos Estaduais, espaço que reunisse todos os conselhos para discutir questões de interesse comum a eles. Infelizmente tal processo foi perdendo força e sendo esvaziado pelos próprios conselheiros, que compreenderam o Fórum de uma maneira muito burocrática e menos prática.

No ano de 2005, iniciou-se um intenso trabalho voltado para o acompanhamento e monitoramento interno das políticas públicas do governo do estado para as mulheres, além da ampliação dessa discussão para os movimentos da sociedade. Vários seminários e reuniões foram realizadas para a estruturação das políticas para este setor.

Todas as iniciativas de compartilhamento da gestão foram para fortalecer o sistema de inclusão social e empoderar poderes públicos e sociedade com ferramentas e conhecimentos para o exercício do controle social.

INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Objetivo

Promover a sinergia e a integração entre os vários órgãos do governo do estado, disseminando a inclusão social como conceito transversal e sistêmico, monitorando e avaliando as políticas públicas voltadas para a inclusão social, e estabelecer relações com entidades internacionais, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, e entidades da sociedade civil organizada que tratam de participação e inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Mobilização e integração dos servidores públicos estaduais envolvidos com a implementação das metas sociais do Sistema de Inclusão Social – SIS, por meio do Grupo de Trabalho interinstitucional e Comissões Técnicas Setoriais, representando 20 Secretarias de Estado.
- 2 Capacitação política e técnica dos servidores públicos estaduais envolvidos, direta ou indiretamente, com a implementação das Metas de Inclusão Social, com fóruns de discussão, cursos, seminários e treinamentos.
- 3 Envolvimento dos servidores públicos estaduais, integrantes do Grupo de Trabalho e Comissões Técnicas, no monitoramento/acompanhamento do desempenho das Metas de Inclusão Social do SIS.
- 4 Realização de 4 seminários regionais, focando a interiorização e fortalecimento do Sistema de Inclusão Social, em parceria com os CREDE e CERES, nos municípios de Baturité, Quixadá, Russas e Aracati.
- 5 Implementação de diversas ações voltadas para o fortalecimento do Controle Social: constituição do GT Governamental de Políticas Públicas para as Mulheres, e de um Espaço Ampliado de Diálogo com enfoque nas questões de gênero; realização de 3 oficinas de capacitação para integrantes dos 17 Conselhos Estaduais de Direitos e de Políticas Públicas, e de diversas reuniões para a implantação do Fórum de Conselhos Estaduais.
- 6 Organização de 5 eventos do Fórum SIM: reunião de planejamento anual das atividades; *Workshop* sobre Economia Humana; Seminário Educação e Inclusão Social; Seminário Consórcios Públicos – nova alternativa para o desenvolvimento; Seminário Inclusão Social, Trabalho e Renda.
- 7 Promoção de 7 encontros de capacitação para os participantes da 2ª edição do Prêmio Ceará Vida Melhor, em parceria com SEPLAN, IPECE, UNICEF e APRECE: 5 Oficinas regionais de Gestão e Planejamento nos municípios de Viçosa do Ceará, Umirim, Farias Brito, e Madalena e Novo Oriente; 1 encontro com Articuladores Municipais e dirigentes das Organizações Não-Governamentais participantes; e 1 Seminário sobre Emprego e Renda.

- 8 Apoio da SIM na concepção e implantação dos Observatórios de Inclusão Social, nas universidades cearenses.
- 9 Relatório de execução física das 50 metas que compõem o Sistema de Inclusão Social

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de continuar mobilizando, articulando e integrando os servidores públicos estaduais, para enfrentar o desafio da inclusão social na atual gestão, os esforços envidados, neste ano, concentraram-se em: fortalecer o trabalho realizado pelo GT Servidores pela Inclusão e Comissões Técnicas; e desenvolver ações de capacitação, voltadas para a formação política e técnica desses servidores, de forma a qualificar seu desempenho para o alcance dos resultados do SIS, favorecendo, assim, sua inclusão política no processo.

Nesse sentido, considera-se significativa a participação sistemática dos 82 servidores (42 do GT e 40 das CT) nas reuniões ordinárias do GT, nas ações de capacitação e em outros eventos promovidos ou apoiados pela SIM, voltados para temáticas específicas de ou relacionadas a Inclusão Social.

Merece destaque, ainda, como instrumento de mobilização/integração de servidores os 3 (três) **Fóruns de Discussão dos Servidores pela Inclusão**, que possibilitaram ampliar o raio de alcance da ação do GT, envolvendo, assim, outros servidores das Secretarias que participaram cada um dos eventos. Isso tem permitido, mesmo que timidamente, disseminar o trabalho do GT em outros níveis e setores das instituições, acenando para a possibilidade de criação de um espaço mais participativo e de democratização do acesso a informação e ao conhecimento relativo as Metas de Inclusão Social, e da reflexão crítica sobre sua implementação e seus resultados.

Vale também ressaltar, no processo de integração dos servidores, por ocasião da realização das ações do GT, as possibilidades de parcerias entre as Secretarias, viabilizando apoio financeiro, logístico, e material.

Entende-se que esse espaço, assim como as ações de capacitação propriamente ditas (1 Seminário sobre Avaliação de Políticas Públicas, em 2 etapas, com o apoio da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional da Pro-Reitoria de Extensão da UFC; 1 Curso sobre Economia Humana, em parceria com a SEAGRI; 1 Treinamento para a utilização de uma ferramenta virtual de Gestão do Conhecimento (MC2), em parceria com a SECREL), e a participação dos servidores nos eventos do FórumSIM (4 eventos realizados), constituem-se estratégias potencializadoras do Programa, no que se refere ao envolvimento/mobilização dos servidores em torno da causa da Inclusão Social, compromisso maior da atual gestão em seu plano de governo “Desenvolvimento com Inclusão Social” – 2003/2006.

Outro resultado a evidenciar nesta avaliação, refere-se ao envolvimento dos servidores das Comissões Técnicas e do GT na coleta de dados e informações, em suas instituições, sobre o desempenho das Metas do SIS/2004, o que favoreceu a elaboração do respectivo Relatório, publicizado pela SIM em novembro de 2005.

Por outro lado, reconhece-se, como aspectos dificultadores dessa parte do Programa, a que se refere a um maior envolvimento e atuação dos servidores no SIS:

- 1 Desconhecimento, ainda, no próprio governo, isto é no âmbito de suas instituições, do papel estratégico da SIM na gestão governamental;
- 2 Pouca clareza e sensibilidade por parte de gestores/dirigentes, quanto à importância da inclusão política dos servidores na gestão, execução, monitoramento e avaliação das Metas de Inclusão Social e demais políticas públicas;
- 3 Fragilidade e escassez de espaço de participação democrática e crítica relacionados a gestão das políticas públicas no cotidiano do trabalho dos técnicos;
- 4 Inexistência ou fragilidade da cultura e exercício de práticas intersetoriais na implementação de metas, programas e projetos;
- 5 Finalmente, reduzido volume de recursos financeiros destinado ao Programa, restringindo a possibilidade de ampliação da abrangência das ações do GT.

A Secretaria Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social, em parceria com os Centros Regionais de Educação – CREDE e as Células Regionais de Saúde – CERES, deu continuidade ao processo de interiorização do Sistema de Inclusão Social por meio da promoção de 4 Seminários Regionais em: Quixadá (Sertão Central), Baturité (Maciço de Baturité), Russas (Vale do Jaguaribe) e Aracati (Litoral Leste). Tais encontros proporcionaram aos seus participantes – prefeitos, secretários e técnicos municipais, servidores estaduais, lideranças da sociedade civil – a oportunidade de conhecer o sistema de metas estabelecido pelo governo do Estado do Ceará, como uma alternativa para a concepção e planejamento das políticas públicas, perfeitamente adaptável à realidade municipal.

A partir de fevereiro de 2005, a Secretaria deu início a uma articulação voltada para o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas do Governo do Estado, direcionadas às mulheres, com a constituição do Grupo de Trabalho Governamental de Políticas Públicas para as Mulheres, composto por SAS, SEDUC, SESA, SEJUS, SSPDS, SEPLAN, SIM, DPGE e UECE e de um Espaço Ampliado de Diálogo, agregando GT Governamental e instituições da sociedade civil organizada, que atuam na área de combate à violência de gênero. Foram realizadas, no total, 22 reuniões do GT Governamental, 4 encontros do Espaço Ampliado e 1 Seminário “Ampliando os Espaços de Diálogo sobre Políticas Públicas para as Mulheres”.

Além de capacitar os conselheiros, a Secretaria também apoiou e estimulou a proposta de criação de um ‘Fórum dos Conselhos Estaduais’, espaço que reuniria todos os Conselhos para discutir questões de seus interesses. Infelizmente tal processo não ocorreu como o pretendido, perdeu força e foi esvaziado, em parte, porque seus membros compreenderam o Fórum de maneira burocrática, demandando medidas como: um Fundo financiador de suas atividades, além de secretaria-executiva exclusiva do Fórum. Indo tal proposta de encontro à própria concepção inicial deste espaço. Esta falta de compreensão inviabilizou e interrompeu o processo de articulação.

O Fórum SIM – Inovações de Inclusão, sob a coordenação do Governo do Estado, promoveu 5 encontros presenciais de maior porte: reunião de planejamento anual das atividades, no auditório da OBOÉ, em encontro do Pacto de Cooperação do Ceará; *Workshop* sobre Economia Humana, no Condomínio Espiritual Uirapuru; Seminário Educação e Inclusão Social, na Universidade Fortaleza; Seminário Consórcios Públicos – nova alternativa para o desenvolvimento, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Seminário Inclusão Social, Trabalho e Renda, no auditório Castelo Branco da Universidade Federal do Ceará.

No ano de 2005, foi lançada a 2ª edição do Prêmio Ceará Vida Melhor, que trouxe como novidade a ampliação do foco de suas ações. Além das gestões públicas municipais, as organizações não-governamentais passaram a concorrer ao Prêmio. Dos 70 municípios aptos a concorrer, 67 se inscreveram. As ações realizadas tiveram como público-alvo os gestores, técnicos das prefeituras, ONG e lideranças locais. Em parceria com SEPLAN, IPECE, APRECE e UNICEF foram promovidas 5 oficinas de gestão e planejamento nos municípios de Viçosa do Ceará, Umirim, Farias Brito, Madalena e Novo Oriente, 1 encontro com Articuladores Municipais do Prêmio Ceará Vida Melhor e do Selo UNICEF e dirigentes de ONG, no auditório da Federação das Indústrias do Ceará, e 1 Seminário de Emprego e Renda no auditório do Sebrae.

Todas as iniciativas de compartilhamento da gestão buscaram fortalecer o Sistema de Inclusão Social na perspectiva do empoderamento, não apenas da esfera governamental, como da sociedade civil, por meio de ferramentas e conhecimentos para o exercício do controle social.

AVALIAÇÃO SETORIAL – MEIO AMBIENTE

No ano de 2005, a SOMA buscou efetivar a estruturação das Políticas de Meio Ambiente do Estado, e em interação com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), responsável pela execução da Política Ambiental no Estado, procurou definir e integrar as ações de desenvolvimento e execução dos programas ambientais de governo.

A política ambiental do Ceará teve como desafio conciliar as questões econômicas, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável do Estado, com o manejo de recursos naturais respeitando-se a diversidade dos ecossistemas e das microrregiões do Estado, promovendo o fortalecimento de programas de monitoramento e fiscalização, contemplando ações desenvolvidas nos Programas Estratégicos, com o fim de alcançar os objetivos estratégicos para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Destaca-se, nesse mister, a ampliação da educação ambiental e da reserva legal, o combate ao descontrole e uso irracional dos recursos florestais disponíveis, o reflorestamento das áreas críticas, a conservação dos ecossistemas mais frágeis, a diversificação dos produtos florestais com fins energéticos, alimentares, formas ecológicas e industriais, de modo a priorizar-se, enfim, a proteção e preservação dos recursos ambientais. Saliente-se que as metas e objetivos traçados correspondem às metas e resultados estabelecidos na Gestão por Resultados, em consonância com o Eixo Ceará Vida Melhor, qual seja o de ampliar e melhorar a oferta da infra-estrutura social e ambiental, com o fim de melhorar a qualidade de vida ambiental da população cearense.

As ações empreendidas fazem parte de um planejamento integrado e de uma gestão inovadora, centrados na obtenção de resultados efetivos, focados na missão de defender o meio ambiente, assegurando a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

A busca pela excelência na execução da Política Ambiental fez nascer uma nova estrutura organizacional na SEMACE, focada no cidadão, obtendo-se bom êxito nas ações desenvolvidas nos diversos programas e projetos executados, com destaque para o Programa da Biodiversidade, o Programa Estadual de Florestas e o de Educação Ambiental do Estado do Ceará, que objetivam desenvolver políticas de educação ambiental, preservação e de conservação ambiental dos ecossistemas do Estado.

O desempenho alcançado em 2005 muito deve ao auxílio indispensável dos colaboradores e parceiros externos e à dedicação profissional dos dirigentes e de todos os servidores do Órgão ambiental do Ceará, comprometidos com a causa ambiental e pautados na seriedade e transparência de ações.

Tocante aos resultados alcançados em 2005, os programas contribuíram para desenvolver a Gestão Ambiental nos municípios, com diversos tipos ações, como: mobilização social; multiplicação de gestores em educação ambiental; fóruns e audiências públicas realizadas nos diversos municípios do Estado; reflorestamento de áreas em processo de degradação; implantação de unidades de conservação em quantidade e extensão adequadas à preservação da biodiversidade nos mais diferentes ecossistemas (litoral, serra, sertão), por meio de mecanismos de regularização florestal e de implementação de planos de gestão conforme a legislação. Tudo isso garante a excelência da gestão ambiental, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável.

PROBIO – PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE

Objetivo

Estabelecer normas para a criação e gestão de unidades de conservação e executar a política florestal, objetivando a proteção, conservação e recuperação da biodiversidade; fiscalizar áreas de preservação permanente, como encostas, topos de morros, nascentes e margens de rios, mangues e vegetação de dunas; controlar a execução de atividades com potencial de risco ambiental, como desmatamentos e queimadas; registrar e controlar o estoque de estabelecimento que comercializam agrotóxicos; cadastrar e regulamentar os produtos agrotóxicos que são comercializados no Estado; autorizar o transporte de matérias-primas de origem florestal; analisar e acompanhar planos de manejo florestal, agroflorestal e agrosilvopastoril.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 20 Unidades de Conservação do Estado do Ceará (Criadas e Administradas pelo Governo do Estado), abrangendo uma área de 117.584,72 hectares, em 30 municípios;
- 2 Realização de fóruns de mobilização e conscientização sócio-ambiental;
- 3 Formação dos conselhos consultivos e deliberativos;
- 4 Projeto de Recuperação e qualificação do Parque das Timbaúbas - Juazeiro do Norte;
- 5 Inauguração do Centro de Convivência Ambiental da APA de Baturité (Pacoti) em convênio com o IBAMA e Associação dos Prefeitos do Maciço de Baturité;
- 6 Convênio Com o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, para concurso público nacional de requalificação do parque Ecológico do Cocó;
- 7 Execução do Projeto de Sinalização Ambiental e Turístico. nas 20 unidades de conservação ambiental;
- 8 Controle de manutenção do Parque do Cocó;
- 9 Elaborados 369 Relatórios Técnicos, 230 pareceres técnicos e 103 Notificações;
- 10 Realizadas 57 análises de Estudos, (EIA/RIMA - 25; PRAD/EVA/PCA - 32);
- 11 Colaboração na execução e publicação do guia turístico do Maciço de Baturité;
- 12 Operação de Fiscalização culminando com a emissão de 401 autos de constatação;
- 13 Convênio com a Universidade Estadual do Ceará - UECE/IEPRO, para elaboração de 14 Planos de Manejo;
- 14 Revitalização do programa estadual de controle de agrotóxico, em 66 municípios, com equipe de fiscalização permanente especializada;
- 15 Realização de 1.144 Inspeções Técnicas;

- 16 Realizadas 66 palestras, focando temas sobre a conservação dos recursos ambientais;
- 17 Distribuídas 250 cartilhas e folders sobre meio ambiente;
- 18 Implantação da sinalização educativa, na APA de Baturité;
- 19 110 Licenças concedidas (52 de Instalação; 9 de Operação e 49 Prévias);
- 20 Estudos sobre o percentual da cobertura vegetal da APA da Serra de Baturité;
- 21 Realização do Projeto domingo no Parque Ecológico do Cocó;
- 22 Educar para preservar - Estuário do Rio Ceará;
- 23 Distribuição de 15 mil mudas em recipiente, com orientação para plantio na APA da Serra de Baturité e Parque Ecológico do Cocó.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Serviram de elementos propiciadores para o alcance dos resultados supramencionados a gestão participativa por meio da mobilização Social e dos fóruns realizados, e a integração com os órgãos do governo estadual, federal e local, além do envolvimento das associações e comunidades de base.

Quanto ao desempenho do Programa, verificou-se o aperfeiçoamento na integração das ações com outras setoriais que respondem pelo Eixo Ceará Integração. Como exemplo disso, destaca-se a criação da unidade de conservação e de proteção integral (Monumento Natural das Falésias), que possibilitou o disciplinamento do uso e ocupação do solo, bem como o reordenamento de atividades antes consideradas degradadoras, e que, após a intervenção do Programa, passou a gerar impactos positivos no Estado, como a geração de emprego e renda, com a confecção de produtos artesanais de areias e sedimentos, beneficiando 1.100 famílias e cerca de 10 mil turistas/mês, mediante a o aproveitamento racional dos recursos ambientais e a proteção da biodiversidade de 31,29 hectares).

O Programa também contribuiu para a Política Ambiental e para o Eixo de Articulação no qual está inserido. Dessa forma, foram realizadas melhorias quanto à ampliação do espectro de atividades ecoturísticos e ambientais, bem como à melhoria dos indicadores ambientais, ao fortalecimento das unidades de conservação e à certificação ambiental nos municípios, por meio do desenvolvimento de ações compartilhadas como mobilização social, sinalização educativa e turístico-ambiental e de audiências públicas realizadas nos diversos municípios do Estado, com vistas a alcançar o Desenvolvimento Sustentável e o Disciplinamento do uso dos Recursos Ambientais do Estado.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE

Objetivo

Promover a internalização, o disciplinamento e o fortalecimento da dimensão ambiental no processo educativo, com vistas a prevenir e conter os impactos negativos no meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no Estado do Ceará e para o aperfeiçoamento do processo de interdependência Sociedade-Natureza, necessário à manutenção da vida no Planeta Terra.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Articulação, integração e participação efetiva dos municípios onde foram desenvolvidos os produtos do programa;
- 2 Fortalecimento das unidades de conservação por meio das campanhas educativas realizadas;
- 3 Fortalecimento dos municípios para a gestão ambiental no que se refere a implementação do PEACE e dos Planos de Educação Ambiental.
- 4 Aumento efetivo dos agentes multiplicadores em educação ambiental, que contribuíram sobremaneira para a disseminação do conhecimento sobre preservação e conservação dos recursos ambientais.
- 5 Disseminação das questões ambientais por meio de atividades lúdicas e pedagógicas.

AValiação dos Resultados Alcançados

O PEACE vem desenvolvendo suas ações com uma equipe multidisciplinar, embora insuficiente, buscando a integração, a articulação e a participação dos municípios envolvidos para o alcance dos resultados.

Nesse sentido, cabe considerar os resultados alcançados pelo Projeto Governo com Você, contemplando os municípios de Guaramiranga, Crato, Quixeramobim, Quixadá e Morada Nova; Irriga Ceará; Frutal; Future e Ecos Educadores, que contribuíram positivamente para promover a conscientização da sociedade, a disseminação do conhecimento acerca dos recursos naturais, a otimização do agente multiplicador e a integração da comunidade local na gestão ambiental, com a divulgação em rádio local dos produtos que iriam ser desenvolvidos nos municípios supracitados.

Saliente-se que, por meio do PEACE, foi possível capacitar 1.802 jovens que atuam como multiplicadores de ações de natureza ambiental, contribuindo para fixação e divulgação de práticas educativas e ambientais no seio da família e de sociedade em geral, e mais ainda, gerando impactos positivos no que se refere à redução das ações degradadoras até então praticadas por falta de sensibilização e conscientização ambiental, refletindo na conservação dos recursos ambientais.

PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS – PEF

Objetivo

Promover o ordenamento econômico sustentável da atividade florestal, de forma a atender as exigências econômicas, sociais, ambientais e institucionais da Política Ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Disseminação da meta de recuperação de áreas degradadas com a distribuição de 100 mil mudas frutíferas e paisagísticas, em comemoração à Semana da Árvore;
- 2 Realização do I Fórum Estadual de Florestas;
- 3 Abastecimento de produtos florestais e incentivo à arborização urbana, com a doação de 100 mil mudas de plantas nativas e ornamentais;
- 4 Iniciada a elaboração dos projetos de Gerenciamento e Mapeamento da Cobertura Florestal do Estado e Atualização do Diagnóstico Florestal;
- 5 Aprovação de 21 Planos de Manejo Florestal em Assentamentos Rurais, beneficiando 1.100 famílias;
- 6 Emissão de 551 autorizações para desmatamento; 85 autorizações para Uso do fogo controlado;
- 7 6.394 autorizações para transporte de produtos de origem florestal;
- 8 96 cadastros de consumidores de matéria-prima florestal;
- 9 175 Renovações de Cadastros de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal;
- 10 487 Registros de comercializadores de agrotóxicos;
- 11 193 Cadastros de Produtos Agrotóxicos.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Responsável pela execução da política de desenvolvimento florestal no Estado, o Programa Estadual de Florestas realizou ações de fiscalização, monitoramento e extensão florestal.

Como ação do Governo do Estado, o programa alcançou resultados satisfatórios no seu primeiro ano de implementação. Como exemplo disso, podem ser destacados a revitalização do Parque Ecológico das Timbaúbas no município de Juazeiro do Norte; o lançamento, nos diversos segmentos sociais, do Programa Estadual de Florestas, conforme Decreto Estadual Nº 27.413, de 30 de março de 2004, que instituiu a carnaúba como árvore símbolo do Ceará.

Com a execução do Programa, foi possível promover a recuperação das matas ciliares de alguns recursos hídricos do Estado, a utilização racional da vegetação, como também possibilitar o

rendimento econômico, com a elaboração de planos de manejos de aproveitamento racional das florestas de caatinga, sem destruir, mas aproveitando o seu potencial dentro do ciclo de sustentabilidade de 10 (dez) anos.

Um outro ponto evidenciado no desempenho do Programa é com relação ao compromisso dos setores produtivos que utilizam matéria-prima florestal, nos primeiros anos, para que haja a possibilidade de se regenerar a matéria-prima florestal nos três primeiros anos. Com isso, permite, de um lado, a própria reconstituição da matéria-prima florestal utilizada como alternativas de geração de emprego e renda, com a produção de lenha e matéria-prima para atividades diversas, e de outro, com a execução dos 21 planos de manejo florestal. No mínimo vinte 20%, equivalente a 200.856,97 hectares das áreas das propriedades, são averbadas permanentemente como Área de Reserva Legal, servindo para a existência de nichos de refúgio da fauna e a conservação da biodiversidade.

GESTÃO ESTRATÉGICA DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE

Objetivo

Estabelecer a formulação de diretrizes e ações voltadas à conservação, recuperação, monitoramento e educação ambiental, visando assegurar o uso dos recursos ambientais em conformidade com os princípios da gestão ambiental sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA:

- 1 Continuidade do Projeto Selo Município Verde, com a participação de 148 municípios, onde foram realizados 26 seminários, congregando 20 regiões administrativas, e mobilizando 928 participantes;
- 2 Distribuição de 1.148 exemplares de cartilhas do Selo Município Verde e Manuais Informativos, visando à criação dos Conselhos municipais do Meio Ambiente;
- 3 Emissão de 22 certificados aos gestores municipais selecionados, e criados 52 Conselhos Municipais, por leis municipais;
- 4 Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública, em 10 órgãos estaduais;
- 5 Atendimento do Espaço Ambiental Padre Cícero, no interior do Estado, para 3.988 pessoas;
- 6 Atendimento e capacitação de 1.195 pessoas, no âmbito do projeto “Reciclando com Arte”;
- 7 Distribuição de 15 mil exemplares, incluindo cartilhas, folders e camisas do Projeto PREVINA.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O Programa Gestão Estratégica das Políticas de Meio Ambiente vem sendo desenvolvido por meio de grande articulação entre órgãos governamentais, em âmbito federal, estadual e municipal, terceiro setor e demais segmentos que interagem na gestão ambiental.

Das ações supramencionadas, atingiu-se as metas preestabelecidas, na implementação do Programa Selo Município Verde, que se destacou por superar os indicadores e produtos estabelecidos, verificando-se um incremento de 90% na adesão dos órgãos municipais, em razão do que o público-alvo tornou-se agente multiplicador do projeto no interior do Estado.

Observou-se ainda um aumento significativo na criação de Conselhos Municipais. Em 2004 existiam apenas 8 Conselhos, e, em 2005, esse número subiu para 52, possibilitando aferir que o programa tem propiciado a interiorização das Políticas Públicas Ambientais.

A Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P foi instituída em 10 órgãos estaduais, destacando-se a parceria com a Secretaria de Cultura e demais órgãos a ela vinculados, como Teatro José de Alencar, Dragão do Mar, Arquivo Público. Essa parceria continua em processo de construção com a SEDUC, SRH, SEINFRA, SEPLAN e SETE, ressaltando-se que, com esta que

última, a parceria possibilitou a inserção dos catadores de lixo que estão recolhendo material selecionado. O público direto envolvido nessa ação é de 80 servidores que atuam como agentes indutores do processo. Foram realizadas algumas ações junto à iniciativa privada (Banco do Nordeste) e ainda em Municípios da região de Baturité e do Cariri, tendo sido atingido 66% da meta prevista.

O Espaço Ambiental Padre Cícero realizou atendimento nos Municípios de Beberibe e Itaitinga, e Região do Cariri, tendo como público mais significativo crianças e adolescentes de escolas públicas. Ressalte-se que, em virtude da elevada demanda por esses serviços, aliada à dificuldade de deslocamento da unidade móvel ambiental, foi implantado o projeto “Reciclando com Arte” nos Municípios, atendendo e capacitando 1.195 pessoas, possibilitando uma alternativa de ocupação e geração de renda.

Foram efetivadas ações de prevenção e controle a queimadas e incêndios florestais, culminando com o lançamento do Projeto PREVINA, havendo a formação e efetivação do Conselho Gestor, destacando-se a elaboração e divulgação de material didático e promocional, em parcerias firmadas entre governo e iniciativa privada.

GOVERNO PARA A SOCIEDADE

Objetivo

Oferecer atendimento integrado de qualidade ao cidadão, bem como assegurar sua participação no governo, por meio da promoção de debates de assuntos de interesse público e do encaminhamento de sugestões de medidas que venham a contribuir para a constante melhoria do serviço público.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA:

- 1 Atendimento ao cidadão com emissão de documentos, por meio das unidades móveis, “Caminhão do Cidadão”, com a emissão de 56.164 atendimentos, no interior do Estado, zona metropolitana de Fortaleza e bairros da periferia;
- 2 27.013 atendimentos realizados por meio do Tele-atendimento e atendimento presencial na sede da SOMA e nos núcleos de conciliação e orientação jurídica (NUCOJ). Esses serviços são gratuitos e vêm prestando esclarecimentos ao cidadão dos seus direitos, fornecendo informações e recebendo denúncias;
- 3 Recebidas 4.589 mensagens, por meio do Portal do Governo;
- 4 Registro de 95.209 demandas oriundas das ouvidorias setoriais, por meio do projeto “Ouvidor da Casa”, gerenciado pela Rede de Ouvidores, além de processos formalizados na própria Secretaria, na busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos seus clientes internos e externos;
- 5 Pagamento de 70 processos aprovados, totalizando a quantia de R\$ 1.682.652,96, viabilizado após ter sido implantada a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, pela Lei nº 13.202/2002;
- 6 Registrados 83.293 acessos às 24 Ilhas Digitais, computados mediante um Sistema de Cadastro, desenvolvido e implantado no ano de 2005, para melhor gerenciamento das mesmas
- 7 27 ilhas digitais concluídas, em fase de teste.

AValiação dos Resultados

O Programa Governo para a Sociedade abrange as ações de atendimento ao cidadão; gerenciamento do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos; indenização a vítimas detidas por motivos políticos, no período de 02 de Setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979; e Implantação e monitoramento das ilhas digitais.

Para tanto, requer grande integração com outras Setoriais, em especial aquelas relacionadas à área de prestação de serviços à população, visto que tem alcance amplo, por possibilitar o atendimento em todo Estado.

Essa característica vem sendo estudada, na busca de uma maior visibilidade e extensão no atendimento, com a adequação ao novo modelo de gestão por resultados. Acredita-se que seu impacto seja imediato.

As Unidades Móveis, "Caminhão do Cidadão" constituem-se em um projeto de grande repercussão para a população carente do Estado. Esse projeto poderia ter uma abrangência maior no atendimento ao cidadão, desde que fossem efetivados investimentos para a sua ampliação, o que levaria ao atendimento da real demanda do Estado.

O Governo do Estado do Ceará acreditando ser possível, em médio prazo, superar o desafio de contribuir para a redução da "segregação digital e reduzir a pobreza", adota políticas públicas e implanta medidas para a democratização do uso da Tecnologia da Informação (TI). Dentre essas ações, o projeto Ilha Digital, que ora se incorpora ao programa Governo para Sociedade, visa assegurar o direito de acesso à informação, que pode gerar conhecimento, agregar valor ao cidadão e demais benefícios do uso adequado da internet. É um trabalho para a redução da desigualdade social, sendo imprescindível ofertar a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda.

O projeto Ilha Digital funciona em parceria entre o Governo do Estado, sob a responsabilidade da SOMA, e Prefeituras Municipais.

No âmbito do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP, em 2005, foi aprovada a implantação de mais 73 ilhas digitais nos municípios de baixo IDM, com aporte de recursos de R\$ \$ 1,08 milhão, tendo sido concluída a licitação dos equipamentos de informática e cabeamento, e iniciada a implantação das Ilhas previstas. No entanto, existem dificuldades em estabelecer a contrapartida da Prefeitura no que se refere à construção do prédio, o que vem acarretando atraso nas implantações. O projeto inicial previa a implantação de 60 Ilhas digitais e, com a licitação em forma de Pregão Eletrônico, foram otimizados os recursos, tendo sido acrescentado ao projeto mais 13 ilhas digitais.

A Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, que não é só um projeto, mas uma demonstração do compromisso pessoal governamental com a causa dos direitos humanos, na tentativa de resgatar dívida moral do Estado para com os ex-presos políticos ou seus familiares. Apesar das limitações de ordem financeira, vem-se cumprindo anualmente as metas proposta pela Comissão, esperando-se concluir o pagamento de todos os processos até o final da atual gestão governamental.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A atual política do setor Segurança Pública e Defesa Social do Estado tem orientado suas atividades em premissas organizacionais voltadas para a busca constante de uma segurança pública moderna, efetiva e propulsora de resultados que levem à preservação e manutenção da ordem pública no seio social.

Com o objetivo de realizar ações transformadoras no âmbito da segurança pública, a SSPDS vem consolidando, nos últimos anos, etapas importantes na reforma do sistema de segurança pública do Estado, por meio de iniciativas que maximizam o aproveitamento dos meios disponíveis de forma integrada e com a participação da sociedade.

Empreendendo avanços na integração operacional dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, nas reformas estruturais, na modernização tecnológica e na qualificação do capital humano, o Governo do Estado antecipou diversas ações propostas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), reputadas como necessárias para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil.

O desafio que se impõe atualmente é a redução dos índices de violência e criminalidade, a ser obtido por meio de um processo de transformação gerencial, com ênfase na produção de resultados positivos para a sociedade, com foco nos fatores a seguir:

- 1 Otimização dos custos operacionais (instalações e equipamentos);
- 2 Motivação e participação dos servidores (pessoas);
- 3 Delegação e racionalidade no modo de fazer (métodos e processos administrativos);
- 4 Definição clara de objetivos e
- 5 Controle dos resultados (retroalimentação da informação e do conhecimento).

Na implementação dessa Política, a SSPDS já contabiliza algumas realizações importantes, reputadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP como necessárias para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil, dentre elas: o Comando Unificado; as Áreas Integradas de Policiamento (AOPI); o Centro Integrado de Operações Policiais (CIOPS); os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS); a subordinação direta dos Institutos de Polícia Científica; o Centro Integrado de Telemática (CIT); o Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER); a Corregedoria Geral dos Órgãos da SSPDS; o Gabinete de Gerenciamento de Crises (GCRISES) e o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI).

No desdobramento dos programas e projetos, destaque-se o alinhamento na execução do Plano de Governo com as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública, o qual tem sido implementado por meio de ações desenvolvidas nos programas e projetos, destacando-se entre outros: Programa de Valorização e Formação Profissional, Programa de Gestão do Conhecimento,

Programa de Reorganização Institucional, projetos/ações de adoção de novas metodologias de ação policial, com destaque para Projetos relacionados à polícia comunitária e mediação de conflitos, programas de redução da violência, programa de repressão qualificada, com foco na redução efetiva dos indicadores de violência e criminalidade. Essa redução é observável no quadro abaixo de estatísticas criminais.

Quadro resumo das estatísticas criminais – Ceará 2004/2005

Tipo	Ano		Redução/Aumento % por 100.000 hab
	2004	2005	
Crimes contra a Pessoa	7.519	7.334	- 3,72
Crimes contra o patrimônio	3.732	3.036	- 9,05
Outros Crimes	46.538	42.693	- 9,45

Observe-se a análise feita pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, entre 2001 a 2003.

Lesões corporais Dolosas

A taxa de ocorrências de lesões corporais dolosas registradas pelas Polícias Cíveis por habitantes no Brasil, em 2003, foi de 349,5 ocorrências por 100 mil habitantes.

Em 2003, a maior taxa de lesões corporais e dolosas por habitantes entre as Unidades da Federação ocorreu no Amapá, com 1200,4 ocorrências por 100 mil habitantes. **Ceará** e Alagoas constituem as Unidades de Federação com as menores taxas, com valores inferiores a 65 ocorrências por 100 mil hab. A maior parte das Unidades da Federação apresentou taxas abaixo da média nacional e comportamento ascendente das taxas.

A maior taxa de lesões corporais dolosas por habitantes entre as capitais das Unidades da Federação ocorreu em Rio Branco, com o valor superior a 1500,0 ocorrências por 100 mil hab. Não é possível identificar um padrão nacional em termos da posição das capitais em relação à média da taxa das capitais, nem em relação ao comportamento evolutivo.

Furtos

A taxa de furtos registrados pelas polícias Cíveis por habitantes no Brasil, em 2003, foi de 1201,2 ocorrências por 100 mil habitantes.

Em 2003, a maior taxa de furtos por habitantes entre as Unidades da federação ocorreu no Distrito Federal, com 3379 ocorrências por 100 mil habitantes. Ceará é a Unidade da Federação com a menor taxa, com valor inferior a 100 ocorrências por 100 mil habitantes.

A maior parte das Unidades da Federação apresentou taxas abaixo da média nacional e, exceto Tocantins, todas as Unidades da Federação apresentaram comportamento ascendente das taxas.

A maior taxa de furtos por habitantes entre as capitais das Unidades da Federação ocorreu no plano-Piloto do Distrito Federal, com 11.231 ocorrências por 100 mil habitantes. **Fortaleza** e Recife foram as capitais com menores taxas, com valores inferiores a 500 ocorrências por 100 mil habitantes. A maior parte das capitais apresentou taxas acima da média das taxas das capitais e comportamento ascendente das taxas.

Roubos

A taxa de roubos registrados pelas Polícias Cíveis por habitantes, no Brasil, em 2003, foi de 483,9 ocorrências por 100 mil habitantes.

A maior taxa de roubos por habitantes entre as Unidades da Federação ocorreu no Distrito Federal, com 1342,3 ocorrências por 100 mil habitantes. **Ceará**, Tocantins e Alagoas são as Unidades da Federação com as menores taxas, com o valor inferior a 100 ocorrências por 100 mil habitantes. A maior parte da federação apresentou taxas abaixo da média nacional e comportamento ascendente das taxas.

A maior taxa de roubo por habitantes entre as capitais das Unidades da federação ocorreu em Belém, com 2013,2 ocorrências por 100 mil habitantes. Fortaleza foi a capital com a menor taxa, com 116,5 ocorrências por 100 mil habitantes. A maior parte das capitais apresentou taxas abaixo da média das taxas das capitais e comportamento ascendente das taxas.

Fonte Secretaria Nacional de Segurança Pública
Departamento de Pesquisa, Análise da informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE

Objetivo

Promover a modernização científica, tecnológica e de gestão do sistema de segurança pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Ampliação da frota em 541 veículos, beneficiando diversas áreas do sistema de segurança pública, principalmente, a operacional;
- 2 Ampliação de Unidades de Segurança Pública com aquisições de equipamentos diversos, favorecendo os órgãos vinculados: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar:
 - proteção individual – 1.813;
 - armas – 477;
 - fardamento – 66.907;
 - operacional – 1.521, munição – 58.493 unidades;
 - construção de 3 Distritos Policiais, um na Região Metropolitana de Caucaia e os outros nos Bairros de José Walter e Castelão.
- 3 Fortalecimento do Centro Integrado de Operações Policiais – CIOPS, contemplado mais de 722 equipamentos de comunicação;
- 4 Estruturação da Rede Integrada de Inteligência de Segurança Pública no Estado, recebendo equipamentos diversos;
- 5 Consolidação do sistema unificado de capacitação técnico-profissional, em 2005, do sistema segurança pública, com destaque para as áreas de conhecimento técnico/operacional e comportamental.
- 6 Aquisição do prédio do NPOR (Ministério do Exército), onde funcionará as instalações da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

AValiação dos Resultados Alcançados

O programa tem por objetivo apresentar resultados mais confortáveis para a segurança pública, no âmbito do Estado do Ceará, com a modernização científica, tecnológica e de gestão do sistema de segurança pública e de ações necessárias, que podem ser realizadas de imediato para conter o aumento da criminalidade, respeitando as outras que não podem ser concretizadas sem a modificação da legislação, das estruturas econômica e social, sendo estas as causas da grande quantidade de delitos praticados.

Mesmo com o aumento populacional em mais de 1%, no ano de 2005, comparando-se com o ano anterior, verificou-se significativa diminuição geral do percentual por 100 mil habitantes, nos crimes contra a pessoa (- 3,72%), ao patrimônio (- 9,5%) e outras infrações em geral (- 9,45%). Destaque-se o número de pessoas do sexo feminino vítimas de homicídios dolosos que, de 91 casos, caiu para 87, representando uma diminuição de 4,4%. Vale mencionar também a diminuição nos casos de roubos a farmácias (-41,5%), a estabelecimentos comerciais (-31,1%) e a coletivos (-21,1%), demonstrando a ação continuada preventiva e repressiva das unidades de segurança pública, sem desconsiderar a parceria que o sistema tem recebido de outros setores públicos.

Em relação à ampliação e reformas das unidades de segurança pública, foi registrado um considerável aumento se comparado com o ano de 2004, tendo sido realizado, em 2005, a construção de 4 delegacias distritais, uma na Região Metropolitana de Caucaia e as outras nos Bairros de José Walter e Castelão, alcançando 100% da meta prevista, notadamente levando à população desses bairros a darem maior credibilidade ao esforço realizado no âmbito da Segurança Pública. Tais instalações têm favorecido adequação e funcionalidade, permitindo um ambiente digno de trabalho e atendimento à população das circunscrições beneficiadas. Outra conquista importante foi a aquisição do prédio do NPOR (Ministério do Exército), onde funcionará as instalações físicas da Secretária da Segurança Pública e Defesa Social, possibilitando aos seus profissionais desenvolver suas atividades administrativas num ambiente favorável ao alcance dos resultados desejados, que é a redução da criminalidade.

O ingresso de 541 novas viaturas, que tem por objetivo combater a criminalidade no Estado do Ceará, por meio do policiamento preventivo e repressivo, contemplou mais de 100 unidades de segurança operacionais (Corpo de Bombeiros Militar, Polícias Civil e Militar), destacando que a meta alcançada foi além da prevista, superando o número de 251 veículos. A título de demonstração, 318 desses veículos, adquiridos no final do exercício de 2005, beneficiarão uma população com 5.750.374 habitantes residentes e visitantes, em 122 bairros da Capital e Região Metropolitana, e 75 municípios do Interior. Outro benefício vem sendo o tempo médio de resposta no atendimento às ocorrências pelo Centro Integrado de Operações Policiais, que atualmente é de 20 minutos e 30 segundos. Já existe uma projeção para diminuir esse tempo para 15 minutos.

Com relação às ações de capacitação, a Segurança Pública do Estado viabilizou meios para que 1.076 servidores das Corporações, compartilhando o mesmo espaço físico, realizassem cursos voltados para o conhecimento comum, nas diversas áreas, tais como: o uso de técnicas atualizadas de policiamento, investigação, prevenção, dando ênfase ao respeito aos direitos humanos, à ética e à cidadania, o que tem proporcionado à consolidação da integração das polícias, além da qualificação profissional. A meta prevista para 2005, que era a de capacitar 2.853 servidores, não foi contemplada na sua totalidade, atingindo apenas o número inicialmente indicado (1.076 servidores).

Quanto à meta prevista para a aquisição de bens, especificamente o de armas e equipamentos operacionais, que era de 7.810 unidades, atingiu um resultado surpreendente de 17.701 itens adquiridos, representando um percentual positivo de 226,64%, contribuindo para auto-estima dos servidores e para o desempenho das suas atividades.

AValiação DA POLÍTICA SETORIAL

O exercício de 2005 foi um ano de muitos desafios para a Secretaria da Ação Social quando procurou ajustar e melhorar sua performance, reavaliando suas competências e dando continuidade ao processo de redesenho da sua estrutura organizacional, para corresponder ao novo papel e funções que lhes são atribuídos, frente às novas diretrizes emanadas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pelo Plano de Governo do Estado, tendo como referenciais o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e a Gestão Por Resultados – GPR, respectivamente.

No que se refere à Política Nacional de Assistência Social/SUAS a SAS teve que realinhar as suas linhas programáticas, classificando-as em Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Apoio à Gestão das Políticas de Assistência Social, tendo como fundamentos as garantias dos direitos da segurança de sobrevivência – serviços continuados, renda, benefícios eventuais; da segurança do convívio – ações, serviços e cuidados que propiciem o restabelecimento dos vínculos pessoais, familiares e comunitários; e da segurança de acolhida – destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento, restaurando sua autonomia, convívio e protagonismo, a exemplo dos abrigos e medidas sócio-educativas.

Quanto à Gestão Por Resultado a SAS iniciou o processo de ajuste do seu Plano Setorial ao Plano de Governo, obedecendo a lógica de focalização nos resultados e impactos desses programas junto ao público alvo, definindo seus resultados estratégicos e indicadores correlatos.

Dentre as várias realizações, destacam-se as Conferências Municipais, culminando com a Estadual, vindo a se constituírem em espaços públicos privilegiados para um debate mais democrático e compartilhado das proposituras, para o reordenamento desta Política.

O foco desta ação se concentrou na elaboração dos álbuns de fotografia, abrangendo o perfil dos municípios no que tange à política, as vulnerabilidades constatadas e os desafios a serem superados.

Outra ação relevante, refere-se às capacitações para gestores e conselheiros municipais sobre o SUAS, resultando em expressivo percentual de municípios – 99% que se habilitaram ao sistema.

No propósito da reconfiguração da SAS, enquanto espaço público de segurança dos direitos sociais, a interiorização teve como marco a implantação de um Núcleo Regional da Assistência Social na Microrregião de Baturité e de ações de atenção à pessoa idosa e pessoa portadora de deficiência nos 20 municípios de menor IDH, bem como a conclusão do processo de descentralização do atendimento à primeira infância.

Na perspectiva de ampliar a parceria público privada merece menção o Segundo Credenciamento e Seleção de Entidades Sociais para concessão de subvenção social, efetuado por meio de concurso para habilitação de projetos sociais, resultando em 75 entidades credenciadas, distribuídas em 62 na área social, 5 na área da cultura, 3 na área da saúde e 5 na área da educação, atingindo 19 municípios.

Finalizando e de conformidade com o que está posto, mister se faz o aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação já iniciado com o assessoramento do Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG, com vistas a melhorar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade do desempenho da SAS.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo

Promover a inclusão de pessoas, grupos e famílias em situação de vulnerabilidade social, nas políticas públicas sociais básicas, no mundo do trabalho, na vida comunitária e societária.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- **36.508** crianças, na faixa etária de 0 a 5 anos, assistidas em 100 Centros de Atendimento à Primeira Infância;
- **210** brinquedotecas implantadas - **100** em Fortaleza e **110** no interior do Estado;
- **30.994** crianças e adolescentes de 07 a 17 anos atendidos com ações de prevenção e educação para cidadania em ABCs, Circo, CIPs, Casa da Juventude, Projeto Atleta e Horto Comunitário;
- **10.133** adolescentes e jovens atendidos com ações voltadas para o desenvolvimento de competências e oportunidades de inclusão social, incluindo **463** jovens egressos de medidas sócio-educativas atendidos com **204** kits de iniciação profissional;
- **161.724** vales transporte concedidos;
- **102.936** pessoas, dentre adolescentes, alunos e agentes multiplicadores capacitados nas temáticas do Amor à Vida, Educando pela Paz, de abrangência a **180** municípios;
- **177** eventos artístico-culturais, esportivos e comunitários realizados – Ceará Travesso, Mostra de Dança, Mostra de Teatro, Torneio de Capoeira, Espaço Jovem, Torneio de Futebol, Ação Cultural/ Casa do Conto, Feira Literária, Conhecendo o Brasil através da Arte e Cultura, Homenagem ao Livro Iracema de José de Alencar dentre outros, abrangendo **32.240** participantes;
- **15.540** pessoas capacitadas, **274** entidades apoiadas/assessoradas e **805** atestados de funcionamento de entidades expedidos nas dependências dos **10** Centros Comunitários – CCs da capital;
- **20.600** pessoas beneficiadas com expedição de documentos, atendimento jurídico, cadastramento em balcão de emprego e renda, dentre outros serviços;
- **681** pessoas beneficiadas com o Programa Ação Voluntária/Alfabetização de Adultos;
- **32** Entidades Sociais, de **11** municípios, beneficiadas com subvenção social;
- **375.601** refeições servidas no Restaurante Mesa do Povo;
- **52.471** pessoas atendidas na ação inter-institucional do Sopa Amiga, através de **19** Entidades;
- **195** famílias atendidas pelo Projeto Galinha Caipira, abrangendo **13** municípios do Maciço de Baturité;
- **127.316** famílias, com crianças envolvidas em educação infantil, atendidas com Ações Sócio-Educativas de Apoio à Família - ASEF;

- **21.851** idosos atendidos em Centros de Convivência com ações sócio-educativas, artísticas, culturais, nutricionais e laborativas – capital e interior;
- **173** visitas realizadas para investigação de denúncias do Alô Idoso;
- **702.598** famílias assistidas com transferência de renda (Bolsa Família), em **184** municípios e destas, **27.778** atendidas concomitantemente pelo Programa Bolsa Cidadão – financiado pelo Governo do Estado, em **41** municípios;
- **208.417** novas famílias cadastradas no Cadastro Único nos municípios cearenses.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa de Proteção Social Básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (renda, bens e serviços) e/ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. Deve prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Neste sentido, abrange um conjunto de projetos, serviços e atividades com as funções de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos, de conformidade com a vulnerabilidade apresentada.

No que diz respeito ao desempenho do Programa de Proteção Social Básica registra-se o fortalecimento da rede de proteção social (OGs e ONGs) garantidora de direitos sociais à famílias e todos os seus segmentos, via capacitações e prática da intersetorialidade do atendimento prestado; bem como dos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Tutelares, do Idoso, enquanto instâncias deliberativas e de fiscalização da execução e financiamento das políticas.

Destaca-se também a interiorização de ações junto aos segmentos de idosos, PPDs e jovens, no esforço de ampliar as suas oportunidades de inclusão social e reduzir os índices de vulnerabilidade.

Merecem registros alguns resultados relevantes constatados a exemplo do estímulo ao protagonismo de família e jovens; melhoria das relações intra e inter-geracional; redução das barreiras arquitetônicas atitudinais e de comunicação no que abrange a idosos e PPDs; melhoria da auto estima e das relações familiares e comunitárias; fortalecimento das ações de segurança alimentar e nutricional e a garantia de uma renda mínima familiar de sobrevivência.

Considera-se importante ressaltar ainda neste exercício o empenho do Governo do Estado/SAS na capacitação dos gestores, conselheiros e representantes de ONGs municipais para se habilitarem ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, resultando numa expressiva adesão, segundo descrição abaixo:

- 5 municípios em gestão inicial
- 164 municípios em gestão básica
- 14 municípios em gestão plena
- 1 município não habilitado.

No decorrer deste exercício há que se registrar também algumas dificuldades e/ou limites a serem superados, a exemplo da implantação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação da política a nível estadual e municipal e a utilização do cadastro único como instrumento de identificação/seleção do público e de áreas de intervenção.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo

Promover e proteger pessoas e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- **1** Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes implantado, registrando-se **1.287** casos de violências física, sexual e psicológica, **607** casos de negligências, **3.528** denúncias e **1.634** outras ocorrências;
- **1** Espaço Viva Gente implantado, com registro de **2.255** crianças e adolescentes atendidos, (**40** em situação de albergue), funcionando como retaguarda do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- **4.617** crianças e adolescentes cadastrados nas ruas de Fortaleza para intervenção;
- **6.358** famílias assistidas com atividades sócio-educativas do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- **43.542** bolsas concedidas as **2.150** famílias do Programa Fora da Rua Dentro da Escola;
- **21.286** crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil em **103** municípios;
- **21.199** bolsas concedidas a **14.839** famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – capital e interior;
- **230** mulheres e sua prole, vítimas de violência doméstica, abrigadas na Casa do Caminho;
- **1** Cartilha – Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência - PPD publicada, com tiragem e distribuição de **3.000** exemplares;
- **1** Fórum da Inclusão e Cidadania para Pessoa Portadora de Deficiência - PPD realizado em parceria com a Escola de Saúde Pública, registrando-se **300** participantes;
- **1.227.128** vales-transporte concedidos a **4.545** PPD's para acesso a tratamento e frequência à escola;
- **2.400** PPDs atendidos em **20** municípios com ações de capacitação e doação de kits;
- **8.573** pessoas atendidas com a concessão de benefícios diversos – auxílio funeral, órteses, próteses, passagem e cestas básicas (complementação alimentar para pessoas portadoras de doenças crônicas) dentre outros;
- **5.875** bolsas concedidas a **5.875** adolescentes de **100** municípios do Programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Social e Humano – capital e interior;
- **490** crianças e adolescentes abrigadas com retorno à família;
- **4.214** crianças e adolescentes atendidos nas unidades de abrigo e albergue;

- **192** idosos abrigados - destes **83** reintegrados à família, **36** freqüentando a rede pública de ensino, **3** engajados no mercado de trabalho e **51** pleiteando ações jurídicas para garantia de direitos constitucionais;
- **3.374** adolescentes atendidos em unidades de medidas sócio-educativas;
- **1** pesquisa realizada acerca do perfil do adolescente sob medidas sócio-educativas.

AValiação dos Resultados Alcançados

O Programa de Proteção Social Especial é destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, exploração e abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, de trabalho infantil, cumprimento de medidas sócio-educativas, dentre outros agravos.

De estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exige uma gestão mais complexa e intersetorializada/compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público além de outros órgãos e ações do Executivo, de conformidade com cada situação.

Os problemas sociais assumem neste caso graus de complexidades diferenciados – alta e média, sendo trabalhado de acordo com as exigências requeridas em cada caso.

Diante do exposto pode-se apreender a necessidade da prontidão deste atendimento pelo Estado, na quantidade e qualidade exigida pelo público alvo.

Neste sentido, ressalta-se o estudo para a descentralização das unidades – Abrigo José Moacir Bezerra, Casas Abrigo, Casa da Criança e Unidade de Abrigo, quando então passarão a serem gerenciadas por organizações não governamentais, no esforço da co-responsabilidade social; o fortalecimento das ações de enfrentamento a qualquer tipo de violência contra crianças, adolescentes e suas famílias, registrando-se a implantação em Fortaleza do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Relativamente às ações direcionadas aos adolescentes sob medidas sócio-educativas e adolescentes egressos buscou-se o aprimoramento do atendimento, através da realização de cursos profissionalizantes, em parceria com a SETE; a realização de atividades esportivas em parceria com a Secretaria de Esporte e Juventude, registrando-se a participação do Ceará na 2ª Jornada Cultural e Esportiva realizada em Brasília, com a participação de 35 adolescentes das unidades de internação, tendo obtido o 2º lugar nas competições; da elaboração do Plano Operativo de Saúde com o Ministério da Saúde/Secretaria de Saúde do Estado e do Município; além da garantia do ensino formal para os mesmos.

Na área de enfrentamento à violência contra a mulher e sua prole, destacou-se a participação da Casa do Caminho no grupo de Trabalho Intersetorial, composto por profissionais de organizações governamentais, o que vem contribuindo para a sensibilização da sociedade frente à questão da violência contra mulheres.

Os abrigos, destinados ao atendimento integral de crianças e adolescentes, investem no trabalho de preservação e restabelecimento dos vínculos familiares, além de contribuírem para redução da institucionalização, numa ação articulada da SAS com o Juizado da Infância e da Juventude.

As iniciativas se voltaram para o sistema de adoção, através da família biológica ou adotiva, estes últimos considerados lares substitutos, além do apoio prestado às crianças/adolescentes em sua própria família, via programas especiais, como a concessão de cestas básicas e medicamentos.

Na área da escolarização, os abrigos garantem a frequência escolar na rede pública de ensino, assim como em escolas especializadas. Os adolescentes atendidos participam de cursos profissionalizantes nas comunidades, através das parcerias firmadas com organizações governamentais e não governamentais.

O trabalho com a família foi igualmente priorizado junto aos idosos abrigados, na tentativa da sua reintegração sócio-familiar. O abrigo desenvolve também ações de cunho educativo, quando insere idosos nas escolas.

Há que se destacar ainda o esforço de engajamento de idosos abrigados no mercado de trabalho, vindo a se constituir num importante avanço junto à população atendida. São realizados ainda encaminhamentos jurídicos, objetivando a resolução de situações vivenciadas pelos idosos e a garantia de seus direitos, bem como as articulações realizadas entre as unidades da Proteção Social e as diversas esferas governamentais e não governamentais.

Finalizando, face a natureza complexa deste Programa registra-se dentre outros pontos de estrangulamento a inexistência de recursos financeiros destinados à concessão de auxílio moradia para mulheres albergadas vítimas de violência doméstica; a superlotação das Unidades de Medidas Sócio-Educativas interferindo negativamente no desenvolvimento da proposta sócio-pedagógica; o aumento da demanda por abrigo, ocasionando um estrangulamento da capacidade dos abrigos, assim como a lentidão nos procedimentos de adoção por parte do Juizado da Infância e Juventude, gerando um acúmulo de crianças disponíveis à adoção; o significativo número de crianças/adolescentes ainda abrigado, com perspectivas reduzidas de retorno à família, devido a problemas de saúde e outros agravantes, o que contribuiu para o prolongado tempo de permanência nas Unidades; a precária manutenção das estruturas físicas dos abrigos e a escassez de equipamentos.

AVALIAÇÃO DA POLITICA SETORIAL

A política cultural do Estado coordenada pela Secretaria da Cultura atua no sentido da sua consolidação como Secretaria estratégica para o desenvolvimento do Ceará e dos cearenses, a partir do fomento da diversidade cultural regional, reconhecida pela transversalidade de suas ações em todos os eixos e Secretarias de Governo, assim como por suas ações de inclusão social e de construção da cidadania a partir da cultura.

Para tanto, em continuidade ao aperfeiçoamento da sua gestão e a implementação de ações estratégicas, fundamentais para o cumprimento da política cultural, foram definidos indicadores capazes de quantificar e qualificar os resultados relativos à inclusão social através da cultura. Os programas fomentam hoje a produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais para aqueles que tradicionalmente encontram-se excluídos dos mesmos e as ações voltam-se prioritariamente para o público do Interior do Estado, assim como para aquele da periferia da Capital.

Neste sentido, todos os equipamentos culturais ligados à Secretaria realizam hoje ações de inclusão, seja através da capacitação profissional para a cadeia produtiva das artes e da cultura, seja através de ações para formação de platéia, seja por intermédio de festivais, seminários, encontros, mostras, produção e veiculação de programas televisivos, dentre outros.

Desde o ano de 2003, a SECULT assumiu uma de suas mais importantes tarefas, qual sejam: de reestruturar, articular e animar comissões para as diversas linguagens artísticas, fóruns regionais de turismo e cultura, além de conselhos estaduais e municipais de cultura. Deste modo, o Sistema Estadual estimula a criação dos Sistemas Municipais e, no ano de 2005, 150 municípios assinaram o Protocolo de Intenções para serem integrados ao Sistema Nacional de Cultura. O Ceará foi o primeiro Estado do País a aderir e a dar início a este processo tão importante para o desenvolvimento da cultura no Brasil. Neste sentido, destaca-se o resgate e a nova atuação do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural.

Em cumprimento ao objetivo de promover uma maior capilaridade das ações culturais em todo o Ceará, a SECULT vem implementar os programas de modo a contemplar, prioritariamente, a formação da cadeia produtiva da cultura, assim como a produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais nas oito macrorregiões do Estado.

Analisando-se estas premissas, percebe-se o quão a Política Pública Cultural, implementada no Estado do Ceará, tem evidenciado uma mudança de paradigma, ampliando suas fronteiras de atuação, envolvendo a sociedade na sua discussão, e assumindo-se como fator de desenvolvimento sócio econômico regional.

Desenvolvimento Cultural e Valorização das Culturas Regionais

Objetivo

Apoiar a criação, produção e difusão cultural em todo o Estado; identificar, reconhecer e promover as potencialidades regionais; atender demandas de capacitação nas diversas áreas (música, teatro, dança, audiovisual, literatura, etc); estimular a preservação e revitalização das manifestações da cultura tradicional popular; fomentar o acesso democrático ao consumo de produtos artístico-culturais em todo o Ceará

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Interiorização do desenvolvimento cultural por meio do Projeto **SECULT INTINERANTE**:
 - Cadastramento de 4.946 artistas, profissionais e instituições culturais, de 70 municípios das macrorregiões do Vale do Jaguaribe/Litoral Leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central;
 - Realização de 76 cursos e oficinas, com a participação de 2.021 pessoas, de 47 municípios das macrorregiões do Vale do Jaguaribe/Litoral Leste, Maciço do Baturité, Centro Sul/Cariri e Sertão Central;
 - Mapeamento de 1.098 bens, sendo 868 do domínio do patrimônio material, que compreende: edificações, mobiliário e obras de arte, e 230 de bens imateriais, abrangendo expressões do saber popular, manifestações populares e expressões do fazer popular, dentre outras demonstrações da cultura popular. Foram mapeadas as regiões do Vale do Jaguaribe, Maciço do Baturité, Litoral Leste, Cariri e Sertão Central.
- 2 Realização de 7 eventos estruturantes nas seguintes Macrorregiões do Estado: Sertão dos Inhamuns, Sobral/Ibiapaba, Litoral Leste, Baturité, Cariri/Centro Sul e Sertão Central.
- 3 Incentivo e apoio à realização de diversos eventos na Capital e no Interior do Estado
- 4 Capital da Cultural do Estado do CEARÀ ano de 2005 – Viçosa do Ceará
- 5 Democratização do acesso aos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC através da Política de Editais com o pagamento à comunidade artística do Estado do Ceará de 10 editais, contemplando projetos na Capital e no Interior.
- 6 Subvenções Sociais
- 7 Selo de Responsabilidade Cultural
- 8 Talentos da Cultura

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa de Desenvolvimento Cultural e Valorização das Culturas Regionais contribuiu, em 2005, para o fortalecimento da Política de Editais através da ampliação de recursos, sistematização de informações, organização e agilização na liberação dos recursos para os 178 editais contemplados. Com o crescimento da demanda para os editais se fez necessário a reorganização dos processos de trabalho, contribuindo para a otimização do tempo na liberação dos recursos e realização dos produtos.

Os espaços de Arte e Cultura (Theatro José de Alencar, Museu da Imagem e do Som, Museu do Ceará e Centro Cultural Dragão do Mar) obtiveram, neste ano, uma grande movimentação por parte do público atraído pela dinâmica programação cultural, permitindo uma maior interlocução com todos os setores da sociedade civil, em especial, com os jovens e adolescentes de Escolas Públicas. A maioria destes espaços foi palco de inúmeras visitas e troca de experiências com a comunidade artística, da capital e do interior. O restauro do Theatro José de Alencar, a construção do Centro Cultural Bom Jardim, Teatro Carlos Câmara e a Reestruturação da Reserva Técnica do Museu do Ceará, são alguns dos exemplos de revitalização dos equipamentos culturais vinculados aos espaços citados.

A implantação do FECOP com o Projeto Talentos da Cultura em 10 municípios do Interior e 10 bairros de Fortaleza foi outro avanço na área da gestão cultural, beneficiando 560 pessoas carentes, em sua maioria jovem. O FECOP tem permitindo a inclusão social de uma parcela de jovens e adultos na área artística, acompanhados por uma equipe técnica comprometida com o fortalecimento da capacidade profissional destes artistas. Daí, a realização da I Mostra de Talentos da Cultura em Fortaleza socializando, desta forma, os produtos gerados pelo FECOP para a comunidade.

Os eventos estruturantes ou eventos âncoras obtiveram um volume maior de investimentos para demandas, cada vez mais crescente, nas regiões. Foram incentivadas interlocuções permanentes com as lideranças locais a fim de garantir uma maior legitimação dos eventos, por parte da população local. A ação dos eventos estruturantes tem sido uma marca bastante promissora desta secretaria, gerando para as regiões retorno social, econômico e cultural. A realização destes eventos tem contribuído para o fortalecimento das vocações artísticas e motivado o surgimento de novos eventos como o Festival de Dança do Litoral Oeste e o Conexão de Artes Visuais, previstos para 2006.

As Subvenções sociais inseridas no programa tiveram um papel fundamental ao possibilitar o atendimento a mais de 2.500 pessoas, nas diversas linguagens artísticas, em especial, música, dança e teatro. Implementadas na capital e no interior, as subvenções sociais têm encontrado na SECULT oportunidade para o fortalecimento de suas ações sociais e culturais, inserindo uma atenção especial às crianças, contribuindo assim, para formação de nova geração infanto-juvenil de valorização da arte e cultura no Ceará.

Importante ressaltar o crescimento dos fóruns de Cultura e Turismo, a participação ativa do Conselho Estadual da Cultura nas decisões da SECULT, a articulação regional com 12 articuladores que têm desempenhado um excelente papel na mobilização e sensibilização dos municípios, para questões inerentes a política da cultura, tais como a assinatura do protocolo de intenções para a criação de Secretarias Municipais de Cultura.

Encerra-se o ano de 2005, com 100% de adesão ao Protocolo de Intenções, significando um avanço na inclusão da Cultura como um indispensável instrumento de inserção social. A realização da Conferência da Cultura do Ceará com 566 participantes foi, também, um marco para a história da cultura do Ceará, tendo em vista a construção coletiva de propostas significativas para a Política Nacional da Cultura.

Para concluir, avalia-se, ainda, o projeto pioneiro SECULT ITINERANTE que, desde 2005, tem avançado pelo Interior do Estado, promovendo múltiplas ações nas mais diversas áreas, buscando promover uma maior aproximação do cearense com o seu município, junto às suas expressões culturais. O Projeto Secult Itinerante alcança a cada etapa um número crescente de registros que contribuirão para a memória da cultura do Estado.

Dentre as dificuldades da Cultura, citamos a de captação de recursos, ainda muito reduzida, e a de ampliação de recursos humanos e logísticos para garantir o atendimento da demanda crescente, tanto na Capital como no Interior.

Diante do exposto, os resultados alcançados têm sido bastante positivos e promissores, visto que nos anos anteriores a Secretaria da Cultura estava se familiarizando com o cenário da política de cultura existente. Agora pode-se dizer que esta relação tem caminhado para o amadurecimento, favorecendo o crescimento conjunto entre governo e comunidade.

SECULT Itinerante - 2005

Atividade	Vale Jaguaribe	Maciço Baturité	Litoral Leste	Cariri	Sertão Central	TOTAL
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	16	13	11	26	20	66
1. Sessões Públicas nas Câmaras de Vereadores dos Municípios						
a. Câmaras visitadas	17	13	09	22	4	65
b. Público das Sessões	1600	1300	1430	3300	350	7.951
2. Mapeamento do Patrimônio Cultural						
a. Municípios Visitados	16	13	9	10	4	52
b. Bens Materiais	272	218	189	144	45	868
c. Bens Imateriais	130	76	106	73	25	230
3. Promoção e difusão cultural						
Ônibus Cultura em Movimento						
a. Municípios Beneficiados	15	13	11	22	15	76
b. Atrações artísticas locais	65	66	44	240	126	541
c. Artistas participantes (aprox. 8 por grupo)	520	528	352	1920	1016	4.336
d. Público presente (aprox. 700 por evento)	10500	9100	7700	13325	4710	45.335
Circo Cultura em Movimento						
a. Municípios Beneficiados	0	3	3	5	4	15
b. Atrações artísticas locais	0	41	45	96	86	268
c. Artistas participantes (aprox. 8 por grupo)	0	328	360	801	1008	2.497
d. Público presente (aprox. 1.800 por cidade)	0	5400	5400	9000	7000	26.800
Exposições de Artes Visuais						
a. Municípios Beneficiados	1	2	2	2	3	10
b. Exposições Participantes	3	2	2	4	3	14
c. Público presente (aprox. 100 por expo.)	150	100	100	200	100	650
4. Encontros com a SECULT						
a. Municípios Beneficiados	2	7	8	8	5	30
b. Cadastros realizados	120	120	240	503		983
5. Cadastramento de Artistas, Profissionais e Instituições Culturais						
a. Municípios Beneficiados	14	13	11	17	15	70
b. Cadastros realizados	628	630	1189	1575	924	4.946
6. Memória do Caminho						
a. Municípios Visitados	6	10	8	15	12	51
b. Entrevistas Realizadas	24	28	39	38	40	169
7. Capacitação						
a. Municípios Beneficiados	10	10	8	10	9	47
b. Ações realizadas - cursos e oficinas	13	16	15	16	16	76
c. Vagas ofertadas	387	407	367	445	415	2.021
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	16	13	11	26	20	66
8. Ações dos Sistemas dos Equipamentos Culturais (visitas técnicas, encontros, etc.)						
a. Sistemas Estadual de Bibliotecas	16	13	9	26	21	85
b. Sistema Estadual de Bandas	0	0	1	2	1	4
c. Sistema Estadual de Teatros	0	1	0	11	3	15
d. Sistema Estadual de Arquivos	0	0	0	12	8	20
e. Sistema Estadual de Museus	0	0	0	9	7	16
f. Políticas do Livro	3	0	0	3	3	6
9. Encontros com os Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará						
a. Entrevistas com os Mestres	0	0	0	8	2	10
b. Público estimado	0	0	0	0	103	103

Obs.: 1. As ações de Mapeamento estão em fase de conclusão nas Regiões do Vale do Jaguaribe e Cariri

2. Algumas ações somente são programadas para a região de acordo com os equipamentos ou projetos existentes

GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL

Objetivo

Modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar, e preservar os patrimônios material e imaterial

PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Mais de 1 milhão de pessoas como público do Centro Dragão do Mar em 2005;
- 213.660 pessoas como público do Theatro José de Alencar (o maior público da sua história) em 2005;
- 30 mil visitantes aos museus em 2005;
- Realização da feira de livros, em parceria com livrarias, editoras e SINDILIVROS;
- Realização de Programação literária e artística voltada, sobretudo, para as crianças e jovens nos bairros do Lagamar e de São Francisco;
- Realização da 1ª Festa do Livro e da Leitura de Aracati, realizada entre os dias 12 e 16 de outubro de 2005;
- Realização do Circo das Letras voltado para a promoção do livro e da leitura, através da literatura infantil e juvenil;
- Realização do II Seminário Literatura na Escola, contando com o público-alvo de professores e arte-educadores e com uma programação especial destinada ao público infantil;
- Realização da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca;
- Participação do Estado do Ceará na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, como o estado homenageado da edição;
- 34.776 usuários atendidos e beneficiados com a ampliação do atendimento por meio do projeto *Biblioteca Cidadã*;
- O Setor Braille da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel como exemplo de esforço no sentido da inclusão social, ao possibilitar o acesso ao conhecimento através de pesquisas;
- Desenvolvimento de atividades, com o apoio de voluntários, de empréstimos de livros em Braille, livro Falados, CD's, Fitas K7, e, pelo Correio, via Cecograma para usuários de outras cidades e do interior;
- Prestação de serviços de gravação de livros ou textos, preparação de material, em Braille, para provas escolares, concursos e vestibular, dentre outros serviços;

- Realização do Curso de Métodos e Técnicas da Leitura e Escrita Braille, para professores da rede pública e privada, pais de deficientes visuais, pedagogos, e pessoas que pretendem trabalhar com deficientes visuais;
- Impressão, em Braille, da Programação Cultural do Instituto de Arte e Cultura do Ceará (Centro Dragão do Mar) e da Agenda Cultural do Banco do Nordeste do Brasil;
- Participação em eventos, com apresentação da Leitura e Escrita Braille, nas escolas, na 1ª Feira do Livro e da Leitura, em Aracati-CE;
- Realizadas intervenções físicas na Biblioteca Pública Governamental Menezes Pimentel, em 2.479 obras do setor Braille, 19.781 no setor Obras Gerais, 4.741 obras no Setor de Referência. No setor do Ceará, 11.902 obras foram higienizadas e no Acervo Bonifácio Câmara 35% dos 5.451 livros já foram higienizados;
- 3 edificações apresentadas para tombamento, com processo de tombamento concluído, e 7 em processo de análise;
- 9 equipamentos culturais restaurados: altar-mor da Igreja do Rosário, em Russas; Igreja Matriz, de Viçosa do Ceará, Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Fortaleza. Construção do Centro Cultural do Bom Jardim e da sede própria do Instituto do Cariri, no Crato, sobrado Dr. José Lourenço - Museu Antropológico do Ceará, Teatro José de Alencar; Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu; ampliação do Museu da Imagem e do Som.
- Início da estruturação da Sala de Conservação Preventiva;
- Processo de Higienização do Acervo Histórico;
- Identificação dos fundos documentais existentes no Acervo;
- Mapeamento Geral do Acervo Histórico (Numeração e localização de alas, estantes e caixas);
- Recondicionamento e sinalização da documentação referente ao fundo Câmara Municipal;
- Levantamento Preliminar dos Acervos Documentais Municipais do Estado;
- Estudos e pesquisas para reformulação da política de recolhimento documental;
- Reorganização do espaço físico do APEC para potencializar as áreas destinadas ao recolhimento de acervo documental;
- Criação do Acervo Histórico e criação do Auditório do Arquivo;
- Criação das salas para os projetos de Catalogação dos Processos Criminais do Poder Judiciário e documentação da Instrução Pública;
- Curso de Paleografia para os alunos da UECE e UFC (70 alunos);
- Curso de Organização em Arquivos Públicos para os alunos da UECE e UFC (70 alunos);
- Monitoramento dos alunos do Curso de História da UVA, UECE e escolas particulares: UECE 25 alunos, UVA 30 alunos, Colégio Adauto Bezerra 25 alunos;
- Arranjo e organização do Acervo: Instrução Pública - Período de 1845 a 1869 (565 documentos);

- Elaboração e revisão das publicações do APEC (Confederação do Equador: manuscritos 2º Volume; Documentos: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará 2º Volume, Introdução à história do Jornalismo no Ceará e Cartas de Sesmarias);
- Ciclo de conferências: Panorama Literário com 32 palestras sobre importantes temas da Literatura proferidas por acadêmicos e professores das Universidades Federal e Estadual do Ceará durante os meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2005, com 417 pessoas inscritas, entre estudantes das escolas públicas e particulares, professores, intelectuais e pessoas interessadas no assunto;
- Inauguração da Galeria dos Acadêmicos, no Palácio da Luz.
- Organização das Exposições: Dom Quixote; Iracema e Camões em parceria com a Associação Brasileira de Bibliófilos, no Palácio da Luz.
- Participação de 55 escolas e universidades públicas e particulares do interior e da capital no Projeto A Escola vai à Academia.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito da ação de promoção de feiras e de eventos na área do conhecimento cultural, foi realizada a “Festa do Livro e da Rosa” nos dias 22 e 23 de abril, como celebração do Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor. Esse evento já se encontra na sua terceira edição, ganhando uma nova dimensão com a ampliação de sua área de abrangência e de público. A festa foi realizada na Praça dos Leões, Mercado dos Pinhões e nos ABCs da Secretaria de Ação Social, nos bairros do Lagamar e São Francisco (Maranguapinho).

Realizada uma feira de livros, em parceria com livrarias, editoras, SINDILIVROS e a democratização dos meios da leitura, através de uma programação literária e artística voltada, sobretudo, para as crianças e jovens nos bairros do Lagamar e de São Francisco. Foi marcante o envolvimento e a participação dessas comunidades na programação realizada. Contudo, encontram-se algumas dificuldades na produção do evento na Praça dos Leões e no Mercado dos Pinhões, necessitando de uma melhor articulação com os parceiros e mobilização de futuro evento com essas características, no centro da Cidade. Não obstante a constatação, destaque-se a repercussão da mídia, espontaneamente, com matérias nos jornais O Povo, Diário do Nordeste e reportagens na TV Verdes Mares e Canal 22.

Sobre a promoção de feiras e de eventos, vale ressaltar a 1ª Festa do Livro e da Leitura de Aracati, realizada entre os dias 12 e 16 de outubro de 2005. O evento ocorreu no contexto das comemorações dos 140 Anos de publicação do romance “Iracema”, de José de Alencar e do Programa Nacional Viva Leitura – 2005, como o Ano Ibero-Americano da Leitura. A Festa do Livro e da Leitura tinha como meta democratizar o acesso ao livro e à leitura numa ação de inclusão social e de articulação macrorregional. Além da cidade de Aracati, foi desenvolvida uma programação em Canoa Quebrada e nos municípios de Fortim, Icapuí e Iracema.

Como primeira edição de um evento voltado para a promoção da leitura na região do Litoral Leste, considera-se que a ação foi bastante positiva, conseguindo mobilizar setores das secretarias de cultura e de educação desses municípios, além de escolas particulares e da comunidade em geral, numa programação artística e literária. Nesse sentido, é importante destacar as parcerias com as prefeituras dos municípios envolvidos e do SEBRAE que apoiou na estrutura da tenda e dos estandes de comercialização da feira de livros e de artesanato, e do SESC, que montou uma biblioteca aberta ao público em geral, na praça Adolfo Caminha.

Vale ressaltar, também, a vasta programação de encontros com autores, como Ana Miranda, Zuenir Ventura, Ângela Lago, Elisa Lucinda, Laura Sandroni, Beatriz Alcântara, Virgílio Maia, Pedro Salgueiro, Almir Mota, dentre outros, oficinas literárias para crianças, jovens e professores, palestras, seminários, o Encontro de Contadores de Histórias do Ceará e o Encontro Nacional do Viva Leitura, com a participação do MinC, MEC, Cerlalc (Centro de Fomento ao Livro e à Leitura para a América latina e Caribe), SEDUC e organizações não governamentais, através dos relatos de experiência de promoção da leitura, no Brasil. Nessa perspectiva, avaliou-se a primeira edição da Festa do Livro e da Leitura de Aracati como uma ação estruturante, bastante positiva, necessitando apenas de uma articulação mais estreita e antecipada com as instituições dos municípios envolvidos com o projeto, no sentido de mobilizar e envolver as comunidades na programação em geral.

Ainda na ação de promoção de feiras e eventos, vale citar O Circo das Letras voltado para a promoção do livro e da leitura, através da literatura infantil e juvenil. A segunda edição ocorreu de 2 a 10 de abril de 2005, com a realização do II Seminário Literatura na Escola, contando com o público-alvo de professores e arte-educadores, e com uma programação especial destinada ao público infantil. A programação constou de encontros com autores consagrados da literatura infantil, leituras compartilhadas na biblioteca, exposição e venda de livros, em estandes de 27 editoras nacionais: Rocco, Cortez, Companhia das Letrinhas, Cosac Naif, Siciliano, Girassol, Ediouro, Projeto, Peirópolis, Moderna, Nobel, Paulinas, FDR, Biruta, Nova Alexandria, DCL, Sedic, Rideel, Ciranda Cultural, Vale das Letras, Sivadi, Sabida, Brinque Book, Todolivre, Brasil Leitura, ABC, Record.

Foi bastante expressiva a visitação das escolas ao evento, sendo contabilizado 11 mil crianças que participaram da programação da Biblioteca do SESC, parceira da promoção. Foi estimado um público em torno de 20 mil pessoas, que compareceram durante os 9 dias do evento. A novidade dessa edição foi a distribuição gratuita de 1.919 livros de literatura infantil, do acervo selecionado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) para crianças de escolas públicas. Tal fato denota o caráter social de promoção da leitura e de inclusão social, promovida pelo Circo das Letras.

Destaque-se, também, a SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA de 24 a 27 de outubro, com o tema *“Biblioteca: lugar de encontros e descobertas”*. Alunos das escolas públicas, universitários, professores, bibliotecários e educadores, em geral, compareceram à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e participaram de uma programação onde foram realizadas palestras, mesas redondas, oficinas, mini-cursos, exposições de acervos da Biblioteca, lançamentos de livros, apresentações artísticas, painéis de projetos e instituições que trabalham com a democratização do acesso à informação e ao livro. Foram incorporadas, ainda, as atividades já

realizadas pela Biblioteca: Visitas Guiadas aos vários setores da instituição e Sessões de Contação de Histórias da Casa do Conto.

Ressalte-se, ainda, a solenidade especial de entrega dos Títulos de Sócios Honorários da Sociedade Amigos da Biblioteca. Este evento faz parte da comemoração do Ano Ibero-Americano da Leitura, através do Programa Federal Viva Leitura e do Programa Estadual: Viva leitura: Leitor - Ser Cidadão. Realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Biblioteca (SAB/CE), Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, Associação de Bibliotecários do Ceará e Conselho Regional de Biblioteconomia CRB 3, além do apoio da Biblioteca César Cals de Oliveira da Assembléia Legislativa, Biblioteca Central da UECE, Sistema de Bibliotecas da UFC, Biblioteca Dolor Barreira, Biblioteca do SESC, Curso de Biblioteconomia da UFC e PROLER. Como resultados teve-se a participação de 448 pessoas nas palestras, 163 nas mesas redondas, 274 nas oficinas, 25 nos mini-cursos, 630 nas contações de história, 4.804 nas exposições, 46 nos lançamentos de livros, 690 nas visitas guiadas.

Por fim, é importante citar a participação do Estado do Ceará na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, como o Estado homenageado da edição. A Secretaria da Cultura formatou uma programação artística e literária com a presença de escritores de gêneros diversos (poeta, romancista, contista, cordelista, literatura infantil) e um show de Mona Gadelha, em homenagem aos 140 anos do livro *Iracema*, de José de Alencar. Além da programação foi montado um estande com uma ambientação inspirada no livro *Iracema*, bem como nos ofícios e saberes dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, com a participação especial do mestre Raimundo Aniceto com sua Banda Cabaçal, do Crato. A Secretaria da Cultura recebeu dois prêmios de destaque, um oferecido pelo jornal *O Sul* e outro pela Câmara Riograndense do Livro, em parceria com o jornal *Correio do Povo*.

Em relação à ação de modernização dos equipamentos culturais e ampliação e preservação dos acervos, pode-se destacar o projeto “Biblioteca Cidadã” com a meta de ampliação do horário de atendimento aos usuários. Com isto, o atendimento passou de segunda a sexta-feira, das 17 às 21 horas, e aos sábados, das 14 às 18 horas. Com a ampliação houve a democratização do acesso, atingindo 34.776 usuários atendidos e beneficiados com o projeto, em 2005.

No tocante a ação de Implantação de Bibliotecas Regionais, definiu-se os primeiros municípios, considerando a infra-estrutura, localização física, facilidade de acesso e comunicação com outros municípios, com capacidade de exercer um referencial e liderança cultural na região. Nesses termos, foram contemplados Pedra Branca para a região do Sertão Central, Aracati para a região do Litoral Leste, e Icó para a região do Centro Sul e Vale do Salgado. Os convênios entre o Estado e esses municípios estão sendo elaborados, com inauguração desses equipamentos prevista para 2006. Vale ressaltar a parceria com a SDLR na elaboração do projeto de obras e no restauro arquitetônico dos prédios históricos, levando em conta que as bibliotecas de Aracati e Camocim funcionarão em prédios tombados pelo IPHAN, enquanto que, Pedra Branca será em um prédio a ser construído.

Na Programação Cultural da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, intitulada *Literatura para Além do Vestibular* foram realizadas 10 palestras de autores e pesquisadores sobre obras indicadas para o vestibular da Universidade Federal do Ceará, direcionadas, preferencialmente, aos alunos da rede pública de ensino. Compareceram em média 84 pessoas, fazendo um total de 840 para toda a programação.

Teve continuidade, também, o projeto de Higienização do Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. As obras, quando necessário, passaram também por processos de conservação, como troca de capa, remendos e obturações de páginas e velatura para fortificar papéis fragilizados. É um trabalho minucioso, contando com a colaboração de oito deficientes auditivos.

A equipe também é responsável pela conservação dos jornais e revistas que são preparados e agrupados para arquivo. Vale ressaltar que, além de garantir a integração dos deficientes auditivos no trabalho, a atividade tem facilitado novas oportunidades de trabalho, em órgãos e instituições que necessitam de pessoas qualificadas para a conservação e higienização de livros e periódicos.

No tocante à ação de realização de pesquisas, inventários, registros e difusão do patrimônio material e imaterial, pode-se observar a continuidade e ampliação do projeto Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará, apoiado na Lei nº 13.351, de agosto de 2003. O projeto garante auxílio financeiro mensal de natureza vitalícia, como reconhecimento e valorização dos saberes e ofícios desses mestres na composição e formação da identidade cultural cearense.

O Programa além de tratar da geração e preservação do conhecimento, também aborda as questões voltadas ao patrimônio histórico e memória cultural. Dentre as ações que merecem destaque está a viabilização da Escola de Artes e Ofícios que teve suas obras de restauro autorizadas em 2005, com início das atividades previstas para abril de 2006.

Foram executados, também, o lançamento dos cartões postais com imagens de edificações tombadas no Estado do Ceará, valorizando e divulgando nosso patrimônio cultural, bem como o fortalecimento do COEPA - Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que realizou 11 reuniões ordinárias, além de reuniões dos grupos que se formam para análise e parecer para os tombamentos. Das 10 edificações apresentadas para tombamento, 3 tiveram o processo de tombamento concluído, e 7 encontra-se em andamento, em processo de análise pelos Conselheiros ou tramitação administrativa, para, posteriormente, serem enviadas para homologação, pelo governador. As edificações selecionadas para tombamento em 2005, foram as seguintes:

- Conjunto do Palácio da Abolição – Fortaleza
- Estação Ferroviária de Camocim
- Sítio Caldeirão – Crato
- Igreja São Caetano – Várzea Alegre
- Casa do Capitão Mor – Aquiraz
- Igreja Jesus, Maria e José –Marrecas/ Tauá
- Seminário da Prainha – Fortaleza/ Ceará
- Antigo Prédio da Alfândega – Fortaleza/ Ceará
- Igreja Nossa Senhora do Rosário – Tauá
- Casa de Antonio Conselheiro - Quixeramobim-Ce

Alinhado à atual política de recuperação dos bens culturais do Estado e com a ampliação da produção acadêmica do Ceará, foram implantados procedimentos integrados que permitiram a criação e informatização dos instrumentos de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Ceará, como a publicação de livros e revistas, bem como a promoção de cursos, seminários e exposições, aberto ao público. Com estas ações foi difundida a cultura cearense, em suas múltiplas dimensões sócio-culturais.

O Programa contou com a efetiva atuação dos equipamentos culturais representados pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, pelo Theatro José de Alencar, Museu do Ceará, Museu de Arte Sacra e Museu da Imagem e do Som que ofereceram ao público visitante, shows, festivais, exposições, mostras e cursos, dentre outras atrações culturais. Como mostra da participação do público nos eventos culturais, pode-se citar o Centro Dragão do Mar que ultrapassou a marca de 1 milhão de pessoas, sendo seguido pelo Theatro José de Alencar, o qual conquistou o maior público da sua história exatamente: 213.660 pessoas. Para que se dimensionar a importância desse número, basta citar que, nos últimos doze anos, o maior público alcançado, anteriormente, em 2000, com 135.503 pessoas ao Theatro. Os museus receberam em torno de 30 mil visitantes.

Eixo III

Ceará Integração

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS

1. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR, 161

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

A política setorial executada pelo Governo do Estado, por meio Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), trata da articulação dos componentes da política de desenvolvimento regional, integrada às estratégias de desenvolvimento local e às políticas de desenvolvimento urbano e habitação, identificadas no Plano Plurianual, no âmbito das áreas *Gestão Integrada e Autonomia Local e Desenvolvimento Urbano*.

GESTÃO INTEGRADA E AUTONOMIA LOCAL

O planejamento de longo prazo, com visão de desenvolvimento do território, está orientado pelo conceito de reestruturação espacial, a partir do fortalecimento dos pólos de desenvolvimento regional e da formação de uma rede de cidades no interior do Estado. Assim, a “dispersão concentrada” do desenvolvimento em regiões selecionadas é uma alternativa estratégica para a distribuição social e espacialmente mais justa dos resultados do crescimento econômico e dos efeitos das políticas públicas, para melhoria da qualidade de vida da população em todo Estado.

A coordenação dos esforços de desenvolvimento, no âmbito local, e a integração entre os níveis estadual e regional, somente se viabilizam se houver uma gestão desconcentrada do Governo visando à descentralização e a gestão compartilhada.

Os Escritórios de Desenvolvimento Regional, no ano de 2005, concentraram seus esforços no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e no fortalecimento dos Conselhos Regionais, que são fóruns criados e apoiados pela SDLR, e congregam as lideranças das esferas pública e privada, atuantes no âmbito local e regional. De uma forma mais específica, os objetivos foram o de aumentar o conhecimento sobre as regiões, com ênfase nas vocações, potencialidades e complementaridades econômica e cultural, favorecer a integração entre programas, projetos, atores e ações existentes, além de promover o planejamento governamental para as regiões.

No ano de 2005 ocorreu a instalação de três novos escritórios - no Vale do Coreaú, com sede em Camocim; no Vale do Curu /Serra da Uruburetama, com sede em Umirim; e no Sertão Central Sul, com sede em Mombaça. Ressalte-se que estes dois últimos surgiram de demandas regionais, capitaneadas, respectivamente, pela Associação dos Municípios do Vale do Curu e Serra de Uruburetama – AMUV e Consórcio de Prefeitos do Sertão Central Sul.

No apoio ao Desenvolvimento Local a atuação do governo no fortalecimento da governança local dá ênfase, do lado da sociedade civil, aos conselhos e fóruns municipais de caráter mais amplo e a instâncias de caráter regional, com vistas ao resgate do sentido de comunidade, público, cidadania e democracia participativa, identidade territorial, propósitos e proposições comuns, gestão compartilhada e controle social do desenvolvimento local e regional.

Do ponto de vista do desenvolvimento institucional, o esforço é no sentido de fortalecer a capacidade de gestão dos governos municipais para cumprir sua missão e exercer funções

inovadoras no processo de desenvolvimento, em especial no planejamento e gestão participativa local e regional, gestão das políticas urbanas, políticas de desenvolvimento produtivo endógeno e de combate à pobreza. Trata-se de ampliar a capacidade das Prefeituras para trabalharem sob o enfoque territorial, exercitando os princípios da participação, cooperação, visão sistêmica e sustentabilidade ambiental, dentre outros.

Busca ainda apoiar a construção de novas institucionalidades territorializadas na esfera pública, com a participação e cooperação de entidades governamentais, comunitárias e privadas, a exemplo de consórcios, agências de desenvolvimento local e regional, câmaras e comitês técnicos, redes empresariais, serviços de consultoria empresarial e organizações de micro crédito.

O apoio ao desenvolvimento produtivo dos territórios dá ênfase especial aos arranjos e núcleos produtivos locais, com apoio preferencial às micro e pequenas empresas, as quais em geral constituem a base econômica das economias locais.

A viabilização dessas alternativas depende, entretanto, do avanço da governança local, especialmente no que se refere à condição de organização dos agentes produtivos e sua capacidade para planejar e gerenciar cooperativamente estratégias econômicas com enfoque territorial, gerando uma ambiência favorável às inovações tecnológicas, gerenciais e novos investimentos.

O grande desafio do desenvolvimento local consiste em unir o social ao econômico, articular e integrar políticas públicas, empoderar a comunidade e construir socialmente o mercado. Para tanto, é preciso exercitar um processo de concertação em todos os níveis da sociedade e esferas de governo. Esse processo motiva a discussão para o dimensionamento de pontos críticos e o encaminhamento de medidas concretas e efetivas, baseadas na produção de consensos e acordos entre governo e sociedade.

Na promoção do desenvolvimento local, destaque-se, em 2005, o Programa de Combate à Pobreza Rural - São José II, como instrumento de descentralização da alocação de recursos e tomada de decisão para os níveis locais e conseqüente fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs). O Programa vem atuando para dar oportunidade de participação das associações comunitárias no planejamento, priorização dos projetos, operacionalização e manutenção dos investimentos de infra-estrutura básica e de geração de renda na área rural, visando o desenvolvimento comunitário como condição necessária no processo de desenvolvimento local.

Objetivando ainda estimular a gestão integrada e autonomia local, foi realizado o Projeto Mapeamento e Planejamento Participativo (MAPLAN), resultado da parceria interinstitucional entre a Universidade do Arizona, a Universidade Federal do Ceará, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, com a participação das comunidades dos municípios de Senador Sá, Massapê, Uruoca, Moraújo, Graça, Pacujá, Mucambo e Poranga.

No foco da Gestão por Resultado, para aferir a contribuição para o alcance do resultado estratégico do Governo de melhor distribuição territorial da renda e do emprego, são utilizados os indicadores relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB) e Emprego.

O indicador PIB Interior (exceto Fortaleza)/PIB Ceará é uma relação do Produto Interno Bruto (PIB), o qual representa a soma de tudo que é produzido no estado ou nos municípios pela

agropecuária, indústria e serviços, geralmente num espaço de um ano. Para o ano de 2004, os dados são preliminares, portanto sujeitos a modificações, pois sua divulgação definitiva está prevista somente em outubro de 2006. Desse modo, o referido indicador representou, em 2004, uma participação de 58,68%. Para efeito de comparação, essa relação em 2003 era de 54,67%, portanto, menor que a de 2004, o que permite que se faça uma inferência que evidencia um processo de desconcentração espacial de renda no Ceará. Ou seja, os municípios do interior vêm ganhando maior participação no PIB do Estado.

Como referencial empírico para mensurar o nível de emprego formal no interior do Estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza, utilizou-se a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, que abrange os segmentos celetistas e estatutários. De acordo com a referida fonte, em 2003, a Região Metropolitana de Fortaleza possuía um estoque de 552.513 vínculos. No interior do Estado, o estoque era de 272.549. Desse modo, o emprego formal no interior (exceto RMF) foi equivalente a 33,03% ao observado no Estado. Em 2004, o estoque de emprego na RMF foi de 574.236 vínculos, enquanto no interior foi de 286.199. Nesse período, a participação do emprego formal fora da área metropolitana foi de 33,26% ao verificado no Estado, o que demonstra, de certa forma, um ligeiro crescimento quando comparado a 2003.

Apesar de uma certa descentralização geográfica de setores importantes da economia, o emprego formal ainda é muito concentrado na área metropolitana, com destaque para o município de Fortaleza.

DESENVOLVIMENTO URBANO

A política de desenvolvimento urbano realizada em 2005 pelo Governo do Estado do Ceará teve seu foco voltado para a promoção de ações nas áreas: desenvolvimento urbano e regional; planejamento urbano municipal; requalificação urbana e ambiental e habitação.

Em conformidade com as orientações do governo federal - Ministério das Cidades - , visando subsidiar a construção de uma nova política de desenvolvimento urbano para o país, foi realizada, em setembro de 2005, a II Conferência Estadual das Cidades. O relatório final com as propostas relacionadas aos temas estabelecidos: participação e controle social; questão federativa; política urbana regional e metropolitana e financiamento do desenvolvimento urbano, resultantes das Conferências Municipais e consolidadas em nível estadual foi encaminhado à 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Em nível regional, com a adoção de uma política de descentralização das atividades econômicas e a potencialização das atividades das diversas regiões do Estado, o Governo do Ceará obteve junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)/Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), aprovação para o financiamento do Programa Cidades do Ceará, cujo financiamento se encontra em negociação junto ao Banco Mundial (BIRD). Esse Programa prevê ações no fortalecimento das regiões estratégicas do Estado, transformando-as em centros regionais, visando dinamizar a economia do interior e exercer atratividade para uma maior concentração populacional, promovendo a redução das disparidades regionais, com um melhor ordenamento do espaço cearense.

O planejamento urbano dos municípios foi levado a efeito em 2005, com a celebração de convênios com as Prefeituras de Massapê e Fortim, e ações setoriais de desenvolvimento institucional, com vistas à elaboração de Planos Diretores Participativos, que se estabelecem como instrumentos

básicos importantes para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação dos recursos naturais.

Com vistas a uma melhor qualificação do espaço físico e territorial dos municípios do interior, as ações de estruturação urbana executadas pelo Governo do Estado, no ano de 2005, possibilitaram a preservação ambiental de áreas litorâneas; contribuíram para a restauração de patrimônio histórico-cultural no interior do Estado; promoveram a melhoria da infra-estrutura de espaços educativos e esportivos; proporcionaram a recuperação e urbanização de espaços públicos; promoveram a melhoria das condições ambientais e favoreceram a urbanização.

Como importante componente da política urbana, a política habitacional implementada pelo Governo do Estado promoveu a inclusão social e a melhoria das condições de vida de 3.196 famílias cearenses de baixa renda, sendo 1.233 do interior e 1.963 da capital, em 33 municípios cearenses, com a construção de 1.110 novas unidades habitacionais; execução de 145 melhorias habitacionais; indenização de 340 imóveis situados em áreas de risco e de projetos de urbanização e recuperação ambiental; e realização de trabalho social com 1.601 famílias. Ressalte-se que o trabalho social realizado junto as Comunidades beneficiárias compreendeu ações de incentivo à gestão participativa e auto-sustentabilidade; educação sanitária, ambiental e higiene pessoal; organização comunitária e mobilização social e de acesso das famílias a serviços públicos básicos, além da capacitação profissional com vistas à geração de emprego e renda.

No foco da Gestão Pública por Resultados, o acesso à moradia adequada foi uma opção do Governo do Estado para uma melhor gestão dos recursos públicos, objetivando maior satisfação do Cidadão Cearense. Uma das contribuições em nível setorial pode ser detectada pelo resultado “melhoria das condições de infra-estrutura das cidades com foco na interiorização”, cuja aferição é realizada pelos seguintes indicadores: % População do Interior (exceto RMF) beneficiada com sistema de abastecimento d’água com relação ao Estado e % População do Interior (exceto RMF) beneficiada com sistema de esgotamento sanitário com relação ao Estado.

No ano de 2003, 46,92% da população do interior do Estado do Ceará foi beneficiada com Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). Para o ano de 2004, observa-se uma expansão no número de pessoas do interior beneficiadas com SAA, haja vista haver esse indicador passado para 47,41%. Em termos ligações domiciliares foram estimadas 603.416 para 2003 e 622.187 ligações para 2004, representando um acréscimo de 3,11%.

No ano de 2003, 22,20% da população do interior do Estado do Ceará foi beneficiada com Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES). Para o ano de 2004, observa-se um ligeiro incremento da população do interior beneficiada com SEE, passando para 22,32%. Com relação a ligações domiciliares, a estimativa para 2003 foi de 111.065, enquanto em 2004 o número de ligações passou para 114.231, representando um acréscimo de 2,85%.

COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II

Objetivo

Melhorar as condições de vida da população pobre da área rural, com a provisão de investimentos comunitários orientados à criação de infraestrutura básica e geração de emprego e renda para as camadas mais pobres; promover a descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos CMDs e às associações comunitárias dos beneficiários, no planejamento, priorização de projetos comunitários, assim como na execução, operacionalização e manutenção dos investimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Em 2002 – 2005, foram liberados 1.774 subprojetos, beneficiando 113.239 famílias, sendo 1.241 subprojetos de abastecimento d'água, beneficiando 88.584 famílias; 312 subprojetos de eletrificação rural, beneficiando 10.814 famílias; 219 subprojetos de mecanização agrícola, beneficiando 13.717 famílias e 2 subprojetos social, beneficiando 124 famílias.
- 2 Para o exercício de 2005, a meta, segundo o orçamento aprovado, previa a liberação de 601 subprojetos, sendo 482 de infra-estrutura de (abastecimento e eletrificação rural), 91 subprojetos produtivos e 28 na área social. Foram liberados 557 subprojetos comunitários em 2005, sendo 342 subprojetos de abastecimento d'água beneficiando 17.305 famílias, e 213 subprojetos de eletrificação rural beneficiando 6.659 famílias e 2 na área social beneficiando 124 famílias; aplicando recursos em torno de R\$ 47 milhões.
- 3 Realização de 74 eventos de capacitação, em áreas fins do Projeto, beneficiando 3.582 participantes.

AValiação dos Resultados do Programa

No tocante aos benefícios gerados ao público-alvo do Projeto São José em 2005, ressalte-se o atendimento a 24.088 famílias de baixa renda, residentes em 142 Municípios do Estado; beneficiadas 17.305 famílias, com a implantação de sistemas de abastecimento d'água, com ligação domiciliar de água tratada, propiciando o consumo de água de boa qualidade, que representa um fator primário de prevenção à saúde da família e 6.659 famílias com subprojetos de eletrificação rural e 124 famílias com projetos de natureza social.

O atendimento com o abastecimento de água de boa qualidade, juntamente com o acesso à energia elétrica, contribuíram para que os investimentos realizados refletissem na melhoria de vida das comunidades atendidas, influenciando nas suas condições da saúde, mormente na redução da mortalidade infantil, atendendo, em boa medida, à política de combate à pobreza rural.

A disponibilidade de recursos oriundos do Fundo Especial de Combate à Pobreza (FECOP), aliados a integração e ação conjunta da SDRL, dos órgãos/entidades co-participantes, como SEINFRA, CAGECE, SOHIDRA e EMATERCE, além dos Conselhos Municipais e Associações de Famílias Rurais, potencializaram a execução e conclusão dos projetos.

Ressalte-se, como fator potencializador do Programa, a capacitação do seu público-alvo e dos membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), com a realização de 74 eventos, beneficiando 3.582 participantes. Esses eventos contribuíram no processo de desenvolvimento institucional de agentes governamentais e não-governamentais, na organização e mobilização das associações comunitárias, fortalecendo as relações sociais e ampliando o capital humano e social das comunidades assistidas.

Entre os resultados positivos, destaque-se a disponibilidade dos recursos financeiros de contrapartida estadual pelo FECOP e os eventos regionais de liberação de recursos às associações beneficiadas.

Contrapondo-se a esses resultados positivos, há de se ressaltar o elevado número de subprojetos que precisaram ser reajustados e as dificuldades na retomada dos trabalhos com os CMDS.

Como pontos de estrangulamento, cita-se o excesso de trâmites burocráticos, significando excesso de etapas e exigências na tramitação e liberação de recursos à SDLR para a execução das ações programadas no Projeto, e a insuficiência da equipe técnica e de recursos materiais e físicos durante a maior parte do ano (até o 3º trimestre).

O Projeto São José está inserido na Política de Governo, direcionada ao apoio às populações rurais mais pobres, como estratégia governamental de combate à pobreza rural e a inclusão social, com foco no desenvolvimento local.

Entre as medidas com vistas a elevar a eficácia do Programa, propõe-se implementar a experiência-piloto de projetos produtivos, com orientação para o mercado, prevista no Contrato de Financiamento do São José II – 2ª etapa; implementar uma experiência-piloto com o projeto de saneamento básico, em comunidades já atendidas com abastecimento d'água e com ligações domiciliares; intensificar o acompanhamento e assistência técnica às associações beneficiadas, nas fases de planejamento, execução e manutenção dos investimentos nos subprojetos, por meio da SDRL e entidades co-participantes.

PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

Objetivo

Melhorar as condições de vida da população de baixa renda do Estado do Ceará, promovendo sua inclusão social com a oferta sistemática de moradias dignas e infra-estrutura de saneamento, e também promover uma melhor qualificação dos municípios mediante o ordenamento e construção de espaços físicos de uso coletivo.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Melhoria das condições de vida de **3.196** famílias, sendo 1.233 no interior do Estado e 1.963 famílias na capital, realizadas em 33 municípios cearenses, beneficiadas diretamente, mediante as seguintes ações:
 - Construção de **1.110** unidades habitacionais, sendo 1.038 nos Municípios de: Altaneira, Cariré/Sobral, Caridade, Catarina, Coreaú, Crato, Ererê, Farias Brito, Graça, Iguatu, Irauçuba, Itatira, Jaguaribara, Jardim, Madalena, Maranguape, Massapé, Missão Velha, Moraújo, Morrinhos, Pacatuba, Pacoti, Piquet Carneiro, Porteiras, Quiterianópolis, Quixelô, Salitre, Tarrafas, Tejuçuoca, Ubajara, Umirim, Uruoca e 72 em Fortaleza, com oferta de serviços de infra-estrutura, principalmente, abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, terraplenagem e áreas de lazer;
 - Execução de **145** melhorias em unidades habitacionais nos Municípios de: Ererê, Iguatu e Piquet Carneiro;
 - Pagamento de indenização de **340** imóveis situados em áreas de risco e áreas de projetos de urbanização e recuperação ambiental em Fortaleza; e
 - Realização de trabalho social junto a **1.601** famílias, tendo como principal foco de ação a organização comunitária e mobilização social; educação sanitária e ambiental, higiene pessoal e relacionamento interpessoal; incentivo à gestão participativa e auto-sustentabilidade; inclusão social das famílias e acesso a serviços públicos básicos; e capacitação profissional e geração de emprego e renda.

As demais ações de habitação e estruturação urbana estiveram relacionadas a construção de vias, passeios, ciclovias, pavimentação, passeios, limpeza de galerias, obras de urbanização, em Fortaleza, trazendo benefícios à população residente no local, com a construção de:

- 700 m de via, passeios, ciclovias e iluminação da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho - margem direita - trecho I - Tupinambá da Frota;
- 10.685 m² de pavimentação, 4.433 m² de passeios, limpeza de galerias e 374 m de canal de drenagem nos Conjuntos Tropical, Petrobrás e Gengibre;
- 85% da obra da Avenida Costa Oeste - trecho I, cuja obra compreende 2,3 Km de via, passeios e ciclovias;

- 17 % da obra de urbanização do Rio Maranguapinho - margem direita - trecho II, que prevê a construção de 980 m de via, passeios e ciclovias, urbanização pontilhão sobre o Rio Genibaú e limpeza do rio;
 - 40% das obras do Conjunto Araturi - Projeto Maranguapinho Margem Direita - trecho II, que prevê um total de 100 unidades habitacionais;
 - 50% das obras do Conjunto Santana - Projeto Lagoa do Tijolo, cuja obra prevê um total previsto: 245 unidades habitacionais.
- 2 Melhoria da infra-estrutura urbana das cidades do interior do Estado, no ano de 2005, com a execução de obras de urbanização, pavimentação e equipamentos públicos:
- Aracati – Recuperação de drenagem e proteção de falésias em Canoa Quebrada;
 - Barbalha - Pavimentação de 27.799 m² de vias e Recuperação do Prédio histórico Palácio 3 de Outubro (1ª etapa);
 - Crato – Recuperação e pavimentação de 7.780 m² de vias;
 - Forquilha – Reforma do Mercado Central;
 - Juazeiro – Recuperação e Urbanização do Horto do Pe. Cícero;
 - Santa Quitéria – Reforma do Ginásio Poliesportivo;
 - São Gonçalo – Requalificação do Mercado Público do Pecém; e
 - Pacoti – Reforma de seis Escolas Públicas
 - Enéas Hortêncio (sede)
 - Fernando M. Sales (distrito de Santana)
 - Maria Vidal Marques (distrito de Bonfim)
 - Francisco Sampaio Barbosa (localidade de Oiticica)
 - José Maria Pontes (localidade de Ouro)
 - São Sebastião (localidade Boa Hora)
- 3 Aprovação, pelo Ministério do Planejamento (MP) / Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), da Carta Consulta referente ao Programa Cidades do Ceará, que tem como ação estratégica a promoção do Desenvolvimento Regional, visando a redução das desigualdades inter-regionais, mediante o fortalecimento da base econômica e da estruturação urbano-espacial das regiões, e melhoria dos processos de gestão do desenvolvimento regional.
- 4 Coordenação executiva e promoção da 2ª Conferência Estadual das Cidades, ocorrida nos dias 26 e 27 de setembro, no Centro de Convenções do Ceará, em Fortaleza, cujas propostas foram encaminhadas à Conferência Nacional das Cidades, realizada no período de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005, em Brasília.

AValiação dos Resultados Alcançados

O Programa Habitacional e de Estruturação Urbana para atingir seu objetivo desenvolveu ações nos seguintes segmentos: habitacional; execução de obras de estruturação urbana e de planejamento urbano.

No âmbito das ações de habitação, o Governo do Estado deu continuidade às ações propostas em 2004, priorizando a política habitacional definida no Plano Diretor de Habitação (PDH). A Política Habitacional é concebida não apenas como a provisão da unidade habitacional, mas como um conjunto de ações integradas que promovem socialmente as famílias beneficiadas e intensificam o exercício da cidadania. Assim, as ações contemplaram, além da oferta de moradias para a população de baixa renda, outros benefícios, como recuperação ambiental, urbanização e trabalho social comunitário, compreendendo a sensibilização junto às famílias, visando sua participação no processo de construção das unidades habitacionais, formação de associações comunitárias e capacitação de liderança.

Ressalta-se, como aspecto potencializador do Programa neste segmento, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), que viabilizou a continuidade dos projetos e obras em andamento em Fortaleza e a celebração de novos convênios com Prefeituras e Associações no interior.

Com relação às ações de Estruturação urbana, em cujo âmbito o Programa promove uma melhor qualificação do espaço físico e territorial dos municípios do interior, as nove obras concluídas em oito municípios proporcionaram a melhoria das cidades beneficiadas, atuando tanto na recuperação ambiental de áreas como na recuperação de equipamentos e prédios públicos, além de pavimentação de vias.

Como ponto de estrangulamento na execução do Programa, ressalte-se, em primeiro lugar, o baixo desempenho das Prefeituras do interior, principalmente no tocante à demora na apresentação das prestações de contas dos recursos recebidos, como também à baixa capacidade institucional das Prefeituras para conduzir os projetos em parceria.

Os resultados alcançados ficaram aquém do previsto, tendo em vista que, embora licitadas, as obras não puderam ser iniciadas, devido a pendências ligadas a aprovações dos projetos, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, e a autorização para prorrogação dos prazos dos contratos, pelo Ministério das Cidades. Esses impasses também impediram a liberação dos recursos pela Caixa, os quais compõem a maior parte dos investimentos previstos para as obras dos reassentamentos de Fortaleza.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Objetivo

Promover a desconcentração espacial dos investimentos e coordenar as ações de desenvolvimento endógeno e de integração regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

1 Contrato em Regime de Co-Gestão para o Desenvolvimento Local e Regional

- Construção de 7 (sete) Sites das Regiões: Cariri, Centro Sul, Baixo Jaguaribe, Vale do Coreaú, Ibiapaba e Vale do Acaraú;
- Realização de diagnósticos em todas estas regiões, considerando os aspectos institucionais, econômicos e sociais;
- Acompanhamento e articulação na implantação do Programa de Inovação Tecnológica nas regiões do Cariri, Baixo Jaguaribe e Vale do Acaraú, com objetivo de aproximar os setores produtivos relevantes aos centros de apoio a tecnologia e pesquisas da região;
- Participação no comitê gestor local e definição de grupos de produtores para o programa Consultoria Empresarial Rural nas regiões do Cariri e Baixo Jaguaribe – parceria SEBRAE e EMATERCE;
- Coordenação e mobilização dos Encontros Regionais para discutir o ensino superior no interior – parceria SECITECE;
- Fortalecimento econômico das regiões por meio do apoio aos núcleos e Arranjos Produtivos Locais – 38 (trinta e oito APLs)

2 Desenvolvimento e Integração Regional

- Implantação, com posse da diretoria efetiva, da primeira Agência de Desenvolvimento Regional (OSCIP) no Ceará na região do Maciço de Baturité com objetivo de apoiar as potencialidades, fortalecer a economia e a cultura e estimular o capital social da região. A ADR tem ainda a atribuição de elaborar projetos, captar recursos e promover parcerias para o desenvolvimento;
- Contrato de Cooperação Técnica com o Instituto Euvaldo Lodi IEL/CE, com o suporte da Rede de Tecnologia do Ceará - RETEC/CE, que tem como objetivo a prestação de serviços de informação tecnológica (banco de dados) destinados aos clientes da SDLR;
- Apoio às ações e as atividades de promoção dos produtos e serviços que fortalecem a identidade regional. Participação na Feira internacional em Bolonha /Itália (participação no 17º Salão Internacional da Alimentação Natural, Saúde e Ambiente – SANA: Exposição de produtos naturais, artesanato e experiências bem-sucedidas, no Seminário internacional

de comércio ético, justo e solidário); no Seminário Internacional de Combate a Pobreza; no evento Irriga Ceará. Apoio à realização no Ceará da ExpoBrasil de Desenvolvimento Local (Expodelis);

- Participação na equipe de coordenação para a implantação e o fortalecimento dos Fóruns de Cultura e Turismo; Elaboração da Matriz de identificação do projeto CEPIMA, envolvendo os estados do Ceará, Piauí e Maranhão no apoio à organização do turismo integrado;
- Realização da missão técnica para participar do I Encontro Nacional das Agências de Desenvolvimento, com o objetivo de conhecer o processo de criação e captação de recursos;
- Visita ao consórcio intermunicipal do Vale do Paranapanema, em São Paulo, para verificar a viabilidade de implantação deste modelo nos Pólos de Desenvolvimento do Ceará;
- Captação de recursos junto ao Ministério da Integração Nacional com a apresentação de três projetos com foco no apoio aos Arranjos Produtivos Locais - a região do Baixo Jaguaribe, como a primeira região contemplada, com os projetos de apoio aos APLs de Artesanato de Palha de Carnaúba, nos municípios de Itaiçaba e Palhano, e do Leite, em 12 municípios da região, com recursos da ordem de R\$ 280.000,00 e R\$ 612.000,00, respectivamente; a segunda região beneficiada, a do Cariri cearense com o projeto voltado para o fortalecimento do APL de Artesanato e para o apoio ao desenvolvimento regional baseado na articulação institucional, totalizando recursos de R\$ 471.000,00, já em fase de execução.

3 Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável no Ceará

- Participação no comitê gestor da Rede Institucional de Apoio aos APLs do Ceará - formada por 21 instituições parceiras;
- Coordenação dos trabalhos junto com a Universidade do Arizona, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Prefeituras Municipais, para implantação do Projeto MAPLAN - diagnóstico e mapeamento participativo para o planejamento local em 8 (oito) municípios da região norte do Estado;
- Realização dos cursos de capacitação para gerentes regionais, equipe SDLR e representantes das regiões (membros do Conselho Regional) de Elaboração de Projetos/FGV e moderação para atuar junto aos Arranjos Produtivos Locais/GTZ;
- Capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável/CMDS visando seu melhor desempenho no trabalho junto ao Projeto São José.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A estratégia da SDLR de fortalecer regiões do interior estadual produziu efeitos esperados no fortalecimento da gestão integrada e autonomia local no Ceará. Entre os principais resultados que confirmam o alcance dos objetivos propostos, ressalta-se a concretização da estratégia de implementação do PDR do Maciço de Baturité, indicada no próprio Plano, com a instalação definitiva da ADR Maciço que se deu com a posse da Diretoria eleita pela Assembléia Geral e a realização de um trabalho inicial, conforme descrito, de ações visando o desenvolvimento dos setores econômicos estratégicos numa visão regional.

O trabalho dos escritórios e conselhos regionais está levando a uma nova cultura de gestão governo/sociedade, fato que se revelou na disposição dos municípios das regiões do Sertão Central Sul e

Vale do Curu/Serra de Uruburetama de constituírem suas associações e solicitarem à SDLR a instalação de escritório regional, para uma atuação articulada com o Governo do Estado.

Por sua vez, o trabalho dos Escritórios Regionais avançou com o mapeamento e apoio a núcleos produtivos nas regiões, visando fortalecer sua base econômica, com a mobilização de lideranças para atuar nos conselhos regionais e da rede gestão compartilhada no Cariri, possibilitando a formação e fortalecimento do capital social necessário para promover mudanças na condução do desenvolvimento regional.

Esse trabalho vem trazendo como um dos resultados, a atração de parcerias com instituições que atuam numa visão territorial. Nesse aspecto, ressaltou-se a captação de recursos junto ao Ministério da Integração Nacional para apoiar o desenvolvimento da economia local de regiões incluídas como prioritárias nos Programas do referido ministério, Cariri e Baixo Jaguaribe.

Não se pode deixar de destacar a importância do mapeamento participativo realizado por meio do projeto MAPLAN, realizado em oito municípios, como ferramenta de apoio ao planejamento das Prefeituras e de subsídio ao Governo Estadual na definição de projetos e ações voltados a comunidades carentes dos municípios de menor IDH. As capacitações realizadas atenderam tanto aos Gerentes Regionais no fortalecimento da sua capacidade de liderança, quanto às Prefeituras Municipais, na melhor preparação de suas equipes técnicas.

A atuação do governo no desenvolvimento regional foi fortalecida com a instalação do componente do Agente Regional de Inovação Tecnológica no Cariri e sua posterior ampliação para as regiões do Baixo Jaguaribe e Vale do Acaraú, em função da melhoria do perfil tecnológico na região que se vislumbra com essa ação.

A instalação da Rede Institucional de Apoio aos APLs representou um avanço dos instrumentos de promoção do potencial endógeno para a autonomia local, possibilitando que a ação dos diversos parceiros que vêm atuando nesse apoio chegue de forma integrada.

Por fim, verificou-se avanço na integração dos diversos componentes do Programa e na convergência das ações, visando a promoção do desenvolvimento do Interior estadual, como estratégia de redução da pobreza no Ceará.

Eixo IV

Ceará a Serviço do Cidadão

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS

1. Secretaria da Administração – SEAD, 175
2. Secretaria da Controladoria – SECON, 183
3. Secretaria da Fazenda – SEFAZ, 196
4. Secretaria do Planejamento e Coordenação – SEPLAN, 200

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR – AGENTE DA GENTE

Objetivo

Proporcionar condições que promovam a valorização dos servidores públicos estaduais, tornando-os mais estimulados a enfrentar os desafios da nova gestão pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Grupo Técnico de Desenvolvimento de Pessoas (GTDEP) instituído.
- 2 Realização do Curso de Formação de Gestores para 150 líderes integrantes da média gerência com conteúdo e transferência de conhecimentos e tecnologia
- 3 Implementação do Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas (PQDP), proporcionando 2.070 oportunidades nas áreas comportamental, técnica e gerencial.
- 4 Escolarização de 605 servidores de ensino médio e 211 nível fundamental, por meio do Programa de Formação e Escolarização do Servidor.
- 5 Sistema de Controle de Mão-de-Obra Terceirizada (Sister), centralizando o controle e padronização dos contratos de terceirização, com 53 órgãos/entidades usuários, 195 contratos, 10.233 unidades de serviços e 643 postos de vigilância com valor mensal da despesa: R\$12.175.032,91
- 6 Medalha do Mérito Funcional com 9 servidores agraciados
- 7 Comemorações do mês e dia do servidor, com uma festa de confraternização para os servidores no Centro Administrativo Cambéba, tendo como atração principal a cantora Elba Ramalho. Durante o mês aconteceu a Olimpíada do Servidor, com a adesão de 19 órgãos/entidades.
- 8 Projeto de Lei que institui o Prêmio Servidor Cidadão, enviado para deliberação da Assembleia Legislativa, objetivando de premiar servidores com trabalho voluntário além da sua função no Estado.
- 9 100% dos órgãos/entidades utilizando os módulos de: Cadastro, Afastamento, Inclusão de pessoas na folha de pagamento.
- 10 Projeto-piloto com 7 órgãos/entidades na implantação do Módulo de Cargo Comissionado.
- 11 Em fase final os concursos: Polícia Civil (446 vagas), Programa Saúde da Família (4.339 vagas para os municípios), Curso de Formação de Oficiais (CFO) (55 vagas), totalizando 4.840 vagas.
- 12 Iniciados processos dos concursos previstos para 2006: Secretaria de Planejamento e Coordenação (60 vagas), Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (18 vagas), Secretaria da Administração (60 vagas), Empresa de Tecnologia da Informação (17 vagas), Soldado Bombeiro (300 vagas), Soldado da Polícia Militar (1.000 vagas), Escrivão de Polícia (223) e Delegado de Polícia Civil (83), totalizando 1.761 vagas.

- 13 Inserção dos aposentados no mercado de trabalho por meio do Curso de Gestão e Empreendedorismo
- 14 Representação do Grupo de trabalho dos aposentados na França para conhecer experiências desenvolvidas em VICHY, por meio do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI).
- 15 Cursos de informática, pintura, inglês, francês, preparação para a aposentadoria, atividades cerebrais, neurolingüística, filosofia de vida, promovido pelo Programa de Apoio ao Aposentado totalizando horas aulas.

AValiação dos Resultados Alcançados

O Programa de Valorização do Servidor tem como objetivo promover ações para valorizar as pessoas, estimulando-os a enfrentar os desafios da gestão pública. Para tanto a Sead definiu seis ações englobando projetos nas áreas de desenvolvimento e capacitação, incentivo, concurso público e sistemas informatizados.

No decorrer do ano, foram empreendidos esforços para beneficiar 1.373 servidores, com o Programa de Qualificação e Desenvolvimento (PQDP), dando oportunidade a que 2.070 servidores cursassem matérias nas áreas comportamental, técnica e gerencial.

Com o intuito de transferir tecnologia e fortalecer o conhecimento do negócio do Estado, foram formados 136 gestores públicos da média gerência. Isso só foi possível com a parceria dos órgãos/entidades que compõem o Grupo Técnico de Desenvolvimento de Pessoas (GTDEP).

9 (nove) foram agraciados com a Medalha de Mérito Funcional, após processo seletivo de projetos que contribuíram para o bom desempenho e redução de custos do Estado.

Com a responsabilidade da Centralização de Mão-de-Obra Terceirizada, a Sead implantou o sistema corporativo informatizado para a gestão e controle dessas despesas, facilitando as negociações com as setoriais e subsidiando a melhoria da gestão da terceirização.

O Programa de Ação Integrada para o Aposentado realizou ações de capacitação, empreendedorismo, saúde e artes, inserindo o aposentado no mercado de trabalho e elevando a sua auto-estima.

O Concurso Público, atividade importante na valorização do servidor, tem destaque especial. O ano superou as expectativas em quantidades previstas e atendendo a necessidade e a conseqüente implantação dos Planos de Cargos e Carreiras. Além dos 3 (três) concursos em andamento, com 4.840 vagas nas áreas de saúde, segurança, foram autorizados 10 (dez) concursos para 2006, totalizando 1.761 vagas nas áreas de gestão e segurança.

Utilizando a tecnologia como parceira e facilitadora no processo de gestão, a implantação do sistema corporativo de Gestão de Recursos Humanos se tornou uma ferramenta tecnológica necessária na gestão de pessoas, concretizando o objetivo de uma base única de dados de Recursos Humanos, merecendo prioridade total quanto aos recursos humanos, materiais e tecnológicos para sua implementação. Até o momento, foram implantados os módulos de Cadastro, Afastamento, Previdência, Inclusão na folha e Cargos Comissionados (projeto piloto). Vale salientar que essa implantação é realizada pela equipe interna da Sead, que conta com analistas de sistemas, programadores, analista de O&M, gestores do negócio e pessoal de apoio, que atuam no treinamento e atendimento ao usuário.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO ELETRÔNICO

Objetivo

Implementar ações de TI, visando instituir o “governo eletrônico” eficiente, prestando serviços transacionais on-line direta ou indiretamente aos cidadãos, facilitando assim o acesso aos serviços públicos, e utilizando soluções tecnológicas adequadas e processos eficientes na sua gestão interna, de forma a contribuir para o cumprimento de sua missão, que é o atendimento das demandas da sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Implantação de ferramentas de *Software Livre* de anti-virus (*Clamav e Amavis*) e anti-spam (*Spam Assassin*) para a Rede Governamental.
- 2 Disponibilização de ferramenta de Conteúdo (*Oracle Portal*) para uso nos sistemas dos Órgãos e Entidades Estaduais.
- 3 Instituição do Prêmio Ceará Governo Eletrônico.
- 4 Confecção do II Guia sobre elaboração de Conteúdo na Web (Navegabilidade e Usabilidade).
- 5 Conclusão do desenvolvimento da Intranet Governamental do Estado (INTRAGOV).
- 6 Disponibilização do Portal da TI e site da Etice.
- 7 Levantamento dos requisitos técnicos e de negócio dos processos de Planejamento e Acompanhamento de Projetos, Elaboração Orçamentária, Compras, Contratos e Convênios e Execução dos Sistemas Orçamentários, Financeiros e Contábil, padrão GRP (*Government Resource Planning*) e módulo de tomada de decisão para elaboração do edital.
- 8 Participação e promoção de diversos eventos para divulgação da TI Estadual.
- 9 Definição do Catálogo de Itens com *hardware, software* e componentes de TI possibilitando padronização de especificações e realização de Registro de Preços.
- 10 Análise da situação de TI dos órgãos e entidades quanto ao grau de obsolescência dos equipamentos, situação de informatização e necessidade de aquisição de *softwares*.

AValiação dos Resultados Alcançados

- 1 Entre os benefícios gerados pelo Programa, figuram a economia e a melhoria da segurança das informações com a implantação dos *softwares livres* de anti-virus e anti-spam na Rede Governamental.
- 2 Outro benefício é a implantação da ferramenta Oracle Portal, que é mais flexível e com múltiplos recursos, tornando o Portal do Governo mais eficiente e com mais qualidade.

- 3 Outra contribuição importante foi o Prêmio Ceará Governo Eletrônico, que reconheceu as ações de Governo Eletrônico na áreas de TI e incentiva a realização de projetos que facilitem a vida do cidadão e o incluam digitalmente.
- 4 O Guia de Conteúdos na Web dispõe sobre a estruturação de páginas eletrônicas, unifica linguagens, navegação e usabilidade dos sites institucionais melhorando a comunicação com os usuários.
- 5 A INTRAGOV é uma ferramenta única de acesso aos aplicativos de trabalho e informações internas, que facilita e agiliza serviços e socializa informações.
- 6 O Portal da TI e Etice divulga as ações do Estado nessa área e funciona como um veículo de pesquisa para os gestores de TI.
- 7 O GRP visa modernizar a gestão da informação e integrará os sistemas administrativos do Governo com informações confiáveis, consistentes e organizadas numa única fonte gerando economia e agilidade nos processos.
- 8 A promoção e participação nos eventos visam promover a integração e o desenvolvimento técnico do Comitê de Gestores e divulgar os projetos de TI.
- 9 A partir do levantamento da situação dos órgãos/entidades, foi possível identificar o grau de obsolescência dos equipamentos, situação de informatização, necessidade de aquisição de softwares para elaborar um Plano de Informatização Mínima para o Estado e um Plano de Aquisição e Regularização dos Softwares.

Números de alguns Serviços Corporativos

SERVIÇOS	NÚMEROS
Mensageria (IM)	Média diária de 650 usuários logados. 1.300 usuários cadastrados.
Correio Eletrônico	Média diária de 40.000 mensagens.
Rede Governamental	2 links de 14 MB.
Datacenter	1 Tera Byte de capacidade de processamento e armazenamento.
Suporte Corporativo	Média de 1.500 chamados.
Acessos à Internet	Mais de 900 links de comunicação de dados.
Fale Conosco Setorial	4.597 mensagens em 2005
Análise dos Projetos Básicos	289 projetos básicos analisados R\$ 1.220.990,29 de redução nos projetos correspondendo a 18,19% dos valores originais dos projetos readequados.
Gestão da Ata de Registro de Preços	786 micros, 575 sistemas operacionais, 231 <i>softwares</i> de anti-virus e 706 estabilizadores. 12 órgãos/entidades envolvidos. R\$ 776.060,08 de economia correspondendo a 27,53% do valor estimado.
Análise e aprovação do Orçamento	R\$ 80.281.406,24 orçado para TI. R\$ 62.535.253,74 executado para investimento e custeio.

SAÚDE DO SERVIDOR

Objetivo

Proporcionar assistência à saúde aos 133.000 servidores públicos estaduais ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes cadastrados.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Realização de 163.377 consultas médicas eletivas pela rede credenciada pelo Ipec.
- 2 Aumento de 16,37%, em relação a 2004, de internamentos para tratamento médico clínico ou cirúrgico, totalizando 8.914 internações.
- 3 Aumento de 16,85%, em relação a 2004, do número de exames complementares para diagnóstico, totalizando 312.782 exames, com maior intensidade nos seguintes procedimentos:
 - 15,33% em análises clínicas – 208.243 exames realizados
 - 23,59% em endoscopia – 7.098 exames realizados
 - 19,90% em hemodinâmica – 270 exames realizados
 - 33,92% em otorrinolaringologia – 5.062 exames realizados
 - 84,17% em ressonância magnética – 512 exames realizados
 - 23,33% em tomografia computadorizada – 1.879 exames realizados
 - 19,65% em ultra-sonografia – 26.596 exames realizados
- 4 Na área de Assistência Complementar, houve incremento no número de procedimentos realizados, comparados a 2004, nos seguintes percentuais:
 - 19,65% em fisioterapia – 95.784 procedimentos
 - 10,33% em fonoaudiologia – 24.507 procedimentos
 - 11,26% em psicologia – 18.955 procedimento
- 5 Foram realizados 2.829 atendimentos a pessoas com necessidades especiais.
- 6 No período, foram efetuados 102.847 procedimentos odontológicos, aproximadamente 50% na área metropolitana de Fortaleza e o restante no interior do estado.
- 7 Redução de 11,85% nos atendimentos de urgência e emergência, em relação ao ano anterior, de 33.733 para 29.534.
- 8 Aumento de 54,06% nos atendimentos aos beneficiários do Ipec, pela equipe de serviço social, passando de 18.183, em 2004, para 28.113, em 2005.
- 9 Início das obras de adaptação do prédio sede do Ipec para funcionamento do Centro de Atendimento Médico.
- 10 Reajuste dos valores referentes a honorários médicos, diárias e taxas hospitalares, há muito defasados em relação aos preços de mercado.

- 11 Plano de Saúde do Servidor – Realizadas reuniões com Sindicatos, Associações de Servidores, bem como audiências públicas na Assembléia Legislativa, para discussões, sobre os diversos aspectos da assistência à saúde proporcionada pelo Governo, aprimorando uma proposta de implantação do plano de saúde do servidor.
- 12 O programa interno de valorização do servidor promoveu 20 eventos, com a capacitação de 215 servidores.
- 13 Realização do “III Encontro Nacional de Instituições de Assistência à Saúde do Servidor Público”
- 14 Valorização do Idoso – criada um local especial, denominado “Sala do Idoso” para atendimento prioritário aos do Ipec.
- 15 Investimentos na área de Tecnologia de Informação:
 - Elaboração de projeto para aquisição de kit de desenvolvimento PERSONA
 - Aquisição de licenças de uso contínuo do banco de dados ORACLE e de um servidor Corporativo

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

O Ipec vem melhorando progressivamente a assistência à saúde do servidor público. Para tanto, tem conseguido o aporte de mais recursos orçamentários, ao tempo em que desenvolve um processo continuado de modernização de gestão, utilizando sobretudo os recursos da tecnologia da informação para acompanhamento de suas atividades. Foram injetados 18,02% a mais de recursos orçamentários para as atividades finalísticas do programa, em 2005, que produziram os resultados positivos acima descritos.

Para satisfação dos beneficiários, o aumento das autorizações de internamentos para cirurgias eletivas, proporcionou a diminuição dos longos e incômodos agendamentos para realização desses procedimentos.

A presteza verificada no atendimento às solicitações de exames especializados e de alto custo, certamente evitou intervenções de maior risco.

Registre-se aumento significativo no atendimento a professores, em fonoaudiologia, atendendo a demanda da Seduc, pela identificação de número expressivo desses profissionais licenciados em razão do comprometimento precoce das cordas vocais.

Com acesso mais rápido às autorizações para consultas, exames e cirurgias eletivas, constatou-se um decréscimo no quantitativo dos atendimentos de urgência e emergência.

O Cento de Atendimento do Ipec terá capacidade para realização de 14.400 consultas mês, gerando aproximadamente 24.541 exames, quantitativo 28% inferior à media gerada em consultas na rede credenciada, em torno de 34.060, resultando numa economia mensal superior a R\$200.000,00. Todavia, o objetivo maior desse Centro de Atendimento é proporcionar condições técnicas e operacionais para implantação de um programa de prevenção e controle de doenças, tais como: câncer (colo de útero, mama e próstata), hipertensão, diabetes e obesidade, objetivando melhor qualidade de vida aos portadores dessas patologias.

Na área de TI, o Kit de desenvolvimento PERSONA permitirá a implantação da biometria, cujo sistema garantirá a identificação dos usuários, eliminando o uso indevido da assistência á saúde restrita aos beneficiários do Ipec, por outras pessoas. Quanta à atualização do banco ORACLE para a versão 10, deveu-se a necessidade de otimizar o sistema HEALT e a sua utilização via WEB.

ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

RESULTADOS RELEVANTES ALCANÇADOS NO SETOR GESTÃO, NO ANO DE 2005

Em obediência à Lei N.º 13.297, de 7 de março de 2003, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e estabelece como suas premissas básicas a democratização, a descentralização, a participação, a regionalização, a flexibilidade, e a integração de macrofunções, a Secretaria da Administração, no decorrer do ano de 2005, teve como foco o aprimoramento de suas ações, do modelo de gestão, com a centralização da política e a descentralização da operacionalização.

Foram reestruturados 6 órgãos/entidades do Poder Executivo: Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria da Educação Básica (Seduc), Secretaria da Saúde (Sesa), Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Polícia Militar do Ceará (PMCE), Superintendência da Polícia Civil (PCCE), Fundação Universidade do Vale do Acaraú (UVA), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec).

O Estado do Ceará tem cinco entidades qualificadas como Organizações Sociais, com as quais tem Contratos de Gestão firmados:

Organização Social	Contrato de Gestão	Entidade Supervisora/Contratante
Instituto CENTEC	2	F.C. Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico - Secretaria da Ciência e Tecnologia
Instituto Agropolos	2	Secretaria da Agricultura e Pecuária Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
Instituto de Desenvolvimento do trabalho	2	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo Secretaria da Ação Social
Instituto de Arte e Cultura do Ceará	2	Secretaria da Cultura Secretaria da Cultura
Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar	1	Secretaria da Saúde

O redesenho da gestão dos contratos corporativos representou significativa redução de custos para a sociedade, pois mudou o foco de enfrentamento dos problemas, passando do processo para o resultado, proporcionando maior concentração de esforços nas áreas-fins (Educação, Saúde, Segurança Pública, Assistência Social).

Outra vertente estratégica da atuação do Executivo é valorização dos agentes do serviço público. O abandono paulatino da contratação temporária de pessoal e a realização de concursos públicos assim o demonstram (estão em fase de conclusão os concursos da Polícia Civil, do Programa Saúde da Família (PSF) e de Formação de Oficiais).

O Programa de Valorização do Servidor tem como objetivo promover ações para valorizar as pessoas, estimulando-os a enfrentar os desafios da gestão pública. Para tanto, foram definidas ações nas áreas de desenvolvimento e capacitação, incentivos aos servidores, informatização de sistemas,

ampliação do programa de ação integrada para o aposentado. Vale destacar que a ação de desenvolvimento e capacitação, com os poucos recursos alocados, ainda implementou o Curso de Formação de Gestores para 150 líderes integrantes da média gerência e o Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas (PQDP), proporcionando 2.070 oportunidades nas áreas comportamental, técnica e gerencial, além de proporcionar a escolarização para 605 servidores de ensino médio e 211 do nível fundamental, por meio do Programa de Formação e Escolarização do Servidor.

Em complemento à vertente anteriormente citada, o Estado vem melhorando progressivamente a assistência à saúde dos servidores. Com um maior aporte de recursos orçamentários (18,02%) e com o desenvolvimento de um processo continuado de modernização de gestão, utilizando sobretudo os recursos da tecnologia da informação (TI) para o acompanhamento das atividades administrativas e finalísticas.

Com acesso mais rápido às autorizações para consultas, exames e cirurgias eletivas, constatou-se um decréscimo no quantitativo dos atendimentos de urgência e emergência e, para satisfação dos beneficiários, o aumento das autorizações de internamentos para cirurgias eletivas, a presteza verificada no atendimento às solicitações de exames especializados e de alto custo, proporcionou a diminuição dos longos e incômodos agendamentos, certamente evitando, em alguns casos, intervenções de maior risco. Ponto a destacar foi o aumento significativo do atendimento a professores, na área de fonoaudiologia, atendendo a uma demanda da Seduc, pelo fato de haver identificado um número expressivo desses profissionais licenciados em razão do comprometimento precoce das cordas vocais, por mau uso da voz.

Continuando a implementação da Política de Tecnologia da Informação, a Sead vem mantendo as aquisições do Estado padronizadas, garantindo uma significativa redução de gastos com o setor, além da melhoria da segurança das informações, com a implantação dos *softwares livres* de anti-virus e anti-spam. Outro avanço a registrar é a implantação da ferramenta Oracle Portal, mais flexível e com múltiplos recursos, que tornam o Portal do Governo mais eficiente e com maior qualidade. O aperfeiçoamento do setor pode ser mensurado ainda pelo Guia de Conteúdos na Web, que dispõe sobre a estruturação de páginas eletrônicas, unifica linguagens, navegação e usabilidade dos sites institucionais melhorando a comunicação com os usuários e pela Intragov, ferramenta única de acesso aos aplicativos de trabalho e informações internas que facilita e agiliza serviços e socializa informações. Importante contribuição é o Prêmio Ceará Governo Eletrônico, que reconhece as ações de Governo Eletrônico na áreas de TI e incentiva a realização de projetos que facilitem a vida do cidadão e favorecem a inclusão digital.

Em decorrência da legislação federal, o Estado do Ceará editou a Lei nº 13.578, de 24 de janeiro de 2005, que adequou sua legislação previdenciária à federal, procedendo ao acompanhamento da reforma, com a divulgação, treinamento e melhorias dos Sistemas Informatizados para agilizar e dar maior eficiência e transparência aos processos.

Com relação à compensação previdenciária, o Estado recebeu durante o ano o montante de R\$ 1.449.662,44 de saldo de processos aprovados, contando com 839 processos já analisados e aprovados a serem pagos e mais 399 processos a serem analisados.

Foram expedidas cerca de 500 certidões de tempo de contribuição, 200 declarações ao INSS, 200 certidões negativas, e cerca de 80 averbações e desaverbações de certidões.

RACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo

Desenvolver estratégias e mecanismos de controle de custos, possibilitando a implantação de soluções rápidas e ações estruturadoras no processo de compras do estado.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Estudos realizados em 2005 indicaram o potencial de economia nas compras de bens e serviços do Governo do Estado do Ceará, a partir de medidas de racionalização, mediante ações de planejamento e, em especial, de padronização de especificações e de compras corporativas dos itens:
 - OBRAS;
 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;
 - MATERIAL DE CONSUMO e
 - HARDWARE E SOFTWARE.
- 2 Tendo por base o montante de R\$1bilhão aplicado em compras, o Governo do Estado continuou a realização dos estudos de racionalização e implementação de medidas em 11 categorias de despesas, totalizando um escopo de R\$ 343,8 milhões (34%). As categorias do PIS II foram portanto objeto do escopo das compras selecionadas em 2005, juntamente com outras ações de racionalização conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA	ESCOPO
PIS I	R\$ 207.100.000,00
Medicamentos e Materiais Médico-hospitalares	67.000.000,00
Mão-de-obra Administrativa	68.500.000,00
Combustíveis e Lubrificantes	25.000.000,00
Serviços de Limpeza	26.100.000,00
Serviços de Telefonia	20.500.000,00
OUTRAS AÇÕES	R\$ 14.714.624,40
Gases Medicinais	5.124.770,40
Veículos	3.799.294,00
Passagens Aéreas	5.790.560,00
PIS II	R\$ 121.961.556,86
Tecnologia da Informação	64.800.221,83
Gêneros de Alimentação	29.340.864,62
Material de Consumo	27.820.470,41
TOTAL	R\$ 343.776.181,26

- Participação no planejamento e execução do Treinamento COMO IMPLANTAR E MANTER O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E INOVAÇÕES DO DECRETO 5.450/05 (que regulamenta o Pregão Eletrônico no âmbito do Governo Federal) para cerca de 100 servidores do Governo do Estado do Ceará;
- Participação no redesenho do processo de compras do Governo do Estado do Ceará, com implantação de novas medidas descritas nos Decretos de Registro de Preço, Pregão Eletrônico, Cotação Eletrônica e Novo Modelo de Compras do Estado.
- Elaboração da proposta e conteúdo do Seminário NOVA SISTEMÁTICA DE COMPRAS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, realizado em 10.01.2006, envolvendo todos os atores responsáveis ou com interveniência no Processo de Compras;
- Participação na elaboração do Decreto que trata das Políticas de Controle e utilização de Passagem Aérea para o Governo do Estado do Ceará;
- Acompanhamentos da fase de implementação (editais, pregões, interposições judiciais e contratos) das ações realizadas em 2005, nas seguintes áreas:

Mão de Obra Administrativa	Material de Laboratório
Vigilância Integrada	Material Médico Hospitalar
Passagem Aérea	Gases Medicinais
Serviços de Telefonia	Serviços de Postagem
Combustível	Veículos Cambeba

- Participação na prospecção e processo de seleção do Sistema de Automação de Auditoria da Secretaria de Controladoria;
- Recebimento de visita de técnicos e gestores dos Governos do Estado de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e de representantes do Governo da Colômbia, com o propósito de conhecer as ações de racionalização do Governo do Estado do Ceará, no âmbito da Secretaria da Controladoria;
- Participação na Equipe de Coordenação do SWAP (Sector Wide Approach) – Operação Banco Mundial e Governo do Estado do Ceará;
- Participação na Equipe responsável pela elaboração do novo Edital da Rede Governamental de Dados – RIGAVE.
- Aplicação de modelo para acompanhamento da efetividade das economias projetadas para Combustíveis, Medicamentos e Passagens Aéreas;
- Apuração das economias mensais com a realização de pregões eletrônicos por Secretaria/Órgão.
- Participação na definição no fluxo do processo de concessão de diárias e ajuda de custos, visando o desenvolvimento de sistema de controle e gerenciamento.

AValiação dos Resultados Alcançados

No âmbito da área de racionalização de recursos, o conjunto de ações que estão sendo implementadas pelo Governo do Estado do Ceará, sob a coordenação da Secretaria da Controladoria, representa uma decisão estratégica, de cunho inovador e referencial para o setor público, pela incorporação de novas práticas de gestão e de controle de despesas.

Em 2005 cabe destacar as seguintes ações de caráter estruturante:

1. Projeto Inovação em Suprimentos - PIS

Compondo a segunda fase do Projeto Inovação em Suprimentos, foram iniciados, em fevereiro de 2005, envolvendo as categorias de despesas Obras, Material de Consumo, Gêneros de Alimentação e Tecnologia da Informação, gastos da ordem de R\$ 343 milhões, estimando-se uma economia potencial entre **R\$ 14 e 36 milhões**. A avaliação das economias propostas encontram-se adiante descritas.

Em 2005, como resultado da primeira fase no âmbito do Projeto Inovação em Suprimentos, as economias efetivas alcançaram a importância de R\$ 15 milhões, conforme apresentado abaixo:

Resultado das Economias Geradas em 2005

Projeto Inovação em Suprimentos - FASE I	Economia (em R\$ mil)
1 - Combustível - Contratação Corporativa	1.477,00
2 - Medicamentos - Contratação Corporativa (até nov/2005)	13.315,00
Sub-Total	14.792,00
Outras Ações de Racionalização	
1 - Pregão - Implementação da Modalidade no Estado	62.383,90
2 - Energia Elétrica - Modulação	976,03
3 - Passagens Aéreas - Contratação Corporativa	253,00
Sub-Total	63.612,93
Total da Economia Gerada em 2005	78.404,93

Com relação ao item de despesa Passagem Aérea, a economia apurada acima se refere exclusivamente ao ganho com a implantação do novo contrato cujo desconto sobre a tarifa, auferido por todos os Órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta, passou de 5,79% (percentual médio) para 8,86% incidente sobre o valor líquido de cada passagem adquirida.

Além desse, existem outros ganhos advindos da nova Política de Viagens do Governo do Estado do Ceará, regulamentada em junho/2005, por Decreto Estadual, consubstanciando a definição de pontos de racionalização e controle para o uso de passagens aéreas. A adoção de critérios para a concessão de passagem aérea, como por exemplo, o estabelecimento de solicitação de com pelo menos 10 dias de antecedência, tem permitido economias, embora ainda não mensuráveis, uma vez que, do total de 3.701 passagens aéreas (inclusive para Tratamento Fora de Domicílio – TFD) solicitadas dentro do novo contrato (maio/2005 a novembro/2005), 2.744 foram adquiridas pela tarifa mínima, ou seja, 74,14% das passagens, conforme quadro abaixo:

Quantidade de Passagens Adquiridas

Tarifa Mínima	%	Acima da tarifa mínima	%	Total
2.744	74,14%	957	25,86%	3.701

Fonte: Agências de viagem BBTur e Casablanca Turismo,

No tocante ao item **combustível**, a economia de **R\$ 1,4 milhão** refere-se aos ganhos provenientes do preço de distribuidor obtido pelo Governo do Estado do Ceará com a implantação das bases corporativas, dentro do novo contrato.

Eixo IV - Estado a Serviço do Cidadão

Secretaria da Controladoria

Além do aspecto dessa economia gerada, já podem ser percebidas outras melhorias em decorrência da implantação do controle automático de consumo advindo da instalação de cerca de 4.412 chips em 96% da frota de veículos prevista para receber os equipamentos de controle.

No quadro abaixo, percebe-se uma tendência declinante no volume de litros de combustível consumidos quando se compara o consumo de 2004 com o de 2005 (ano de implantação) das Polícias Civil e Militar, as quais representam mais de 50% dos gastos com combustível do Governo do Estado do Ceará. Ressalte-se que, no caso da Polícia Militar, houve um incremento de 10% no quantitativo de veículos.

Órgão	Consumo em Litros					
	Gasolina		Variação Gasolina	Diesel		Variação Diesel
	2004	2005		2004	2005	
Polícia Civil (Capital)	668.811	622.133	-7,50%	45.337	41.819	-8%
Polícia Militar (Capital e Interior)	2.336.238	2.117.429	-10,33%	323.779	326.065	1%

Em relação ao item de medicamentos, a economia de R\$ 13,3 milhões refere-se à utilização de 8 (oito) Pregões para Registro de Preços, licitados no valor de R\$ 76,5 milhões em julho/2005. Do total de 265.491.679 itens previstos para serem adquiridos pelas Unidades Hospitalares do Governo do Estado do Ceará, até a posição de Novembro/2005, haviam sido adquiridos 185.086.192 de categoria de medicamentos. Com a utilização de todos os itens constantes das Atas de Registro de Preços dos referidos pregões a economia alcançará a importância de R\$ 19,5 milhões.

Considerando a complexidade e a abrangência das medidas adotadas que envolvem todo o Governo do Estado do Ceará, (PIS I e II), ainda se encontram em fase de implementação ou em fase de apuração de resultados as seguintes medidas, ressaltando que algumas dessas medidas, como é o caso dos serviços de telefonia e vigilância integrada já foram devidamente contratadas:

Medidas adotadas em 2004/2005 - Projeção das Economias para 2006

Ação de Racionalização	Economia (em R\$ mil)	Situação Atual
1 - Mão-de-obra Administrativa - Contratação Corporativa	4.484,10	Edital em fase de publicação pela PGE Contrato assinado. Economias em apuração pela SEINFRA
2 - Telefonia - Contratação Corporativa	6.500,00	
3 - Vigilância Integrada - Contratação Corporativa	13.437,56	Contratos assinados Editais em fase de conclusão pela SECON
4 - Veículos (Cambéba) - Centralização da gestão e terceirização da frota	1.191,15	
5 - Laboratório - Contratação Corporativa	1.545,80	Edital em processo de republicação pela SESA Agrupamento dos itens em cinco editais
6 - Material Médico Hospitalar - Contratação Corporativa	a definir	
7 - Gêneros Alimentícios - Redesenho dos Processos e Contratação Corporativa	5.000,00	Lançamento do edital de Registro de Preços previsto para abril/2006
8 - Material de consumo - Redesenho dos Processos e Contratação Corporativa	3.400,00	
9 - Hardware e Software - Redesenho dos Processos e Contratação Corporativa	3.600,00	Lançamento do edital de Registro de Preços previsto para abril/2006
10 - Gases Medicinais - Contratação Corporativa	1.600,00	
Total da Economia Projetada para 2006	40.758,61	Edital previsto para relançamento em abril/2006 pela SESA

2. Revisão do Atual Modelo de Compras do Governo do Estado

Com o propósito de garantir a sustentabilidade das economias do Projeto Inovação em Suprimentos, a Secretaria de Controladoria (SECON), em parceria com a Secretaria de Administração (SEAD), realizou estudos em 2005, visando:

Para viabilizar, em 2006, a implantação desse Sistema de Suprimentos, a Secretaria da Controladoria, em parceria com a Secretaria da Administração, descreveu detalhadamente todos os seus módulos, quais sejam:

- 1 Módulo de Aquisição, que se divide nos submódulos de:
 - Licitações;
 - Pregão Eletrônico;
 - Registro de Preços;
 - Cotação Eletrônica; e
 - Banco de Preços.
- 2 Módulo de Gestão de Fornecedores;
- 3 Módulo de Gestão de Contratos; e
- 4 Módulo de Gestão de Estoques, que contempla ainda o sub-módulo de: Catalogação de Materiais.

Referido Sistema foi incorporado ao processo de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (GRP).

Ainda para a efetivação das melhorias propostas, as Secretarias da Administração e da Controladoria procederam à revisão/criação da legislação aplicável ao novo processo de compras, tendo como resultado final a edição de decretos, regulamentando, no âmbito da Administração Pública Estadual, os objetos a seguir descritos:

- 1 Sistema de Compras – informa e descreve os elementos que integram o Sistema de Compras do Estado, o qual compreende o conjunto de conceitos, critérios, pessoas, processos e sistemas informatizados que atuam harmonicamente para garantir o bom desempenho das atividades relacionadas às compras/contratações.
- 2 Registro de Preços – dispõe sobre a utilização preferencial do Sistema de Registro de Preços em detrimento das demais formas de aquisição.
- 3 Pregão Eletrônico – torna obrigatório o uso do Pregão, na forma eletrônica, na aquisição de bens e serviços comuns.
- 4 Cotação Eletrônica - implanta e torna obrigatório o emprego da sistemática de Cotação Eletrônica para as aquisições de bens, materiais e serviços através de dispensa em razão do valor.

1.3. Economias Geradas com a Utilização do Pregão Eletrônico

Com a regulamentação da modalidade pregão (abril/2003), para as licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Estadual, foram registrados ganhos de eficiência no processo de suprimento do Governo do Estado, em função dos prazos reduzidos para a realização dos pregões e, principalmente, da maior competitividade entre os fornecedores, além da transparência pelo sigilo das propostas eletrônicas e pela maior divulgação dos certames por intermédio da Internet.

Na realização dos Pregões, faz-se necessária a definição dos preços com base em pesquisa de mercado. Comparando-se esses preços de mercado estimados (coluna B) com o valor de aquisição resultante das negociações finais dos certames (coluna A), após a realização dos pregões, tem-se uma economia acumulada (coluna C), no período de abril de 2003 a outubro de 2005, na ordem de R\$127,5 milhões, conforme demonstrado abaixo:

PERÍODO	QTDE DE PREGÕES	VALOR ESTIMADO	VALOR AQUISIÇÃO	ECONOMIA [R\$Mil]	ECONOMIA [%]
Abril a Dezembro de 2003	202	80.134,17	62.000,99	18.133,17	23
Janeiro a Dezembro de 2004	617	294.570,93	248.282,33	46.288,61	16
Janeiro a Dezembro de 2005	723	476.180,94	413.797,01	62.383,93	13
SUBTOTAL	1542	850.886,04	724.080,33	126.805,71	15
Janeiro a Fevereiro de 2006	14	2.567,52	1.795,69	771,82	30
TOTAL	1556	853.453,56	725.876,02	127.577,54	15

Os valores de aquisição representam os montantes dos processos licitatórios de Pregões envolvendo todas as Secretarias e entidades vinculadas do Governo do Estado do Ceará, podendo representar consumos para 1 (um) ou 2 (dois) exercícios, conforme os prazos definidos em cada Edital de Pregão.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo

Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho dos órgãos, entidades e programas da administração pública estadual, visando melhorar a eficiência, eficácia e efetividade na utilização dos recursos públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Realização de 22 atividades de Auditoria de Regularidade em órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo.
- 2 Análise de 72 Processos de Tomada e Prestação de Contas de órgãos e entidades do Poder Executivo da Administração Pública.
- 3 Análise de cinco Processos de Tomada de Contas Especial de Órgãos e entidades do Poder Executivo da Administração Pública.
- 4 Realização de duas atividades de Auditoria Especial para apuração de denúncias ou situações inquinadas como irregulares.
- 5 Realização de quatro atividades de Auditoria de Acompanhamento de Gestão de órgãos, entidades e sistema computadorizado da Administração Pública do Poder Executivo.
- 6 Participação de dois técnicos da SECON em programa de treinamento teórico e em serviço sobre atividades de Auditoria de Natureza Operacional junto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia.
- 7 Realização do workshop “Gestão por Resultados e Auditoria de Desempenho Operacional: o Modelo Atual do Governo do Estado do Ceará”.
- 8 Realização de uma atividade de auditoria, sob a forma de teste-piloto, na modalidade Auditoria de Desempenho de Programa de Governo.
- 9 Realização de 23 visitas para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas Delegacias de Polícia, localizadas na cidade de Fortaleza, em parceria com os órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao longo de 2005, a SECON, no exercício de sua competência constitucional de apoiar o controle externo e em conformidade com as disposições da Instrução Normativa Conjunta SECON/SEFAZ Nº. 01/2004, realizou 22 auditorias de regularidade em órgãos da administração direta, cuja seleção pautou-se por critérios objetivos de materialidade e relevância, tendo como escopo a avaliação da gestão dos responsáveis a partir da verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e fatos de gestão praticados nas áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Nesse contexto, foram também analisados 72 processos de Tomada e Prestação de Contas de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativos ao exercício financeiro de 2004, com o propósito de subsidiar o julgamento das contas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Outra ação de controle empregada pela SECON, em conformidade com o disposto no inciso III do Art. 9º da Lei estadual nº. 12.509/1995, foram as cinco auditorias de Tomada de Contas Especial, que tiveram como propósito analisar e avaliar se os órgãos e entidades procederam à correta apuração de fatos que ocasionaram prejuízos ao Erário, na busca da identificação de seus responsáveis e quantificação dos danos, com vistas ao ressarcimento.

A SECON também realizou 2 auditorias especiais em 2005. Os resultados dos trabalhos foram encaminhados às autoridades competentes para conhecimento e adoção de providências cabíveis, com recomendações visando à regularização de impropriedades e irregularidades.

Considerando o caráter preventivo que também deve nortear as ações de controle da Secretaria, ao longo do 2º semestre do exercício, foram realizadas auditorias de regularidade visando ao acompanhamento tempestivo dos atos e fatos de gestão praticados no decorrer do ano de 2005, de modo que os gestores tenham tempo hábil para corrigir as eventuais falhas constatadas.

Assim, foram objeto de seleção para exames a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; o Departamento de Edificações, Rodovias e Transporte – DERT; a Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE; e o Sistema de Folha de Pagamento, administrado pela Secretaria da Administração – SEAD, cujos resultados mais relevantes foram:

- 1 Identificação da necessidade de a SEAD introduzir críticas no Sistema de Folha de Pagamento que impeçam o pagamento conjunto de verbas incompatíveis e evitem o pagamento de gratificações, que não aquelas de natureza fixa e de caráter pessoal, a servidores afastados do Estado, bem como as setoriais implementarem rotinas de controle interno que condicionem os pagamentos de benefícios em conformidade com as condições previstas em lei, especialmente no caso das gratificações que são concedidas em virtude de lotação ou que possuam o percentual variável de acordo com o exercício da atividade, que se adotadas, podem representar uma economia anual estimada no montante de R\$2,65 milhões;
- 2 Revisão dos termos da Resolução do Conselho Diretor Nº. 199/CD, que transferiu toda a atividade auto-sustentável da FUNECE para o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos – IEPRO, para preservar a observância aos dispositivos legais e aos interesses da entidade pública;
- 3 Regularização do ingresso dos recursos financeiros transferidos pelo IEPRO, bem como dos bens adquiridos pelo Instituto em benefício da Fundação;
- 4 Inclusão da relação de professores da instituição por centro/curso, regime de trabalho, incluindo a carga didática semanal, no sítio da UECE na Internet, reforçando os mecanismos de controle dirigidos ao cumprimento do dispositivo legal, que veda a acumulação indevida de cargos por professores com dedicação exclusiva;
- 5 Condicionamento da realização das licitações para execução de obras à prévia elaboração de projeto básico adequado e consistente, evitando-se, assim, obras inacabadas, paralisação de contratos e elevado número de termos aditivos, o que resulta em elevado custo econômico e social das construções;

- 6 Observância da legislação estadual pertinente à celebração de convênios, de forma a condicionar a celebração de convênios à efetiva existência de interesses recíprocos entre os partícipes envolvidos; evitando-se a inclusão de taxa de administração e de tarifas bancárias nos Plano de Trabalho e exigindo dos convenientes a aplicação dos recursos financeiros no mercado financeiro, enquanto não empregados na consecução dos objetos pactuados;
- 7 Recomendação à SEAD e à SOMA sobre a necessidade de realização de concurso público, de forma a evitar que as atividades finalísticas da SEMACE não sofram problemas de continuidade, uma vez cumprida resolução do Tribunal de Contas do Estado, que determina sustação de convênio referente à prestação de serviços técnicos na área de gestão ambiental.

Refletindo a decisão governamental de implantação de um modelo de gestão voltado para resultados, a SECON efetivou várias medidas visando à estruturação da área de auditoria de desempenho operacional.

Nesse sentido, pode-se destacar a participação de dois Auditores de Controle Interno da SECON, durante o período de julho a novembro de 2005, nas atividades do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que vem aprimorando sistemática de auditorias de avaliação de programas de governo em parceria com o Tribunal de Contas da União que, por sua vez, mantém acordo de cooperação com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional – DFID, do Reino Unido, no contexto do Programa de Aperfeiçoamento do Controle Externo com Foco na Redução da Desigualdade Social - CERDS.

Outra importante ação implementada foi a realização, em parceria com o IPECE e SEPLAN, do workshop “Gestão por Resultados e Auditoria de Desempenho Operacional: O Modelo Atual do Governo do Estado do Ceará”, realizado em novembro de 2005, com o objetivo promover o intercâmbio de informações e experiências com especialistas nacionais e internacionais no assunto.

Ademais, sem ainda refletir a incorporação dos resultados do treinamento na Bahia, realizou-se trabalho-piloto de auditoria no Programa de Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário – “Saúde Mais Perto de Você”, administrado pela Secretaria da Saúde – SESA, que tem como principal objetivo do Programa assegurar a assistência à saúde em nível secundário, nas sedes das microrregiões de saúde, reduzindo a necessidade de deslocamento do cidadão para hospitais em Fortaleza. Esta auditoria resultou nas seguintes constatações:

- 1 Como fator positivo, uma redução na quantidade de atendimentos realizados em Fortaleza, na atenção secundária, de pacientes provenientes do interior, de 33.432, em 2002, para 25.610, em 2005.
- 2 Por outro lado, ficou evidenciada a necessidade de se implementar medidas que visem à correção de problemas na condução do Programa, dado que há precariedade na estrutura de gerenciamento e acompanhamento das metas pactuadas com os Hospitais-pólo, explicada, sobretudo, pela carência no quadro de pessoal responsável pelo Programa.

Outra ação implementada foi o Programa de Avaliação de Delegacias de Polícia do Estado, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, Superintendência de Polícia Civil – SPC e os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, tendo como objetivo avaliar, de forma simples e rápida, o perfil da administração das delegacias, bem como a qualidade dos serviços por elas prestados às comunidades.

A metodologia do Programa consistiu na realização de visitas às Delegacias para aplicação de questionário de avaliação, criado pela Altus Global Alliance (www.altus.org), aliança global de organizações não-governamentais e instituições acadêmicas que atua em vários continentes para melhorar a segurança pública e o sistema de justiça criminal. Como resultados, foram elaborados diagnósticos envolvendo 23 Delegacias, cujo conteúdo subsidiou a adoção de medidas que proporcionarão melhorias na qualidade da prestação dos serviços de segurança pública. Os relatórios revelam aspectos positivos, tais como, existência e utilização de dados sócio-demográficos no planejamento das atividades policiais, servidores com nível de conhecimento e habilidades adequadas para a execução de suas atividades, existência de ações com vistas à manutenção de parcerias com as comunidades, iniciativas isoladas de manutenção de bancos de dados com imagens. Por outro lado ficou evidenciada a necessidade de ações visando minimizar alguns aspectos passíveis de melhoria, a saber: condições físicas da carceragem, período de permanência dos detentos, ausência de ambientes reservados, carência de recursos tecnológicos, as quais serão objeto de acompanhamento em futuras atividades de auditoria.

CONTROLE GOVERNAMENTAL

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

No âmbito dos Programas desenvolvidos pela Secretaria da Controladoria, no ano de 2005, foram realizadas Tomadas e Prestações de Contas encaminhadas pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas ao exercício de 2004, tendo sido emitidos pareceres sobre a regular aplicação dos recursos utilizados e os resultados obtidos.

Por outro lado, o foco das auditorias foi dirigido para a avaliação dos mecanismos de controle internos utilizados pelos órgãos e entidades no gerenciamento dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, assim como a racionalidade de sua alocação, buscando elementos que pudessem contribuir para uma gestão mais eficiente, bem como para a avaliação de desempenho da execução de programas.

Nesse contexto, foram realizadas 33 auditorias, sendo 22 de Regularidade, 5 de Tomada de Contas Especial, 4 de Acompanhamento de Gestão e 2 Especiais de Regularidade, com indicativo das áreas de exame e recomendações de melhorias de gestão oferecidas, e 23 Inspeções em delegacias de Polícia, com o objetivo de avaliar a prestação dos serviços e a eficiência na gestão dos recursos públicos em áreas de atendimento ao cidadão.

As ações de racionalização que estão sendo implementadas pelo Governo do Estado, sob a coordenação da Secretaria da Controladoria, voltaram-se, em 2005, para o acompanhamento da implementação das medidas de racionalização sugeridas para as categorias selecionadas na 1ª fase do Projeto Inovações em Suprimentos-PIS, tendo sido desenvolvidos estudos para novas categorias, que sinalizam uma economia global da ordem de R\$ 40,7 milhões.

Visando dar critério aos gastos públicos e exercer um controle mais eficaz sobre as despesas do Estado, a Controladoria atuou no acompanhamento dos limites financeiros e execução orçamentária das despesas de Custeio de Manutenção e Finalísticas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

A atividade de acompanhamento da execução financeira das Secretarias, além de permitir o efetivo controle do cumprimento dos limites estabelecidos, possibilita a análise da natureza da execução de itens de despesa ao longo dos exercícios.

O resultado da execução orçamentária dos órgãos do Executivo, em 2005, com outras despesas correntes, a preços constantes, com todas as fontes recursos, indica um crescimento de 5,96%, em relação a 2004. Observa-se que os gastos com custeio de manutenção tiveram uma redução de 3,91%, enquanto o custeio finalístico corrente, que reflete a ação programática do Governo, aumento em 7,92%, sinalizando a ampliação das atividades-fim das Secretarias e Órgãos do Estado.

Evolução de Despesas Correntes
R\$ 1,00 A preços constantes (*)

Grupo de Programa	2004	2005	% 2005/2004
Custeio de manutenção	208.899,71	200.719,93	-3,91
Finalístico total	1.055.535,24	1.139.150,30	7,92
Total	1.264.434,95	1.339.870,22	5,96

No âmbito do acompanhamento dos limites legais, foram elaborados pareceres quadrimestrais sobre o Relatório de Gestão Fiscal, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e procedeu-se à análise específica com relação aos seguintes assuntos:

- Limite dos Gastos com Educação, Pesquisa, Ciência e Tecnologia;
- Desempenho dos Restos a Pagar;
- Desempenho das Despesas de Exercícios Anteriores;
- Acompanhamento dos Gastos com Saúde.

Ainda sobre o monitoramento das Contas de Governo, um assunto de relevância que mereceu a análise por parte da Secretaria da Controladoria, foi a classificação de compras realizadas com dispensa e inexigibilidade de licitação. Procedidos aos trabalhos, evidenciou-se a necessidade de orientação aos órgãos quanto à importância da classificação correta da modalidade adotada.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PET

Objetivos

Conscientizar o indivíduo para o pleno exercício da cidadania, por meio de sua capacitação sobre o retorno social do tributo; sensibilizar a população para a importância de acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos; despertar, no Cidadão a consciência quanto à exigência do documento fiscal como mecanismo hábil a garantir o controle do recolhimento dos tributos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

- 1 Capacitação a distância de 270 professores da rede estadual de ensino, beneficiando 126 escolas, em 74 municípios;
- 2 Realização de Palestras: IBGE (30 participantes); Evento “Diálogo Público”, promovido pelo TCU (400 participantes; 112 municípios representados); Evento promovido pela UNDIME (112 participantes, 92 municípios representados).
- 3 Participação na SBPC – 18 a 22/07/05 - Exposição e distribuição de material de divulgação, apresentação da peça teatral “Comédia da Cidadania”, exibição de vídeos “A Turma da Cidadania”, “O Rap da Cidadania” e “A História dos Tributos”.
- 4 Realização do Seminário de Educação Fiscal – SRF/ESAF/SEFAZ/SEDUC - 200 participantes.

AValiação dos Resultados Alcançados

Os principais resultados alcançados pelo Programa de Educação Tributária, no ano de 2005, estão associados a ações de capacitação. Os resultados alcançados com o curso a distância de formação de disseminadores, direcionado para professores da rede pública de ensino, foram: 270 professores capacitados, nas 21 macrorregiões do Estado, beneficiando 126 escolas. Os vinte municípios do interior, sedes de CREDE, funcionaram como municípios sede das capacitações, mas as turmas foram constituídas por professores de municípios contíguos a cada sede, o que ampliou para um total de 74 municípios.

O trabalho realizado junto à ONG Instituto Aliança contribuiu na capacitação de 170 jovens, que concluíram o curso profissionalizante, beneficiados com as 12 oficinas de Educação Fiscal, nos municípios de Maracanaú, Aquiraz e Fortaleza.

O Ceará, a exemplo de outros Estados brasileiros, promove a Educação Tributária também via teatro. A peça “A Comédia da Cidadania”, é encenada em escolas, praças, shoppings, Órgãos públicos. O Programa utiliza o talento do grupo de teatro da Sefaz-Ce, “Fazend’arte”, para levar uma mensagem transformadora a todos os recantos do Estado, falando da história da humanidade e satirizando os preconceitos e personagens que tentam estancar o desenvolvimento social.

O material didático do Programa, por meio dos livros de aluno e professor e das teleaulas, dissemina temas como Cidadania, Atividades Administrativa e Financeira do Estado, Origem Histórica dos Tributos, Retorno Social do Tributo, Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal. Importantes e essenciais para que cada jovem entenda o seu papel de cidadão e, como tal, seja agente e sujeito das transformações sociais.

Para formar o cidadão desde a infância, o programa conta com “A Turma da Cidadania”, três personagens que protagonizam uma revista em quadrinhos e um desenho animado. Como super heróis, defendem os bens públicos, dão lições sobre direitos e deveres dos cidadãos, e estão sempre vigilantes e alertas para a função social dos tributos.

Para multiplicar os conceitos de tributação e cidadania no espaço escolar, foi realizado um processo de capacitação de professores das redes estadual e municipal, além da formação de disseminadores por meio do curso à distância Formação de Disseminadores em Educação Fiscal, promovido pela ESAF, que já formou mais de 5.000 disseminadores em todos os Estados da Federação.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Melhorar a eficiência administrativa, a racionalização e a transparência na gestão dos recursos públicos estaduais, apoiando projetos de modernização fiscal destinados a aperfeiçoar os mecanismos legais, operacionais, administrativos e tecnológicos, bem como aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte, mediante a implantação de novas técnicas e metodologias de arrecadação e fiscalização tributárias.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Objetivando incrementar a arrecadação estadual e dinamizar a ação do Fisco, a Administração Tributária adotou esse ano as seguintes medidas:

Intensificação da cobrança amigável – Implica no empenho realizado pelas unidades fazendárias, a fim de realizar cobrança dos débitos fiscais junto aos contribuintes inadimplentes. Por exemplo: Cobrança das vendas com cartão de crédito, Boleto de cobrança - mala direta.

Implantação do “Cinturão da Região Metropolitana” – Trata-se da intensificação da fiscalização da mercadoria em trânsito, por meio dos CEATRAN’s (unidades de fiscalização) localizadas na área metropolitana de Fortaleza.

Sua Nota Vale Dinheiro – Instituição do programa visando estimular, educar e conscientizar os consumidores quanto à importância social dos tributos e o dever da exigência dos documentos fiscais nas aquisições de bens e serviços.

CENFOP (Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público) – Implantação do certificado que tem por finalidade atestar a regularidade, perante o Fisco Estadual, das operações realizadas pelos fornecedores de mercadorias e serviços para os Órgãos Públicos.

AValiação dos Resultados Alcançados

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de Janeiro a Dezembro de 2005, atingiu o montante de R\$ 3,309 bilhões, em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS

apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo nesse período com 95,03% da receita de arrecadação própria. O IPVA contribuiu com 4,27%, o ITCD com 0,24% e as taxas e outras receitas tributárias com 0,46%. O montante arrecadado relativo à arrecadação própria obteve, neste período, um crescimento nominal de 5,49%, quando comparado com o exercício de 2004.

Considerando os valores corrigidos pelo IPCA (IBGE), as Receitas de arrecadação própria no exercício de 2005, no período em análise, totalizou R\$ 3,386 bilhões, obtendo um decréscimo real de -1,13%, comparando com o mesmo período do ano anterior.

FATORES QUE INFLUENCIARAM NA ARRECAÇÃO DE 2005

Destacam-se, a seguir, os fatores que contribuíram para incrementar a arrecadação de 2004, impactando, dessa forma, a arrecadação do exercício de 2005:

- 1 Refis 2004, com incremento de 71 milhões, enquanto o Refis 2005 totalizou 31 milhões, incrementando a base de 2004 em 31 milhões.
- 2 (Ana, o que está dito acima, no item 1 (Refis 2004,), não dá p'ra entender. Fale com o Carlos Eduardo, talvez ele mate a charada).
- 3 Companhia Petróleo, conforme protocolo, realizou importação de diesel em 2004 no valor de 84 milhões, no período de outubro-dezembro / 2004, o que não se repetiu em 2005.

Saliente-se, ainda que em 2005 o Estado adotou redução da carga tributária dos segmentos têxtil (17% para 7%), diesel (25% para 17%), e desoneração de produtos primários nas operações internas, estabelecido no Decreto N° 27.865/05- Decreto Verde.

DÍVIDA PÚBLICA

O Governo do Estado do Ceará, em conformidade com o que está estabelecido na legislação pertinente à contratação da dívida pública, vem observando os limites fixados em Lei. No período de 2004 e 2005 apresentam-se índices favoráveis, pelo alcance, em 2004, de 0,91% da RCL e, em 2005, de 0,74% da mesma receita.

No tocante à capacidade de pagamento anual, limitado a 11,5% com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o percentual estadual extrapola esse limite, pois se está amortizando bem mais do que se paga de encargos, o que leva a uma diminuição do estoque.

ANÁLISE DO SETOR

O cenário macroeconômico, abrangendo o ambiente interno e externo da economia com seus reflexos, interferiram diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará.

A queda na receita de arrecadação no ano de 2005, em termos reais, de 1,13%, em relação a 2004, deveu-se a fatores que contribuíram negativamente para o desempenho fiscal nos segmentos de combustíveis, comunicações, trigo, têxtil e do Refis.

Com relação à responsabilidade na gestão fiscal, o governo do Estado do Ceará vem apresentando melhorias crescentes em suas Finanças Públicas, objetivando um maior comprometimento na aplicação dos gastos públicos.

Merece destaque a interferência de outro fator macroeconômico, o nível elevado da taxa de juros, que, no desempenho das economias subnacionais, vem arrefecendo os ânimos para novos investimentos.

O cenário de 2005 não arrefeceu as ações de Educação Tributária, que continuam reforçando o processo de conscientização do cidadão da importância de sua participação na gestão dos recursos públicos.

A Educação Tributária no Ceará está alinhada ao Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, cuja filosofia fundamenta-se em quatro pilares: Incentivo à participação popular e ao controle social; transparência na gestão pública; prática da responsabilidade fiscal; harmonia na relação Estado – Cidadão.

Garantindo a permanência do Programa, tal como acontece em todos os estados brasileiros, o Ceará fortalece as ações de conscientização fiscal junto à comunidade e estimula a emissão do documento fiscal como meio hábil de controlar o ingresso de recursos financeiros.

AValiação DA POLÍTICA SETORIAL

O desenvolvimento da função Planejamento do Estado do Ceará, em 2005, continuou orientando-se pela visão do Planejamento orientado para resultados, pautado numa visão pró-ativa, ética e transparente.

Nesse sentido, o ano de 2005, foi um ano de fortalecimento do Planejamento Estadual, na medida em que solidificou as bases do planejamento estratégico, por meio da consolidação da Gestão por Resultados (GPR), modelo de gestão centrado na satisfação do cidadão como cliente e na busca de padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade.

A Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN), na qualidade de órgão que responde pela implementação e coordenação das políticas estratégicas estaduais, nos âmbitos regional e setorial, e pela formulação de diretrizes que visam balizar as ações do governo nas áreas econômica, social e de infra-estrutura, teve no ano de 2005 exitosas participações na definição, monitoramento e redirecionamento da política estadual.

Em 2005, cumprindo o calendário de planejamento estadual, foi realizado o Plano Plurianual compartilhado, com avaliação relativa ao ano de 2004, que contou, mais uma vez, com significativa representação da sociedade civil nos oito encontros regionais realizados, permitindo o diálogo com os municípios das microrregiões presentes aos eventos.

Na consecução dos objetivos de governo, no âmbito do planejamento estratégico, foi revisado o Plano Plurianual para o ano em curso (2006), e a consolidação metas da Gestão por Resultados, objetivando a reorientação dos caminhos e escolhas traçados para as políticas setoriais.

No âmbito da Avaliação da atuação e transparência das ações, a SEPLAN procedeu à edição de importantes instrumentos de monitoramento e acompanhamento, que permitiram à sociedade cearense conhecer o esforço de realização despendido pelo Governo, que culminou na obtenção de grandes resultados. Dentre esses instrumentos estão a Mensagem de Governo, relativa ao ano de 2005; Avaliação dos Programas de Governo referente ao exercício de 2004; os Balanços Social e Econômico de 2005; o Relatório de Resultados dos principais programas de Governo, referente o exercício de 2004, para o Tribunal de Contas do Estado, dentre outros.

O apoio aos projetos estruturantes, efetuado por meio da captação de recursos, totalizou, em operações de crédito contratadas, o valor de R\$ 534,80 milhões, o que viabilizará a consecução de diversos programas e projetos de capital importância para o Estado.

A política orçamentário-financeira do Estado, também vem sendo solidificada para a melhoria da qualidade do gasto público, com parâmetros definidos pela responsabilidade fiscal, reduzindo custos para a sociedade e viabilizando ações que priorizam a redução das desigualdades socioeconômicas.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2005, aprovado pela Lei n.º 13.558, de 30/12/2004, fixou uma despesa inicial em R\$ 7.686,7 milhões, sendo R\$ 5.881,7 milhões do Tesouro Estadual e R\$ 1.805,0 milhão de Outras Fontes.

Em decorrência dos créditos adicionais abertos durante a execução orçamentária, o Orçamento do Estado passou para R\$ 8.444,3 milhões, representando, em termos relativos, um acréscimo total de 9,9% em relação ao orçamento inicial;

A fonte do Tesouro foi adicionada em R\$ 547,5 milhões, representando um acréscimo de 9,3% em relação ao orçamento inicial. Já as Outras Fontes cresceram R\$ 210,1 milhões, equivalente a um acréscimo de 11,6%.

A ação do planejamento Governamental, cumprindo o seu escopo, potencializou, em 2005, a execução dos programas, ampliou as oportunidades de emprego e renda no Estado, avançou na melhoria dos indicadores sociais, minimizou as disparidades entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o Interior, e ampliou o acesso do cidadão a bens e serviços públicos.

As propostas de políticas nas áreas social, econômica e de infra-estrutura, guiaram-se por uma lógica intersetorial, na qual a SEPLAN procurou integrar ações governamentais, orquestrando as articulações como coordenadora e secretaria-executiva de diversos comitês e grupos de trabalho, tal como o COGERF. Esse comitê, pela suas atribuições, assessora o Governador do Estado na tomada de decisões, assegurando-se o equilíbrio financeiro do Estado e o cumprimento da legislação fiscal.

Quanto à disponibilidade de informações para o planejamento estratégico do Estado, ressalte-se a melhoria na produção e difusão de informações e elaboração de estudos socioeconômicos, que subsidiam a implantação e aperfeiçoamento das políticas públicas e auxiliam o Governo do Estado na montagem e monitoramento de diversos programas e projetos.

Dentre os principais produtos gerados para a área da informação no Estado destaquem-se: Cálculo do Produto Interno Bruto do Estado (PIB) de 2003 do Ceará, e dos trimestres de 2004 e 2005; cálculo do PIB dos Municípios/2003; boletim do comércio exterior/2005; desempenho da Indústria de transformação cearense/2005; análise da evolução do emprego formal do Ceará/2005; análise da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e da Cesta Básica de Fortaleza/2005; boletim de conjuntura econômica do Ceará/2005; análise do desempenho das Finanças Públicas do Estado; índice de Vulnerabilidade Municipal – 2005; Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2004; Oficinas e seminários relacionados ao Prêmio Ceará Vida Melhor – 2005; Indicadores Sociais do Ceará/1992-2003; Elaboração da documentação necessária para a realização do concurso para a formação do quadro de pessoal do IPECE; Análise da política de incentivo ao desenvolvimento industrial do Estado do Ceará no período 2001-2004; Proposta de reformulação da regionalização do Estado do Ceará; Projeto de estudo sobre o setor metal-mecânico; acompanhamento do setor de comércio varejista; Anuário Estatístico do Ceará – 2004; Ceará em Números – 2005; dentre outros.

GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS AO ESTADO

PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO

Objetivo

Gerar conhecimento, disponibilizar informações, coordenar ações de planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas para efetivação do projeto de desenvolvimento com inclusão social do Estado do Ceará.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

1 Estudos e Publicações

- Anuário Estatístico do Ceará;
- Ceará em Números;
- Perfil Básico do Município (PBM);
- Resultado do Tesouro Estadual;
- Análise do INPC-IBGE;
- Desempenho da Indústria de Transformação Cearense;
- Boletim do Comércio Exterior;
- Boletim da Conjuntura Econômica;
- PIB Trimestral;
- Índice Municipal de Alerta - IMA;
- Livro “Indicadores Sociais”;
- 3 Textos para Discussões;
- 2 Notas Técnicas;
- Avaliação das Políticas Sociais do Estado do Ceará;
- A Regionalização do Estado do Ceará.

2 Encontro e Seminários

- “Ceará que éramos e Ceará que somos”;
- “O Retrato do Brasil e do Ceará”;
- “I Encontro de Economia do Ceará”;
- “Marco Lógico”;
- “Gestão por Resultados e Auditoria de Desempenho Operacional: O Modelo Atual do Governo do Estado do Ceará”, foi apresentado a representantes do Canadá, Reino Unido, Banco Mundial, Tribunal de Contas da União, IPECE e SECON;

- Participação em diversos encontros, com apresentação de trabalhos, promovidos pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES e Associação Nacional dos Centros de pós-graduação em Economia - ANPEC;
- Apresentação de trabalhos na reunião da FAO - Food Agriculture Organization of the United Nations - bem como participação de visitas à Gerência do Programa “Chile Solidário”, no Chile;
- Apresentação de trabalhos na Conferência Regional sobre Monitoramento e Avaliação na América Latina, em Washington;
- Apresentação de trabalhos na Conferência Internacional “The Many Dimensions of Poverty” e reunião com DFID (Department for International Development), em Brasília;
- Apresentação de trabalhos na Conferência das sociedades Americana e Canadense de avaliação de políticas públicas, onde apresentou palestra “Building a Results-Based Social Policy: The experience of the State of Ceara-Brazil”, em Toronto-Canadá.

3 Participação da Implantação na Gestão por Resultado no Estado do Ceará

- Capacitação e treinamento em Gestão por Resultado;
- Elaboração do Marco Lógico do Plano de Governo;
- Disseminação da Gestão por Resultado entre diversas secretarias, em conjunto com a SEPLAN;
- Elaboração do Marco Lógico dos Programas prioritários das Secretárias;
- Adequação dos Planos Estratégicos Setoriais à Gestão por Resultado;
- Revisão do PPA, na perspectiva da Gestão por Resultado, em conjunto com a SEPLAN.

4 Cursos Ministrados pelo IPECE

- “Marco Lógico de Programa e Projeto na Perspectiva da Gestão por Resultado para Gerentes, Coordenação e Técnicos de Planejamento”, para diversas secretárias (em torno de 400 pessoas);
- “Gestão por Resultado no Estado do Ceará”, para o curso Formação de Gestores Públicos (em torno de 150 pessoas).

5 Estatísticas e Informações

- Elaboração e atualização de mapas temáticos, setoriais e regionais;
- Atualização de banco de dados;
- Manutenção e atualização da Sala de Situação;
- Atendimento freqüente de demandas de diversas instituições sobre informações geográficas, econômicas e sociais do Estado do Ceará.

6 Assessoramento e Proposição de Políticas

- Na estruturação do Prêmio Ceará Vida Melhor (2ª edição);
- Selo de Qualidade da Educação Básica do Ceará;

- Proposta de Modelo Fiscal - Sistema de Gestão Fiscal;
- Assessoria e Pareceres Técnicos ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN;
- Assessoramento à SECITECE em pesquisa sobre ensino superior;
- Concretização da Operação SWAP (*Setor Wide Approach*) e da Implantação da Unidade de Gestão do Projeto - UGP, da operação SWAP.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

No que se refere ao desempenho do Programa, destacou-se a produção de documentos, gerando e disponibilizando diversas publicações que ampliam o conhecimento sobre a realidade cearense, facilitando a tomada de decisão e implementação de políticas públicas.

No tocante aos seminários, apresentaram-se diversos trabalhos que dão visibilidade e tornam o Ceará mais conhecido, inclusive no exterior.

Um outro ponto positivo foi a implantação do modelo de Gestão por Resultados o qual define um novo método de gestão e muda a cultura administrativa, na qual a percepção isolada de programas será substituída por uma visão integrada de resultados e com maior transparência das ações do Governo, no atendimento dos seus compromissos com o cidadão cearense.

Além do mais, os cursos ministrados pelo IPECE geraram maior capacitação do pessoal das diversas secretarias em Planejamento e Gestão por Resultados. Esses treinamentos dotaram esses órgãos de uma melhor visão de Governo e de um corpo técnico mais qualificado.

No âmbito das Proposições e Assessoramentos, o IPECE possibilitou aos diversos órgãos do Estado uma melhor base técnica para as tomadas de decisões e implementação de Políticas. Vale salientar a concretização da Operação SWAP (*Setor Wide Approach*) e da Implantação da Unidade de Gestão do Projeto - UGP, que é uma operação de crédito inovadora desenvolvida junto ao Banco Mundial, a qual tem como característica principal o apoio ao fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social no Estado.

Finalmente, como as atividades do IPECE são atividades-meio, os resultados de suas ações se refletem na melhoria do desempenho dos diversos órgãos do Governo, possibilitando-lhes implementar políticas de forma mais racional, tendo em vista tornarem o Governo mais eficiente, eficaz e efetivo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2006

Anexos

Execução Orçamentária 2005



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Macrorregião

Macrorregião	TESOURO DO ESTADO			GOVERNO FEDERAL E OUTRAS FONTES			TODAS AS FONTES		
	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01 RMF	449.938.535,61	380.279.808,61	84,52	723.828.703,50	216.131.445,22	29,86	1.173.767.239,11	596.411.253,83	50,81
02 LITORAL OESTE	42.625.421,94	37.491.668,79	87,96	246.818.525,01	39.096.174,41	15,84	289.443.946,95	76.587.843,20	26,46
03 SOBRAL / IBIAPABA	110.600.938,62	102.317.607,91	92,51	126.130.649,29	44.535.687,66	35,31	236.731.587,91	146.853.295,57	62,03
04 SERTÃO DE INHAMUS	37.432.587,48	30.805.280,22	82,30	71.206.452,70	30.403.429,94	42,70	108.639.040,18	61.208.710,16	56,34
05 SERTÃO CENTRAL	47.444.535,23	41.320.539,47	87,09	81.864.272,33	31.660.768,21	38,67	129.308.807,56	72.981.307,68	56,44
06 BATURITÉ	22.165.318,92	19.182.681,58	86,54	45.118.109,44	15.095.054,10	33,46	67.283.428,36	34.277.735,68	50,95
07 LITORAL LESTE / JAGUARIBE	76.548.599,79	68.184.363,74	89,07	224.202.233,62	77.565.313,25	34,60	300.750.833,41	145.749.676,99	48,46
08 CARIRI / CENTRO SUL	109.847.878,24	100.588.146,00	91,57	155.976.942,98	58.063.252,02	37,23	265.824.821,22	158.651.398,02	59,68
22 ESTADO DO CEARÁ	5.531.800.275,69	5.331.529.934,24	96,38	493.493.612,06	270.150.147,51	54,74	6.025.293.887,75	5.601.680.081,75	92,97
Total Geral	6.428.404.091,52	6.111.700.030,56	95,07	2.168.639.500,93	782.701.272,32	36,09	8.597.043.592,45	6.894.401.302,88	80,20



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01	RMF	449.938.535,61	380.279.808,61	84,52
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	46.302.638,68	34.280.053,44	74,03
089	COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	14.029.502,34	8.669.780,11	61,80
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5.782.648,63	3.492.062,00	60,39
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	19.554.344,70	15.589.618,03	79,72
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA	3.032.663,14	2.970.987,04	97,97
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DERT			
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	3.601.186,55	3.386.883,50	94,05
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEINFRA	302.293,32	170.722,76	56,48
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	21.532,00	7.017,10	32,59
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	4.328,00	4.313,10	99,66
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	14.500,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	2.704,00	2.704,00	100,00
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	27.922.277,01	24.354.343,68	87,22
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	20.926,00		
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	192.492,82		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	27.681.756,85	24.354.343,68	87,98
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	27.101,34		
11000000	GABINETE DO GOVERNADOR	495.485,00	352.918,92	71,23
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - GABGOV	495.485,00	352.918,92	71,23
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	19.318.331,00	3.245.516,02	16,80
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	19.115.000,00	3.097.561,12	16,20
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	131.501,00	95.054,11	72,28
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEJUS	11.000,00	9.998,79	90,90
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUS	60.830,00	42.902,00	70,53
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	563.947,37	495.932,13	87,94
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	97.580,00	88.050,00	90,23
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	61,00	39,12	64,13
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	126.129,86	92.593,19	73,41
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	230.595,76	211.093,28	91,54
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	109.580,75	104.156,54	95,05
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	39.553.839,47	33.692.996,74	85,18
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	3.266.634,50	3.262.638,50	99,88
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	1.998,00		
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	4.500,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	8.244,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	36.203.463,97	30.430.358,24	84,05
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	68.000,00		
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	156.017.531,26	130.531.328,95	83,66
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	132.451.121,11	108.472.713,18	81,90
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	17.087.169,33	15.965.184,63	93,43
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	5.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	6.473.740,82	6.093.431,14	94,13



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21.205.293,59	21.140.270,86	99,69
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	2.021.531,96	1.956.509,23	96,78
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	19.183.761,63	19.183.761,63	100,00
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	604.927,50	560.226,16	92,61
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEPLAN	604.927,50	560.226,16	92,61
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	5.663.427,00	5.648.356,90	99,73
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	5.299.939,00	5.297.487,50	99,95
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	60,00		
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	219.998,00	219.967,06	99,99
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECULT	45.040,00	33.481,20	74,34
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECULT	98.390,00	97.421,14	99,02
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	31.963.959,00	29.634.093,89	92,71
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	1.070.989,00	610.484,93	57,00
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	23.081.424,00	22.483.789,25	97,41
107	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO PNAGE	498.114,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - ETICE	7.208.932,00	6.528.426,71	90,56
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ETICE	104.500,00	11.393,00	10,90
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	1.226.273,25	293.853,80	23,96
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.226.273,25	293.853,80	23,96
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.			
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10.289.894,86	9.919.915,15	96,40
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	3.312.179,01	3.251.506,70	98,17
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.943.165,40	2.909.208,55	98,85
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA			
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SECITECE	3.532.240,45	3.260.672,42	92,31
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECITECE	473.210,00	472.530,00	99,86
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	29.100,00	25.997,48	89,34
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	58.755.297,99	58.174.964,59	99,01
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	28.218.308,87	27.934.471,51	98,99
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	30.236.188,47	29.955.250,94	99,07
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	300.800,65	285.242,14	94,83
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	2.287.065,38	2.122.686,05	92,81
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	2.186.556,81	2.049.311,10	93,72
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	85.128,57	58.194,95	68,36
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	200,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETUR	15.180,00	15.180,00	100,00
41000000	SECRETARIA DA CONTROLADORIA	130.450,00	102.688,34	78,72
105	ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	76.004,44	61.567,69	81,01
106	RACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECON	19.045,56	11.053,65	58,04
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECON	35.400,00	30.067,00	84,94
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	7.006.086,00	6.037.859,14	86,18



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	1.329.242,00	1.003.093,24	75,46
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	5.676.844,00	5.034.765,90	88,69
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	10.818.693,21	10.656.810,69	98,50
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	481.168,22	481.168,22	100,00
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	10.200.530,08	10.105.298,39	99,07
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SDLR	136.994,91	70.344,08	51,35
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	9.791.586,04	9.027.976,06	92,20
068	COMPRE DA GENTE	453.376,00	402.976,00	88,88
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	984.357,72	954.501,92	96,97
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	49.123,50	48.736,00	99,21
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	4.666.662,60	4.637.644,58	99,38
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	3.306.110,47	2.666.209,08	80,64
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	331.955,75	317.908,48	95,77
02	LITORAL OESTE	42.625.421,94	37.491.668,79	87,96
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	9.379.462,25	7.645.133,83	81,51
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	89.415,54		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	6.776.576,97	5.250.616,05	77,48
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	2.513.469,74	2.394.517,78	95,27
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	185.542,37	178.909,09	96,42
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	34.252,30	34.252,29	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	151.290,07	144.656,80	95,62
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	865.055,75	799.533,96	92,43
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	35.193,26		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	827.525,46	799.533,96	96,62
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	2.337,03		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	2.259.997,83	2.190.186,79	96,91
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	708.827,48	646.715,60	91,24
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	61,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	831.102,58	829.452,80	99,80
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	716.206,77	712.468,49	99,48
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	3.800,00	1.549,90	40,79
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.648.297,16	1.201.829,32	32,94
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	1.103.996,00	1.100.000,00	99,64
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	53.684,00	46.436,00	86,50
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	4.500,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	7.744,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	2.477.374,16	55.393,32	2,24
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	9.026.737,88	8.836.179,59	97,89
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	2.934.388,00	2.934.388,00	100,00
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	6.035.849,88	5.901.791,59	97,78
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	4.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	52.000,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	9.040.135,29	9.040.135,29	100,00
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE			



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	9.040.135,29	9.040.135,29	100,00
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	10.030,00	9.000,00	89,73
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	10.030,00	9.000,00	89,73
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	176.237,00	126.284,07	71,66
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	176.237,00	126.284,07	71,66
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	107.060,16	106.990,93	99,94
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL			
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	107.060,16	106.990,93	99,94
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.849.162,22	1.849.160,91	100,00
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.849.162,22	1.849.160,91	100,00
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	327.154,83	325.653,91	99,54
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	325.654,83	325.653,91	100,00
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.500,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	5.980,25	4.980,25	83,28
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	4.980,25	4.980,25	100,00
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	1.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	101.160,00	94.030,00	92,95
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	55.000,00	50.000,00	90,91
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	46.160,00	44.030,00	95,39
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	4.361.064,11	4.094.194,59	93,88
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	2.835.903,70	2.587.880,21	91,25
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.134.000,00	1.127.153,97	99,40
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	391.160,41	379.160,41	96,93
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.282.344,84	989.466,26	77,16
068	COMPRE DA GENTE	63.436,34	10.616,30	16,74
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	32.330,93	31.060,09	96,07
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	117.128,00	117.128,00	100,00
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	463.655,00	447.635,87	96,55
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	593.544,57	370.776,00	62,47
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	12.250,00	12.250,00	100,00
03	SOBRAL / IBIAPABA	110.600.938,62	102.317.607,91	92,51
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	18.659.322,19	15.310.100,76	82,05
087	PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO	14.500,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2.056.846,66	790.913,42	38,45
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	8.633.952,56	7.029.172,91	81,41
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	7.954.022,97	7.490.014,43	94,17
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	220.130,00	204.376,06	92,84
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	4.130,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	216.000,00	204.376,06	94,62
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	563.459,87	440.071,12	78,10
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	34.780,43		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOUREIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	523.245,73	440.071,12	84,10
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	5.433,71		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3.353.904,96	3.224.794,36	96,15
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	691.607,95	579.877,50	83,84
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	5.968,00	3.387,36	56,76
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	1.035.699,92	1.035.699,50	100,00
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	1.615.629,09	1.605.830,00	99,39
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	5.000,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.509.212,26	1.051.069,45	29,95
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	903.996,00	900.000,00	99,56
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	141.544,00	122.416,00	86,49
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	7.744,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	2.454.929,26	28.653,45	1,17
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	15.241.404,60	14.959.241,55	98,15
535	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	5.818.911,00	5.775.898,58	99,26
536	FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	9.326.493,60	9.183.342,97	98,47
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	96.000,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	35.100.639,09	35.050.400,83	99,86
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE			
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	35.100.639,09	35.050.400,83	99,86
27000000	SECRETARIA DA CULTURA			
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS			
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	189.209,00	135.093,60	71,40
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	189.209,00	135.093,60	71,40
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	3.282.128,07	2.946.688,27	89,78
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	1.326.785,06	1.326.785,00	100,00
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	2.000,00	1.950,00	97,50
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	1.953.343,01	1.617.953,27	82,83
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20.923.980,42	19.955.644,57	95,37
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.008.000,00	1.003.610,00	99,56
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	4.141.418,42	4.126.416,80	99,64
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - UVA	15.770.955,00	14.825.617,77	94,01
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	3.607,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	504.266,55	480.104,02	95,21
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	502.766,55	480.104,02	95,49
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.500,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	292.000,00	258.342,21	88,47



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	291.000,00	258.342,21	88,78
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	1.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	942.848,52	900.747,52	95,53
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	5.000,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	937.848,52	900.747,52	96,04
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	5.026.713,79	4.986.636,48	99,20
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	3.000.177,84	2.997.480,30	99,91
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.364.018,61	1.330.036,66	97,51
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	662.517,34	659.119,52	99,49
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.791.719,30	2.414.297,11	86,48
068	COMPRE DA GENTE	82.800,00	21.295,78	25,72
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	153.522,08	92.373,81	60,17
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	204.016,00	192.226,00	94,22
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.350.390,00	1.350.390,00	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	990.675,62	747.695,92	75,47
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	10.315,60	10.315,60	100,00
04	SERTÃO DE INHAMUS	37.432.587,48	30.805.280,22	82,30
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	14.547.779,65	10.635.307,67	73,11
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	9.714.711,33	5.970.441,99	61,46
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	4.833.068,32	4.664.865,68	96,52
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	103.526,51	92.654,78	89,50
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	97.076,51	92.654,78	95,45
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	402.194,54	309.660,00	76,99
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	16.800,97		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	381.056,54	309.660,00	81,26
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	4.337,03		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	2.399.695,16	2.209.018,11	92,05
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	226.015,14	191.023,38	84,52
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	35.943,00	32.220,70	89,64
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	777.433,83	649.162,80	83,50
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	1.357.703,19	1.336.611,23	98,45
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.600,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.911.025,06	774.759,06	40,54
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	603.996,00	600.000,00	99,34
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	178.964,00	158.868,00	88,77
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	7.744,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	1.119.322,06	15.891,06	1,42
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	7.658.916,59	7.197.770,94	93,98
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	2.385.754,41	2.385.736,50	100,00
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	5.253.262,18	4.812.034,44	91,60
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	19.900,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	1.050,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	1.050,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	139.312,00	93.024,92	66,77
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	139.312,00	93.024,92	66,77
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	2.852.541,03	2.355.571,26	82,58
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL			
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	2.134.773,43	2.094.018,00	98,09
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	717.767,60	261.553,26	36,44
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.207.252,11	2.207.250,85	100,00
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.207.252,11	2.207.250,85	100,00
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	937.653,90	932.067,61	99,40
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	937.653,90	932.067,61	99,40
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	49.230,00	34.430,00	69,94
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	12.500,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	36.730,00	34.430,00	93,74
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	2.717.880,65	2.673.874,41	98,38
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	2.104.690,21	2.065.358,21	98,13
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	613.190,44	608.516,20	99,24
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL			
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.504.530,28	1.289.890,61	85,73
068	COMPRE DA GENTE	66.800,00	33.000,00	49,40
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	30.687,50	28.636,40	93,32
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	177.954,00	177.954,00	100,00
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	435.657,00	435.657,00	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	789.431,78	610.643,21	77,35
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.000,00	4.000,00	100,00
05	SERTÃO CENTRAL	47.444.535,23	41.320.539,47	87,09
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	13.605.452,74	10.813.721,84	79,48
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.258.500,00	708.576,39	56,30
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	11.958.721,86	9.790.809,08	81,87
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	388.230,88	314.336,37	80,97
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	143.452,46	131.105,88	91,39
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	137.002,46	131.105,88	95,70
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	683.577,87	619.320,00	90,60
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	22.800,97		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	656.439,87	619.320,00	94,35
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	4.337,03		
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	17.750,00	1.618,42	9,12
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	17.750,00	1.618,42	9,12
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	2.656.905,88	2.452.619,35	92,31
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	498.335,38	420.044,00	84,29
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	16.533,00	13.563,17	82,04



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	810.296,76	704.321,20	86,92
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	1.330.240,74	1.314.690,98	98,83
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	1.500,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.743.862,74	852.895,96	31,08
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	727.096,00	723.088,01	99,45
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	80.148,00	68.300,00	85,22
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	54.044,00	45.865,47	84,87
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	1.881.575,74	15.642,48	0,83
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	10.828.850,10	10.662.183,00	98,46
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	4.742.548,00	4.725.312,97	99,64
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	6.050.702,10	5.936.870,03	98,12
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	4.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	31.100,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.637.488,63	3.637.488,43	100,00
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE			
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	3.637.488,63	3.637.488,43	100,00
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL			
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	1.500,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	1.500,00		
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	379.763,00	243.886,90	64,22
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	71.000,00		
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	308.763,00	243.886,90	78,99
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	2.050.514,48	1.690.812,65	82,46
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	78.312,48	4.542,99	5,80
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.927.202,00	1.641.269,66	85,16
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	45.000,00	45.000,00	100,00
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.576.507,32	2.576.506,94	100,00
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.576.507,32	2.576.506,94	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE			
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	303.664,89	257.883,13	84,92
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	303.664,89	257.883,13	84,92
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	11.140,00	10.080,00	90,48
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.			
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	11.140,00	10.080,00	90,48
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	6.779.189,34	6.572.644,25	96,95
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	5.774.096,07	5.667.407,26	98,15
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	891.183,23	836.230,31	93,83



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	113.910,04	69.006,68	60,58
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.024.915,78	797.772,72	77,84
068	COMPRE DA GENTE	77.800,00	22.896,00	29,43
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	31.285,50	26.285,50	84,02
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	64.080,00	64.080,00	100,00
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	458.863,00	458.862,80	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	389.887,28	222.648,42	57,11
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	3.000,00	3.000,00	100,00
06	BATURITÉ	22.165.318,92	19.182.681,58	86,54
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	10.940.790,50	9.210.363,43	84,18
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	120.000,00		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	4.957.469,97	4.061.973,98	81,94
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	5.863.320,53	5.148.389,45	87,81
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	76.527,36	65.552,94	85,66
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	70.077,36	65.552,94	93,54
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	756.569,52	613.456,75	81,08
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	22.800,97		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	731.431,52	613.456,75	83,87
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	2.337,03		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	990.074,36	894.976,35	90,39
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	69.150,00	52.082,00	75,32
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	26.476,00	24.884,85	93,99
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	219.476,69	155.992,10	71,07
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	672.971,67	662.017,40	98,37
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.000,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.054.061,95	594.127,68	56,37
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	503.996,00	500.000,00	99,21
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	61.480,00	52.300,00	85,07
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	7.744,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	479.842,95	41.827,68	8,72
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	4.544.300,22	4.482.162,12	98,63
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	2.280.141,56	2.253.780,07	98,84
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	2.256.158,66	2.228.382,05	98,77
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	8.000,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.537,85	2.537,85	100,00
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	2.537,85	2.537,85	100,00
27000000	SECRETARIA DA CULTURA			
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS			
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	140.089,67	79.576,42	56,80
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	140.089,67	79.576,42	56,80
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	1.454.800,13	1.274.165,39	87,58
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	73.660,18	27.160,03	36,87



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.328.673,63	1.194.543,49	89,90
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	52.466,32	52.461,87	99,99
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	793.099,52	778.594,98	98,17
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	793.099,52	778.594,98	98,17
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE			
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	257.228,41	241.313,30	93,81
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	257.227,41	241.313,30	93,81
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	16.870,00	15.490,00	91,82
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.			
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	16.870,00	15.490,00	91,82
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	609.324,30	575.765,56	94,49
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	241.851,46	237.019,66	98,00
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	247.342,00	218.615,06	88,39
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	120.130,84	120.130,84	100,00
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	529.045,13	354.598,81	67,03
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	13.764,50	10.586,75	76,91
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	13.500,00	13.500,00	100,00
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	285.144,00	285.144,00	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	211.132,63	39.864,06	18,88
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	5.504,00	5.504,00	100,00
07	LITORAL LESTE / JAGUARIBE	76.548.599,79	68.184.363,74	89,07
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	10.808.628,66	8.628.972,45	79,83
165	AEROPORTUÁRIO	10.046,25	10.046,25	100,00
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	611.727,38	202.503,38	33,10
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	9.733.536,21	8.053.393,51	82,74
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	453.318,82	363.029,31	80,08
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	109.003,60	99.600,72	91,37
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	102.553,60	99.600,72	97,12
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2.204.562,03	1.787.064,77	81,06
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	18.696,68		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.181.528,32	1.787.064,77	81,92
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	4.337,03		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA			
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN			
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	4.257.100,75	3.972.712,58	93,32
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	492.272,81	422.500,00	85,83
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	16.481,00	13.406,78	81,35
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	318.112,46	190.261,50	59,81



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
695	ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL PERMANENTE PARA CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO	1.243.213,66	1.226.272,62	98,64
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	2.184.520,82	2.118.671,68	96,99
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.500,00	1.600,00	64,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.805.479,46	717.189,46	39,72
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	718.496,00	700.000,00	97,43
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	1.998,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	7.744,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	1.076.242,46	17.189,46	1,60
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	11.927.502,33	11.825.628,27	99,15
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	6.021.988,37	6.001.552,48	99,66
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	5.866.013,96	5.824.075,79	99,29
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	39.500,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14.632.413,95	14.492.383,04	99,04
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	14.632.413,95	14.492.383,04	99,04
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	1.050,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	1.050,00		
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	188.342,00	138.418,88	73,49
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	188.342,00	138.418,88	73,49
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	20.442.433,84	16.985.252,00	83,09
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	17.456.712,74	14.056.431,75	80,52
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	2.985.721,10	2.928.820,25	98,09
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.846.170,12	3.836.465,03	99,75
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	150.903,42	141.198,33	93,57
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.695.266,70	3.695.266,70	100,00
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	81.000,76	35.612,16	43,97
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	65.000,76	35.612,16	54,79
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	16.000,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	31.741,00	30.800,00	97,04
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	1,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	31.740,00	30.800,00	97,04
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	5.096.409,43	4.739.610,42	93,00
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	3.256.332,67	2.972.561,34	91,29
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.498.818,09	1.437.489,23	95,91
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	341.258,67	329.559,85	96,57
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.116.761,86	894.653,96	80,11



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
068	COMPRE DA GENTE	39.500,00	19.500,00	49,37
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	22.155,11	18.786,11	84,79
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	744.643,99	744.643,99	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	306.112,76	107.373,86	35,08
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.350,00	4.350,00	100,00
08	CARIRI / CENTRO SUL	109.847.878,24	100.588.146,00	91,57
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	26.786.472,62	23.042.016,42	86,02
165	AEROPORTUÁRIO	35.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.275.703,11	5.727.957,98	91,27
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	17.305.178,41	14.260.724,22	82,41
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	3.170.591,10	3.053.334,22	96,30
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	312.450,00	290.207,14	92,88
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	306.000,00	290.207,14	94,84
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.635.283,48	1.528.655,15	93,48
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	19.676,14		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.605.279,54	1.528.655,15	95,23
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	10.327,80		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	12.750,00		
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	12.750,00		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	7.411.591,77	7.099.145,99	95,78
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	1.575.091,24	1.419.549,00	90,12
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	47.482,00	45.639,74	96,12
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	1.033.111,24	925.172,60	89,55
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	4.753.907,29	4.707.207,37	99,02
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.000,00	1.577,28	78,86
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.977.596,14	2.632.125,10	52,88
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	2.112.453,74	2.093.957,74	99,12
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	999,00		
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	173.240,00	153.252,00	88,46
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	5.500,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	26.244,00	1.973,77	7,52
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	2.659.159,40	382.941,59	14,40
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	21.140.708,96	20.382.096,69	96,41
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	7.804.470,43	7.454.636,67	95,52
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	13.276.537,53	12.927.460,02	97,37
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	1,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	59.700,00		
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.435.619,56	2.435.619,56	100,00
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE			
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	2.435.619,56	2.435.619,56	100,00
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL			
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	100.544,52	99.494,52	98,96



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	100.544,52	99.494,52	98,96
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	861.523,00	764.380,53	88,72
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	861.523,00	764.380,53	88,72
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	4.471.941,38	4.038.276,37	90,30
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	1.373.436,85	1.373.436,52	100,00
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	166.190,67	37.259,99	22,42
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	2.932.313,86	2.627.579,86	89,61
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	23.705.655,35	23.561.009,78	99,39
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.074.006,00	1.000.000,00	93,11
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.930.397,31	5.930.396,21	100,00
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA			
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - URCA	16.701.252,04	16.630.613,57	99,58
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - URCA			
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.267.268,71	987.673,15	77,94
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.236.767,71	987.673,15	79,86
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	30.501,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	41.500,00	21.060,00	50,75
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	41.500,00	21.060,00	50,75
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	37.420,00	32.700,00	87,39
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.			
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	37.420,00	32.700,00	87,39
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	12.039.678,19	11.315.144,58	93,98
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	4.024.383,58	3.934.446,90	97,77
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	7.352.777,47	6.750.964,39	91,82
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	662.517,14	629.733,29	95,05
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.609.874,56	2.358.541,02	90,37
068	COMPRE DA GENTE	75.729,00	33.502,86	44,24
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	15.988,21	12.751,21	79,75
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	264.669,00	264.125,00	99,79
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	859.474,00	859.474,00	100,00
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	1.389.696,35	1.184.369,95	85,23
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.318,00	4.318,00	100,00
22	ESTADO DO CEARÁ	5.531.800.275,69	5.331.529.934,24	96,38
01000000	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	129.930.136,00	127.576.162,05	98,19
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	77.928.959,00	76.987.803,70	98,79
560	AÇÃO LEGISLATIVA	51.916.502,00	50.503.683,65	97,28
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - AL	84.675,00	84.674,70	100,00
02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	13.567.157,98	12.079.255,50	89,03
078	CONTROLE EXTERNO	13.567.157,98	12.079.255,50	89,03
597	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCE			
03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	18.252.032,68	17.806.084,29	97,56
084	AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE EXTERNO	18.002.032,68	17.777.403,42	98,75



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
615	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCM	250.000,00	28.680,87	11,47
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	226.630.709,00	226.522.690,02	99,95
566	AÇÃO JUDICIÁRIA	226.630.709,00	226.522.690,02	99,95
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	11.357.772,00	10.620.935,42	93,51
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DPG	11.357.772,00	10.620.935,42	93,51
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	70.416.968,47	52.441.837,98	74,47
087	PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO	51.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14.500,00		
185	TRÂNSITO NAS RODOVIAS			
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA	575.043,87	286.140,97	49,76
323	SUPRIMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA	100.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DERT	56.879.553,54	39.813.844,89	70,00
660	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - COHAB	12.092.249,00	11.884.000,00	98,28
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEINFRA	242.005,00	240.902,92	99,54
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	5.380,20	5.380,20	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEINFRA	457.236,86	211.569,00	46,27
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	8.483.777,00	8.163.336,18	96,22
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	2.234.700,00	2.178.907,83	97,50
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SOMA	6.201.889,00	5.959.458,35	96,09
422	GESTÃO ESTRATÉGICA DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE	17.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	30.188,00	24.970,00	82,71
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	351.877.031,05	344.935.433,08	98,03
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	4.000,00		
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS			
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	35.828.236,69	33.733.928,94	94,15
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SSPDS	313.766.744,41	309.404.027,79	98,61
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	2.278.049,95	1.797.476,35	78,90
11000000	GABINETE DO GOVERNADOR	11.068.671,50	9.795.459,81	88,50
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SIM	9.877.594,58	8.736.158,26	88,44
567	INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	63.261,92	59.393,94	93,89
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - GABGOV	1.065.751,00	956.512,61	89,75
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SIM	62.064,00	43.395,00	69,92
12000000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	1.019.181,00	712.538,16	69,91
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - GVG	979.571,00	697.838,16	71,24
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GVG	39.610,00	14.700,00	37,11
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	15.525.493,64	13.671.617,86	88,06
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - PGE	15.399.107,94	13.548.227,86	87,98
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE	100.480,00	100.480,00	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PGE	25.905,70	22.910,00	88,44
14000000	CASA MILITAR	4.447.812,00	4.283.105,62	96,30
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - CASA MILITAR	4.424.512,00	4.259.805,62	96,28
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CASA MILITAR	23.300,00	23.300,00	100,00
15000000	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	88.951.611,00	87.799.829,59	98,71
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - PGJ	88.190.028,00	87.228.371,17	98,91
413	MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	284.708,00	147.920,11	51,96
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PGJ	476.875,00	423.538,31	88,82
17000000	CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ	1.833.729,00	1.440.136,44	78,54
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - CEC	1.785.029,00	1.411.943,22	79,10
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CEC	48.700,00	28.193,22	57,89
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	47.900.216,00	44.720.083,98	93,36
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	30.433.100,00	28.488.409,65	93,61



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	410.100,00	284.049,89	69,26
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	401.000,00	397.000,00	99,00
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEJUS	16.498.216,00	15.550.624,44	94,26
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEJUS	39.800,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUS	118.000,00		
19000000	SECRETARIA DA FAZENDA	782.708.090,97	775.535.183,19	99,08
166	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PET	69.137,10	33.130,37	47,92
251	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	570.381.154,97	566.189.650,77	99,27
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEFAZ	195.010.565,00	193.918.263,75	99,44
495	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA - SEFAZ	17.065.821,40	15.213.879,61	89,15
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEFAZ	181.412,50	180.258,69	99,36
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	88.555.984,80	81.622.648,87	92,17
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	1.171.120,00	1.115.385,00	95,24
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	50,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEAGRI	60.235.617,47	57.678.482,88	95,75
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEAGRI	203.100,00	157.317,00	77,46
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	235.200,00	211.826,21	90,06
695	ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL PERMANENTE PARA CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO	12.127.099,87	8.391.919,70	69,20
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	2.640.100,00	2.600.000,00	98,48
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	11.607.647,46	11.233.586,90	96,78
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEAGRI	336.050,00	234.131,18	69,67
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.161.394.554,00	1.089.166.271,73	93,78
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	528.731.250,00	512.444.928,89	96,92
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEDUC	632.364.304,00	576.721.342,84	91,20
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	270.000,00		
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	29.000,00		
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	263.408.454,87	246.527.248,49	93,59
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SESA	237.644.177,22	224.347.048,55	94,40
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	16.627.331,54	14.674.185,36	88,25
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	2.486.176,25	1.815.022,08	73,00
553	CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.489.513,39	1.142.379,58	76,69
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	3.793.101,00	3.413.077,63	89,98
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	638.696,19	443.225,68	69,40
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNDES	729.459,28	692.309,61	94,91
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7.859.780,80	6.946.097,34	88,38
038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SEGMENTOS DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.000,00	300.000,00	100,00
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	702.941,28	677.136,15	96,33
097	EXPORTAÇÃO DO CEARÁ PARA O MUNDO	527.035,98	376.415,49	71,42
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	312.500,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SDE	5.880.241,54	5.491.084,03	93,38
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CODECE	137.062,00	101.461,67	74,03
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	13.216.962,50	10.901.478,45	82,48
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPECE	11.953.647,54	10.558.462,73	88,33
563	PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO.	619.819,96	91.110,50	14,70
596	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	611.635,00	251.905,22	41,19
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN	31.860,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	20.618.544,88	19.801.820,79	96,04



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	10.090.600,30	9.986.951,58	98,97
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	838.269,22	835.890,35	99,72
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNTELC	9.631.383,36	8.920.686,86	92,62
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	58.292,00	58.292,00	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNTELC			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	35.754.488,33	31.438.608,31	87,93
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	1.110.169,00	507.904,81	45,75
027	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	40.000,00		
028	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR - AGENTE DA GENTE	378.000,00	185.862,41	49,17
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPEC	32.160.608,33	29.427.464,16	91,50
581	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL	150.000,00		
708	PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO ELETRÔNICO	539.000,00	339.655,81	63,02
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - IPEC	1.376.711,00	977.721,12	71,02
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	14.933.891,79	11.646.463,21	77,99
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SOHIDRA	7.893.708,00	7.335.067,10	92,92
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	4.246.392,01	3.124.307,14	73,58
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	2.637.312,96	1.097.223,90	41,60
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SRH	156.478,82	89.865,07	57,43
30000000	SECRETARIA DO GOVERNO	51.239.168,10	49.509.184,08	96,62
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEGOV	19.034.867,10	18.326.531,74	96,28
545	COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	32.106.301,00	31.133.439,36	96,97
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEGOV	98.000,00	49.212,98	50,22
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76.777.109,59	76.147.126,65	99,18
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	378.000,00	377.642,00	99,91
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	6.138.123,00	6.122.422,40	99,74
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.470.360,00	3.468.872,21	99,96
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	307.702,00	306.392,10	99,57
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNCEME	66.473.317,59	65.865.798,94	99,09
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNECE	9.607,00	5.999,00	62,44
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	45.405.107,99	43.891.609,71	96,67
123	DEFESA CIVIL PERMANENTE	1.541.000,00	1.478.390,56	95,94
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SAS	40.549.259,00	39.222.788,03	96,73
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	393.194,00	375.792,03	95,57
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.467.937,99	2.450.099,13	99,28
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	453.717,00	364.539,96	80,35
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SAS			
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	9.293.561,65	8.623.336,64	92,79
029	MARKETING TURÍSTICO	4.478.791,29	4.185.935,60	93,46
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	329.867,46	232.791,96	70,57
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SETUR	4.484.902,90	4.204.609,08	93,75
39000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
680	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.945.098.701,87	1.903.707.734,44	97,87
678	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.945.098.701,87	1.903.707.734,44	97,87
41000000	SECRETARIA DA CONTROLADORIA	3.442.333,53	3.042.489,23	88,38



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TESOIRO
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SECON	3.442.333,53	3.042.489,23	88,38
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	3.693.365,00	3.559.642,41	96,38
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	1.292.920,00	1.288.113,60	99,63
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEJUV	2.065.345,00	1.978.008,51	95,77
534	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE	325.000,00	288.420,30	88,74
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUV	10.100,00	5.100,00	50,50
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	4.570.188,99	4.362.667,01	95,46
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	258.428,00	220.940,00	85,49
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.609.093,44	1.583.400,23	98,40
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SDLR	2.342.552,55	2.200.960,78	93,96
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	333.360,00	332.451,00	99,73
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SDLR	26.755,00	24.915,00	93,12
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.567.687,71	2.531.817,71	98,60
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	30.838,03	30.838,03	100,00
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SETE	2.533.349,68	2.500.979,68	98,72
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETE	3.500,00		
Total Geral		6.428.404.091,52	6.111.700.030,56	95,07



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Macrorregião

Macrorregião	TESOURO DO ESTADO			GOVERNO FEDERAL E OUTRAS FONTES			TODAS AS FONTES		
	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01 RMF	449.938.535,61	380.279.808,61	84,52	723.828.703,50	216.131.445,22	29,86	1.173.767.239,11	596.411.253,83	50,81
02 LITORAL OESTE	42.625.421,94	37.491.668,79	87,96	246.818.525,01	39.096.174,41	15,84	289.443.946,95	76.587.843,20	26,46
03 SOBRAL / IBIAPABA	110.600.938,62	102.317.607,91	92,51	126.130.649,29	44.535.687,66	35,31	236.731.587,91	146.853.295,57	62,03
04 SERTÃO DE INHAMUS	37.432.587,48	30.805.280,22	82,30	71.206.452,70	30.403.429,94	42,70	108.639.040,18	61.208.710,16	56,34
05 SERTÃO CENTRAL	47.444.535,23	41.320.539,47	87,09	81.864.272,33	31.660.768,21	38,67	129.308.807,56	72.981.307,68	56,44
06 BATURITÉ	22.165.318,92	19.182.681,58	86,54	45.118.109,44	15.095.054,10	33,46	67.283.428,36	34.277.735,68	50,95
07 LITORAL LESTE / JAGUARIBE	76.548.599,79	68.184.363,74	89,07	224.202.233,62	77.565.313,25	34,60	300.750.833,41	145.749.676,99	48,46
08 CARIRI / CENTRO SUL	109.847.878,24	100.588.146,00	91,57	155.976.942,98	58.063.252,02	37,23	265.824.821,22	158.651.398,02	59,68
22 ESTADO DO CEARÁ	5.531.800.275,69	5.331.529.934,24	96,38	493.493.612,06	270.150.147,51	54,74	6.025.293.887,75	5.601.680.081,75	92,97
Total Geral	6.428.404.091,52	6.111.700.030,56	95,07	2.168.639.500,93	782.701.272,32	36,09	8.597.043.592,45	6.894.401.302,88	80,20



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01	RMF	723.828.703,50	216.131.445,22	29,86
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	40.000,00	4.505,76	11,26
405	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	40.000,00	4.505,76	11,26
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	157.429.993,14	17.686.881,17	11,23
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	142.860,00		
089	COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	16.276.555,27	3.477.381,63	21,36
165	AEROPORTUÁRIO	1.980.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.483.975,14		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	12.388.337,03	9.971.937,10	80,49
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA			
210	APROVEITAMENTO DE GÁS NATURAL	6.000.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - METROFOR	11.144.420,00		
578	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM TRECHOS METRO-FERROVIÁRIOS	53.553.449,59		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	1.678.000,00	326.567,86	19,46
698	OTIMIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DO DERT	195.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	51.796.396,11	3.752.697,32	7,25
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CEGÁS	791.000,00	158.297,26	20,01
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	13.610.000,00	3.252.913,73	23,90
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	4.300.000,00	1.093.115,04	25,42
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	300.000,00	57.457,16	19,15
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	1.860.000,00	147.160,00	7,91
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	2.050.000,00	760.500,00	37,10
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	4.000.000,00	874.681,53	21,87
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	1.000.000,00	320.000,00	32,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEMACE	100.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	12.330.212,70	3.426.900,93	27,79
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	1.096.050,26	85.500,00	7,80
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	9.877.894,95	3.341.400,93	33,83
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	1.356.267,49		
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	11.367.000,00	42.540,07	0,37
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	10.900.000,00		
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	317.000,00	42.540,07	13,42
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEJUS	100.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUS	50.000,00		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3.255.927,00	443.887,00	13,63
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	29.348,00		
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	100.000,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	490.500,00	443.400,00	90,40
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	82.500,00		
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	5.500,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.548.079,00	487,00	0,02
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	98.316.137,24	49.237.713,24	50,08
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	13.149.782,36	1.227.222,24	9,33
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	22.892.818,36	18.912.403,07	82,61
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	5.094.661,20	1.224.837,60	24,04
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	1.636.232,00	722.895,50	44,18
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	4.234.826,52	1.353.335,80	31,96



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	1.028.393,16	312.550,00	30,39
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	45.563.594,68	25.349.482,03	55,64
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	4.715.828,96	134.987,00	2,86
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	227.449.757,00	120.573.694,72	53,01
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	192.115.648,56	100.644.524,19	52,39
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	20.481.958,44	8.642.030,93	42,19
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	14.852.150,00	11.287.139,60	76,00
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.262.650,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	3.262.650,00		
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	171.750,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - IPECE	171.750,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	105.000,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	20.000,00		
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	35.000,00		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECULT	20.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECULT	30.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	4.528.840,70		
107	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO PNAGE	4.528.840,70		
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	65.362.654,72	1.057.421,52	1,62
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	65.237.954,72	1.057.421,52	1,62
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	124.700,00		
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19.167.298,22	1.314.006,66	6,86
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	11.102.639,22	488.271,85	4,40
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.256.775,00	225.416,99	17,94
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	6.070.800,00	470.984,96	7,76
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	315.000,00	15.966,86	5,07
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	422.084,00	113.366,00	26,86
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	19.392.088,58	7.123.140,62	36,73
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	15.098.104,30	5.873.690,41	38,90
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.148.890,44	157.992,02	13,75
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.234.343,84	1.091.458,19	48,85
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	910.750,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	41.772.819,62	2.749.669,19	6,58
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	2.645.819,62	10.999,00	0,42
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	3.026.000,00	2.200.752,19	72,73
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	33.991.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETUR	2.110.000,00	537.918,00	25,49
41000000	SECRETARIA DA CONTROLADORIA	363.006,00		
105	ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	40.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECON	323.006,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	12.468.000,00	1.113.780,38	8,93



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	715.000,00	246.388,58	34,46
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	11.753.000,00	867.391,80	7,38
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	27.004.224,33	2.465.419,38	9,13
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	1.258.100,00	116.615,11	9,27
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	25.740.644,33	2.348.804,27	9,12
223	CIDADES DO CEARÁ	5.480,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	6.431.344,25	5.638.970,85	87,68
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	90.600,00	5.000,00	5,52
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2.493.744,25	2.038.048,43	81,73
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	3.297.000,00	3.266.190,12	99,07
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	430.000,00	215.500,00	50,12
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	120.000,00	114.232,30	95,19
02	LITORAL OESTE	246.818.525,01	39.096.174,41	15,84
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	135.566.405,99	2.879.364,68	2,12
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
165	AEROPORTUÁRIO	1.000.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	3.186.478,32	2.495.667,93	78,32
323	SUPRIMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA	124.943.117,78		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	10.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	6.312.529,89	383.696,75	6,08
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	1.195.600,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	400.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	350.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	145.600,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.388.914,04	121.363,83	8,74
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	100.769,60		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.269.680,22	121.363,83	9,56
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	18.464,22		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	7.224.113,40	2.789.320,90	38,61
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	91.304,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	291.500,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	3.788.798,40	2.789.320,90	73,62
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	2.818.085,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	234.426,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	29.699.422,93	9.605.422,30	32,34
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	8.491.131,08	751.935,62	8,86
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	2.342.266,40	964.806,40	41,19
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	707.161,00	21.484,20	3,04
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	299.052,96		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	3.996.909,01	2.957.826,03	74,00
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	207.963,56	62.899,00	30,25
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	11.478.210,92	4.824.991,05	42,04
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	2.176.728,00	21.480,00	0,99
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	21.290.270,00	17.043.647,26	80,05



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	19.123.570,00	15.194.773,52	79,46
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	1.796.000,00	1.609.232,18	89,60
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	370.700,00	239.641,56	64,65
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	235.896,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	235.896,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	15.000,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	15.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	1.563.362,00		
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.463.362,00		
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	100.000,00		
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	208.000,00		
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	208.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	2.573.722,92	1.039.600,04	40,39
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	2.468.589,00	1.039.600,04	42,11
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	105.133,92		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	32.235.250,00	710.109,28	2,20
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	100.000,00		
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	1.075.000,00	710.109,28	66,06
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	31.060.250,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	15.000,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	12.618.197,08	4.657.722,38	36,91
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	8.842.077,08	4.657.722,38	52,68
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	3.770.360,00		
223	CIDADES DO CEARÁ	5.760,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	989.370,65	249.623,74	25,23
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	13.520,00	10.847,00	80,23
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	350.000,00	196.989,34	56,28
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	625.850,65	41.787,40	6,68
03	SOBRAL / IBIAPABA	126.130.649,29	44.535.687,66	35,31
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	29.811.318,77	7.058.118,95	23,68
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
165	AEROPORTUÁRIO			
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	3.147.193,57	2.754.771,28	87,53
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	5.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	26.544.845,20	4.303.347,67	16,21
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	1.969.000,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	300.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	75.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	184.000,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	610.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	800.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2.914.589,79	143.961,84	4,94
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	171.005,52		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.621.243,11	143.961,84	5,49
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	122.341,16		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6.029.405,80	3.060.035,30	50,75
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	94.565,00		
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	515.000,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	214.500,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	4.165.791,80	3.028.545,30	72,70
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	640.642,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	398.907,00	31.490,00	7,89
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	30.987.317,16	11.090.263,02	35,79
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	6.461.082,89	852.417,56	13,19
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	5.275.742,95	3.364.895,25	63,78
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	688.527,60	22.284,20	3,24
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	304.807,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	3.499.592,01	1.440.711,19	41,17
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	231.069,40	57.940,00	25,07
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	11.757.900,31	5.330.894,82	45,34
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	2.768.595,00	21.120,00	0,76
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	17.842.010,00	10.064.947,98	56,41
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	15.616.510,00	8.201.481,94	52,52
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	1.475.000,00	1.208.291,89	81,92
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	750.500,00	655.174,15	87,30
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	117.948,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	117.948,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	235.000,00	200.000,00	85,11
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	220.000,00	200.000,00	90,91
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	15.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	16.490.520,68	6.879.434,65	41,72
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.611.969,00	28.050,00	1,74
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	14.878.551,68	6.851.384,65	46,05
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.596.367,58	1.881.680,16	33,62
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.295.835,74	165.816,23	12,80
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	666.039,00	240.035,06	36,04
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	490.400,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - UVA	2.570.703,84	1.462.741,14	56,90
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - UVA	573.389,00	13.087,73	2,28
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	3.418.352,97	1.170.914,81	34,25
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	3.259.340,97	1.083.044,01	33,23



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	159.012,00	87.870,80	55,26
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	1.835.000,00		
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	425.000,00		
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	1.410.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	580.000,00	5.776,00	1,00
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	45.000,00	5.776,00	12,84
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	535.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	7.360.956,64	2.461.562,04	33,44
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	6.508.630,80	2.461.562,04	37,82
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	846.565,84		
223	CIDADES DO CEARÁ	5.760,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	942.861,90	518.992,91	55,04
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	41.360,00	18.352,69	44,37
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	293.079,90	292.843,71	99,92
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	608.422,00	207.796,51	34,15
04	SERTÃO DE INHAMUS	71.206.452,70	30.403.429,94	42,70
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	16.561.007,50	5.496.321,18	33,19
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	57.140,00		
165	AEROPORTUÁRIO	300.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	8.562.709,00	4.210.596,82	49,17
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	7.641.158,50	1.285.724,36	16,83
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	789.300,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	174.300,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	415.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	50.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.028.662,44	82.635,11	8,03
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	62.269,60		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	923.928,62	82.635,11	8,94
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	42.464,22		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	4.853.203,80	2.171.321,58	44,74
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	52.174,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	587.500,00	180.297,68	30,69
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	3.789.922,80	1.945.623,90	51,34
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	200.000,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	223.607,00	45.400,00	20,30
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.971.834,98	6.952.241,28	34,81
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	3.806.024,46	33.409,14	0,88
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	3.777.984,50	1.554.566,98	41,15
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	346.865,84	17.484,20	5,04
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	256.243,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	2.727.693,01	908.374,73	33,30
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	92.428,36	28.464,00	30,80
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	7.687.011,90	4.392.758,23	57,15



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.277.583,91	17.184,00	1,35
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	9.429.014,00	5.508.315,25	58,42
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	8.051.814,00	4.858.421,77	60,34
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	960.000,00	438.577,42	45,69
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	417.200,00	211.316,06	50,65
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	58.988,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	58.988,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	50.000,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	50.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	11.075.447,94	8.096.624,41	73,10
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	9.770.653,00	7.528.892,69	77,06
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	1.304.794,94	567.731,72	43,51
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	700.000,00		
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	700.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.248.743,41	486.371,40	38,95
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	956.521,93	265.240,11	27,73
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	292.221,48	221.131,29	75,67
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	58.300,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	18.300,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	40.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	4.762.444,63	1.423.189,69	29,88
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	3.730.084,63	1.423.189,69	38,15
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.032.360,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	619.506,00	186.410,04	30,09
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	138.000,00	133.432,43	96,69
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	481.506,00	52.977,61	11,00
05	SERTÃO CENTRAL	81.864.272,33	31.660.768,21	38,67
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	21.006.273,40	5.614.100,30	26,73
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
165	AEROPORTUÁRIO	425.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	9.421.363,20	5.570.916,47	59,13
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	45.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	11.000.630,20	43.183,83	0,39
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	2.399.100,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	139.100,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	160.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	50.000,00		
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	1.900.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.600.547,48	217.634,08	13,60
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	67.519,60		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.498.563,66	217.634,08	14,52
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	34.464,22		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	133.000,00		
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	133.000,00		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3.329.374,40	1.371.850,70	41,20
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	68.478,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	423.500,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	2.357.098,40	1.299.250,70	55,12
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	222.171,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	258.127,00	72.600,00	28,13
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	26.908.012,04	9.931.277,75	36,91
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	8.719.638,40	1.971.869,49	22,61
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	2.588.691,20	1.065.037,20	41,14
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	497.458,72	26.292,40	5,29
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	280.292,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	3.024.349,99	1.246.969,17	41,23
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	161.749,88	52.180,00	32,26
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	9.747.809,95	5.551.574,49	56,95
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.888.021,90	17.355,00	0,92
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	9.231.855,00	6.634.013,25	71,86
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	7.561.855,00	5.424.532,85	71,74
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	1.155.000,00	951.355,86	82,37
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	515.000,00	258.124,54	50,12
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	180.382,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	176.922,00		
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	3.460,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	451.004,00	320.000,00	70,95
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	446.002,00	320.000,00	71,75
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	5.002,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	6.666.696,63	1.705.651,28	25,58
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	2.726.439,01	79.258,35	2,91
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	3.740.257,62	1.626.392,93	43,48
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	200.000,00		
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	319.240,00		
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	200.000,00		
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	80.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	39.240,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.456.353,39	569.360,99	39,09
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	1.208.740,79	444.332,26	36,76
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	247.612,60	125.028,73	50,49
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	200.000,00		
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	200.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	15.000,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	6.936.377,64	4.955.376,53	71,44
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	5.762.757,64	4.955.376,53	85,99
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.166.460,00		
223	CIDADES DO CEARÁ	7.160,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.031.056,35	341.503,33	33,12
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	129.556,35	112.971,67	87,20
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	901.500,00	228.531,66	25,35
06	BATURITÉ	45.118.109,44	15.095.054,10	33,46
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	6.999.624,93	2.438.489,74	34,84
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	57.140,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	1.543.870,37	1.218.010,51	78,89
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	5.398.614,56	1.220.479,23	22,61
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	4.075.859,00	30.400,00	0,75
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	100.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	300.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	135.859,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	140.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	900.000,00	30.400,00	3,38
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	2.500.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.350.132,82	62.744,58	4,65
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	67.519,60		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.251.149,00	62.744,58	5,01
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	31.464,22		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3.157.275,20	1.675.474,90	53,07
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	42.391,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	249.500,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	2.763.984,20	1.627.074,90	58,87
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	101.400,00	48.400,00	47,73
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.194.144,40	4.426.376,79	33,55
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	2.342.643,85	20.691,09	0,88
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	1.062.613,60	254.507,20	23,95
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	260.079,92	22.292,40	8,57
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	178.121,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	2.470.467,00	1.209.597,10	48,96
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	56.213,68	18.680,00	33,23
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	5.519.153,35	2.885.931,00	52,29
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.304.852,00	14.678,00	1,12
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	5.340.910,00	3.370.396,46	63,11
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	4.759.410,00	3.318.036,08	69,72
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	512.000,00	1.540,50	0,30
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	69.500,00	50.819,88	73,12
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	176.922,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	176.922,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	24.000,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	24.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	5.608.770,95	1.135.880,21	20,25
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	2.419.900,95	211.481,03	8,74
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	3.008.870,00	924.399,18	30,72
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	180.000,00		
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	36.874,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	36.874,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.628.598,55	700.630,12	43,02
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	911.895,27	447.744,80	49,10
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	716.703,28	252.885,32	35,28
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	100.000,00		
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	100.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	15.000,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	3.116.443,59	1.185.290,13	38,03
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	2.272.963,89	1.185.290,13	52,15
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	839.399,70		
223	CIDADES DO CEARÁ	4.080,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	293.554,00	69.371,17	23,63
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	17.380,00	17.323,50	99,67
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	50.000,00	33.883,13	67,77
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	226.174,00	18.164,54	8,03
07	LITORAL LESTE / JAGUARIBE	224.202.233,62	77.565.313,25	34,60
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	34.787.275,29	3.446.950,46	9,91
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	228.570,00		
165	AEROPORTUÁRIO			
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	8.165.961,66	3.115.020,18	38,15
210	APROVEITAMENTO DE GÁS NATURAL	17.300.000,00		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	593.000,00	291.467,08	49,15
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	8.499.743,63	40.463,20	0,48
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	1.434.840,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	350.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	194.840,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	440.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.605.773,22	216.275,91	13,47
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	67.519,60		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.508.789,40	216.275,91	14,33
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	29.464,22		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	11.289.440,00	3.071.388,87	27,21
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	84.783,00		
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	526.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	359.500,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	2.001.557,00	1.289.822,60	64,44
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	7.742.073,00	1.723.830,27	22,27
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	575.527,00	57.736,00	10,03
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	22.577.592,69	7.057.124,48	31,26
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	6.084.116,21	1.175.136,74	19,31
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	1.761.155,31	573.139,60	32,54
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	663.913,76	26.292,40	3,96
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	320.325,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	1.458.860,80	375.839,24	25,76
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	161.749,88	49.390,00	30,53
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	10.314.216,83	4.839.776,50	46,92
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.813.254,90	17.550,00	0,97
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	16.781.268,00	11.910.455,88	70,97
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	14.816.718,00	11.284.384,97	76,16
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	1.512.000,00	330.513,44	21,86
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	452.550,00	295.557,47	65,31
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	294.870,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	294.870,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	282.000,00	262.000,00	92,91
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	282.000,00	262.000,00	92,91
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	120.543.540,36	44.881.809,87	37,23
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	116.943.685,75	43.823.555,13	37,47
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	3.599.854,61	1.058.254,74	29,40
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.223.400,00		
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.688.000,00		
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	415.400,00		
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	120.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	3.564.028,21	1.724.871,94	48,40
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	3.417.572,83	1.628.429,74	47,65
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	37.784,40	18.892,20	50,00
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	108.670,98	77.550,00	71,36
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	35.000,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	20.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	7.932.383,85	4.685.311,81	59,07
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	4.673.056,05	3.492.268,59	74,73
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	3.253.847,80	1.193.043,22	36,67
223	CIDADES DO CEARÁ	5.480,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	850.822,00	309.124,03	36,33



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	13.140,00	8.208,80	62,47
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	249.697,00	167.971,08	67,27
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	587.985,00	132.944,15	22,61
08	CARIRI / CENTRO SUL	155.976.942,98	58.063.252,02	37,23
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	18.121.881,84	7.549.533,92	41,66
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	171.450,00		
165	AEROPORTUÁRIO	1.900.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	5.481.044,00	4.941.574,40	90,16
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	20.000,00	4.454,42	22,27
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	10.549.387,84	2.603.505,10	24,68
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	2.435.003,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	220.003,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	500.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	75.000,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	440.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	1.200.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	3.200.149,66	220.296,88	6,88
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	171.005,48		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.805.302,94	220.296,88	7,85
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	223.841,24		
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	506.003,00	7.647,21	1,51
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	370.003,00		
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	136.000,00	7.647,21	5,62
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	5.262.712,00	2.582.987,43	49,08
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	136.957,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	356.240,00	94.893,48	26,64
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	4.133.575,00	2.488.093,95	60,19
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	15.300,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	620.640,00		
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	51.688.172,67	20.262.894,81	39,20
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	8.865.475,59	398.310,88	4,49
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	9.349.794,10	6.790.746,00	72,63
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	1.192.703,23	95.628,40	8,02
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	718.123,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	4.738.169,99	2.148.532,46	45,35
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	359.706,44	104.640,00	29,09
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	23.071.168,32	10.703.557,07	46,39
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	3.393.032,00	21.480,00	0,63
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	30.280.946,00	17.552.554,38	57,97
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	25.689.046,00	15.564.025,06	60,59
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	2.288.000,00	1.149.050,59	50,22
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	2.303.900,00	839.478,73	36,44
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	239.396,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	235.896,00		
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	3.500,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	185.000,00	150.000,00	81,08
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	170.000,00	150.000,00	88,24
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	15.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR			
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	17.995.130,77	2.196.492,42	12,21
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	3.885.157,78	73.002,30	1,88
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	14.109.972,99	2.123.490,12	15,05
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.234.914,00	978.475,79	18,69
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2.865.000,00		
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.054.510,00	835.083,79	79,19
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.110.400,00	143.392,00	12,91
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	110.004,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - URCA	60.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - URCA	35.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	3.090.225,65	1.285.154,26	41,59
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	2.774.095,13	1.137.141,39	40,99
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	316.130,52	148.012,87	46,82
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	225.000,00		
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	225.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	65.000,00		
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	50.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	16.313.888,89	4.528.946,14	27,76
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	12.158.329,91	4.528.946,14	37,25
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	4.144.318,98		
223	CIDADES DO CEARÁ	11.240,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.133.519,50	748.268,78	66,01
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	15.000,00	4.949,80	33,00
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	544.387,50	532.887,41	97,89
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	574.132,00	210.431,57	36,65
22	ESTADO DO CEARÁ	493.493.612,06	270.150.147,51	54,74
01000000	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	2.111.678,00	51.425,86	2,44
562	AÇÃO LEGISLATIVA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	2.111.678,00	51.425,86	2,44
02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	682.000,00		
597	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCE	682.000,00		
03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	416.569,13		
615	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCM	416.569,13		
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	37.505.400,00	34.191.671,33	91,16
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FERMOJU	28.301.150,00	26.422.018,66	93,36
566	AÇÃO JUDICIÁRIA	7.285.000,00	6.539.045,44	89,76
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FERMOJU	1.919.250,00	1.230.607,23	64,12
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	3.903.794,64	818.952,81	20,98



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DPG	1.193.000,00	494.268,66	41,43
405	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	300.000,00	89.133,19	29,71
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DPG	1.832.033,00	124.369,11	6,79
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DPG	578.761,64	111.181,85	19,21
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	148.484.068,45	118.598.216,75	79,87
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	6.580.000,00	964.881,03	14,66
087	PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO	297.075,37		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	100.000,00		
185	TRÂNSITO NAS RODOVIAS	18.948.652,35	13.633.922,52	71,95
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA			
323	SUPRIMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DERT	109.165.641,73	101.959.115,75	93,40
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	2.245.000,00	997.335,45	44,42
698	OTIMIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DO DERT	420.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CAGECE	10.727.699,00	1.042.962,00	9,72
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	5.541.233,00	3.175.772,05	57,31
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	190.003,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEMACE	4.951.230,00	3.175.772,05	64,14
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	100.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	13.821.440,62	2.567.472,49	18,58
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	293.600,00		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.268.499,56	111.556,78	4,92
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FDS	7.634.417,33	460.042,87	6,03
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - COLÉGIOS MILITARES	3.624.923,73	1.995.872,84	55,06
15000000	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	993.000,00	90.336,77	9,10
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - PGJ	75.000,00	70.338,00	93,78
709	DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	918.000,00	19.998,77	2,18
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	16.290.358,98	4.283.813,83	26,30
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	7.980.004,00	634.358,77	7,95
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	1.445.027,69	685.723,81	47,45
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	349.000,00	212.127,94	60,78
042	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS/PERMITIDOS	2.681.120,72	818.941,40	30,54
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - ARCE	2.545.807,57	1.872.786,01	73,56
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - ARCE	109.000,00	18.793,90	17,24
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ARCE	1.180.399,00	41.082,00	3,48
19000000	SECRETARIA DA FAZENDA	10.588.252,00	4.686.464,59	44,26
166	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PET	110.000,00	30.741,37	27,95
495	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA - SEFAZ	4.374.000,00	3.162.264,21	72,30
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEFAZ	6.104.252,00	1.493.459,01	24,47
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22.018.019,06	5.170.372,01	23,48
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	191.930,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	700.000,00	36.760,54	5,25
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - CEASA	8.570.260,00	3.470.426,94	40,49
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEAGRI	118.400,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	602.049,06	226.891,46	37,69
695	ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL PERMANENTE PARA CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO	3.380.370,00		
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	6.800.050,00	1.303.887,12	19,17
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CEASA	1.654.960,00	132.405,95	8,00



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.267.582,00	3.084.656,72	23,25
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	450.000,00	97.446,00	21,65
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEDUC	742.500,00	295.980,22	39,86
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	3.847.343,00	2.015.393,36	52,38
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	8.227.739,00	675.837,14	8,21
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	104.878.262,77	50.340.089,25	48,00
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNDES	7.255.851,10	4.325.052,04	59,61
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	53.582.500,00	35.886.136,02	66,97
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	5.477.000,00	1.844.012,11	33,67
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	29.551.252,00	4.813.111,70	16,29
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	6.379.067,12	2.819.766,62	44,20
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ESP	2.632.592,55	652.010,76	24,77
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	6.503.733,87	3.931.333,68	60,45
038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SEGMENTOS DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	100.000,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	202.948,00		
097	EXPORTAÇÃO DO CEARÁ PARA O MUNDO	1.000.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - JUCEC	4.862.385,87	3.840.417,68	78,98
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - JUCEC	338.400,00	90.916,00	26,87
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	496.906,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPECE	27.000,00		
563	PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO.	5.000,00		
596	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	70.000,00		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN	394.906,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	9.920.257,60	8.104.453,67	81,70
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	7.914.129,60	6.943.982,72	87,74
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	1.670.287,00	965.919,95	57,83
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNTELC	230.841,00	194.125,00	84,09
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	105.000,00	426,00	0,41
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNTELC			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6.494.063,00	152.063,52	2,34
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	150.000,00		
027	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	272.850,00		
028	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR - AGENTE DA GENTE	160.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPEC	119.793,00	77.858,52	64,99
581	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL	5.600.000,00		
708	PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO ELETRÔNICO	1.420,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEAD	190.000,00	74.205,00	39,06
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	30.014.320,26	9.430.089,34	31,42
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SOHIDRA	330.000,00	161.889,50	49,06
692	PROGRAMA DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA BRUTA.	1.500.000,00		
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	22.432.704,53	7.969.236,49	35,53
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	2.302.003,73	970.716,17	42,17
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SRH	3.449.612,00	328.247,18	9,52
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	38.228.949,00	14.787.350,20	38,68



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - OUTRAS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	55.000,00		
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	14.520.449,00	3.490.254,92	24,04
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	8.492.000,00	4.909.765,10	57,82
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	945.000,00	92.146,46	9,75
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNCEME	12.842.000,00	6.204.473,99	48,31
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNECE	1.374.500,00	90.709,73	6,60
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	8.843.190,04	1.112.590,08	12,58
123	DEFESA CIVIL PERMANENTE	5.987.737,29	520.367,47	8,69
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	373.247,45	237.556,78	63,65
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	623.389,15	177.665,83	28,50
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	387.846,15	177.000,00	45,64
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SAS	1.470.970,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	1.904.180,38	737.544,73	38,73
029	MARKETING TURÍSTICO	1.224.180,38	597.634,73	48,82
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	680.000,00	139.910,00	20,57
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	744.000,00	276.914,25	37,22
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	694.000,00	276.914,25	39,90
534	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE	50.000,00		
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	5.691.147,91	1.700.392,70	29,88
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	3.420.000,00	1.700.392,70	49,72
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.445.703,91		
223	CIDADES DO CEARÁ	425.444,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	400.000,00		
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	4.151.205,35	2.858.170,88	68,85
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	2.139.000,00	1.151.579,88	53,84
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	830.000,00	809.463,00	97,53
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SETE	611.205,35	545.827,00	89,30
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETE	571.000,00	351.301,00	61,52
Total Geral		2.168.639.500,93	782.701.272,32	36,09



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Macrorregião

Macrorregião	TESOURO DO ESTADO			GOVERNO FEDERAL E OUTRAS FONTES			TODAS AS FONTES		
	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01 RMF	449.938.535,61	380.279.808,61	84,52	723.828.703,50	216.131.445,22	29,86	1.173.767.239,11	596.411.253,83	50,81
02 LITORAL OESTE	42.625.421,94	37.491.668,79	87,96	246.818.525,01	39.096.174,41	15,84	289.443.946,95	76.587.843,20	26,46
03 SOBRAL / IBIAPABA	110.600.938,62	102.317.607,91	92,51	126.130.649,29	44.535.687,66	35,31	236.731.587,91	146.853.295,57	62,03
04 SERTÃO DE INHAMUS	37.432.587,48	30.805.280,22	82,30	71.206.452,70	30.403.429,94	42,70	108.639.040,18	61.208.710,16	56,34
05 SERTÃO CENTRAL	47.444.535,23	41.320.539,47	87,09	81.864.272,33	31.660.768,21	38,67	129.308.807,56	72.981.307,68	56,44
06 BATURITÉ	22.165.318,92	19.182.681,58	86,54	45.118.109,44	15.095.054,10	33,46	67.283.428,36	34.277.735,68	50,95
07 LITORAL LESTE / JAGUARIBE	76.548.599,79	68.184.363,74	89,07	224.202.233,62	77.565.313,25	34,60	300.750.833,41	145.749.676,99	48,46
08 CARIRI / CENTRO SUL	109.847.878,24	100.588.146,00	91,57	155.976.942,98	58.063.252,02	37,23	265.824.821,22	158.651.398,02	59,68
22 ESTADO DO CEARÁ	5.531.800.275,69	5.331.529.934,24	96,38	493.493.612,06	270.150.147,51	54,74	6.025.293.887,75	5.601.680.081,75	92,97
Total Geral	6.428.404.091,52	6.111.700.030,56	95,07	2.168.639.500,93	782.701.272,32	36,09	8.597.043.592,45	6.894.401.302,88	80,20



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
01	RMF	1.173.767.239,11	596.411.253,83	50,81
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	40.000,00	4.505,76	11,26
405	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	40.000,00	4.505,76	11,26
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	203.732.631,82	51.966.934,61	25,51
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	142.860,00		
089	COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM	30.306.057,61	12.147.161,74	40,08
165	AEROPORTUÁRIO	1.980.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	7.266.623,77	3.492.062,00	48,06
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	31.942.681,73	25.561.555,13	80,02
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA	3.032.663,14	2.970.987,04	97,97
210	APROVEITAMENTO DE GÁS NATURAL	6.000.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - METROFOR	11.144.420,00		
578	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM TRECHOS METRO-FERROVIÁRIOS	53.553.449,59		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEINFRA	1.678.000,00	326.567,86	19,46
698	OTIMIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DO DERT	195.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	55.397.582,66	7.139.580,82	12,89
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEINFRA	1.093.293,32	329.020,02	30,09
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	13.631.532,00	3.259.930,83	23,91
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	4.328,00	4.313,10	99,66
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	4.300.000,00	1.093.115,04	25,42
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	300.000,00	57.457,16	19,15
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	1.874.500,00	147.160,00	7,85
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	2.050.000,00	760.500,00	37,10
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	4.000.000,00	874.681,53	21,87
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	1.000.000,00	320.000,00	32,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEMACE	102.704,00	2.704,00	2,63
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	40.252.489,71	27.781.244,61	69,02
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	20.926,00		
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	1.288.543,08	85.500,00	6,64
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	37.559.651,80	27.695.744,61	73,74
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	1.383.368,83		
11000000	GABINETE DO GOVERNADOR	495.485,00	352.918,92	71,23
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - GABGOV	495.485,00	352.918,92	71,23
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	30.685.331,00	3.288.056,09	10,72
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	30.015.000,00	3.097.561,12	10,32
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	448.501,00	137.594,18	30,68
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEJUS	111.000,00	9.998,79	9,01
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUS	110.830,00	42.902,00	38,71
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3.819.874,37	939.819,13	24,60
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	126.928,00	88.050,00	69,37
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	100.000,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	490.561,00	443.439,12	90,39
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	208.629,86	92.593,19	44,38
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	236.095,76	211.093,28	89,41
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	2.657.659,75	104.643,54	3,94
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	137.869.976,71	82.930.709,98	60,15
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	16.416.416,86	4.489.860,74	27,35



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDIGENA E DE JOVENS E ADULTOS	22.893.817,36	18.912.403,07	82,61
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	5.096.659,20	1.224.837,60	24,03
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	1.640.732,00	722.895,50	44,06
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	4.243.070,52	1.353.335,80	31,90
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	1.028.393,16	312.550,00	30,39
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	81.767.058,65	55.779.840,27	68,22
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	4.783.828,96	134.987,00	2,82
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	383.467.288,26	251.105.023,67	65,48
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	324.566.769,67	209.117.237,37	64,43
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	37.569.127,77	24.607.215,56	65,50
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	5.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	21.325.890,82	17.380.570,74	81,50
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	24.467.943,59	21.140.270,86	86,40
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	5.284.181,96	1.956.509,23	37,03
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	19.183.761,63	19.183.761,63	100,00
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	776.677,50	560.226,16	72,13
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - IPECE	776.677,50	560.226,16	72,13
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	5.768.427,00	5.648.356,90	97,92
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	5.319.939,00	5.297.487,50	99,58
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	60,00		
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	254.998,00	219.967,06	86,26
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECULT	65.040,00	33.481,20	51,48
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECULT	128.390,00	97.421,14	75,88
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	36.492.799,70	29.634.093,89	81,21
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	1.070.989,00	610.484,93	57,00
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	23.081.424,00	22.483.789,25	97,41
107	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO PNAGE	5.026.954,70		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - ETICE	7.208.932,00	6.528.426,71	90,56
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ETICE	104.500,00	11.393,00	10,90
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	66.588.927,97	1.351.275,32	2,03
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	66.464.227,97	1.351.275,32	2,03
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	124.700,00		
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	29.457.193,08	11.233.921,81	38,14
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	14.414.818,23	3.739.778,55	25,94
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	4.199.940,40	3.134.625,54	74,64
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	6.070.800,00	470.984,96	7,76
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	315.000,00	15.966,86	5,07
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNECE	3.532.240,45	3.260.672,42	92,31
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECITECE	473.210,00	472.530,00	99,86
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	451.184,00	139.363,48	30,89
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	78.147.386,57	65.298.105,21	83,56



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	15.098.104,30	5.873.690,41	38,90
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	29.367.199,31	28.092.463,53	95,66
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	32.470.532,31	31.046.709,13	95,62
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.211.550,65	285.242,14	23,54
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	44.059.885,00	4.872.355,24	11,06
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	4.832.376,43	2.060.310,10	42,64
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	3.111.128,57	2.258.947,14	72,61
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	33.991.200,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETUR	2.125.180,00	553.098,00	26,03
41000000	SECRETARIA DA CONTROLADORIA	493.456,00	102.688,34	20,81
105	ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	116.004,44	61.567,69	53,07
106	RACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SECON	19.045,56	11.053,65	58,04
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECON	358.406,00	30.067,00	8,39
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	19.474.086,00	7.151.639,52	36,72
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	2.044.242,00	1.249.481,82	61,12
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	17.429.844,00	5.902.157,70	33,86
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	37.822.917,54	13.122.230,07	34,69
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	1.739.268,22	597.783,33	34,37
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	35.941.174,41	12.454.102,66	34,65
223	CIDADES DO CEARÁ	5.480,00		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SCLR	136.994,91	70.344,08	51,35
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	16.222.930,29	14.666.946,91	90,41
068	COMPRE DA GENTE	453.376,00	402.976,00	88,88
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	1.074.957,72	959.501,92	89,26
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2.542.867,75	2.086.784,43	82,06
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	7.963.662,60	7.903.834,70	99,25
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	3.736.110,47	2.881.709,08	77,13
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	451.955,75	432.140,78	95,62
02	LITORAL OESTE	289.443.946,95	76.587.843,20	26,46
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	144.945.868,24	10.524.498,51	7,26
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
165	AEROPORTUÁRIO	1.000.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	89.415,54		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	9.963.055,29	7.746.283,98	77,75
323	SUPRIMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA	124.943.117,78		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	10.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	8.825.999,63	2.778.214,53	31,48
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	1.381.142,37	178.909,09	12,95
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	34.252,30	34.252,29	100,00
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	400.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	350.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	145.600,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	151.290,07	144.656,80	95,62
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2.253.969,79	920.897,79	40,86
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	135.962,86		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.097.205,68	920.897,79	43,91
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	20.801,25		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	9.484.111,23	4.979.507,69	52,50
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	800.131,48	646.715,60	80,83
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	291.561,00		
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	4.619.900,98	3.618.773,70	78,33
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	3.534.291,77	712.468,49	20,16
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	238.226,00	1.549,90	0,65
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	33.347.720,09	10.807.251,62	32,41
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	9.595.127,08	1.851.935,62	19,30
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	2.343.265,40	964.806,40	41,17
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	760.845,00	67.920,20	8,93
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	303.552,96		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	4.004.653,01	2.957.826,03	73,86
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	207.963,56	62.899,00	30,25
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	13.955.585,08	4.880.384,37	34,97
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	2.176.728,00	21.480,00	0,99
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	30.317.007,88	25.879.826,85	85,36
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	22.057.958,00	18.129.161,52	82,19
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.831.849,88	7.511.023,77	95,90
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	4.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	422.700,00	239.641,56	56,69
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	9.276.031,29	9.040.135,29	97,46
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	235.896,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	9.040.135,29	9.040.135,29	100,00
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	25.030,00	9.000,00	35,96
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	25.030,00	9.000,00	35,96
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	176.237,00	126.284,07	71,66
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO			
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	176.237,00	126.284,07	71,66
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	1.670.422,16	106.990,93	6,41
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL			
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.463.362,00		
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	207.060,16	106.990,93	51,67
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.057.162,22	1.849.160,91	89,89
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	208.000,00		
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.849.162,22	1.849.160,91	100,00
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	2.900.877,75	1.365.253,95	47,06
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	2.468.589,00	1.039.600,04	42,11
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	430.788,75	325.653,91	75,59
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.500,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	32.241.230,25	715.089,53	2,22



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	100.000,00		
047	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - PRODETUR/CE I	1.079.980,25	715.089,53	66,21
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	31.061.250,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	116.160,00	94.030,00	80,95
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	70.000,00	50.000,00	71,43
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	46.160,00	44.030,00	95,39
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	16.979.261,19	8.751.916,97	51,54
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	11.677.980,78	7.245.602,59	62,04
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	4.904.360,00	1.127.153,97	22,98
223	CIDADES DO CEARÁ	5.760,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	391.160,41	379.160,41	96,93
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.271.715,49	1.239.090,00	54,54
068	COMPRE DA GENTE	63.436,34	10.616,30	16,74
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	45.850,93	41.907,09	91,40
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	467.128,00	314.117,34	67,24
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.089.505,65	489.423,27	44,92
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	593.544,57	370.776,00	62,47
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	12.250,00	12.250,00	100,00
03	SOBRAL / IBIAPABA	236.731.587,91	146.853.295,57	62,03
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	48.470.640,96	22.368.219,71	46,15
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
087	PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO	14.500,00		
165	AEROPORTUÁRIO			
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2.056.846,66	790.913,42	38,45
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	11.781.146,13	9.783.944,19	83,05
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	5.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	34.498.868,17	11.793.362,10	34,18
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	2.189.130,00	204.376,06	9,34
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	4.130,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	300.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	75.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	184.000,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	610.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	800.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	216.000,00	204.376,06	94,62
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	3.478.049,66	584.032,96	16,79
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	205.785,95		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	3.144.488,84	584.032,96	18,57
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	127.774,87		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	9.383.310,76	6.284.829,66	66,98
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	786.172,95	579.877,50	73,76
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	515.000,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	220.468,00	3.387,36	1,54
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	5.201.491,72	4.064.244,80	78,14
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	2.256.271,09	1.605.830,00	71,17



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	403.907,00	31.490,00	7,80
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	34.496.529,42	12.141.332,47	35,20
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	7.365.078,89	1.752.417,56	23,79
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	5.276.741,95	3.364.895,25	63,77
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	830.071,60	144.700,20	17,43
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	304.807,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	3.507.336,01	1.440.711,19	41,08
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	231.069,40	57.940,00	25,07
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	14.212.829,57	5.359.548,27	37,71
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	2.768.595,00	21.120,00	0,76
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	33.083.414,60	25.024.189,53	75,64
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	21.435.421,00	13.977.380,52	65,21
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	10.801.493,60	10.391.634,86	96,21
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	846.500,00	655.174,15	77,40
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	35.218.587,09	35.050.400,83	99,52
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	117.948,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	35.100.639,09	35.050.400,83	99,86
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	235.000,00	200.000,00	85,11
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	220.000,00	200.000,00	90,91
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	15.000,00		
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	189.209,00	135.093,60	71,40
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	189.209,00	135.093,60	71,40
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	19.772.648,75	9.826.122,92	49,70
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	1.326.785,06	1.326.785,00	100,00
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	1.613.969,00	30.000,00	1,86
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	16.831.894,69	8.469.337,92	50,32
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	26.520.348,00	21.837.324,73	82,34
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2.303.835,74	1.169.426,23	50,76
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	4.807.457,42	4.366.451,86	90,83
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	490.400,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - UVA	18.341.658,84	16.288.358,91	88,81
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - UVA	576.996,00	13.087,73	2,27
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	3.922.619,52	1.651.018,83	42,09
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	3.259.340,97	1.083.044,01	33,23
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	661.778,55	567.974,82	85,83
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.500,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	2.127.000,00	258.342,21	12,15
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	716.000,00	258.342,21	36,08
056	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ-PRODETUR/CE II	1.411.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	1.522.848,52	906.523,52	59,53
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	50.000,00	5.776,00	11,55
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	1.472.848,52	900.747,52	61,16
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	12.387.670,43	7.448.198,52	60,13
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	9.508.808,64	5.459.042,34	57,41
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	2.210.584,45	1.330.036,66	60,17
223	CIDADES DO CEARÁ	5.760,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	662.517,34	659.119,52	99,49
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	3.734.581,20	2.933.290,02	78,54
068	COMPRE DA GENTE	82.800,00	21.295,78	25,72
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	194.882,08	110.726,50	56,82
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	497.095,90	485.069,71	97,58
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.958.812,00	1.558.186,51	79,55
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	990.675,62	747.695,92	75,47
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	10.315,60	10.315,60	100,00
04	SERTÃO DE INHAMUS	108.639.040,18	61.208.710,16	56,34
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	31.108.787,15	16.131.628,85	51,86
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	57.140,00		
165	AEROPORTUÁRIO	300.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	18.277.420,33	10.181.038,81	55,70
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	12.474.226,82	5.950.590,04	47,70
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	892.826,51	92.654,78	10,38
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	174.300,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	415.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	50.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	97.076,51	92.654,78	95,45
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	1.430.856,98	392.295,11	27,42
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	79.070,57		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.304.985,16	392.295,11	30,06
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	46.801,25		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	7.252.898,96	4.380.339,69	60,39
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	278.189,14	191.023,38	68,67
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	623.443,00	212.518,38	34,09
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	4.567.356,63	2.594.786,70	56,81
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	1.557.703,19	1.336.611,23	85,81
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	226.207,00	45.400,00	20,07
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	21.882.860,04	7.727.000,34	35,31
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	4.410.020,46	633.409,14	14,36
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	3.778.983,50	1.554.566,98	41,14
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	525.829,84	176.352,20	33,54
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	256.243,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	2.735.437,01	908.374,73	33,21
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	92.428,36	28.464,00	30,80



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	8.806.333,96	4.408.649,29	50,06
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.277.583,91	17.184,00	1,35
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	17.087.930,59	12.706.086,19	74,36
535	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	10.437.568,41	7.244.158,27	69,40
536	FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	6.213.262,18	5.250.611,86	84,51
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	437.100,00	211.316,06	48,35
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	58.988,00		
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	58.988,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	51.050,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	51.050,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	139.312,00	93.024,92	66,77
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	139.312,00	93.024,92	66,77
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	13.927.988,97	10.452.195,67	75,04
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL			
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	11.905.426,43	9.622.910,69	80,83
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	2.022.562,54	829.284,98	41,00
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.907.252,11	2.207.250,85	75,92
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	700.000,00		
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.207.252,11	2.207.250,85	100,00
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	2.186.397,31	1.418.439,01	64,88
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	956.521,93	265.240,11	27,73
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.229.875,38	1.153.198,90	93,77
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	107.530,00	34.430,00	32,02
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	30.800,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	76.730,00	34.430,00	44,87
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	7.480.325,28	4.097.064,10	54,77
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	5.834.774,84	3.488.547,90	59,79
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.645.550,44	608.516,20	36,98
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL			
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.124.036,28	1.476.300,65	69,50
068	COMPRE DA GENTE	66.800,00	33.000,00	49,40
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	30.687,50	28.636,40	93,32
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	315.954,00	311.386,43	98,55
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	917.163,00	488.634,61	53,28
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	789.431,78	610.643,21	77,35
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.000,00	4.000,00	100,00
05	SERTÃO CENTRAL	129.308.807,56	72.981.307,68	56,44
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	34.611.726,14	16.427.822,14	47,46
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	114.280,00		
165	AEROPORTUÁRIO	425.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.258.500,00	708.576,39	56,30



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	21.380.085,06	15.361.725,55	71,85
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	45.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	11.388.861,08	357.520,20	3,14
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	2.542.552,46	131.105,88	5,16
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	139.100,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	160.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	50.000,00		
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	1.900.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	137.002,46	131.105,88	95,70
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2.284.125,35	836.954,08	36,64
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	90.320,57		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	2.155.003,53	836.954,08	38,84
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	38.801,25		
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	150.750,00	1.618,42	1,07
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	150.750,00	1.618,42	1,07
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	5.986.280,28	3.824.470,05	63,89
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	566.813,38	420.044,00	74,11
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	440.033,00	13.563,17	3,08
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	3.167.395,16	2.003.571,90	63,26
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	1.552.411,74	1.314.690,98	84,69
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	259.627,00	72.600,00	27,96
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	29.651.874,78	10.784.173,71	36,37
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	9.446.734,40	2.694.957,50	28,53
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	2.589.690,20	1.065.037,20	41,13
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	577.606,72	94.592,40	16,38
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	280.292,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	3.078.393,99	1.292.834,64	42,00
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	161.749,88	52.180,00	32,26
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	11.629.385,69	5.567.216,97	47,87
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.888.021,90	17.355,00	0,92
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	20.060.705,10	17.296.196,25	86,22
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	12.304.403,00	10.149.845,82	82,49
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.205.702,10	6.888.225,89	95,59
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	4.500,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	546.100,00	258.124,54	47,27
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.817.870,63	3.637.488,43	95,28
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	176.922,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	3.637.488,63	3.637.488,43	100,00
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	3.460,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	452.504,00	320.000,00	70,72
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	447.502,00	320.000,00	71,51
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	5.002,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	379.763,00	243.886,90	64,22



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	71.000,00		
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	308.763,00	243.886,90	78,99
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	8.717.211,11	3.396.463,93	38,96
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	2.804.751,49	83.801,34	2,99
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	5.667.459,62	3.267.662,59	57,66
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	245.000,00	45.000,00	18,37
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.895.747,32	2.576.506,94	88,98
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	200.000,00		
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.576.507,32	2.576.506,94	100,00
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	80.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	39.240,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.760.018,28	827.244,12	47,00
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	1.208.740,79	444.332,26	36,76
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	551.277,49	382.911,86	69,46
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	200.000,00		
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	200.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	26.140,00	10.080,00	38,56
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	11.140,00	10.080,00	90,48
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	13.715.566,98	11.528.020,78	84,05
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	11.536.853,71	10.622.783,79	92,08
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	2.057.643,23	836.230,31	40,64
223	CIDADES DO CEARÁ	7.160,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	113.910,04	69.006,68	60,58
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2.055.972,13	1.139.276,05	55,41
068	COMPRE DA GENTE	77.800,00	22.896,00	29,43
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	31.285,50	26.285,50	84,02
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	193.636,35	177.051,67	91,44
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.360.363,00	687.394,46	50,53
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	389.887,28	222.648,42	57,11
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	3.000,00	3.000,00	100,00
06	BATURITÉ	67.283.428,36	34.277.735,68	50,95
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	17.940.415,43	11.648.853,17	64,93
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	57.140,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	120.000,00		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	6.501.340,34	5.279.984,49	81,21
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	11.261.935,09	6.368.868,68	56,55
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	4.152.386,36	95.952,94	2,31
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	100.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	300.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	135.859,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	140.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	900.000,00	30.400,00	3,38
614	ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO - ZEE	2.500.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	70.077,36	65.552,94	93,54
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	2.106.702,34	676.201,33	32,10
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	90.320,57		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	1.982.580,52	676.201,33	34,11
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	33.801,25		
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	4.147.349,56	2.570.451,25	61,98
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	111.541,00	52.082,00	46,69
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	275.976,00	24.884,85	9,02
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	2.983.460,89	1.783.067,00	59,77
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	672.971,67	662.017,40	98,37
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	103.400,00	48.400,00	46,81
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.248.206,35	5.020.504,47	35,24
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	2.846.639,85	520.691,09	18,29
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	1.063.612,60	254.507,20	23,93
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	321.559,92	74.592,40	23,20
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	178.121,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	2.478.211,00	1.209.597,10	48,81
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	56.213,68	18.680,00	33,23
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	5.998.996,30	2.927.758,68	48,80
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.304.852,00	14.678,00	1,12
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	9.885.210,22	7.852.558,58	79,44
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	7.039.551,56	5.571.816,15	79,15
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	2.768.158,66	2.229.922,55	80,56
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	77.500,00	50.819,88	65,57
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	179.459,85	2.537,85	1,41
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	176.922,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	2.537,85	2.537,85	100,00
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	24.000,00		
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	24.000,00		
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	140.089,67	79.576,42	56,80
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	140.089,67	79.576,42	56,80
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	7.063.571,08	2.410.045,60	34,12
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	2.493.561,13	238.641,06	9,57
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	4.337.543,63	2.118.942,67	48,85
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	232.466,32	52.461,87	22,57
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	829.973,52	778.594,98	93,81
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	793.099,52	778.594,98	98,17
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO			
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECITECE	36.874,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1.885.826,96	941.943,42	49,95
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	911.895,27	447.744,80	49,10



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	973.930,69	494.198,62	50,74
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	100.000,00		
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	100.000,00		
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	31.870,00	15.490,00	48,60
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	16.870,00	15.490,00	91,82
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	3.725.767,89	1.761.055,69	47,27
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	2.514.815,35	1.422.309,79	56,56
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.086.741,70	218.615,06	20,12
223	CIDADES DO CEARÁ	4.080,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	120.130,84	120.130,84	100,00
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	822.599,13	423.969,98	51,54
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	31.144,50	27.910,25	89,62
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	63.500,00	47.383,13	74,62
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	511.318,00	303.308,54	59,32
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	211.132,63	39.864,06	18,88
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	5.504,00	5.504,00	100,00
07	LITORAL LESTE / JAGUARIBE	300.750.833,41	145.749.676,99	48,46
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	45.595.903,95	12.075.922,91	26,48
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	228.570,00		
165	AEROPORTUÁRIO	10.046,25	10.046,25	100,00
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	611.727,38	202.503,38	33,10
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	17.899.497,87	11.168.413,69	62,40
210	APROVEITAMENTO DE GÁS NATURAL	17.300.000,00		
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	593.000,00	291.467,08	49,15
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	8.953.062,45	403.492,51	4,51
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	1.543.843,60	99.600,72	6,45
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	150.000,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	350.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	194.840,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	440.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	102.553,60	99.600,72	97,12
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	3.810.335,25	2.003.340,68	52,58
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	86.216,28		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	3.690.317,72	2.003.340,68	54,29
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	33.801,25		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA			
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN			
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	15.546.540,75	7.044.101,45	45,31
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	577.055,81	422.500,00	73,22
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	526.000,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	375.981,00	13.406,78	3,57



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	2.319.669,46	1.480.084,10	63,81
695	ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL PERMANENTE PARA CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO	1.243.213,66	1.226.272,62	98,64
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	9.926.593,82	3.842.501,95	38,71
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	578.027,00	59.336,00	10,27
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	24.383.072,15	7.774.313,94	31,88
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	6.802.612,21	1.875.136,74	27,56
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDÍGENA E DE JOVENS E ADULTOS	1.762.154,31	573.139,60	32,52
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	665.911,76	26.292,40	3,95
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	320.325,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	1.466.604,80	375.839,24	25,63
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	161.749,88	49.390,00	30,53
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	11.390.459,29	4.856.965,96	42,64
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	1.813.254,90	17.550,00	0,97
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	28.708.770,33	23.736.084,15	82,68
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	20.838.706,37	17.285.937,45	82,95
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.378.013,96	6.154.589,23	83,42
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	492.050,00	295.557,47	60,07
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14.927.283,95	14.492.383,04	97,09
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	294.870,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	14.632.413,95	14.492.383,04	99,04
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	283.050,00	262.000,00	92,56
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	283.050,00	262.000,00	92,56
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	188.342,00	138.418,88	73,49
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	188.342,00	138.418,88	73,49
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	140.985.974,20	61.867.061,87	43,88
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	134.400.398,49	57.879.986,88	43,07
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	6.585.575,71	3.987.074,99	60,54
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.069.570,12	3.836.465,03	63,21
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.838.903,42	141.198,33	7,68
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.695.266,70	3.695.266,70	100,00
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	415.400,00		
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	120.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	3.645.028,97	1.760.484,10	48,30
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	3.417.572,83	1.628.429,74	47,65
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	102.785,16	54.504,36	53,03
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	124.670,98	77.550,00	62,20
36000000	SECRETARIA DO TURISMO			
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS			



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	66.741,00	30.800,00	46,15
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.001,00		
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	51.740,00	30.800,00	59,53
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	13.028.793,28	9.424.922,23	72,34
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	7.929.388,72	6.464.829,93	81,53
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	4.752.665,89	2.630.532,45	55,35
223	CIDADES DO CEARÁ	5.480,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	341.258,67	329.559,85	96,57
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1.967.583,86	1.203.777,99	61,18
068	COMPRE DA GENTE	39.500,00	19.500,00	49,37
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	35.295,11	26.994,91	76,48
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	249.697,00	167.971,08	67,27
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.332.628,99	877.588,14	65,85
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	306.112,76	107.373,86	35,08
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.350,00	4.350,00	100,00
08	CARIRI / CENTRO SUL	265.824.821,22	158.651.398,02	59,68
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	44.908.354,46	30.591.550,34	68,12
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	171.450,00		
165	AEROPORTUÁRIO	1.935.000,00		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.275.703,11	5.727.957,98	91,27
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	22.786.222,41	19.202.298,62	84,27
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DETRAN	20.000,00	4.454,42	22,27
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	13.719.978,94	5.656.839,32	41,23
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	2.747.453,00	290.207,14	10,56
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	6.450,00		
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	220.003,00		
349	PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II	500.000,00		
435	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ - PEACE	75.000,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	440.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	1.200.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	306.000,00	290.207,14	94,84
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	4.835.433,14	1.748.952,03	36,17
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS	190.681,62		
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	4.410.582,48	1.748.952,03	39,65
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SSPDS	234.169,04		
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE			
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	518.753,00	7.647,21	1,47
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	370.003,00		
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	148.750,00	7.647,21	5,14
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	12.674.303,77	9.682.133,42	76,39
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	1.712.048,24	1.419.549,00	82,92
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	403.722,00	140.533,22	34,81
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	5.166.686,24	3.413.266,55	66,06
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	4.769.207,29	4.707.207,37	98,70
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	622.640,00	1.577,28	0,25
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	56.665.768,81	22.895.019,91	40,40
049	UNIVERSALIZAÇÃO PROGRESSIVA DO ENSINO MÉDIO NAS LOCALIDADES RURAIS E URBANAS	10.977.929,33	2.492.268,62	22,70



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
057	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPECIAL, INDIGENA E DE JOVENS E ADULTOS	9.350.793,10	6.790.746,00	72,62
061	GARANTIA DA QUALIDADE DA ESCOLA COM FOCO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO	1.365.943,23	248.880,40	18,22
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	723.623,00		
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	4.764.413,99	2.150.506,23	45,14
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	359.706,44	104.640,00	29,09
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	25.730.327,72	11.086.498,66	43,09
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	3.393.032,00	21.480,00	0,63
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	51.421.654,96	37.934.651,07	73,77
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	33.493.516,43	23.018.661,73	68,73
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	15.564.537,53	14.076.510,61	90,44
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	1,00		
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	2.363.600,00	839.478,73	35,52
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.675.015,56	2.435.619,56	91,05
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	235.896,00		
095	GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ	2.435.619,56	2.435.619,56	100,00
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	3.500,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	285.544,52	249.494,52	87,37
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	270.544,52	249.494,52	92,22
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	15.000,00		
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	861.523,00	764.380,53	88,72
016	PROGRAMA SAÚDE DO SERVIDOR	861.523,00	764.380,53	88,72
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	22.467.072,15	6.234.768,79	27,75
572	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAMBIENTAL	1.373.436,85	1.373.436,52	100,00
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	4.051.348,45	110.262,29	2,72
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	17.042.286,85	4.751.069,98	27,88
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	28.940.569,35	24.539.485,57	84,79
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	3.939.006,00	1.000.000,00	25,39
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	6.984.907,31	6.765.480,00	96,86
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.110.400,00	143.392,00	12,91
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	110.004,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - URCA	16.761.252,04	16.630.613,57	99,22
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - URCA	35.000,00		
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	4.357.494,36	2.272.827,41	52,16
125	PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ - PROARES	2.774.095,13	1.137.141,39	40,99
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.552.898,23	1.135.686,02	73,13
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	30.501,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	266.500,00	21.060,00	7,90
029	MARKETING TURÍSTICO			
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	266.500,00	21.060,00	7,90
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	102.420,00	32.700,00	31,93
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	15.000,00		



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
473	ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO, LAZER E PARQUES ESPORTIVOS	87.420,00	32.700,00	37,41
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	28.353.567,08	15.844.090,72	55,88
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	16.182.713,49	8.463.393,04	52,30
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	11.497.096,45	6.750.964,39	58,72
223	CIDADES DO CEARÁ	11.240,00		
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	662.517,14	629.733,29	95,05
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	3.743.394,06	3.106.809,80	82,99
068	COMPRE DA GENTE	75.729,00	33.502,86	44,24
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	30.988,21	17.701,01	57,12
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	809.056,50	797.012,41	98,51
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	1.433.606,00	1.069.905,57	74,63
525	CEARÁ EMPREENDEDOR - Microempresa	1.389.696,35	1.184.369,95	85,23
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SETE	4.318,00	4.318,00	100,00
22	ESTADO DO CEARÁ	6.025.293.887,75	5.601.680.081,75	92,97
01000000	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	132.041.814,00	127.627.587,91	96,66
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	77.928.959,00	76.987.803,70	98,79
560	AÇÃO LEGISLATIVA	51.916.502,00	50.503.683,65	97,28
562	AÇÃO LEGISLATIVA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	2.111.678,00	51.425,86	2,44
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - AL	84.675,00	84.674,70	100,00
02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	14.249.157,98	12.079.255,50	84,77
078	CONTROLE EXTERNO	13.567.157,98	12.079.255,50	89,03
597	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCE	682.000,00		
03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	18.668.601,81	17.806.084,29	95,38
084	AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE EXTERNO	18.002.032,68	17.777.403,42	98,75
615	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO - PROMOEX - TCM	666.569,13	28.680,87	4,30
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	264.136.109,00	260.714.361,35	98,70
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FERMOJU	28.301.150,00	26.422.018,66	93,36
566	AÇÃO JUDICIÁRIA	233.915.709,00	233.061.735,46	99,63
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FERMOJU	1.919.250,00	1.230.607,23	64,12
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	15.261.566,64	11.439.888,23	74,96
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DPG	12.550.772,00	11.115.204,08	88,56
405	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	300.000,00	89.133,19	29,71
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - DPG	1.832.033,00	124.369,11	6,79
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DPG	578.761,64	111.181,85	19,21
08000000	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	218.901.036,92	171.040.054,73	78,14
011	PROGRAMA ESTADUAL DE OTIMIZAÇÃO DO TRÂNSITO	6.580.000,00	964.881,03	14,66
087	PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO	348.075,37		
177	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14.500,00		
180	RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	100.000,00		
185	TRÂNSITO NAS RODOVIAS	18.948.652,35	13.633.922,52	71,95
192	PROGRAMA DE PROJETOS ESPECIAIS DE INFRA-ESTRUTURA	575.043,87	286.140,97	49,76
323	SUPRIMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA	100.000,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - DERT	166.045.195,27	141.772.960,64	85,38
660	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - COHAB	12.092.249,00	11.884.000,00	98,28
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEINFRA	2.487.005,00	1.238.238,37	49,79
698	OTIMIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DO DERT	420.000,00		
711	SANEAMENTO AMBIENTAL DO CEARÁ	5.380,20	5.380,20	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEINFRA	11.184.935,86	1.254.531,00	11,22



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
09000000	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	14.025.010,00	11.339.108,23	80,85
171	GOVERNO PARA A SOCIEDADE	2.234.700,00	2.178.907,83	97,50
226	PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL	190.003,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEMACE	11.153.119,00	9.135.230,40	81,91
422	GESTÃO ESTRATÉGICA DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE	17.000,00		
474	PROGRAMA ESTADUAL DE FLORESTAS	100.000,00		
475	PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE - PROBIO	300.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOMA	30.188,00	24.970,00	82,71
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	365.698.471,67	347.502.905,57	95,02
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	297.600,00		
200	PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS			
204	SEGURANÇA MODERNA E INTELIGENTE	38.096.736,25	33.845.485,72	88,84
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SSPDS	321.401.161,74	309.864.070,66	96,41
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - COLÉGIOS MILITARES	5.902.973,68	3.793.349,19	64,26
11000000	GABINETE DO GOVERNADOR	11.068.671,50	9.795.459,81	88,50
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SIM	9.877.594,58	8.736.158,26	88,44
567	INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	63.261,92	59.393,94	93,89
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - GABGOV	1.065.751,00	956.512,61	89,75
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SIM	62.064,00	43.395,00	69,92
12000000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	1.019.181,00	712.538,16	69,91
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - GVG	979.571,00	697.838,16	71,24
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GVG	39.610,00	14.700,00	37,11
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	15.525.493,64	13.671.617,86	88,06
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - PGE	15.399.107,94	13.548.227,86	87,98
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PGE	100.480,00	100.480,00	100,00
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PGE	25.905,70	22.910,00	88,44
14000000	CASA MILITAR	4.447.812,00	4.283.105,62	96,30
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - CASA MILITAR	4.424.512,00	4.259.805,62	96,28
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CASA MILITAR	23.300,00	23.300,00	100,00
15000000	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	89.944.611,00	87.890.166,36	97,72
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - PGJ	88.265.028,00	87.298.709,17	98,91
413	MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	284.708,00	147.920,11	51,96
709	DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	918.000,00	19.998,77	2,18
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PGJ	476.875,00	423.538,31	88,82
17000000	CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ	1.833.729,00	1.440.136,44	78,54
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - CEC	1.785.029,00	1.411.943,22	79,10
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CEC	48.700,00	28.193,22	57,89
18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	64.190.574,98	49.003.897,81	76,34
010	INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ - INFRAGESPEN	38.413.104,00	29.122.768,42	75,81
031	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E EGRESSO - PROATIVOS	1.855.127,69	969.773,70	52,28
039	ACESSO À JUSTIÇA CIDADÃ	750.000,00	609.127,94	81,22
042	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS/PERMITIDOS	2.681.120,72	818.941,40	30,54
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEJUS	19.044.023,57	17.423.410,45	91,49
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - ARCE	148.800,00	18.793,90	12,63
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ARCE	1.298.399,00	41.082,00	3,16
19000000	SECRETARIA DA FAZENDA	793.296.342,97	780.221.647,78	98,35
166	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PET	179.137,10	63.871,74	35,66
251	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	570.381.154,97	566.189.650,77	99,27
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEFAZ	195.010.565,00	193.918.263,75	99,44
495	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA - SEFAZ	21.439.821,40	18.376.143,82	85,71
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEFAZ	6.285.664,50	1.673.717,70	26,63



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
21000000	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	110.574.003,86	86.793.020,88	78,49
127	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - AGENTE RURAL	1.171.120,00	1.115.385,00	95,24
141	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	191.930,00		
154	AÇÃO FUNDIÁRIA	700.050,00	36.760,54	5,25
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEAGRI	68.805.877,47	61.148.909,82	88,87
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEAGRI	321.500,00	157.317,00	48,93
691	AGRONEGÓCIO DA PECUÁRIA, DA PESCA E DA AQUICULTURA	837.249,06	438.717,67	52,40
695	ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL PERMANENTE PARA CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO	15.507.469,87	8.391.919,70	54,12
696	AGRONEGÓCIO DA AGRICULTURA	2.640.100,00	2.600.000,00	98,48
712	DESENVOLVIMENTO DOS AGROPOLOS	18.407.697,46	12.537.474,02	68,11
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEAGRI	1.991.010,00	366.537,13	18,41
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.174.662.136,00	1.092.250.928,45	92,98
063	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	450.000,00	97.446,00	21,65
065	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE ENSINO	528.731.250,00	512.444.928,89	96,92
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEDUC	633.106.804,00	577.017.323,06	91,14
543	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	4.117.343,00	2.015.393,36	48,95
544	PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	29.000,00		
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEDUC	8.227.739,00	675.837,14	8,21
24000000	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	368.286.717,64	296.867.337,74	80,61
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SESA	244.900.028,32	228.672.100,59	93,37
535	FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO A SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ	70.209.831,54	50.560.321,38	72,01
536	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA ATENÇÃO A SAÚDE NO NÍVEL PRIMÁRIO - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.963.176,25	3.659.034,19	45,95
553	CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.489.513,39	1.142.379,58	76,69
554	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE	33.344.353,00	8.226.189,33	24,67
559	VIGILÂNCIA A SAÚDE	7.017.763,31	3.262.992,30	46,50
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ESP	3.362.051,83	1.344.320,37	39,99
25000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14.363.514,67	10.877.431,02	75,73
038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SEGMENTOS DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	400.000,00	300.000,00	75,00
094	ATRAÇÃO DE EMPREENDEIMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	905.889,28	677.136,15	74,75
097	EXPORTAÇÃO DO CEARÁ PARA O MUNDO	1.527.035,98	376.415,49	24,65
108	DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL	312.500,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SDE	10.742.627,41	9.331.501,71	86,86
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - JUCEC	475.462,00	192.377,67	40,46
26000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	13.713.868,50	10.901.478,45	79,49
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPECE	11.980.647,54	10.558.462,73	88,13
563	PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO.	624.819,96	91.110,50	14,58
596	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	681.635,00	251.905,22	36,96
666	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN	426.766,00		
27000000	SECRETARIA DA CULTURA	30.538.802,48	27.906.274,46	91,38
110	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS REGIONAIS	18.004.729,90	16.930.934,30	94,04
134	GERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA CULTURAL	2.508.556,22	1.801.810,30	71,83
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNTELC	9.862.224,36	9.114.811,86	92,42
550	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECULT, TVC E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	163.292,00	58.718,00	35,96
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNTELC			
28000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	42.248.551,33	31.590.671,83	74,77



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
008	POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORMA DO ESTADO	1.260.169,00	507.904,81	40,30
027	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	312.850,00		
028	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR - AGENTE DA GENTE	538.000,00	185.862,41	34,55
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - IPEC	32.280.401,33	29.505.322,68	91,40
581	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL	5.750.000,00		
708	PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO ELETRÔNICO	540.420,00	339.655,81	62,85
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEAD	1.566.711,00	1.051.926,12	67,14
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	44.948.212,05	21.076.552,55	46,89
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SOHIDRA	8.223.708,00	7.496.956,60	91,16
692	PROGRAMA DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA BRUTA.	1.500.000,00		
710	PROGRAMA DE OFERTA HÍDRICA ESTRATÉGICA PARA MÚLTIPLOS USOS	26.679.096,54	11.093.543,63	41,58
729	PROGRAMA DE SUPRIMENTO HÍDRICO PARA CENTROS URBANOS E RURAIS.	4.939.316,69	2.067.940,07	41,87
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SRH	3.606.090,82	418.112,25	11,59
30000000	SECRETARIA DO GOVERNO	51.239.168,10	49.509.184,08	96,62
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEGOV	19.034.867,10	18.326.531,74	96,28
545	COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	32.106.301,00	31.133.439,36	96,97
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEGOV	98.000,00	49.212,98	50,22
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	115.006.058,59	90.934.476,85	79,07
194	OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	433.000,00	377.642,00	87,22
195	MELHORIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	20.658.572,00	9.612.677,32	46,53
196	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	11.962.360,00	8.378.637,31	70,04
197	PROGRAMA DE CLIMATOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PROCLIMA	1.252.702,00	398.538,56	31,81
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - FUNCEME	79.315.317,59	72.070.272,93	90,87
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FUNECE	1.384.107,00	96.708,73	6,99
33000000	SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	54.248.298,03	45.004.199,79	82,96
123	DEFESA CIVIL PERMANENTE	7.528.737,29	1.998.758,03	26,55
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SAS	40.549.259,00	39.222.788,03	96,73
694	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	766.441,45	613.348,81	80,03
713	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.091.327,14	2.627.764,96	85,00
714	APOIO À GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	841.563,15	541.539,96	64,35
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SAS	1.470.970,00		
36000000	SECRETARIA DO TURISMO	11.197.742,03	9.360.881,37	83,60
029	MARKETING TURÍSTICO	5.702.971,67	4.783.570,33	83,88
034	DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS	1.009.867,46	372.701,96	36,91
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SETUR	4.484.902,90	4.204.609,08	93,75
39000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
680	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.945.098.701,87	1.903.707.734,44	97,87
678	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.945.098.701,87	1.903.707.734,44	97,87
41000000	SECRETARIA DA CONTROLADORIA	3.442.333,53	3.042.489,23	88,38
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SECON	3.442.333,53	3.042.489,23	88,38
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	4.437.365,00	3.836.556,66	86,46
211	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR, RENDIMENTO, AVENTURA E NATUREZA.	1.986.920,00	1.565.027,85	78,77
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SEJUV	2.065.345,00	1.978.008,51	95,77
534	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE	375.000,00	288.420,30	76,91



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 - TODAS AS FONTES
LEI Nº 13.558, de 30/12/2004
Consolidado por Região, Secretaria e Programa

Código	Descrição	LEI + CRED.	EXECUTADO	%
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEJUV	10.100,00	5.100,00	50,50
43000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	10.261.336,90	6.063.059,71	59,09
153	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ II	3.678.428,00	1.921.332,70	52,23
222	PROGRAMA HABITACIONAL E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	3.054.797,35	1.583.400,23	51,83
223	CIDADES DO CEARÁ	425.444,00		
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SDLR	2.342.552,55	2.200.960,78	93,96
523	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL	733.360,00	332.451,00	45,33
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SDLR	26.755,00	24.915,00	93,12
44000000	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	6.718.893,06	5.389.988,59	80,22
072	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E PRODUÇÃO FAMILIAR	2.139.000,00	1.151.579,88	53,84
079	REDE CEARÁ DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	30.838,03	30.838,03	100,00
081	ATENDIMENTO INTEGRADO AO TRABALHADOR	830.000,00	809.463,00	97,53
400	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL - SETE	3.144.555,03	3.046.806,68	96,89
888	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETE	574.500,00	351.301,00	61,15
Total Geral		8.597.043.592,45	6.894.401.302,88	80,20

